



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**THELMA FLAVIANA RODRIGUES DOS SANTOS**

**A ORGANIZAÇÃO DOS “INORGANIZÁVEIS”:** a experiência coletiva  
**dos catadores e catadoras de materiais recicláveis na Paraíba**

**CAMPINA GRANDE**

**2020**

**THELMA FLAVIANA RODRIGUES DOS SANTOS**

**A ORGANIZAÇÃO DOS “INORGANIZÁVEIS”: a experiência coletiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis na Paraíba**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito do exame final de tese visando obtenção de titulação no curso de Doutorado.

Orientador: Prof. Roberto Véras de Oliveira, Pós-doutor.

Coorientador: Prof. Mário Henrique Guedes Ladosky, Doutor.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas.

Tema de Pesquisa: Trabalho, Políticas Públicas e Ação Coletiva.

**CAMPINA GRANDE  
2020**

S237o

Santos, Thelma Flaviana Rodrigues dos.

A organização dos “inorganizáveis” : a experiência coletiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis na Paraíba / Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos. - Campina Grande, 2021.  
309 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2020.

"Orientação: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira, Prof. Dr. Mario Henrique Guedes Ladosky".

Referências.

1. Classes Sociais. 2. Catadores(as) de Materiais Recicláveis. 3. MNCR. 4. Ação Coletiva. I. Oliveira, Roberto Vêras de. II. Ladosky, Mário Henrique Guedes. III. Título.

CDU 316.35:628.4(043)

**THELMA FLAVIANA RODRIGUES DOS SANTOS**

**A ORGANIZAÇÃO DOS “INORGANIZÁVEIS”: a experiência coletiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis na Paraíba**

**Banca Examinadora:**

Orientador: \_\_\_\_\_

Pós-Doutor Roberto Vêras de Oliveira (UFPB/UFCG)

Coorientador: \_\_\_\_\_

Doutor Mário Henrique Guedes Ladosky (UFCG)

Examinadora Interna: \_\_\_\_\_

Doutora Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCG)

Examinadora Externa: \_\_\_\_\_

Doutora Roseli de Fátima Corteletti (UFCG)

Examinador Externo: \_\_\_\_\_

Pós-Doutorando Ari Rocha da Silva (UFPB)

Examinador Externo: \_\_\_\_\_

Pós-Doutor Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Aprovado em: 08 / 10 / 2020

**CAMPINA GRANDE**

**2020**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS  
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

## REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

### ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2020

CANDIDATA: **Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos**. COMISSÃO EXAMINADORA: Roberto Vêras de Oliveira, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Mário Henrique Guedes Ladosky, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno; Elizabeth Christina de Andrade Lima, Doutora, PPGCS/UFCG, Examinadora Interna; Jacob Carlos Lima, Doutor, PPGS/UFPB, Examinador Externo; Ari Rocha Silva, Doutor, PPGS/UFPB, Examinador Externo e Roseli de Fátima Corteletti, Doutora, UACS/UFCG, Examinadora Externa. TÍTULO DA TESE: *"A ORGANIZAÇÃO DOS 'INORGANIZÁVEIS': a experiência coletiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis na Paraíba"*. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 09:00h – LOCAL: **Sala Virtual (Google Meet), em virtude da suspensão de atividades na UFCG decorrente do corona vírus.** Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua tese, obtendo conceito APROVADA. Face a aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se a examinada legalmente habilitada a receber o Grau de Doutora em Ciências Sociais, cabendo à Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que a mesma faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 08 de Outubro de 2020.

#### Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA, Doutor, PPGCS/UFCG

Presidente da Comissão e Orientador

MÁRIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, Doutor, PPGCS/UFCG

Examinador Interno

ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA, Doutora, PPGCS/UFCG

Examinadora Interna

JACOB CARLOS LIMA, Doutor, PPGS/UFPB

Examinador Externo

ARI ROCHA SILVA, Doutor, PPGS/UFPB

Examinador Externo

ROSELI DE FÁTIMA CORTELETTI, Doutora, UACS/UFCG

Examinador Externo

THELMA FLAVIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Candidata

## 2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Tese de Doutorado da candidata **THELMA FLAVIANA RODRIGUES DOS SANTOS**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da tese e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, PROFESSOR 3 GRAU**, em 03/02/2021, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETARIO**, em 03/02/2021, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSELI DE FATIMA CORTELETTI, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/02/2021, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Veras de Oliveira, Usuário Externo**, em 03/02/2021, às 21:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos, Usuário Externo**, em 04/02/2021, às 07:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ari Rocha da Silva, Usuário Externo**, em 17/02/2021, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/03/2021, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **1249214** e o código CRC **4A1CFD46**.

---

**Referência:** Processo nº 23096.053805/2020-91

SEI nº 1249214

## **DEDICATÓRIA**

Dedico essa investigação a todas as catadoras e catadores de materiais recicláveis, que em meio à exclusão social, ao estigma, a falta de reconhecimento e a exploração, constroem uma luta cotidiana por uma vida e um mundo melhor.

## AGRADECIMENTOS

Em meio à uma madrugada fria terminei finalmente de escrever esse texto. Desde o início havia reservado a esse momento a escrita dos agradecimentos pois, de certo modo, intuía que com o coração palpitando de excitação, alegria e alívio, seria a melhor hora de dizer quanto agradeço:

- Aos meus pais, Ana Goretti e Victor Felipe, por me trazerem ao mundo e me ensinarem a sobreviver nele, a perceber as desigualdades sociais e tentar lutar contra elas, por me amarem e me apoiarem sempre, mesmo quando minhas escolhas não correspondiam às suas expectativas;
- Ao meu irmão Glauber Felipe, o alívio cômico da minha vida que me ajuda a manter a leveza mesmo quando essa parece insustentável, a quem devo alguns belos *insights* desse texto;
- A meu companheiro, esposo e amigo Simón Pedro, por me complementar em tantos âmbitos diferentes da vida, do emocional ao acadêmico, obrigada pela gostosa parceria;
- Ao meu estimadíssimo orientador, Roberto Véras, que me acompanhou desde a especialização na longa trajetória de tentar ser uma “socióloga em construção”, obrigada por tudo! Por me guiar nessa jornada e ter muita paciência com o processo de ensino-aprendizagem;
- Ao meu querido coorientador, Mário Ladosky, que contribuiu muito para que eu perdesse o medo de atrelar uma prática militante ao meu papel de investigadora, na vida e na escrita;
- À querida professora Roseli, que desde o mestrado vem me ajudando a refletir sobre minhas análises, além de ser uma amiga maravilhosa que sempre me apoia com sua ternura e carinho;
- Aos professores(as) Elizabeth Christina, Jacob Lima, Ari Silva e Ronaldo Sales, que nas avaliações e em conversas informais tanto contribuíram como as formulações dessa pesquisa;
- Aos inúmeros professores e professoras que marcaram minha trajetória desde o ensino básico até chegar a esse doutorado, não dá para citar todos, mas diretamente ou indiretamente todos vocês contribuíram com as formulações desse texto e com minha formação enquanto pessoa;
- A todos que fazem da UFCG um centro de ensino público e de qualidade, onde eu tive a sorte e o prazer de realizar minha formação, obrigada aos professores(as), funcionários(as) e colegas;
- E ainda, à Capes, pois sem apoio financeiro a classe trabalhadora não chega ao doutorado;
- A todas às amigas e aos amigos maravilhosos que tanto contribuíram com esse texto através das conversas intermináveis sobre essa pesquisa – sinto muito, galera –, quanto me ajudaram a não enlouquecer nem desanimar ante as dificuldades inerentes a fazer uma pós-graduação;
- E, mais que ninguém, a todas as entrevistadas e entrevistados, principalmente às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis, que cederam seu tempo, atenção e revelaram suas histórias de vida, permitindo a construção dessa investigação. Muito obrigada!

*“Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta e por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre”.*

Maria da Gloria Gohn (1997)

## RESUMO

Devido ao caráter de informalidade de seu trabalho e à falta de reconhecimento social da atividade que desenvolvem, bem como às difíceis condições de trabalho e vida com as quais se deparam, por muito tempo as catadoras e os catadores de materiais recicláveis foram considerados parte do lumpemproletariado, conforme identificado por Karl Marx (2007, 2013), a “ralé” apontada por Souza (2009), ou sobrantes dos demais setores produtivos tal como define Burgos (2013). Como integrantes desses grupos, seriam incapazes de se organizar coletivamente, a começar pela dificuldade de encontrar a quem dirigir suas demandas, tendo em vista que a indústria da reciclagem não os legitima como força de trabalho pertencente ao setor, e que o poder público raramente reconhece o valor das atividades a eles relacionadas, como a limpeza urbana e a educação ambiental. Contrariando as expectativas, desde a década de 1980, catadoras e catadores brasileiros vêm se organizando coletiva, socioproductiva e politicamente, alcançando conquistas sociais e legais. Este cenário suscitou as seguintes questões: Como um grupo que em geral é visto como parte de uma camada da população incapaz de organização política passou a agir coletivamente? Quais as implicações da organização coletiva para estes trabalhadores(as)? Tais questionamentos conduziram à elaboração do objetivo geral dessa pesquisa: identificar quais são os processos práticos-discursivos que de alguma maneira influenciaram ou contribuíram com a organização socioeconômica e política dos catadores e catadoras de materiais recicláveis do estado Paraíba e como esses trabalhadores percebem esses processos. Almejamos, em uma mão, utilizar referências teóricas para melhor entender a realidade sócio-econômico-política dos catadores(as) como segmento social relevante e, na outra mão, discutir as implicações dos achados empíricos sobre o debate teórico, visando com isso enriquecer os debates da sociologia do trabalho e das teorias sobre ação coletiva e movimentos sociais. Desse modo, a pesquisa se estruturou sobre uma dimensão empírica e outra teórica. Pode-se classificar a metodologia adotada como estudo de caso, exploratório e qualitativo. Os instrumentos de pesquisa incluem técnicas e fontes variadas, como observação participante, incursões etnográficas, diário de campo, entrevistas temáticas, história de vida e consulta a dados secundários, como levantamentos quantitativos, mapeamentos, jornais e documentários. Realizamos nossa pesquisa entre os anos de 2016 e 2020, período no qual entrevistamos trinta e um catadores(as) – quatorze homens e dezessete mulheres – das cinco regiões do país, enfatizando principalmente no estado da Paraíba, onde entrevistamos dezenove catadores(as). Ademais, entrevistamos oito gestores(as) públicos, dez representantes de entidades de apoio, três empresários e dois gerentes do setor de reciclagem. A título de conclusões, a história coletiva dos catadores(as) revela uma trajetória marcada por contradições, conflitos, discontinuidades, fluxos e refluxos, mas também pelo aprendizado em meio ao processo. Os catadores(as) são uma prova viva de que trabalhadores(as) informais que vivem às franjas do capitalismo, sem nem mesmo ter sua relação de trabalho reconhecida pelo capital, podem sim se organizar e agir coletivamente, desenvolvendo, através da consolidação de um movimento social, uma identidade coletiva ancorada na noção de classe, podendo lograr realizar conquistas que modificam, em certa medida, a vida de muitas pessoas envolvidas com essa organização, mas também a vida de outros profissionais que atuam na atividade, tencionando ainda a forma como se estrutura um determinado campo produtivo.

**Palavras-chaves:** Catadores(as) de materiais recicláveis; MNCR; ação coletiva; classe.

## RESUMEN

Por el carácter informal de su trabajo y la falta de reconocimiento social de la actividad que desarrollan, así como por las difíciles condiciones de trabajo y de vida en que se encuentran, los pepenadores y las pepenadoras de materiales reciclables han sido considerados parte del lumpemproletariado, como identificado por Karl Marx (2007, 2013), la “*ralé*” señalada por Souza (2009), o sobrante de los otros sectores productivos, como define Burgos (2013). Como integrantes de estos grupos, serían incapaces de organizarse colectivamente, primeramente, por la dificultad de encontrar a quién presentar sus demandas, dado que la industria del reciclaje no los legitima como fuerza laboral perteneciente al sector, y que el gobierno pocas veces reconoce el valor de las actividades a ellos relacionadas, como la limpieza urbana y la educación ambiental. Contrariamente a lo esperado, desde la década de 1980 los pepenadores brasileños se han organizado colectiva, socioproductiva y políticamente, logrando beneficios sociales y legales. Este escenario planteó las siguientes preguntas: ¿Cómo llegó a actuar colectivamente un grupo que generalmente se ve como parte de un sector de la población incapaz de organización política? ¿Cuáles son las implicaciones de la organización colectiva para estos trabajadores? Tales preguntas llevaron a la elaboración del objetivo general de esta investigación: identificar cuáles son los procesos práctico-discursivos que de alguna manera influyeron o contribuyeron con la organización socioeconómica y política de los pepenadores del estado de Paraíba y cómo estos trabajadores perciben estos procesos. Nuestro objetivo es, por un lado, utilizar referencias teóricas para mejor comprender la realidad socio-económico-política de los pepenadores y, por otro lado, discutir las implicaciones de los descubrimientos empíricos en el debate teórico, con miras a enriquecer los debates sobre sociología del trabajo y las teorías sobre la acción colectiva y los movimientos sociales. Así, la investigación se estructuró en una dimensión empírica y otra teórica. La metodología adoptada se puede clasificar como estudio de caso, exploratorio y cualitativo. Los instrumentos de investigación incluyen técnicas y fuentes variadas, como observación participante, incursiones etnográficas, diarios de campo, entrevistas temáticas, historia de vida y consulta de datos secundarios, como encuestas cuantitativas, mapeos, periódicos y documentales. Realizamos nuestra investigación entre los años 2016 y 2020, durante los cuales entrevistamos a treinta y un pepenadores - catorce hombres y diecisiete mujeres - de las cinco regiones del país, con énfasis principalmente en el estado de Paraíba, donde entrevistamos a diecinueve pepenadores. Además, entrevistamos a ocho gerentes públicos, diez representantes de entidades de apoyo, tres emprendedores y dos gerentes del sector de reciclaje. Como conclusiones, percibimos que la historia colectiva de los pepenadores revela una trayectoria marcada por contradicciones, conflictos, discontinuidades, flujos y reflujos, pero también por el aprendizaje en el proceso. Los recicladores son la prueba viviente de que los trabajadores informales que viven al margen del capitalismo, sin que el capital reconozca su relación laboral, pueden organizarse y actuar colectivamente, desarrollando, a través de la consolidación de un movimiento social, una identidad colectiva anclada en la noción de clase, pudiendo alcanzar logros que modifiquen, en cierta medida, la vida de muchas personas involucradas con esta organización, pero también la vida de otros profesionales que laboran en la actividad, tensionando también la forma en que se estructura un determinado campo productivo.

**Palabras-chaves:** Pepenadores de materiales reciclables; MNCR; acción colectiva; clase.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de municípios com catadores(as) na zona urbana.....	97
Figura 2 – Número de municípios com catadores(as) nos lixões .....	97
Figura 3 – Número de municípios com participação de catadores(as) na coleta seletiva ...	99
Figura 4 – Municípios com coleta seletiva e população atendida .....	100
Figura 5 – Organização interna do MNCR.....	104
Figura 6 – Organograma do MNCR.....	105
Figura 7 – Estande das mulheres catadoras na Expocatadores 2017.....	113
Figura 8 – Participação do MNCR, da MMM e do MST em debate na USP .....	114
Figura 9 – Condições de trabalho nos empreendimentos de João Pessoa.....	175
Figura 10 – Condições de trabalho nos empreendimentos de Campina Grande.....	178
Figura 11 – Encontro Estadual de Catadores e Catadoras da Paraíba .....	192
Figura 12 – Distribuição geográfica das lideranças do MNCR na Paraíba.....	193
Figura 13 – Conexões entre matrizes prático-discursivas e atores em nível macro .....	222
Figura 14 – Conexões entre matrizes prático-discursivas e atores, níveis meso e micro....	224
Figura 15 – Catadoras de Campina Grande em ato público com Lula.....	228

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição dos catadores(as) entrevistados por região do país.....	37
Tabela 2 - Distribuição dos catadores(as) entrevistados por mesorregião da Paraíba.....	38
Tabela 3 - Número de catadores(as) nas unidades de destinação final do lixo .....	87
Tabela 4 - Número de catadores(as) na zona urbana.....	87
Tabela 5 - Faixa etária dos catadores(as) entrevistados .....	92
Tabela 6 - Idade que os entrevistados(as) começaram na atividade de catação .....	92
Tabela 7 - Tempo dos entrevistados(as) na atividade de catação.....	92
Tabela 8 - Trabalhos e atividades desenvolvidas pelos entrevistados(as).....	93
Tabela 9 - Nível de escolaridade dos catadores(as) entrevistados.....	94
Tabela 10 - Número de municípios com trabalho social desenvolvido com catadores(as).	98
Tabela 11 - Participação de associações, cooperativas e catadores(as) na coleta seletiva ..	100
Tabela 12 - Reciclagem e coleta seletiva por tipo de material .....	102
Tabela 13 - Número de empresas ligadas ao setor de reciclagem .....	146
Tabela 14 - Quantidade de pessoas ocupadas no setor de reciclagem.....	147

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados dos catadores e catadoras entrevistados .....	303
Quadro 2 - Dados dos gestores públicos entrevistados .....	306
Quadro 3 - Dados dos representantes de entidades de apoio entrevistados.....	307
Quadro 4 - Dados dos empresários entrevistados.....	308

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

3R – Reduzir, Recuperar, Reciclar

ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste

ANCAT – Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

ARENSA – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nossa Senhora Aparecida

ASCAMANG – Associação de Catadores de Mangabeira

ASCAMARP – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Pombal

ASCARE – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de João Pessoa

ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável

ASTRAMARE – Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis

BA – Bahia

CADSOL – Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários

CATACAMPINA – Cooperativa de Trabalho dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande

CATAFORTE – Projeto de Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis

CATAJAMPA – Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis de João Pessoa

CATAMAIS – Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande

CATASOL – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Solânea

CATAVALE – Associação de Catadores do Vale da Palmeiras

CAVI – Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem

CEMPRE-IBGE – Cadastro Central de Empresas

CENTRAC – Centro de Ação Cultural

CEPAL – Comissão Econômica para Desenvolvimento da América Latina

Cesb – Confederação Elo Social Brasil

CIISC – Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros  
CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária  
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CONCRAB – Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil  
COOPAMARE – Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis  
COTRAMARE – Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
EA – Educação Ambiental  
EES – Empreendimento Econômico Solidário  
EMLUR – Empresa Municipal de Limpeza Urbana  
EPIs – Equipamento de Proteção Individual  
ES – Economia Solidária  
EUA – Estados Unidos da América  
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
FBP – Frente Brasil Popular  
FEES – Fórum Estadual de Economia Solidária  
FNLC – Fórum Nacional Lixo e Cidadania  
GIRSU – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos  
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Incubes – Incubadora de Empreendimentos Solidários  
Iner – Consórcio Instituto Nacional de E-Logística Reversa  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
Ipea – Instituto de Pesquisas Aplicadas  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares  
IUEES/UFCG – Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande  
LGBTQI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersex e mais  
MA – Maranhão  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MEI – Microempreendedor Individual

MG – Minas Gerais

MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis

MNPR – Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)

MST – Movimento Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NMS – Novos Movimentos Sociais

OAF – Organização Auxílio Fraternal

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração de Crescimento

PAS – Pesquisa Anual de Serviços

PB – Paraíba

PERS-PB – Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba

PIA-Empresa – Pesquisa Industrial Anual

PIB – Produto Interno Bruto

PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental

PLACEA – Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental

PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de João Pessoa

PMGIRS-CG – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Campina Grande

Pnad – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PR – Paraná

PRGIRS – Plano de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
Red LACRE – Red Latinoamericana y del Caribe de Recicladores  
RELICI – Rede Lixo e Cidadania  
RO – Rondônia  
RS – Rio Grande do Sul  
RSE – Responsabilidade Social Empresarial  
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos  
SEDH-PB – Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba  
Sema – Secretaria do Meio Ambiente  
SEMUC-SP – Secretaria de Mulheres Catadoras do Estado de São Paulo  
Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SERHMACT – Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia  
Sesaes – Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária da Paraíba  
SESOL – Secretaria Executiva de Economia Solidária da Paraíba  
SESUMA – Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Campina Grande/PB  
SIES – Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária  
SP – São Paulo  
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
TAC – Termo de Ajuste de Conduta  
TCP – Teoria do Confronto Político  
TDEPP – Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas  
TEC-PB – Tribunal de Contas do Estado da Paraíba  
TMP – Teoria da Mobilização Política  
TMR – Teoria da Mobilização dos Recursos  
TNMS – Teorias dos Novos Movimentos Sociais  
UAA – Universidad Autónoma de Aguascalientes  
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba  
UFCEG – Universidade Federal de Campina Grande  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba  
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicafes – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

Unicatadores – União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Unicopas – União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias

Unisol – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

USP – Universidade de São Paulo

VUNC – Valor, Unidade, Número e Comprometimento

WIEGO – Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing

## SUMÁRIO

<b>Prólogo: convite a um café e um bate-papo inicial</b> .....	<b>18</b>
<b>Introdução: um mergulho exploratório no universo da pesquisa</b> .....	<b>23</b>
<b>1 O debate sobre movimentos sociais e nossas escolhas analíticas</b> .....	<b>42</b>
1.1 Breve histórico do debate sobre movimentos sociais .....	42
1.2 Como as teorias de ação coletiva vêm sendo mobilizadas para entender o MNCR.....	51
1.3 Nossas escolhas teórico-metodológicas.....	62
<b>2 A organização coletiva dos catadores(as) no Brasil</b> .....	<b>73</b>
2.1 História da atividade de catação no Brasil.....	73
2.2 Perfil socioeconômico dos catadores(as) e desigualdades sociais no Brasil .....	85
2.3 Dados sobre as organizações socioprodutivas dos catadores(as) .....	95
2.4 Sobre a organização política dos catadores(as) .....	102
<b>3 Processos relacionados à organização coletiva dos catadores(as)</b> .....	<b>118</b>
3.1 A proposta da economia solidária e da autogestão.....	123
3.2 As discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade .....	131
3.3 A expansão da indústria da reciclagem .....	141
3.4 O papel das intermediações de outros atores sociais .....	150
3.5 As políticas públicas voltadas aos catadores(as) .....	158
<b>4 Os catadores(as) na Paraíba: Implicações locais sobre a organização coletiva</b> .....	<b>165</b>
4.1 A história da organização coletiva dos catadores(as) na Paraíba .....	165
4.2 Relação entre o nível nacional e o local: um movimento de base? .....	186
4.3 Percepções dos catadores(as) paraibanos sobre a organização da categoria .....	199
4.4 Influências das especificidades locais na organização coletiva dos catadores(as) .....	210
<b>5 A construção da ação coletiva entre os catadores(as) através do MNCR</b> .....	<b>220</b>
5.1 O processo de incorporação das matrizes prático-discursivas.....	221
5.2 Articulações com outros atores e reelaboração das matrizes .....	231
5.3 A construção de um repertório: sobre estratégias e formas de ação coletiva .....	247
5.4 Percepções sobre as implicações da ação coletiva .....	255
<b>Considerações finais: trabalhadores(as) informais do mundo, uni-vos!</b> .....	<b>266</b>
<b>Referências</b> .....	<b>280</b>
<b>Apêndices</b> .....	<b>294</b>

## **Prólogo: convite a um café e um bate-papo inicial**

O processo de escrita é sempre desafiador, constantemente novas questões se impõem e temos que aprender com elas para dar um passo adiante. No doutorado, perguntas como “o que eu estou fazendo?”, “por que estou realizando esta pesquisa?”, “qual o sentido do meu trabalho?”, “o que espero desse texto?” e “como cheguei aqui?” tornaram-se companhias frequentes. Hoje sinto que buscar respostas a essas perguntas tanto ajudou a me manter comprometida com a pesquisa, como pode contribuir para que os leitores desse texto entendam as escolhas temáticas, teóricas e metodológicas que realizei durante a investigação.

Assim, aproveitando-me da liberdade poética concedida a quem está concluindo uma pesquisa; influenciada pelo exemplo da minha grande amiga Daniella Azêdo, que expôs sua trajetória na dissertação como meio de tornar compreensível o lugar do qual posicionava seu olhar sobre o caso que investigou; inspirada pelas deliciosas “conversas existencialistas” relacionadas às inquietações acadêmicas, compartilhadas com Flavinha e Mona, com meu querido irmão Glauber e também com meu amado companheiro Pedro; e incentivada por meus estimados orientadores Roberto Vêras e Mário Ladosky, trago nesse prólogo um resumo da minha trajetória como forma de explicar o percurso que me conduziu à elaboração dessa tese.

Tendo em vista que pesquisadores são também seres sócio-históricos, construídos e reconstruídos na relação que estabelecem com o mundo e que esta construção influencia suas escolhas na pesquisa, uma apresentação talvez seja um intento mínimo de honestidade para com o leitor. Uma abertura para que se conheça o ponto do qual parte quem realizou a investigação.

Comentando sobre os diferentes recortes de pesquisas de um grupo de alunos, Magnani cita uma frase de Mariza Peirano que traz contribuições interessantes a esta reflexão:

[...] a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia no local da pesquisa, entre pesquisador e pesquisados.<sup>1</sup>

Estas considerações fortalecem a ideia de que não há fórmulas para desenvolver uma pesquisa, cada um sofre a influência de diversas variáveis imprevisíveis do momento em que a inicia até o término da investigação. As considerações de Peirano me levam a refletir que sendo impossível ao pesquisador abandonar sua biografia na hora da pesquisa ou esquecer o contexto no qual desenvolve sua investigação, nada mais natural, e necessário, que trazer esses elementos ao texto. Partindo dessa interpretação, realizo a seguir uma breve apresentação pessoal.

---

<sup>1</sup> Peirano apud Magnani, 2008, p. 51.

Se eu fosse traçar meu perfil socioeconômico através de algumas categorias diria que sou: mulher, hétero e cisgênero, negra (por sangue e por fenótipos), mestiça (filha de pai negro e mãe branca), nordestina, criada sob um padrão de vida que pode ser considerado de classe média (se é que isso existe), que, no entanto, advém de famílias de trabalhadores pobres. E o que isso tem a ver com esta pesquisa? Tudo. Deixe-me explicar. Portadora das mencionadas características socioeconômicas, não me faltou oportunidade para aprender empiricamente desde a infância que o mundo trata diferente pessoas diferentes. Mesmo sem noção teórica sobre o assunto, as desigualdades sociais de classe, raça e gênero já me causavam grande incômodo. Inconscientemente, as questões que me inquietavam ao longo da minha vida me acompanharam durante minha trajetória acadêmica, influenciando várias das minhas escolhas até chegar à tese.

Terminado a escola entrei no curso de administração. Sendo filha de pessoas que trabalharam desde a infância para ajudar no sustento da família, estranhava como as teorias eram pensadas para alcançar o maior lucro possível a custo da exploração crescente dos trabalhadores. Por às vezes discordar das premissas da área, um professor acabou me acusando de ser “humana demais para a administração”, recomendando que eu largasse o curso.

Após quase desistir da universidade, optei por buscar uma abordagem “mais humana” e acabei encontrando a Responsabilidade Social Empresarial (RSE), tema sobre o qual realizei minha pesquisa de monografia. Me dediquei à RSE e à Qualidade de Vida no Trabalho por algum tempo, me decepcionando ao perceber que estas propostas eram condicionadas aos interesses das empresas e utilizadas como estratégias de marketing social e marketing verde.

Em 2009, seguindo o conselho do meu caro amigo de movimento estudantil, professor e orientador da graduação, Patrício Vasconcelos, entrei numa especialização em Economia Solidária e Autogestão sem saber bem de que tratava o curso. Foi assim que acabei encontrando um modo de produção que propõe valores e práticas opostas as do capitalismo, uma alternativa de geração de trabalho e renda que respondia às inquietações que eu tinha desde a graduação.

Através de uma disciplina ofertada pelo professor Roberto Vêras e de sua orientação durante a monografia conheci um pouco sobre a sociologia do trabalho, passando a me interessar pela maneira como esta área investigava e problematizava o mundo do trabalho e as desigualdades sociais. Finalizei a especialização investigando a realização através do trabalho autogestionário com um grupo de agricultores e agricultoras da Várzea Paraibana ligados ao Movimento Sem Terra (MST). A experiência das pessoas entrevistadas me encantou a tal ponto que me apaixonei por sua causa, por sua luta e pela ideia de “mudar o mundo” através da proliferação de experiências como aquela (sonho comum à juventude dos meus então 24 anos).

A empolgação foi tão grande que nessa época elaborei um “projeto” – ambicioso e amador – de reinserção social de “moradores de rua”, pensando a geração de trabalho e renda, tendo a autogestão como um dos eixos centrais dessa reinserção. Ver as pessoas dormindo nas calçadas da cidade sempre me causou grande angústia, assim, ainda durante o curso de administração eu me perdia em meus devaneios imaginando um centro público que oferecesse serviços assistenciais mínimos a essas pessoas. Agora, conhecendo a economia solidária, esse projeto ganhava novas possibilidades e complexidade, mas continuava sendo grande demais para convencer outras pessoas a adotá-lo. Lembro que um dia voltei de um centro espírita “revoltada” por que as pessoas estavam mais interessadas em doar sopa e abrigos para as pessoas que vivem na rua do que em se comprometer com uma maneira de mudar a vida delas<sup>2</sup>.

Com essa visão “apaixonada” pela economia solidária cheguei ao mestrado em Ciências Sociais, onde fui levada a refletir sobre como meu “olhar romântico” acerca do tema de pesquisa poderia atrapalhar minhas análises. Durante o duro processo de desencantamento e reposicionamento aos poucos passei a primar pelas premissas do distanciamento, neutralidade e objetividade, passando a acreditar que esse era o único “modo correto” de fazer ciência.

Em meados do mestrado realizei uma entrevista com o professor Maurício Sardá, que assessorava diversos grupos através da Incubadora da Universidade Federal da Paraíba. Na ocasião ele me perguntou que segmento eu pretendia investigar, sugerindo o caso dos catadores de materiais recicláveis, um grupo vulnerável que merecia maior atenção da academia por não dispor de muitos estudos no estado da Paraíba, tendo poucos subsídios para legitimar a pressão por políticas públicas. Achei a ideia maravilhosa e segui a sugestão do professor Sardá.

Aqui cabe um esclarecimento, há anos meu tio Edson é catador, através dele conheci as dificuldades e o estigma relacionado à atividade. Assim, tanto me agradava a ideia de produzir um estudo sobre o tema, que talvez pudesse ser útil aos catadores do estado onde moro, quanto a pesquisa me forneceria algum conhecimento sobre as opiniões de catadores organizados para dialogar com meu tio sobre a possibilidade de ele participar de uma cooperativa. Por fim, no mestrado investiguei a inserção dos empreendimentos de catadores na dinâmica capitalista.

Além desse tio, tenho uma prima que trabalhou desenvolvendo projetos com catadores. Os diálogos com Mary foram essenciais para entender a realidade que estava começando a investigar. Mesmo afetivamente envolvida com o tema da pesquisa, evitei participar de projetos e movimentos sociais ligados aos catadores durante o mestrado, por acreditar que apenas me mantendo distante de suas lutas evitaria realizar uma análise tendenciosa.

---

<sup>2</sup> O que não é pouca coisa, mas, na minha cabeça, não era o suficiente porque não resolvia o problema.

“Mas a vida, a vida é uma caixinha de surpresas...” em 2016, um ano de grande agitação política no Brasil, entrei no curso de doutorado, me deparando com diversos acontecimentos a nível nacional e local que me levaram ao envolvimento gradual com uma militância<sup>3</sup> social-política. Em menos de um ano acabei me envolvendo com o movimento social da economia solidária e com outros movimentos dos quais meus informantes participavam, me posicionando frente a eles e frente à academia. Este duplo posicionamento nos campos de pesquisa e acadêmico, enquanto pesquisadora e como “militante”, me fizeram questionar as máximas do distanciamento e da neutralidade nas ciências sociais.

Várias questões ressoavam em minha mente: é possível alcançar a neutralidade científica? E qual seria o papel dos cientistas frente aos conflitos sociais? Após mergulhos nas teorias e conversas com amigos – dos quais destaco Edísio e Mateus que muito me ajudaram a repensar o papel social da ciência – passei a considerar urgente que a academia problematize as discussões sobre cientificidade, reavaliando o papel dos cientistas frente às questões sociais.

Além da relação entre ciência e política, a conjuntura fomentava outra questão: por que as pessoas continuavam vivendo “normalmente” como se nada estivesse acontecendo no país? No decorrer do curso, provocada pela sugestão do professor Mário Ladovsky de procurar compreender se a organização dos catadores indicava um processo de formação de classe, e entusiasmada com a proposta do professor Roberto Vêras de buscar identificar os processos que contribuíram para dar início a ação coletiva desse grupo social, minha inquietação se reconfigurou, reformulando-se na pergunta: o que leva as pessoas a passarem a agir coletivamente na luta por seus direitos?

Em meio a esse processo aceitei o convite do professor Mário para participar da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande (IUEES/UFCG), assim comecei a participar do Fórum Economia Solidária enquanto assessoria via universidade. No decorrer do doutorado, diante às exigências da academia, acabei me afastando do fórum. Todavia, por vezes era convidada a participar de cursos e reuniões, onde mesmo me apresentando como pesquisadora acabava sendo vista também como assessoria. A visão dos entrevistados sobre meu papel nos espaços influenciou bastante a escolha da metodologia, como esclarecerei na Introdução.

---

<sup>3</sup> Talvez o termo “militância” não seja o mais adequado para nomear o meu envolvimento com os movimentos sociais, podendo se assemelhar mais ao envolvimento de uma ativista ou manifestante. Participava de reuniões, colaborava com a construção e execução das ações coletivas, mas não me vinculei a um grupo efetivamente. Gohn (2018, p.19) explica que “o militante tem filiações e compromissos coletivos com grupos, movimentos, partidos etc. O ativista não, atua em função de causas, muitas vezes de forma individual, não tem pertencimentos fixos, atua mais em coletivos do que em movimentos”.

Importante mencionar que ainda durante o mestrado fui incentivada pela professoras Roseli Corteletti e Elizabete Lima, bem como pelo professor Ronaldo Sales a deter meu olhar com maior atenção sobre as questões de gênero e raça, que, pelo próprio perfil das pessoas investigadas (em sua maioria mulheres negras), contribuiriam com a compreensão da realidade que estava observando. Por não ter muito conhecimento teórico sobre os temas na época, só encarei esse desafio no doutorado. Embora ainda hoje não tenha muita bagagem teórica sobre o assunto, não consigo mais conceber organização coletiva das catadoras e catadores sem levar em consideração as questões de raça e gênero. Assim, agradeço muito a Roseli e a Ronaldo por ampliarem meu olhar nessa direção. Agradeço também à professora Elizabete Lima e às colegas da disciplina Gênero e Política, bem como as companheiras de coletivos e movimentos feministas que me ajudaram a desenvolver uma reflexão sobre o tema.

O último evento que gostaria de mencionar foi a realização de um estágio sanduíche na *Universidad Autonoma de Aguascalientes (UAA)*, México. O qual me possibilitou entrevistar alguns informantes de outros países, bem como refletir sobre o modo como questões globais se metamorfoseiam em meio às particularidades históricas e culturais locais. Ademais, o convívio com professores e colegas do grupo de estudos da UAA trouxe contribuições valiosas à pesquisa, me levando a sintetizar os achados da investigação em quadros esquemáticos.

Essa contextualização visou revelar como me envolvi com o “objeto empírico”; como cheguei aos temas economia solidária e autogestão, trabalho e desigualdade; as razões de meu interesse pelas questões de classe, raça, gênero e a reinserção social de pessoas que às vezes se encontram em situação de rua; e também porque considero relevante levar em consideração as especificidades locais para compreender fenômenos sociais mais amplos.

Espero que esse prólogo contribua ainda para justificar as ausências de outros debates importantes para a compreensão da realidade dos catadores, os quais não privilegiei por escolher centrar-me nos temas que queria investigar. Destaco ainda que a própria conjuntura tornou temas como ação coletiva, cortes nas políticas públicas e as implicações da reforma trabalhista ordens do dia – temas que integram a agenda do Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP), do qual participo desde o ano de 2014.

Finalizando essa apresentação, ressalto que mesmo acreditando que não possamos nos despir de nossa subjetividade nas escolhas da pesquisa, é necessário e possível desenvolver uma investigação orientada pelo compromisso com a apreensão da realidade tal qual ela se apresenta. Corroborando Sader (1988), acredito que é possível unir uma paixão militante pela causa dos trabalhadores e trabalhadoras ao rigor crítico na análise objetiva dos acontecimentos.

## **Introdução: um mergulho exploratório no universo da pesquisa**

No dia 22 de março de 2018, dezenas de catadores e catadoras<sup>4</sup> de materiais recicláveis acompanhados por suas famílias – inclusive por crianças pequenas de até quatro anos de idade; representantes de entidades de assessoria, como universidades e organizações não governamentais (ONGs); e integrantes de movimentos sociais, como o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES) e a Frente Brasil Popular (FBP), ocuparam a Câmara Municipal de João Pessoa, no estado da Paraíba. O grupo protestava contra o lançamento de pré-venda do “Sistema Iner”, um dos pontos da pauta da Câmara no dia.

Na entrada, catadores e catadoras – a maioria mulheres e negros(as) – se reuniram, distribuíram panfletos e conversaram baixinho sobre a proposta do “Sistema Iner” e sobre o protesto que iriam realizar. Os vereadores passavam observando as pessoas em frente à Câmara com curiosidade. Chamou atenção a chegada de um grupo de homens e mulheres, todos brancos e muito bem vestidos, que entraram rapidamente no prédio. Alguns catadores(as) comentaram que “era o povo da Iner”. Aos poucos os catadores(as) foram entrando no prédio e ocupando a plenária “para não causar tumulto lá na frente”, como disse uma catadora aos colegas próximos.

A proposta do Consórcio Instituto Nacional de E-Logística Reversa (Iner), que conta com a parceria da Confederação Elo Social Brasil (Cesb), visava que a prefeitura cedesse o gerenciamento dos resíduos sólidos ao grupo. De acordo com seu site, a Iner é uma “empresa de capital privado, criado [*sic*] por uma instituição social, que uniu aos seus objetivos as maiores empresas em seus segmentos para implantação do projeto ‘Lixo Zero Social 10’”.

De acordo com catadores e catadoras presentes no dia, a Iner pretendia se apropriar dos resíduos recicláveis relegando a eles a reciclagem de madeira, oferecendo capacitações em marcenaria a quem tivesse interesse. Os catadores(as) acusavam a empresa de tentar tomar deles o direito de acessar o material reciclável com valor comercial. Em seu blog, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) acusou a empresa de “buscar doação de áreas públicas para vender plantas de tratamento de resíduos que excluem o processo cooperativista das organizações de Catadores”<sup>5</sup>. Outra denúncia realizada pelo MNCR está relacionada aos riscos ambientais das incineradoras, que são uma das propostas da Iner.

---

<sup>4</sup> Procurei fazer um uso não sexista da linguagem utilizando as construções sintáticas no masculino e recorrendo a grafias como “catador(a)” ou “trabalhadores(as)” para não deixar de enfatizar o papel das mulheres nesse grupo social. Essa postura vai contra a norma culta da linguagem, mas acredito que desafiar as normas linguísticas (ainda que minimamente) também é uma forma de questionar as estruturas vigentes. O mesmo modelo é utilizado pelo movimento dos catadores(as) no Brasil e por algumas pesquisadoras desse grupo social.

<sup>5</sup> Catadores fazem protesto contra o grupo Iner, MNCR, 2018.

A sessão teve início com outros pontos de pauta, permanecendo os catadores(as) calados num primeiro momento. Mesmo antes de entrar na pauta da Iner, alguns vereadores começaram a usar seu direito a fala para informar que não estavam entendendo o motivo da Câmara estar cheia ou para fazer esclarecimentos sobre o assunto. Alguns denunciavam “o absurdo” que era a realização de um evento de pré-venda de um serviço público na Câmara, outros defendiam “o direito democrático” da Iner expor sua proposta, que poderia melhorar a vida dos catadores(as).

Em sua fala, o vereador Marcos Henriques, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), saudou os catadores(as) enfatizando a importância de sua atividade e mencionou o papel do ex-presidente Lula na construção de políticas públicas que dignificam a atividade através da organização de cooperativas e associações. Após ler a moção de repúdio do MNCR à proposta da Iner, o vereador enfatizou que “o grupo não discute só uma questão economicista, mas também ambientalista”, destacando a importância do documento para fundamentar a luta dos trabalhadores que estavam ali. Nessa hora o auditório já estava cheio de seguranças.

Durante todo o evento, os catadores(as) protestaram contra a proposta da Iner e a partir de certo momento tentaram interromper a sessão exigindo a realização de uma audiência pública onde pudessem ser ouvidos pelos vereadores. A manifestação se dava através de técnicas de agitação: puxaram palavras de ordem como “Que que eu sou? Catador!”, “Fora Iner!”, “Viva os catadores!”, “Catador unido jamais serão vencidos! [sic]”, “1, 2, 3, 4, 5 mil, estamos defendendo a natureza do Brasil!”, “O catador quer falar”, “O povo unido jamais será vencido! Catadores unidos jamais serão vencidos!”; entoaram canções próprias do MNCR, a exemplo da paródia “eu sou catador, com muito orgulho, com muito amor”, e outras comuns aos movimentos sociais, como “Pisa ligeiro”; exibiam cartazes escritos em papelão; denunciavam a ilegitimidade do “representante dos catadores” que integrava o coletivo que iria apresentar a proposta à Câmara, acusando-o de ser um atravessador; interromperam a fala de vereadores que apoiavam a continuidade da sessão e a exibição da proposta da Iner com vaias e aplaudiram os vereadores que faziam falas de adesão à causa dos catadores(as), solicitando a abertura de uma audiência pública e o direito de voz para os mesmos.

Foi possível observar o empenho da liderança estadual do MNCR e de algumas pessoas ligadas a movimentos sociais que lidam frequentemente com técnicas de agitação e propaganda, como a Frente Brasil Popular, para que a plateia permanecesse ativa durante toda a sessão. Em uma breve conversa, dois integrantes da FBP comentaram haver se aproximado dos catadores(as) durante a construção do Grito dos Excluídos, enfatizando a importância dos movimentos se unirem e se apoiarem nas lutas dos trabalhadores, como no dia em questão.

Os catadores(as) faziam referência à sua atividade também através das vestimentas, levando camisas das cooperativas e associações das quais participavam ou do MNCR. Muitos manifestantes exibiam a bandeira do movimento e vários utilizavam luvas e máscaras, reforçando a imagem da profissão.

A surpresa de muitos vereadores com a pauta e com a superlotação da casa, bem como a falta de conhecimento sobre a gestão dos resíduos sólidos ficaram evidentes em suas falas, sendo percebidas pelos catadores(as) que teciam críticas entre seus pares e corrigiam as “gafes” cometidos pelos parlamentares: “A gente não é lixeiro não!”, “Não é lixo! É reciclagem!”.

Devido ao tumulto gerado, a sessão foi interrompida. Antes do grupo sair do auditório, um dos vereadores se comprometeu a solicitar uma audiência pública sobre a gestão dos resíduos sólidos. Após o esvaziamento da plenária, a maioria dos catadores(as) permaneceu em frente à Câmara, buscando evitar que a sessão continuasse. Os catadores(as) se dividiam principalmente por empreendimento. A presidente de uma associação que opera em dois galpões comentou que os grupos não se misturam e que foi difícil organizar a participação no evento. Em frente ao prédio, viaturas da Guarda Civil Municipal faziam-se presentes.

Durante o período de espera, um grupo de catadoras me apresentou uma mocinha de dezenove anos que tinha um olho roxo. Apesar de estar cicatrizando, o olho ainda estava inchado e apresentava uma bolsa de pus. De acordo com as colegas de trabalho, há pouco tempo a menina havia passado cerca de um mês internada no Hospital de Trauma devido às agressões que sofreu do companheiro. A mãe, também catadora, dizia não saber mais o que fazer para a filha largar o rapaz. A moça informava que gostava do rapaz apesar de tudo. Sem saber muito bem o que fazer diante da situação, eu, juntamente com uma técnica ligada à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sugerimos que a moça procurasse a Casa da Mulher, onde poderia ter assistência psicológica, mesmo se decidisse não denunciar o rapaz à polícia por hora.

Como o grupo havia suspeitado, após algum tempo a sessão foi retomada, entretanto sua continuidade se deu em outro prédio público, em frente à Câmara Municipal. As portas foram fechadas e seguranças impediram que os manifestantes entrassem no local. Os catadores(as) protestaram acusando os seguranças de não terem consciência de que também eram trabalhadores só por usarem ternos. Afirmaram que se os seguranças tivessem consciência estariam de seu lado, pois eles estavam defendendo seu direito de trabalhar. Em meio às acusações, alguns catadores e representantes de entidades de apoios comentaram que os seguranças não tinham culpa, se não fizessem o trabalho deles seriam demitidos e “o desemprego tá grande”. Todos pareceram concordar, parando de criticar os seguranças.

Com muita insistência e diálogo, os manifestantes conseguiram autorização para entrada de uma comissão formada por seis catadores(as) e uma professora da Universidade Estadual da Paraíba, que representaria as entidades de assessoria. Interessante mencionar que uma representante do grupo Iner – uma moça jovem, branca, muito bem vestida, de fala suave – tentou barrar a representante estadual do MNCR – uma mulher negra, de meia idade, com vestimentas e vocabulário simples que subia o tom de voz para se fazer ouvida –, solicitando ao segurança que não a deixasse entrar junto com a comissão. A catadora só conseguiu liberação para sua entrada devido ao apoio dos colegas que bradaram que ela era sua representante legítima e precisava participar da reunião.

Após entrada da comissão na reunião, os demais permaneceram em frente ao prédio, aguardando os colegas e informações. Por volta das 13 horas técnicos da UEPB retornaram ao local trazendo quentinhas para o almoço. As pessoas sentaram no chão e almoçaram ali mesmo. A comida servida seria oferecida aos participantes de um curso de formação para catadores(as) que estava acontecendo no período. Os catadores(as) e a professora que dirigia o projeto haviam decidido privilegiar a manifestação ao invés do encontro do curso nesse dia. Após mais algum tempo de espera o grupo começou a se dissipar, mas uma parte permaneceu no local. Por volta das 15 horas me despedi dos conhecidos(as) e parti à cidade em que moro.

Esse é um relato pessoal do evento presenciado, todavia o episódio foi narrado por diversos meios de comunicação, aparecendo na página do blog do MNCR, em jornais editados por grupos políticos com posicionamento à esquerda e na imprensa local. Em cada veículo de comunicação, uma abordagem diferente sobre o acontecimento.

O MNCR trouxe falas de sua representante comunicando que a mesma havia acionado o Ministério Público do Trabalho, enfatizou a denúncia sobre as irregularidades legais e ambientais da proposta da Iner, alertando que esse grupo atua nacionalmente, e destacou que trata-se de um ataque ao direito do catador(a) de trabalhar. A matéria *Empresa privada ameaça direitos dos catadores na Paraíba* (2018), escrita por uma integrante de uma ONG, apesar de também trazer a fala da liderança do MNCR, deu maior espaço às assessorias, que denunciaram o descumprimento dos municípios à legislação federal que garante a inserção socioeconômica dos catadores(as) através da coleta seletiva. Já a maioria dos jornais locais pareceram se esforçar em passar a ideia de um posicionamento imparcial trazendo falas da representante do MNCR, de vereadores e de representantes da Iner. Entretanto, um observador atento perceberia facilmente que as diferentes dosagens e combinações realizadas, além da escolha das palavras nas manchetes, contradizem a suposta imparcialidade das matérias.

Chama ainda mais atenção o fato de que o Jornal Paraíba Online, que não havia publicado nada sobre a sessão na Câmara, tenha publicado uma matéria intitulada *Ibama flagra catadores em situação desumana em Aterro sanitário de JP* (2018), um mês após o evento. As condições de vida dos catadores também foi tema da matéria *Catadores se alimentam de lixo descartado em aterro de João Pessoa* (2018), publicada pelo canal nacional de notícias G1. Ambas matérias centraram na denúncia da situação de insalubridade nos aterros exigindo soluções ambientalmente corretas do poder público, sem fazer qualquer referência aos direitos de inserção socioproductiva desses trabalhadores(as), e sem mencionar a existência de cooperativas e associações na cidade.

Esse primeiro relato de uma de nossas observações empíricas traz vários indícios sobre as relações de parceria e de oposição estabelecidas entre diferentes atores sociais, evidenciando conflitos que envolvem catadores(as), gestores públicos, empresas privadas, atravessadores, movimentos sociais e entidades de assessoria. Emergem ainda do relato sinais de conflitos de gênero, raça e classe. Importante destacar que a situação referida não abarca todos os atores e interesses em disputa no campo dos resíduos sólidos, tampouco revela toda a complexidade das condições de trabalho, vida e organização coletiva dos catadores(as). Mesmo assim, o caso serve para evidenciar uma situação de conflito que envolve indivíduos, grupos e instituições diversas. O episódio em João Pessoa não se tratou de um evento isolado, situações semelhantes ocorrem por todo o Brasil e no mundo, como é possível verificar em diversas reportagens do blog do MNCR e de sites internacionais de coletivos de catadores(as).

As falas no evento, os dizeres nos cartazes, as mensagens nas letras das músicas cantadas na plenária e as publicações posteriores ao episódio informam sobre os diferentes discursos dos vários atores envolvidos e os argumentos mobilizados para legitimar suas posturas e ações. Observamos<sup>6</sup> ainda o modo como atores com posições contraditórias constroem linhas argumentativas diferenciadas sobre os mesmos temas – meio ambiente, trabalho, reinserção social dos catadores(as), questões legais e direitos assegurados pela legislação – propondo soluções distintas para a questão da gestão dos resíduos sólidos. As pautas de reivindicações e as estratégias de ação coletiva utilizadas pelos catadores(as) são outros elementos que emergem através da situação observada.

---

<sup>6</sup> Considerando que toda pesquisa é fruto de um esforço coletivo entre pesquisador, orientadores, pesquisados e colaboradores diversos, optei por utilizar a terceira pessoa do plural a maior parte do tempo, visando reconhecer as participações invisíveis à elaboração dessa tese. Ainda assim, utilizei a primeira pessoa do singular no relato de experiências pessoais individuais, como no prólogo e na observação de campo, ou para assumir a responsabilidade por certas opções que possam gerar polêmicas. Ademais, esclareço que ao reconhecer as diversas contribuições a esse texto não intento ausentar-me de minhas responsabilidades éticas, analíticas ou de qualquer outro caráter.

Para além da questão da gestão dos resíduos sólidos, o relato indica ainda a maneira como os catadores(as) se percebem e como veem outras categorias de trabalhadores. No ato enfatizaram sua imagem enquanto trabalhadores(as) que cuidam do meio ambiente e que estão lutando por seus direitos. Intrigante observar que uma categoria que luta cotidianamente contra o estigma relacionado ao manejo do material descartado pela sociedade reproduza o mesmo estigma com a categoria dos lixeiros, demarcando as diferenças que distinguem as duas atividades: o catador como um agente ambiental, e o lixeiro, esse sim, viveria do lixo. Já com os seguranças percebe-se dois movimentos, primeiramente os catadores(as) criticaram a falta de consciência e de solidariedade desses trabalhadores, avaliando que estes estariam se achando melhores que os manifestantes por usarem terno e gravata, porém, em um segundo momento, a grande maioria concordou que esses trabalhadores não teriam opção de agir de outra maneira.

Não cabe nessa Introdução o exame detalhado da situação descrita, que traz à tona uma infinidade de possíveis questões de análise. Ao longo do texto o caso será retomado para apreciação analítica. No momento, visamos apenas introduzir o leitor no universo da pesquisa, para a partir dessa primeira imagem convidá-lo a conhecer a proposta dessa investigação.

O cenário descrito suscita inúmeras questões: o que vem levando os catadores(as) de um pequeno estado a se organizarem, reivindicarem direitos e questionarem uma situação de exclusão social vivida em silêncio por várias gerações? Como um grupo que em geral é visto como parte de uma camada da população incapaz de organização política passou a agir coletivamente? Quais as implicações da organização coletiva para estes trabalhadores(as)?

Tais questionamentos suscitaram a elaboração da questão norteadora, traduzida no objetivo geral da pesquisa: identificar quais são os processos práticos-discursivos que de alguma maneira influenciaram ou contribuíram com a organização socioeconômica e política dos catadores e catadoras de materiais recicláveis no estado Paraíba e como esses trabalhadores percebem esses processos.

Para atender ao objetivo geral, foram delimitados cinco objetivos específicos: Resgatar a história da organização coletiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis na Paraíba; Reconstituir as relações que se estabeleceram entre os níveis nacional e local do movimento dos catadores(as); Conhecer a relação dos catadores(as) com as organizações mediadoras; Investigar o processo de construção e as formas da ação coletiva dos catadores(as), bem como as implicações dessa ação na conquista de direitos; Analisar em que medida a participação em associações, cooperativas e no Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis tem fomentado um processo de construção de uma identidade que possibilite a ação coletiva.

Sem a pretensão de fazer do caso observado um parâmetro aplicável a qualquer experiência de ação coletiva, almejamos, em uma mão, nos utilizarmos de referências teóricas para melhor entender a realidade sócio-econômico-política dos catadores(as) como segmento social relevante e, na outra mão, discutir as implicações dos achados empíricos sobre o debate teórico, visando com isso enriquecer a sociologia do trabalho. Assim, dialogamos com as referências bibliográficas disponíveis sobre ação coletiva e movimentos sociais. Desse modo, a questão da pesquisa se estrutura sobre uma dimensão empírica e outra teórica. Pretendemos tanto realizar uma investigação em busca de elementos empíricos que contribuam com as discussões sobre catadores(as), levantando informações que possam ser úteis a esses trabalhadores(as), quanto contribuir para o debate sociológico sobre ação coletiva.

Em um cenário onde reformas trabalhistas e a regulamentação da terceirização intensificam a flexibilização do trabalho e ameaçam um padrão de relações de trabalho pautado por garantias sociais e um modelo tradicional de organização dos trabalhadores(as) referenciado em sindicatos, o caso dos catadores(as) torna-se interessante para pensar estratégias de ação coletiva adotados por segmentos que vivem quase completamente na informalidade, realizando uma atividade que muitas vezes nem mesmo é reconhecida como trabalho.

Apesar de terem seu trabalho apropriado pela indústria da reciclagem, os catadores(as) não são reconhecidos como força de trabalho deste setor<sup>7</sup>. Além disso, o serviço de limpeza urbana executado por eles(as) raramente é remunerado pelo poder público<sup>8</sup>. Até com a própria sociedade os catadores(as) encontram dificuldades no convencimento da importância de sua atividade, o que pode ser comprovado pela baixa adesão à coleta seletiva no país.

Outra questão se impôs diante do atual cenário político do Brasil: tendo em vista que a organização produtiva e política dos catadores(as) deu um salto durante os três governos do Partido dos Trabalhadores, enquanto contou com o apoio de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do segmento, quais foram as implicações dos cortes que vêm sofrendo essas políticas públicas desde 2015 para os catadores(as)? Quais as saídas encontradas pelo MNCR?

Tendo em vista que a maioria dos catadores(as) no Brasil são mulheres e negros(as), também foi realizada uma aproximação com os estudos de raça e gênero. Todavia, devido às limitações inerentes à pesquisa e as escolhas necessárias aos recortes investigativos, tais questões foram tratadas de forma transversal, não ocupando o centro do debate proposto. Outros temas que transpassam esta tese são as desigualdades sociais e a exclusão social.

---

<sup>7</sup> Cf.: Birkbeck, 1978; Magera, 2005; Bosi, 2008; Burgos, 2013; Leite, Wirth e Chérifem, 2015; Lima, 2015.

<sup>8</sup> Cf. Birkbeck, 1978; Leite, 2012; Lima, 2015.

Sobre o lócus do estudo, duas razões influenciaram a ênfase na Paraíba, primeiramente por ser o estado onde resido e onde se situa a instituição à qual estou vinculada, o que facilita a investigação. Segundo, porque a maioria das pesquisas locais se dedicam a estudos de caso, carecendo-se de mais investigações voltadas às conexões com as dinâmicas nacionais da organização dos catadores(as). Assim, a investigação realizada buscou conhecer de que maneira os aspectos locais influenciam no desenvolvimento da atividade de catação e na organização coletiva dos catadores(as), bem como compreender as relações estabelecidas entre os níveis nacional e local da organização destes trabalhadores(as). Deter o olhar sobre as diferenças locais pode contribuir para compreensão do que leva catadores(as) de regiões socioeconomicamente distintas a vivenciarem e percebem sua atividade e organização diferentemente.

Além de considerar importante conectar a análise da organização dos catadores(as) no estado da Paraíba com o desenvolvimento histórico e articulação nacional da organização desses trabalhadores(as), entendemos que o processo em curso no Brasil não poderia ser compreendido isoladamente, sem levar em conta as relações estabelecidas a nível internacional. Devido a impossibilidade prática de se realizar uma pesquisa internacional no momento, buscamos suprir essa necessidade investigativa estabelecendo diálogos com a bibliografia internacional, buscando compreender a relação entre o caso brasileiro e os de outros países para melhor compreender como esse processo vem ocorrendo.

Com recortes e focos de análise diversos, os estudos sobre catadores(as) têm contribuído para indicar fatores relacionados ao aumento no número de indivíduos que passou a desenvolver esta atividade, a relação dos catadores(as) com o capitalismo, os elementos que estariam relacionados à organização coletiva destes trabalhadores(as), contribuindo também para revelar suas condições de trabalho e vida, trazendo dados sobre questões referentes ao trabalho, saúde, educação, etc. Assim, a bibliografia que toma os catadores(as) como objeto de estudo é extensa, interdisciplinar e conta com produções de pesquisadores de várias regiões e países diferentes. Os primeiros estudos sobre este grupo social surgiram na década de 1970, mas a produção científica sobre o tema se intensificou principalmente a partir da década de 1990.

O esforço em conhecer a realidade desse grupo social partiu tanto da academia quanto de instituições públicas e privadas, algumas interessadas nas questões da desigualdade e da pobreza, outras na questão do trabalho, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Há ainda estudos focados nos temas da sustentabilidade e gestão do lixo, realizados por organizações ambientalistas que desenvolvem projetos com catadores(as), ou por entidades públicas, que realizaram levantamentos para viabilizar o desenvolvimento de políticas públicas.

Reconhecendo a impossibilidade de realizar um levantamento que cobrisse toda a bibliografia temática, optamos por estabelecer um diálogo com pesquisas sociais que tenham como eixo de investigação as questões do trabalho, políticas públicas, organização e ação coletiva dos catadores(as), recorrendo também a pesquisas das áreas da geografia, psicologia, administração e do direito. Buscamos resgatar estudos mais antigos, visando reconstituir a história da organização dos catadores(as) e conhecer as primeiras interpretações sobre o tema, contemplando também estudos recentes e análises atuais sobre a organização dos catadores(as) no Brasil e na Paraíba, mas também em outras partes do mundo. Pretendemos assim fazer as hipóteses levantadas nesse estudo dialogarem com as diversas realidades existentes.

Outra linha a qual dedicamos maior atenção foram os levantamentos quantitativos disponíveis, que, embora apresentem limitações metodológicas, como apontamos adiante, ofereceram dados que possibilitaram uma melhor compreensão das questões dessa pesquisa. Ajudaram assim a traçar um panorama mínimo da situação dos catadores(as) de materiais recicláveis, da gestão de resíduos sólidos no Brasil e da indústria da reciclagem no país.

As contribuições dos estudos consultados foram valiosas para a compreensão das transformações macrossociais que conduziram a um aumento no número de catadores(as), o modo como a proposta de organizar estes trabalhadores(as) em cooperativas e associações ganha força, o conhecimento dos atores que teriam apoiado a organização dos catadores(as) e seus interesses. Entretanto, parecia faltar uma investigação um pouco mais dedicada a identificar o que teria levado o sujeito principal desse processo, os próprios catadores(as), a decidirem se associar, a permanecerem unidos e a construírem um movimento social.

De antemão esclarecemos que compreendemos que apenas uma minoria dos trabalhadores – em geral e não apenas os catadores(as) – se vinculam a uma luta coletiva por seus direitos, e que realmente esse passo costuma ser precedido por uma conscientização de suas condições de vida, como indicam vários estudos sobre o próprio grupo dos catadores(as)<sup>9</sup>. O que buscamos entender melhor foi o que tem levado uma quantidade significativa de catadores(as) a agir coletivamente. Supomos que para isso fosse necessário investigar mais detalhadamente como são assimilados os processos macrossociais nos quais estão imbricados os sujeitos, quais as motivações os levam a participar de uma experiência coletiva e quais sentidos atribuem a sua organização. Ou seja, posicionamos nossa lupa sobre os processos sociais desenvolvidos entre os indivíduos e o modo como eles concebem esses processos.

---

<sup>9</sup> Cf. Wilson, Velis e Cheeseman, 2006; Kemp e Crivellari, 2008; Amorim, 2012; Leite, 2012; Silva, Goes e Alvarez, 2013; Leite, Wirth e Chermem, 2015; Lima, 2015; Veronese e Cabral, 2016.

Em síntese, a partir da observação empírica da realidade vivenciada pelos catadores(as) de materiais recicláveis e da análise da bibliografia que dialoga com assuntos relacionados à nossa questão norteadora, consideramos fundamental nos determos sobre o processo histórico de organização socioprodutiva e política desses trabalhadores(as). Buscamos assim compreender como os processos que interferem no contexto social onde esses sujeitos estão inseridos são percebidos por eles mesmos. Ou seja, foi preciso observar o processo microscopicamente, conectando-o com o contexto meso e macrossocial onde ele se desenvolve.

Desse modo, nos inspiramos na abordagem de Edward Thompson porque ela nos pareceu extremamente frutífera para nossa investigação. Thompson (1979a, 1987a, 1987b, 1987c, 2001), que analisou a formação da classe operária inglesa, propôs o estudo sobre processos sociais como algo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos do meio onde essas ações estão inseridas. Por dedicar-se à compreensão dos processos, Thompson enfatizou a análise dos fenômenos históricos, que unificam uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto em matéria da experiência quanto da consciência. Assim, seria necessário observar as formações sociais e culturais surgindo de processos como um fenômeno dinâmico e histórico. Para o autor, torna-se imprescindível observar a história das pessoas envolvidas em uma organização social específica para entender o processo de construção das classes sociais.

Complementando o arcabouço teórico-metodológico dessa investigação, nos valem ainda das contribuições de Eder Sader (1988, p.38), que, em consonância com Thompson, apontou como uma das limitações da sociologia clássica a tendência a reduzir a análise da ação social à pesquisa da posição do ator no sistema. O autor ponderou que é sempre possível relacionar os processos sociais concretos a características “estruturais” e avaliou que esse procedimento “não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômeno”. Captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e evitar uma análise específica de seus imaginários próprios, significaria perder aquilo que os singulariza. Desse modo, Sader propôs o estudo dos processos de atribuição de significados, pelos quais certas ações sociais são definidas como correspondendo aos interesses de uma coletividade.

As contribuições de Sader (1988) tanto fortaleceram a perspectiva thompsoniana adotada nesse estudo como nos estimulou a buscar as matrizes discursivas – ou prático-discursivas, como preferimos chamar seguindo a forma utilizada por Vêras de Oliveira (2012), também inspirado em Sader –, de onde os sujeitos extraem modalidades de nomeação do vivido e a partir das quais elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos.

Sader (1988, p. 142) explicou que

Nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Para essas reelaborações de sentido, eles recorrem a matrizes discursivas constituídas, de onde extraem modalidades de nomeação do vivido. [...] Ao usar palavras feitas para nomear conflitos onde justamente se enfrentam interpretações antagônicas e se instauram novos significados, os sujeitos em luta operam mudanças de sentido nessas mesmas palavras que eles usam.

De acordo com Sader (1988, p. 143), as matrizes discursivas seriam

[...] modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como na referência a determinados valores e objetivos. Mas não são simples ideias: sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas.

Em suas análises, o autor avaliou ainda que as práticas dos movimentos sociais surgidos no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, durante o processo de redemocratização, efetuaram uma espécie de alargamento da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída, politizando questões do cotidiano e dos lugares de trabalho e de moradia das camadas populares, eles teriam “inventado” novas formas de política.

Tendo em vista que a organização coletiva dos catadores(as) no Brasil se iniciou justamente nesse contexto, tornou-se importante analisar de que forma o MNCR se relaciona com estes “novos movimentos sociais” populares. Assim, nos valem tanto da proposta teórico-metodológica de Sader (1988), como dialogamos com seus achados empíricos sobre a organização coletiva e as novas formas de política no Brasil.

Buscando realizar uma investigação que leve em conta as peculiaridades dos movimentos sociais latino-americanos, utilizamos ainda a proposta teórico-metodológica de Gohn (1997), que enfatiza a análise do conjunto das articulações que estruturam o movimento social como um todo. A proposta de Gohn é construída a partir da fusão das várias correntes teóricas sobre movimentos sociais, articulando premissas macroestruturais marxistas-gramscianas com categorias das teorias dos novos movimentos sociais, como solidariedade e identidade. Assim, a autora dialoga bastante com as perspectivas de Thompson e Sader. Visando subsidiar melhor a análise dos elementos organizacionais dos movimentos, Gohn mobiliza autores como Charles Tilly e Sidney Tarrow<sup>10</sup>, com os quais também dialogamos em nossa investigação.

---

<sup>10</sup> O diálogo com Tilly e Tarrow se deu através de publicações de Mc Adams, Tarrow e Tilly (2009); Tilly (2010); Alonso (2009; 2012); Alonso e Botelho (2012); Bringel (2011; 2012); Santos (2012).

Nossa hipótese inicial de pesquisa indicava que a organização socioeconômica e política dos catadores e catadoras de materiais recicláveis foi possibilitada pelo desencadeamento de processos sociais que modificaram o contexto onde estes trabalhadores(as) estavam inseridos e também sua percepção sobre seu trabalho, conduzindo parte dos catadores(as) a se interessarem pela organização coletiva, reconfigurando a percepção que têm de si e de outros atores, bem como suas práticas cotidianas. Influenciaram tal experiência o surgimento do movimento da economia solidária no Brasil; o fortalecimento das discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade; o papel exercido pelas intermediações de outros atores sociais como ONGs, universidades e Igrejas; a expansão da indústria da reciclagem; e a consolidação de políticas públicas voltadas aos catadores(as). Contam ainda para o desenvolvimento da organização do segmento de catadores(as) a participação anterior de alguns catadores(as) em experiências coletivas e movimentos sociais, de onde extraem significados para a ação coletiva.

Partimos da ideia de que a análise destes processos poderia contribuir tanto para entendermos as motivações que levaram à organização coletiva destes trabalhadores(as), quanto para compreendermos porque alguns catadores(as) se identificam com a luta desta categoria enquanto outros não reconhecem o MNCR enquanto um espaço que lhes represente.

Com base em Gil (2010), pode-se classificar a metodologia adotada como: estudo de caso, sendo o caso em análise a conformação do Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis no estado da Paraíba; exploratória, devido à baixa representatividade da amostra de entrevistados em comparação com a quantidade de catadores(as) existentes na região (embora não seja possível definir o universo de pesquisa e o tamanho percentual da amostra devido à falta de dados quantitativos confiáveis); e qualitativa. Os instrumentos de pesquisa incluíram técnicas e fontes variadas, como observação participante, incursões etnográficas, diário de campo, entrevistas temáticas, história de vida e consulta a dados secundários, como levantamentos quantitativos, mapeamentos, jornais, documentários, etc.

Corroborando Quivy e Van Campenhoudt (1998), consideramos que na investigação social importa, acima de tudo, conceber e pôr em prática um dispositivo para elucidação do real, ou seja, um método de trabalho. Este não se apresenta como uma simples soma de técnicas, mas sim como um percurso global do espírito. Na mesma direção, Gonsalves (2011, p. 63) afirmou que “o percurso metodológico se refere ao caminho trilhado para que você atinja os objetivos que definiu”. Desse modo, ao invés de categorizar a metodologia adotada, buscamos explicar a trilha investigativa seguida como forma de tornar visível o modo como os passos dados se relacionam com os objetivos elucidados.

No período de junho de 2016 a setembro de 2017 acompanhamos as reuniões do Fórum Regional do Agreste e do Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba. Nestes espaços desenvolvemos o papel de entidade de assessoria, representando a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande (IUEES/UFCG). A observação participante nos fóruns permitiu estabelecer um diálogo mais fecundo com os catadores(as), desenvolver relações de confiança com alguns informantes e presenciar o modo como os catadores(as) se articulam com outros atores e movimentos sociais.

Desde 2014, quando iniciamos o mestrado, mas também durante o doutorado, estivemos em contato com catadores(as) através de visitas a empreendimentos, participação em reuniões dos coletivos, reuniões do programa Cataforte, cursos de formação com catadores(as), audiências públicas, mobilizações de rua e eventos como o Encontro Estadual de Catadores e Catadoras da Paraíba em outubro de 2015, o Fórum de Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor em julho de 2016 e a Expocatadores 2017, em dezembro do mesmo ano. Estes momentos de incursões etnográficas possibilitaram identificar algumas pautas e temas caros aos catadores(as), bem como observar o modo como as lideranças se relacionam com sua base e com outros atores sociais, tais como assessorias e gestores públicos.

Visando adentrar as questões específicas deste estudo, elaboramos cinco roteiros de entrevista semiestruturada diferenciados, aplicados à catadores(as), gestores públicos, representantes de entidades de apoio e empresários do setor de reciclagem entre 2017 e 2019. Os roteiros serviram de guia para estabelecer um diálogo, mas nem sempre foram seguidos à risca, iniciamos as conversas de modo informal, reelaboramos perguntas quando preciso, aprofundamos temas ou pulamos questões de acordo com o curso da conversa, as experiências do entrevistado e a abertura do diálogo. As entrevistas mais curtas duraram cerca de 30 minutos, as mais longas duraram mais de 3 horas. Todos os roteiros estão disponíveis nos apêndices.

O primeiro roteiro, voltado a catadores(as), pode ser classificado como de história oral do tipo “entrevista de história de vida”<sup>11</sup>. Contém um quadro de identificação pessoal e 43 questões divididas em dois blocos temáticos. Buscamos tanto conhecer a trajetória de vida e de trabalho dos catadores(as), como identificar o modo como percebem sua atividade, a organização socioprodutiva e política do segmento, assim, priorizamos entrevistar lideranças.

---

<sup>11</sup> Alberti (2005, p.38), explicou que a entrevista de história oral do tipo história de vida tem como centro de interesse o próprio indivíduo na história, “[...] se no estudo de determinado tema for considerado importante conhecer e comparar as trajetórias de vida dos que nele se envolveram, será aconselhado realizarem-se entrevistas de história de vida. Ou por outra, se a pesquisa versar sobre determinada categoria profissional ou social, seu desempenho, sua estrutura ou suas transformações na história, torna-se igualmente aconselhada a opção por entrevistas de história de vida”.

O segundo, voltado a gestores(as) públicos, pode ser classificado como de história oral do tipo “entrevista temática”<sup>12</sup>. Conta com um quadro de identificação pessoal e 26 questões divididas em três blocos. Esse roteiro foi direcionado a gestores públicos que ocupam cargos em órgãos que desenvolvem ou desenvolviam políticas públicas voltadas aos catadores(as).

O terceiro roteiro, voltado a representantes de entidades de apoio, também propôs uma entrevista temática. Contém um quadro de identificação pessoal e 28 questões divididas em três temas. Buscamos entrevistar pessoas que têm uma relação antiga e/ou estreita com catadores(as), visando resgatar a história da organização coletiva e a análise da situação atual.

O intercâmbio no México nos possibilitou conseguir entrevistas com representantes de entidades de apoio internacionais, por este motivo, realizamos uma pequena adaptação no roteiro três e sua tradução para o espanhol. Assim teve origem o roteiro 4, que conta com um quadro de identificação pessoal mais 22 questões divididas em 4 blocos.

O quinto e último roteiro, também de entrevista temática, voltou-se a empresários ou gerentes do setor de reciclagem, ou seja, atravessadores, sucateiros e industriais que atuam no ramo da reciclagem. Este roteiro contém um quadro de identificação pessoal e 6 questões em um único bloco. A ideia foi criar um roteiro enxuto para não provocar uma resposta negativa dos entrevistados em potencial, apenas havendo abertura para o diálogo questões mais delicadas foram aprofundadas. A seleção dos entrevistados se deu mediante indicação de catadores(as) ou dos próprios empresários com os quais tivemos contato.

Informamos ainda que, para além das entrevistas, conseguimos muitas informações através de conversas informais com catadores(as) que conhecemos ao longo de nossas incursões etnográficas em visitas aos empreendimentos e eventos da categoria. Também atualizamos informações para a pesquisa por telefonemas até junho de 2020.

Por tratar-se de um estudo qualitativo não-probabilístico, não houve uma preocupação em definir uma amostra estatisticamente representativa de catadores(as), até porque no presente momento não existe um número confiável do total de pessoas que desenvolvem a atividade de catação no Brasil ou na Paraíba, o que impossibilita a identificação do universo de estudo. Além disso, os nomes e contatos do movimento não se encontram disponíveis publicamente, desse modo, a técnica de amostragem bola de neve nos pareceu útil para ter acesso a contatos do grupo pesquisado a partir de informantes-chaves ou sementes.

---

<sup>12</sup> Ainda de acordo com Alberti (2005, p. 38), as entrevistas temáticas versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, “[...] é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos”.

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados.<sup>13</sup>

Como dito, este estudo tem como lócus de análise o estado da Paraíba, entretanto foram realizadas investigações para conhecer as especificidades da vida e organização coletiva dos catadores(as) nas demais regiões do país. Assim, buscamos entrevistar lideranças de diversos estados das cinco regiões do Brasil. Entrevistamos um total de trinta e um catadores(as), quatorze homens e dezessete mulheres, sendo um do Centro-Oeste, dois da região Norte, cinco do Sudeste, três da região Sul e vinte do Nordeste. Um dos entrevistados reside no Distrito Federal e os demais em dez estados distintos, a saber: dois em Rondônia, uma em Minas Gerais, uma no Rio de Janeiro, três em São Paulo, um em Santa Catarina, um no Paraná, um no Rio Grande do Sul, um em Pernambuco e dezenove na Paraíba.

Dezesseis dos trinta e um catadores(as) entrevistados têm cargos no MNCR e/ou na Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), um é o atual representante do Brasil na *Red Latinoamericana y del Caribe de Recicladores* (Red Lacre) e na Aliança Global de Catadores e um outro ocupou esse posto no passado. Além destes dezesseis, dois dos entrevistados participaram do movimento há alguns anos atrás estando atualmente afastados. Segue uma tabela com informações básicas sobre nossos entrevistados para melhor visualização dos dados comentados. Maiores informações sobre cada um dos entrevistados, podem ser consultadas no quadro 01 disponível nos apêndices<sup>14</sup>.

**Tabela 1 – Distribuição dos catadores(as) entrevistados por região do país**

Região	Estados	Com cargo no MNCR	Com cargo na ANCAT	Representação internacional
<b>Norte</b>	RO (2)	2	-	-
<b>Nordeste</b>	PB (19) PE (1)	8	2	-
<b>Centro-Oeste</b>	DF (1)	1	-	-
<b>Sul</b>	PR (1) RS (1) SC (1)	2	-	1
<b>Sudeste</b>	MG (1) RJ (1) SP (3)	4	3	1

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa

<sup>13</sup> Vinuto, 2014, p. 203.

<sup>14</sup> Para não quebrar o fluxo do texto com tabelas de grandes dimensões, preferimos disponibilizar aqui apenas uma síntese com as informações principais dos entrevistados. Um quadro mais completo está disponível nos apêndices, com informações como tempo na atividade, empreendimento ao qual é ligado, cargos nas instâncias políticas dos catadores(as), etc. Ver Quadro 1, “Dados dos catadores e catadoras entrevistados”, apêndice VI. Ao longo do texto trataremos algumas dessas informações com fins analíticos.

Na Paraíba, entrevistamos quatro catadores(as) da mesorregião da Zona da Mata, quatorze do Agreste e um do Sertão. Infelizmente não conseguimos entrevistas com catadores(as) da Borborema. Foram entrevistados: a liderança que representa a Paraíba na Comissão Nacional do MNCR, os cinco representantes da Coordenação Estadual do movimento, um ex-representante do MNCR e integrantes dos empreendimentos de catadores(as), que são as bases do movimento.

Além de participantes de empreendimentos autogestionários, entrevistamos quatro catadores(as) individuais, dois ligados ao MNCR e duas sem relação com qualquer coletivo produtivo ou político, além de uma catadora que atualmente presta serviço em um depósito de reciclagem. Este último grupo contribuiu na identificação de elementos que nos ajudaram a compreender o que leva muitos catadores(as) a preferirem o trabalho individual ou contratado<sup>15</sup>. Segue tabela para melhor visualização das referidas informações.

**Tabela 2 - Distribuição dos catadores(as) entrevistados por mesorregião da Paraíba**

Mesorregião	Entrevistados	Comissão nacional do MNCR	Coordenação Estadual do MNCR	Integrantes de EES	Catadores(as) individuais	Trabalha em depósito
Z. da Mata	4	1	2	4	-	-
Agreste	14	-	3	9	4	1
Borborema	-	-	-	-	-	-
Sertão	1	-	-	1	-	-

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa

A técnica de bola de neve foi utilizada também para identificar, buscar e acessar representantes de entidades de assessoria a catadores(as) e empresários do setor de reciclagem. Com relação aos gestores(as) públicos, tanto foi utilizada esta técnica quanto buscamos contatos nas páginas oficiais dos órgãos públicos que desenvolvem ou desenvolviam políticas públicas com o público de catadores(as).

Foram entrevistados oito gestores(as) públicos: quatro ligados à antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE); duas à antiga Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária da Paraíba (Sesaes); uma ligada à Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia (SERHMACT); e uma integrante da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Campina Grande/PB (SESUMA)<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> Os pontos de semelhanças e as diferenças entre os entrevistados(as) de diferentes regiões e entre os que desenvolvem a atividade de catação de materiais recicláveis de forma distinta foram analisados ao longo da tese.

<sup>16</sup> Ver Quadro 02 “Dados dos gestores públicos entrevistados”, apêndice VII.

Entrevistamos ainda dez representantes de entidades de apoio: cinco desenvolvem ou desenvolveram projetos com catadores(as) através de ONGs; cinco anteriormente ou atualmente ligados a universidades; uma que já prestou assessoria a catadores(as) através da Igreja Católica e uma assessora técnica da ANCAT contratada pelo próprio movimento<sup>17</sup>. Destacamos que vários dos representantes de entidades de apoio entrevistados tiveram mais de um vínculo com esse tipo de instituições ao longo de sua trajetória.

Por fim, foram entrevistados três empresários e dois gerentes do setor de reciclagem<sup>18</sup>, visando conhecer algumas das perspectivas desses atores no campo da gestão de resíduos sólidos. Buscamos entrevistar tanto empresários que compram o material reciclável de empreendimentos autogestionários de catadores(as), quanto empresários que evitam comprar de catadores(as) organizados, buscando conhecer as diferentes motivações que os levam a escolhas distintas em suas relações comerciais e compreender diferentes opiniões sobre a organização coletiva dos catadores(as)<sup>19</sup>.

Como parte da investigação analisamos ainda dados secundários disponíveis na bibliografia temática, documentários sobre catadores(as) de materiais recicláveis, reportagens e notícias disponíveis na grande mídia, publicações do blog do MNCR e dos sites das organizações internacionais de catadores(as), bem como documentos disponíveis nesses canais. Consultamos também pesquisas quantitativas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES).

Ao largo da pesquisa buscamos ter acesso a documentos internos do MNCR. Entretanto, só conseguimos acessar documentos disponíveis em seus portais. Como na maioria das organizações políticas, o acesso a informações do MNCR não é liberado a qualquer pessoa. Nos esforçamos por ganhar a confiança do grupo e ter acesso a dados necessários à investigação, porém o pertencimento a uma universidade inicialmente repeliu alguns catadores(as) que desconfiam de pesquisadores por considerá-los “catadores de catadores”, nas palavras de um entrevistado. Aparentemente o crescente assédio acadêmico bem como algumas experiências negativas criaram resistências no movimento para o diálogo com quem não é catador(a)<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> Ver Quadro 03 “Dados dos representantes de entidades de apoio entrevistados”, apêndice VIII.

<sup>18</sup> Ver Quadro 04 “Dados dos empresários entrevistados”, disponível em apêndice IX.

<sup>19</sup> Informamos que nome de todos os catadores(as), empresários, representantes de entidades de apoio e gestores públicos entrevistados(as) por nós foi trocado por pseudônimos para resguardar a privacidade dos mesmos.

<sup>20</sup> Uma quantidade considerável de entrevistados(as) revelou incômodo por serem constantemente procurados por pesquisadores e também insatisfação pelo fato de pessoas que aparecem para realizar pesquisas sumirem sem nunca dar retorno dos resultados e sem tentar contribuir de maneira efetiva para mudar sua realidade.

Apesar dos entraves do campo, aos poucos foram vencidas as resistências iniciais de algumas lideranças do MNCR, porém não de todas que gostaríamos de haver entrevistado. Só quando compreenderam minhas motivações pessoais para a pesquisa e meu envolvimento com uma militância pró-catadores é que alguns informantes mais desconfiados passaram a colaborar.

Encerrando a exposição metodológica, destacamos a citação de Paul Benjamin, mencionada por Cicourel (1980, p. 89): “em parte o pesquisador de campo define o seu próprio papel, em parte o seu papel é definido pela situação e pela perspectiva dos nativos”. Durante a pesquisa desenvolvi diferentes papéis diante dos informantes, alguns me viam simplesmente como uma pesquisadora universitária, outros me viam como assessoria mesmo após meu afastamento da IUEES/UFCG, e há ainda os que me viam como alguém que realmente se importa com a causa dos catadores(as). Os papéis a mim atribuídos foram em parte negociados, em parte definidos a partir das experiências anteriores dos pesquisados. Cada informante me atribuiu um papel e reagiu de uma forma diferente às minhas tentativas de aproximação.

Apoiando-nos em Cicourel (1980), poderíamos classificar os papéis que desenvolvi da seguinte maneira: “participante-como-observador”, onde os informantes estão conscientes desde o princípio da relação de campo, no entanto o observador constrói as relações com os informantes lentamente, podendo usar mais tempo e energia na participação do que na observação, sendo esse o papel desenvolvido principalmente com os informantes paraibanos, em especial os da cidade de Campina Grande, com os quais tive maior contato; e “observador-como-participante”, onde o contato entre observador e informante se limita a uma só visita, exigindo mais observação formal do que informal ou qualquer espécie de participação, que foi o tipo de relação estabelecida com os informantes dos demais estados.

Para dar conta da investigação proposta, estruturamos esse trabalho em cinco capítulos. O primeiro, intitulado “O debate sobre movimentos sociais e nossas escolhas analíticas”, apresenta um breve histórico das principais teorias sobre movimentos sociais existentes, como estas vêm sendo utilizadas no estudo dos catadores(as) de materiais recicláveis e nossas escolhas teórico-metodológicas para a análise do caso em foco.

O segundo capítulo, “A organização coletiva dos catadores(as) no Brasil”, expõem a trajetória histórica da atividade no país. Primeiramente buscamos recuperar a história através da bibliografia e da investigação empírica. Em seguida trouxemos os dados quantitativos e qualitativos sobre o perfil socioeconômico, a organização socioproductiva e política dos catadores(as).

No capítulo três, “Processos relacionados à organização coletiva dos catadores(as)”, buscamos identificar os processos macrosociais que influenciaram e/ou contribuíram internacional e nacionalmente para que a organização coletiva dos catadores(as) tivesse início, visando estabelecer os pontos de contato entre os processos identificados e a trajetória coletiva dos trabalhadores(as) brasileiros.

No capítulo quatro, “Os catadores(as) na Paraíba: Implicações locais sobre a organização coletiva”, resgatamos a história dos catadores(as) nessa localidade e identificamos a relação entre o nível nacional e o local do MNCR, analisando a percepção dos atores paraibanos sobre a organização coletiva. Em seguida realizamos algumas considerações sobre as especificidades socioeconômicas do estado, visando examinar quais as influências da dinâmica local sobre a atividade de catação e sobre a ação coletiva dos catadores(as).

No quinto capítulo, “A construção da ação coletiva entre os catadores(as) através do MNCR”, buscamos apreender como os catadores(as) paraibanos incorporam as matrizes prático-discursivas que formam o movimento, observando também a articulação deles com outros atores sociais, e identificando as estratégias e formas de ação coletiva utilizadas pelo MNCR. Por fim visamos compreender as percepções dos catadores e catadoras sobre as implicações da ação coletiva.

Após a análise desenvolvida ao longo dos cinco capítulos, sintetizamos nossas conclusões sobre o caso investigado e apontamos os principais achados da pesquisa nas “Considerações finais”. Fizemos um esforço para demonstrar de que forma o caso do MNCR contribui empiricamente com os debates teóricos sobre movimentos sociais, classe e trabalho. Atendidos os objetivos específicos propostos nessa investigação ao longo dos capítulos, esperamos ter sido capazes de atingir o objetivo geral, respondendo à questão norteadora da pesquisa.

## 1 O debate sobre movimentos sociais e nossas escolhas analíticas

### 1.1 Breve histórico do debate sobre movimentos sociais

Provavelmente deveríamos iniciar esse tópico definindo o que é um movimento social. Entretanto, essa é uma pergunta que admite várias respostas, a depender da abordagem teórica utilizada como lente para observar fenômenos que vêm sendo identificados e nomeados como movimentos sociais. Por esse motivo, elegemos apresentar o modo como o debate sobre movimentos sociais surge e vai se transformando ao longo do tempo, pontuando a forma como certos fenômenos sociais ganharam essa denominação. Conscientes de que não cabe aqui realizar um mapeamento denso e detalhado das Teorias dos Movimentos Sociais, pretendemos apenas trazer um breve histórico dessa longa linha de pesquisa, para que o leitor compreenda o que está posto no debate e quais as motivações de nossas escolhas teóricas e metodológicas.

Embora levantes populares tenham ocorrido pelo mundo ao longo de milhares de anos, é apenas com o surgimento dos regimes parlamentares ocidentais no século XIX que se formou um tipo especial de movimento social: o movimento social nacional. Este surge inicialmente na Inglaterra e se generaliza rapidamente na Europa e na América do Norte, ganhando o mundo no século XX<sup>21</sup>. Para Tilly (2010), essa forma política inventada no Ocidente após 1750 cõngrua três elementos básicos: a campanha de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; o repertório, entendido, por hora, como o conjunto variável de ações políticas; e as representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento (VUNC) por parte dos participantes.

Corrêa e Almeida (2012) lembraram que os séculos XIX e XX envolveram contextos de “rupturas sociais fundamentais” que levaram a grandes transformações sociais. Essas mudanças, sementes do surgimento das Ciências Sociais, excitaram investigações sobre massas, multidões, classes sociais e ações coletivas. Autores como Durkheim, Marx e Weber, em alguma medida, estabeleceram as bases para as investigações dos movimentos sociais.

Também os estudos de Gabriel Tarde e Gustave Le Bon, que investigaram a psicologia das massas/multidões, entre o século XIX e XX, influenciaram muitíssimo os primeiros estudos sobre movimentos sociais, ligando-os ao mundo do irracional, vendo-os como fruto da desorganização social e da patologia psicológica. Destacamos que as ações coletivas são um objeto de estudo interdisciplinar, recebendo atenção das ciências sociais, história e psicologia<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Cf. MacAdam, Tarrow e Tilly, 2009; Tilly, 2010.

<sup>22</sup> Cf. Gohn, 1997; Bringel, 2012; Corrêa e Almeida, 2012; Silva, 2012; Sandoval e Silva, 2016.

Segundo Tilly (2010), o termo “movimento social” foi introduzido na discussão acadêmica sobre as lutas políticas populares pelo sociólogo alemão Lorenz von Stein no livro *History of the French Social Movement from 1789 to the Present (1850)*, lançado em 1859. Inicialmente, von Stein “transmitiu a ideia de um processo unitário, contínuo, pelo qual a classe trabalhadora em seu conjunto ganhava consciência e poder”<sup>23</sup>.

Ainda de acordo com Tilly (2010), enquanto von Stein escrevia o seu livro, o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, lançado em 1848, acabava de adotar exatamente esse significado ao declarar que “o movimento proletário é o movimento independente, autoconsciente, da imensa maioria, no interesse da imensa maioria”<sup>24</sup>.

Tilly (2010) informou ainda que no mesmo período analistas políticos do jornal alemão *Die Gegenwart* (O Presente) também falaram em movimentos sociais, no plural. Ainda segundo o autor, a maioria dos analistas de movimentos sociais no século XIX distinguiu-os por programa, organização e contexto, como é o caso do próprio Engels, que adotou o plural em seu prefácio à edição inglesa de 1888 do *Manifesto Comunista*. A partir do final do século XIX os analistas políticos pluralizaram e estenderam os movimentos sociais para além dos proletários organizados, abarcando camponeses, mulheres e vários outros demandantes.

Maria da Glória Gohn, pesquisadora dos movimentos sociais desde a década de 1970, realizou o esforço de recuperar a história das teorias dos movimentos sociais e sistematizar as principais vertentes adotadas por pesquisadores brasileiros da área das ciências sociais. Gohn (1997) estruturou sua análise com base num critério geográfico, apresentando primeiro as teorias que surgem nos Estados Unidos e depois as desenvolvidas na Europa, mas, como a própria alerta, as várias abordagens coexistiram, se inter cruzaram e dialogaram ao longo do tempo. A autora também comenta como estas abordagens foram incorporadas aos estudos latino-americanos. Em nossa exposição seguimos a sequência proposta por Gohn.

De acordo com Gohn (1997), a abordagem clássica sobre os movimentos sociais nos Estados Unidos estava associada ao próprio desenvolvimento das Ciências Sociais nesse país. Alonso (2009) explicou que entre os anos 1930 a 1960 a Sociologia lançou “baldes de água fria” nas teorias da revolução. Nesse período, tomaram força as teorias da desmobilização política, que, em termos gerais, argumentavam que o individualismo acentuado da sociedade moderna teria produzido personalidades narcísicas, voltadas para a autossatisfação e de costas à política.

---

<sup>23</sup> Tilly, 2010, p.139.

<sup>24</sup> Marx e Engels, 1958, I apud Tilly, 2010, p. 139-140.

Gohn (1997) considerou haverem cinco grandes linhas dentro da abordagem clássica norte-americana sobre movimentos sociais, que têm em comum o fato de terem como núcleo articulador das análises a teoria da ação social, sendo a busca por compreensão dos comportamentos coletivos a meta principal. Nessa abordagem, o enfoque sobre os comportamentos era sociopsicológico<sup>25</sup>. Ademais, havia uma ênfase na ação institucional, contraposta à ação não-institucional.

Os autores da abordagem clássica consideravam que a adesão aos movimentos sociais seriam respostas irracionais de indivíduos desorientados pelas mudanças da sociedade industrial. A mobilização coletiva eclodiria apenas como explosão reativa de frustrações individuais ou por irracionalidade. A ideia da anomia social e explicações centradas nas reações psicológicas às frustrações e aos medos, bem como nos mecanismos de quebra da ordem social, estavam muito presentes nessas abordagens, sendo estes elementos e as ideologias homogeneizadoras pré-condições para a emergência dos movimentos sociais<sup>26</sup>.

Na opinião de Gohn (1997), a abordagem clássica trabalhava com uma concepção de democracia elitista e pluralista, sendo o sistema político encarado por esses autores como uma sociedade aberta a todos, plural, permeável. Entretanto, os movimentos sociais não teriam a capacidade de influenciar aquele sistema devido às suas características espontâneas e explosivas. Desse modo, somente os partidos políticos, os grupos de interesses e alguns líderes teriam tal capacidade.

Na sequência das teorias clássicas, surge a Teoria da Mobilização dos Recursos (TMR) em decorrência das transformações políticas ocorridas nos Estados Unidos durante os anos 1960, quando emergem os movimentos dos direitos civis, contra a guerra do Vietnã, o feminismo, etc. Alonso (2009) comentou que a tese da desmobilização política foi posta à prova pelo novo cenário. Segundo Gohn (1997, p.50), “a fragilidade do paradigma tradicional para explicar os movimentos sociais da década de 60 [...] que também contavam com a participação de militantes advindos das camadas médias da população, levou à formulação da teoria da MR”. Corrêa e Almeida (2012, p.557) consideraram que “os turbulentos anos 1960 foram fundamentais para uma mudança significativa nas teorias dos movimentos sociais, demonstrando, empiricamente, o disparate das posições dos ‘psicólogos das massas’ e as insuficiências das posições pluralistas”.

---

<sup>25</sup> Corrêa e Almeida (2012), Jesus (2012) e Silva (2012) recuperaram a história da relação entre a psicologia e os estudos sobre movimentos sociais, demonstrando como essa relação se modificou, abandonando gradativamente uma perspectiva patologizante e migrando para o campo da psicologia social e política.

<sup>26</sup> Cf. Gohn, 1997; Alonso, 2009; Corrêa e Almeida, 2012.

Voltando-se contra as análises psicossociais da abordagem clássica, a TMR transportou o debate para o campo das explicações comportamentalistas, organizacionais e racionais, priorizando ferramentas teóricas provindas das categorias econômicas, sendo a variável mais relevante os recursos (humanos, financeiros, infraestrutura, etc.)<sup>27</sup>. Os movimentos sociais passaram a ser abordados como grupos de interesses, racionalmente organizados, que perseguem determinados fins e cujo surgimento depende dos recursos organizativos dos quais dispõem, devendo ser analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição. Se opondo ao economicismo do marxismo e ao funcionalismo de Durkheim, a TMR recuperou Weber e incorporou a Sociologia das Organizações à análise dos movimentos sociais<sup>28</sup>. A TMR sofreu muitas críticas, dentre as quais Gohn (1997) e Alonso (2009) destacam a crítica formulada à teoria que lhe sustenta, a teoria das escolhas racionais.

As críticas à TMR, os debates com as teorias dos novos movimentos sociais (NMS) – as quais abordaremos adiante - e o contexto de profundas transformações no cenário global nos anos 1990 conduziram a uma nova etapa no paradigma norte-americano. A Teoria da Mobilização Política (TMP) e a Teoria do Confronto Político (TCP) enfatizaram o desenvolvimento do processo político, reativando o campo da cultura nas análises e interpretando as ações coletivas como processo<sup>29</sup>. Assim, se passou a enfatizar a estrutura das oportunidades políticas e o grau de organização dos grupos, aplicando-se a análise cultural na interpretação dos discursos dos atores. A reformulação da teoria da MR conduziu desse modo à ênfase no processo político, a redescoberta da cultura, do interacionismo simbólico e da psicologia social<sup>30</sup>.

Diversas críticas foram deflagradas à TMP de maneira geral e à TCP especificamente, mesmo com as reformulações que sofreu a TMR, a falta de espaço para a análise da “práxis” ou da interação entre as pessoas ainda parece ser a fragilidade da TPP e da TCP. Mesmo suavizando o viés racionalista, incorporando o aspecto cultural e abrindo espaço ao conceito de identidade, a TCP continua priorizando a análise das condições externas, sem observar as condições internas dos movimentos sociais na dimensão microsocial e cotidiana.

---

<sup>27</sup> Consideramos um avanço o fato que a TMR tenha tirado os movimentos sociais do campo interpretativo da patologia e anomia social. Entretanto, não podemos perder a oportunidade de chamar a atenção do leitor para o fato que, apenas quando surgiram movimentos sociais compostos por grossas fileiras de setores médios da sociedade a irracionalidade das ações coletivas é tirada de questão e substituída por uma racionalidade legitimada pela bandeira da luta por direitos democráticos. Afinal, chamar “as massas” de irracionais e causadoras de um quadro de anomia social é fácil, mas sustentar esse discurso quando o sujeito integrante desses movimentos é parte de uma classe média da qual muitas vezes emergem os próprios pesquisadores, aí já é outra história...

<sup>28</sup> Cf. Gohn, 1997; Alonso, 2009; Corrêa e Almeida, 2012.

<sup>29</sup> Cf. Gohn, 1997; Alonso, 2009 e 2012; Bringel, 2011.

<sup>30</sup> Gohn, 1997.

Passamos agora à análise dos paradigmas europeus. Assim como ocorreu nos Estados Unidos da América (EUA), a década de 1960 provocou os europeus a repensarem as teorias sobre ação coletiva visando compreender o que chamaram de novos movimentos sociais. Gohn (1997) agrupou as teorias europeias desse período em dois paradigmas, o primeiro segue a abordagem neomarxista e o segundo, o paradigma dos NMS, a linha culturalista-acionalista.

Gohn (1997) explicou que as duas correntes surgem apontando a inadequação do paradigma tradicional marxista para a análise dos movimentos sociais que passaram a ocorrer na Europa a partir da década de 1960, bem como da crítica aos esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores. Embora não constituam uma escola coesa, as Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) possuem um ar de familiaridade, priorizando questões como cultura, ideologia, consciência, crença, micromobilização e solidariedade, ocupando-se, em grande medida, do papel que desempenham os processos de construção de identidades coletivas na formação desses movimentos sociais<sup>31</sup>.

Estas teorias sustentaram que o pós 1960 teria configurado um novo padrão de sociedade, onde a indústria e o trabalho teriam perdido centralidade e o conflito capital-trabalho, típico do século XIX, teria sido substituído pelo conflito cultural<sup>32</sup>. De acordo com Touraine<sup>33</sup>, os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançaram para a vida privada, alcançando temas como família, educação e sexo, ganhando dimensões simbólicas. Os NMS não combateriam o Estado, nem tentariam conquistá-lo, seriam mais bem agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil. Seus atores não se definiriam mais por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida. Os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural, buscando formas de inclusão em sociedades democráticas. Nessa perspectiva, os movimentos sociais aparecem como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural, demandando uma democratização social a ser construída no plano dos costumes.

Para Habermas<sup>34</sup>, os novos movimentos sociais estariam empenhados numa luta simbólica em torno de definições da boa vida. Eles defenderiam formas autogestionárias e participatórias, assim como a criação de “contrainstituições”, protegidas da influência dos partidos, da indústria cultural e da mídia, primando pela comunicação livre.

---

<sup>31</sup> Cf. Gohn, 1997; Alonso, 2009; Corrêa e Almeida, 2012.

<sup>32</sup> Cf. Gohn, 1997; Alonso, 2009; Corrêa e Almeida, 2012.

<sup>33</sup> apud Alonso, 2009.

<sup>34</sup> Ibid.

Já Melucci<sup>35</sup> considerou que os NMS seriam formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Os atores construiriam a ação coletiva através da comunicação, produção de significados, reconhecimento do que têm em comum e tomada de decisões. Melucci produziu uma teoria da identidade coletiva e uma nova teoria psicossocial da ação coletiva, estando atento aos mecanismos micro e mesossociológicos. Melucci (1989, p.57) definiu identidade coletiva como “a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social” e os movimentos sociais como uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, que desenvolve um conflito, rompendo os limites do sistema onde ocorre a ação.

Gohn (1997) avaliou que nas teorias dos NMS há um deslocamento da ênfase de uma lógica racional do sistema para uma lógica de racionalidade dos indivíduos. Outra questão é a própria concepção do que seria “novo” nesses movimentos. Para alguns, se trataria do fato de não apresentarem uma clara base classicista, como nos velhos movimentos operários ou camponeses. Ademais, o “novo” pode se referir a muitas coisas dependendo do contexto, na Europa se contrapõe ao “antigo” movimento dos trabalhadores, já na América Latina se refere aos movimentos que não se envolviam com os esquemas da política populista. Nos dois casos o que há de novo seria a nova forma de fazer política e a politização de novos temas.

Segundo Alonso (2009), no artigo *Novos movimentos sociais do começo do século XIX* Calhoun argumentou que as características que as TNMS consideram novas e peculiares ao século XX já estavam presentes nos movimentos do século XIX, como multidimensionalidade, demandas não materiais e criação de identidades. Seria a ênfase economicista anterior que haveria impedido os analistas de enxergarem a diversidade de atores e os aspectos culturais e simbólicos. Seguindo nessa trilha, Plotke atacou a distinção entre “novos” e “velhos” movimentos, explicando que movimentos sociais sempre combinam demandas materiais e simbólicas. Logo, as TNMS teriam uma visão idealizada de seu objeto, buscando um novo sujeito revolucionário, com a luta transposta do plano da economia para o da cultura.

Em decorrência das mudanças do século XXI, as TNMS foram se convertendo de teoria dos movimentos sociais em teoria da sociedade civil. As críticas recebidas acrescidas das evidências empíricas de burocratização do ativismo aprofundaram a crise da distinção entre novos e velhos movimentos. Desse modo, as TNMS deixaram de associar a inovação a um ator, os movimentos, para atrelá-la a um *locus*, a sociedade civil<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> apud Alonso, 2009.

<sup>36</sup> Gohn, 1997.

Encerrando a revisão dos paradigmas europeus, Gohn (1997, p.171) explicou que “a análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural”. A abordagem neomarxista surge da corrente ligada ao jovem Marx, trata-se de uma releitura do marxismo ortodoxo. Nessa perspectiva, não se limita ao estudo das revoluções, mas trata também do processo da luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. Ademais, a política passou a ser vista como uma cultura política, resultante das inovações democráticas, relacionadas com as experiências dos movimentos sociais, tendo um papel tão relevante quanto a economia na história.

Os estudos marxistas contemporâneos destacam que os movimentos sociais não surgem espontaneamente, sendo gerados por organizações de cidadãos, de consumidores que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas ligados a seus interesses cotidianos. Eles não existem a priori, mas tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história. Desse modo, a organização e a consciência serão fatores decisivos para explicar o seu desenrolar<sup>37</sup>.

Abordando as características e especificidades dos movimentos sociais e teorias latino-americanas, Gohn (1997, p.211) afirmou que “falar de um paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais é mais uma colocação estratégica do que real”. Até os anos 1990, o que existia era um paradigma de lutas e movimentos sociais que na realidade concreta se diferenciavam e distanciavam bastante dos movimentos europeus, norte-americanos, canadenses, entretanto, não havia um paradigma teórico local propriamente dito até essa época.

Nas últimas décadas, pesquisadores têm avançado no debate sobre a importância de criar uma abordagem teórico-metodológica que leve em consideração as particularidades histórico-sociais dos contextos onde se desenvolvem os movimentos, evitando a mera transferência das ferramentas analíticas europeias e americanas para a análise dos casos locais. Porém, até o momento, parece haver mais propostas bem intencionadas que de fato a concretização de uma teoria, abordagem ou paradigma propriamente latino-americano para o estudo dos movimentos sociais, apesar dos avanços dos estudos decoloniais e da construção das epistemologias do sul.

Não nos cabe investigar o que nos leva a continuar usando as teorias do norte-global ao invés de adotarmos as propostas de nossos pares. Porém, não podemos perder a oportunidade de registrar uma crítica ao modo como a academia continua valorizando mais o diálogo com estadunidenses e europeus que fomentando o diálogo entre latino-americanos, africanos e asiáticos, que seguramente têm muito mais para intercambiar sobre suas realidades.

---

<sup>37</sup> Gohn, 1997.

Gohn (1997) chama atenção para o fato de que, por muito tempo, as teorias da modernização e da marginalidade foram as principais correntes de explicação para a realidade dos países tidos como subdesenvolvidos. Partindo de modelos comparativos entre países de industrialização avançada e tardia, a teoria da modernização proliferou nos anos 1950 e 60, levando a abordagens evolucionistas e etapistas, além de diagnósticos equivocados. A questão da "marginalidade"<sup>38</sup> apareceu como um problema psicossocial, geo-espacial e cultural, a ser resolvido através de investimentos na educação formal e com o tempo, quando o país “se desenvolvesse” ou o “bolo econômico-desenvolvimentista crescesse”<sup>39</sup>. Até os anos 1960, as análises da Comissão Econômica para Desenvolvimento da América Latina (CEPAL) estavam fundamentadas na teoria da modernização e no paradigma dualista de interpretação da realidade, que via uma face como moderna e outra como atrasada.

Nos anos 1970 surgiu a teoria da dependência, elaborada por Cardoso e Falleto, que chamou a atenção para as especificidades da América Latina, argumentando que o desenvolvimento deveria ser visto no contexto da dinâmica global da economia<sup>40</sup>. Outro pesquisador que pôs em xeque a perspectiva etapista e dualista da teoria da modernização foi Francisco de Oliveira (1981) com sua obra *Crítica à Razão Dualista*, na qual analisa como as formas capitalistas e não capitalistas de trabalho se imbricam e se reproduzem mutuamente.

As mudanças nas interpretações das ciências sociais sobre a realidade social e as próprias transformações sócio-históricas pelas quais Brasil e América Latina passaram, resultaram em mudanças nas análises dos movimentos sociais. Gohn (2018) identificou cinco blocos de teorias que teriam orientado a produção brasileira ao longo de cinco ciclos histórico-políticos distintos: as neomarxistas, que tiveram grande influência na década de 1970, marcada pela resistência da sociedade civil ao regime militar; as culturalistas ou identitárias, que surgem no segundo ciclo, durante a transição democrática dos anos de 1980; as institucionalistas, que marcam o terceiro ciclo, iniciado no período da pós-Constituição de 1988 e marcado pela democracia participativa, e o quarto ciclo, iniciado nos anos 2000, com a participação de lideranças sociais em espaços governamentais; as autonomistas, libertárias e neoliberais, que juntas marcaram o quinto ciclo, iniciado em meio à crise econômica e política explicitada no pós-junho de 2013.

---

<sup>38</sup> Um debate de referência sobre a questão da marginalidade pode ser encontrado em Kowarick (1985), que fez um mapeamento das abordagens sobre o tema a partir da dualidade existente entre as perspectivas funcionalista e marxista. O autor visa superar a abordagem que esgota a marginalidade no plano do consumo, deslocando a análise para o nível das relações sociais de produção. Kowarick (1985), denunciou que a marginalidade não se trata simplesmente do resultado de processos de exclusão, mas revela-se como condição prévia à acumulação do capital, baseada na superexploração da força de trabalho e na existência de um grande exército de reserva.

<sup>39</sup> Cf. Kowarick, 1985; Gohn, 1997.

<sup>40</sup> Cf. Gohn, 1997; Bringel, 2011.

Aproximando essa recente interpretação de Gohn (2018) de sua obra clássica, Gohn (1997), podemos dizer que até fins dos anos 1970 o paradigma europeu marxista, em sua vertente neomarxista, dominou as análises na incipiente produção brasileira sobre os recém-criados movimentos populares da época<sup>41</sup>. Durante o processo de transição democrática, florescem com maior frequência as análises culturalistas ou identitárias ancoradas nas TNMS, que vão fortalecer os debates sobre as demandas específicas de alguns grupos sociais para a construção da nova Constituição Federal<sup>42</sup>. No pós-Constituição de 1988 e durante os anos 2000, o terceiro e o quarto ciclo identificados por Gohn (2018), buscava-se compreender como os movimentos sociais passariam a relacionar-se com o Estado a partir de instrumentos participativos institucionalizados, logo ganhou espaço a teoria da Mobilização Política. O quinto ciclo foi marcado tanto por uma releitura atualizada das teorias atomistas e libertárias que davam suporte às análises dos “indignados”, quanto pela retomada das teorias neoliberais e conservadoras, que alimentaram o discurso que deu origem a grandes manifestações nas ruas contra a corrupção, pelo *impeachment* da presidenta Dilma, etc. Gohn (2018, p.15) destaca:

[...] as posturas metodológicas de análise dos movimentos sociais no Brasil foram híbridas, geraram muitas informações, mas grande parte do conhecimento produzido foi orientado inicialmente por teorias criadas em outros contextos, diferentes da nossa realidade nacional. Os sujeitos das ações coletivas e suas histórias eram muito diferentes.

Toda essa pluralidade de perspectivas permitiu, por um lado, analisarmos os movimentos sociais por diversos prismas, o que, em nossa opinião, apesar de limitações de outras ordens, possibilita um conhecimento mais amplo sobre os movimentos analisados. Por outro lado, por vivermos importando teorias advindas de contextos sociais muito distintos do nosso, geralmente nossas análises sofrem a deficiência nata de estarmos tentando dissecar nossa realidade com um instrumentário inadequado para a operação que estamos tentando realizar.

Entretanto, é importante destacar que a recepção do pensamento social e político na América Latina nunca foi acrítico nem aceitou facilmente os moldes externos. Pelo contrário, em geral tratou-se de uma recepção criativa, considerando os problemas locais específicos, adaptando as teorias sem seguir mimeticamente as fontes europeias ou norte-americanas, como explica Gohn (2018). Bringel (2012) destaca ainda que as ciências sociais vêm questionando o caráter patriarcal, racista e eurocêntrico da modernidade e suas formas de conhecimento, o que, conseqüentemente, permite vislumbrar a tentativa de construção de epistemologias alternativas.

---

<sup>41</sup> Gohn, 1997.

<sup>42</sup> Gohn, 1997 e 2018.

Contudo, alerta Bringel (2012), isso não significa que o campo de estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais deve abandonar totalmente as teorias e categorias prévias. Para o autor, combater o ocidentocentrismo não significa negar a produção acadêmica ocidental. O necessário é a atualização crítica da teoria a partir de uma maior pluralização dos atores e centros que produzem conhecimento, assim como a exploração de novos caminhos e interações da teoria crítica com as contestações sociais.

Visando manter o foco em nosso objeto de estudo, a clareza e a concisão do texto, evitamos trazer à versão final da tese uma revisão mais profunda da história das teorias dos movimentos sociais. Esperamos que a breve síntese apresentada forneça ao leitor um entendimento básico das transformações que as perspectivas desse campo de estudos sofreram ao longo do tempo, oferecendo as informações essenciais para que o mesmo acompanhe as análises que realizamos.

## **1.2 Como as teorias de ação coletiva vêm sendo mobilizadas para entender o MNCR**

Como dito, a produção sobre catadores(as) de materiais recicláveis é extensa, diversa e interdisciplinar, contando com pesquisas, publicações e produções audiovisuais realizadas pela academia, mas também pelo Terceiro Setor, instituições de pesquisa públicas e privadas, órgãos governamentais, artistas e ainda pelos próprios catadores(as). Devido à impossibilidade de revisar toda a produção disponível, fizemos algumas escolhas já comentadas na Introdução.

Dentre a bibliografia consultada, identificamos que a maioria das pesquisas sobre catadores(as) menciona a organização coletiva, socioproductiva e política desses trabalhadores. Há muitas pesquisas voltadas à análise dos aspectos políticos da organização coletiva, principalmente que buscam entender as conquistas alcançadas em termos de políticas públicas<sup>43</sup>, mas há também as dedicadas a conhecer as dinâmicas internas dessa organização coletiva<sup>44</sup> e a construção da identidade coletiva<sup>45</sup> a partir da participação no MNCR, e há ainda as interessadas em saber como se dá a interação do movimento com atores sociais diversos<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> Cf. Dias e Matos, 2008; Kemp e Crivellari, 2008; Amorim, 2012; Leite, 2012; Bortoli, 2013; Silva, Goes e Alvarez, 2013; Andrade, 2015 e 2017; Leite, Wirth e Cherfem, 2015; Lima, 2015; Sant'Ana e Metello, 2016; Rossi, 2018, etc.

<sup>44</sup> Cf. Dias e Matos, 2008; Kemp, 2008; Kemp e Crivellari, 2008; Leite, 2012; Bortoli, 2013; Silva, Goes e Alvarez, 2013; Leite, Wirth e Cherfem, 2015; Lima, 2015; Sant'Ana e Metello, 2016; Motta, 2017; Rossi, 2018.

<sup>45</sup> Cf. Martins, 2005; Barros e Pinto, 2008; Carneiro e Corrêa, 2008; Leite, Wirth e Cherfem, 2015; Nascimento, 2016; Veronese e Cabral, 2016; Rossi, 2018, etc.

<sup>46</sup> Cf. Leite, 2012; Motta, 2017; Leite, Wirth e Cherfem, 2015; Lima, 2015; Sant'Ana e Metello, 2016; Andrade, 2017; Rossi, 2018, etc.

A maioria das pesquisas consultadas analisa o movimento dos catadores(as) sem traçar uma aproximação com os debates teóricos sobre ação coletiva e movimentos sociais. Este fato não diminui a relevância desses importantíssimos estudos, que situando seus debates em outros campos teóricos, como o das políticas públicas, trabalho, sistemas de produção, economia solidária, ambientalismo, consumo, urbanismo e saúde, contribuem para entendermos diversos aspectos da realidade dos catadores(as), inclusive a própria organização coletiva desses trabalhadores(as), mesmo sem articulá-la com teorias específicas sobre o tema.

Gohn (1997), Alonso (2009) e Bringel (2011) já haviam advertido que até os anos 1980, a maioria dos estudos sobre movimentos sociais eram marcados por esse “caráter mais empirista”. De acordo com Alonso (2009) e Bringel (2011), mesmo após as teorias europeias e americanas se disseminarem com maior força no Brasil nos anos 1990, até a primeira década dos anos 2000, e cremos nós que até a atualidade, é comum que muitas pesquisas que têm por objeto de estudo movimentos sociais, não utilizem teorias da área em suas análises.

Na consulta bibliográfica realizada encontramos cinco pesquisas que aproximam o caso da organização coletiva dos catadores(as) ao debate teórico sobre ação coletiva e movimentos sociais. Iniciamos por Leite, Wirth e Chermak (2015), que, resgatando as origens do MNCR, apontam que este movimento deve ser analisado no contexto dos novos movimentos sociais que emergiram no processo de redemocratização no Brasil, pois, mesmo emergindo num momento um pouco posterior, partilha com esses movimentos a capacidade de forjar uma nova identidade social e apresentar-se como interlocutor político. As autoras dialogam com pesquisadores brasileiros dos movimentos sociais como Dagnino, Durham, Evers e Tatagiba.

Andrade, Figueiredo e Farias (2008), dialogando com publicações brasileiras como Munck, Doimo e Azevedo e Prates, explicam que o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) – do qual o MNCR é um filho – torna-se referência no contexto dos movimentos sociais urbanos contemporâneos por sua capacidade de articular a sua atuação, simultaneamente, nas esferas social e político-institucional. Segundo Munck, os movimentos sociais, enquanto atores estratégicos, vivem uma tensão entre manter-se fiéis a sua identidade para não serem iludidos ou cooptados na arena político-institucional e, ao mesmo tempo, garantir sua condição de ator estratégico e protagonista na conquista de seus objetivos. Assim, o grande desafio seria superar a crise identitária advinda da participação entre as esferas social e político-institucional. Uma prova de que o MNPR estaria conseguindo enfrentar esse desafio seria a aprovação da Política Nacional de População de Rua. O artigo nos ajuda a pensar o caso do MNCR porque, além de nascerem juntos, estes movimentos seguem caminhos semelhantes.

Utilizando-se de ideias pontuais de Melucci sobre identidade coletiva, mobilizadas por intermédio de Alonso (2009), Rossi (2018) avalia que o MNCR é produto e ao mesmo tempo operador de um campo de construção da identidade dos (e para os) catadores(as), atrelada à questão do reconhecimento e da valorização destes enquanto trabalhadores. A construção dessa identidade seria capaz de afixar os catadores(as) como protagonistas das políticas públicas, sobre a qual passam a desenvolver um papel fundamental.

Já Rosa e Mendonça (2011) analisaram diversos estudos sobre movimentos sociais que realizam uma análise organizacional ancorada nas teorias de *frames* e oportunidades políticas, mencionando a pesquisa de Gonçalves-Dias *et al* (2010), nosso quinto achado, que mapeia a formação do campo de identidade do MNCR através das teorias norte-americanas.

Segundo Gonçalves-Dias *et al* (2010, p. 2026), “a formação do campo de identidade do MNCR passa pela afirmação da identidade social dos catadores como participantes legítimos da vida social e econômica dos centros urbanos brasileiros”. Dialogando com uma vasta bibliografia sobre movimentos sociais, nacional e internacional, e mobilizando teorias norte-americanas, os autores identificaram e apresentaram os principais *frames*<sup>47</sup> do MNCR ao longo do tempo. O *frame* de diagnóstico, primeiro que surge no movimento, diria respeito à identificação do risco de comprometimento da sobrevivência dos catadores(as) e suas famílias devido à invisibilidade social causada pela falta de reconhecimento e valorização da catação. A partir deste *frame* diagnóstico, os protagonistas construíram seus *frames* motivacionais e de prognóstico, especificando o que fazer quanto ao reconhecimento e a subsistência. Essa articulação inicial tinha uma grande capacidade de ressonância no campo devido ao processo de alinhamento de *frames*, que juntaram o discurso da solidariedade com o da inclusão social, e ainda devido às redes que apoiavam os moradores de rua como as da Igreja Católica. Mais adiante, os catadores(as) brasileiros realizam um novo diagnóstico sobre sua identidade coletiva, reivindicando reconhecimento como trabalhadores, propondo uma ressignificação do valor do lixo. Por fim, a terceira etapa ocorre com a amplificação de *frames* em um *master-frame*, ao conectar suas lutas com as preocupações ambientais da sociedade civil e com as atividades empresariais de responsabilidade socioambiental. Para os autores, as catadoras e os catadores aparecem como sujeitos que atribuem significado ao seu contexto de ação, estando suas ações enraizadas no ambiente social, cujas oportunidades políticas facilitam ou restringem sua mobilização.

---

<sup>47</sup> O conceito de *frames*, sintetizado por Gohn (1997) como marcos referenciais da ação coletiva, tem uma longa tradição nos debates sobre movimentos sociais, havendo se modificado ao longo do tempo.

Ademais dos artigos supracitados, encontramos alguns esforços em aproximar o estudo dos catadores(as) às discussões sobre classes sociais. Encontramos quatro estudos sobre catadores(as) que abordaram as discussões de classe em uma perspectiva estruturalista, observando a relação entre catadores(as) e o capital, dialogando fortemente com Marx<sup>48</sup>. Outros três estudos se centraram na reprodução da classe *à la* Bourdieu<sup>49</sup>, buscando identificar os capitais simbólicos que conformam o *habitus* desses trabalhadores(as).

Assim, as pesquisas brasileiras têm enquadrado os catadores(as) em categorias analíticas como “sobrantes dos demais setores produtivos”, “lumpemproletariado”, “ralé” ou “batalhadores”. A partir do enquadramento conceitual, alguns pesquisadores passam a uma avaliação sobre a possibilidade ou impossibilidade dos catadores(as) mudarem suas condições de trabalho e vida, seja individualmente ou coletivamente através da ação coletiva.

Em um trabalho de caráter pioneiro, Birkbeck (1978) apontou a capacidade de organização, mobilização e ação coletiva dos catadores colombianos, contestando a ideia de que estes seriam “*unskilled*”, “*unorganized*”, “*unproductive*” e “*unenterprising*” (inábeis, inorganizáveis, improdutivos e sem iniciativa) ao demonstrar seu poder de mobilização e ação coletiva. O autor chama os catadores de “*self-employed-proletarians*” (autoempregados proletários), sublinhando a natureza contraditória da localização de classe desses trabalhadores, que são autônomos, mas vendem sua força de trabalho para a indústria da reciclagem.

---

<sup>48</sup> Para entender as análises que dialogam com o marxismo, lembramos que para Marx e Engels (2010) o antagonismo de classes tende a polarizar a sociedade entre burguesia e proletariado. Contudo, o processo de acumulação produz também uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que, de acordo com Marx (2013) possui três formas: a flutuante, que seriam aqueles trabalhadores(as) que ora são repelidos, ora atraídos novamente pelo sistema de produção; a latente, entendida como a parcela da população rural que se encontra em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro (no sentido de não agrícola); e a estagnada, uma parte do exército ativo de trabalhadores(as) com ocupação totalmente irregular, tendo condições de vida abaixo do nível médio da classe trabalhadora. De acordo com Marx (2013), o sedimento mais baixo da superpopulação relativa habitaria a esfera do pauperismo, formada por três categorias: os aptos para o trabalho; os órfãos e filhos de indigentes; e os incapacitados para o trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e as vítimas da indústria (aleijados, doentes, viúvas, etc.). Haveria ainda o lumpemproletariado, ora definido como os plebeus que se encontrariam no meio do caminho entre os homens livres e os escravos, como aponta Marx e Engels (1998); ora como a camada formada pelos vagabundos, delinquentes e prostitutas, como interpreta Marx (2013); e ainda como uma massa disforme e desintegrada que vive na miséria, incapaz de organizar-se em classe, como pontua Marx (2007).

<sup>49</sup> Criticando a abordagem estrutural, Bourdieu (2007) sopesou a importância de levar em consideração as relações simbólicas entre indivíduos de diferentes classes, que exprimem diferenças de situação e posição tendendo a ser transmutadas em distinções significantes, graças às quais os sujeitos se exprimem e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros sua posição na estrutura social, operando sobre os valores vinculados à posição de classe. Unindo cultura à classe para pensar a ação coletiva, Bourdieu (2001) identificou como os *habitus* são construídos socialmente, criando condição de classe e posição de classe. Para Bourdieu (2007), pensar classes tratar-se-ia de estabelecer de que maneira a estrutura das relações econômicas pode determinar a estrutura das relações simbólicas, ao determinar as condições e as posições dos sujeitos sociais. Em outras palavras, os campos oferecem diferenciados tipos de capitais (econômicos, cultural, simbólico, etc.), assim, os indivíduos tem seu *habitus* constituídos pelos diferentes dispositivos que incorporam dependendo do campo onde estão inseridos. A constituição de *habitus* semelhantes permitiria sua ação enquanto classe.

Rosaldo (2016) destacou que por muito tempo estudiosos do trabalho vêm disseminando a ideia de que os catadores(as), tal como outros trabalhadores informais, integrariam o lumpemproletariado identificado por Marx e Engels, sendo muito fracos e fragmentados para se organizarem como uma classe. De acordo com o autor, também os teóricos modernos teriam contribuído para aumentar o pessimismo sobre a mobilização dos trabalhadores informais. Retomando a experiência colombiana quarenta anos depois de Birkbeck (1978), Rosaldo (2016) avaliou que a organização dos catadores(as) colombianos tem impulsionado ganhos e inspirado movimentos semelhantes em diversos países, concluindo que este caso irradia luz sobre as causas e o potencial do recente surgimento global da organização de trabalhadores informais.

Investigando a estruturação da indústria da reciclagem em São Paulo (SP), Burgos (2013) identificou tanto os catadores(as) individuais quanto os organizados como sobrantes dos demais setores produtivos, ou seja, se tratariam de pessoas que já tiveram alocadas em outros setores produtivos e que em determinado momento perderam sua vaga no mercado de trabalho, lhes sobrando a catação de recicláveis como forma de sobrevivência. Burgos (2013) apontou a precarização que estes trabalhadores(as) enfrentam com a redução de vagas no mercado formal em um contexto neoliberal, perdendo seus direitos ao serem expulsos do mercado formal de trabalho e passarem a desenvolver a atividade de catação. Para Burgos (2013), apenas catadores(as) moradores de rua corresponderiam ao lumpemproletariado. A autora considerou ainda que catadores(as) "avulsos" – individuais – estariam na "esfera do pauperismo".

Em suas pesquisas, Bosi (2008) identificou que a maioria dos catadores(as) no Paraná tem origem rural, baixa escolaridade e pouca qualificação para o trabalho urbano, havendo iniciado a atividade de catação por não encontrar vagas no mercado de trabalho urbano. A atividade de catação surgiria diante à falta de opções, sendo integrada ao processo acumulação de capital através da indústria da reciclagem. Desse modo, a suposta situação de exclusão dos catadores (desempregado, baixa escolaridade, faixa etária elevada) o qualificaria para essa ocupação. Para Bosi (2008), os catadores conformam a “superpopulação relativa de trabalhadores” de Marx ou a “massa marginal”, como preconiza Num, sendo propositalmente recrutada e ocupada aparentemente sob a forma de “trabalho por conta própria” ou “autônomo” na catação de materiais recicláveis, sustentando assim a cadeia da reciclagem.

Situando sua pesquisa no campo da psicologia do trabalho e dialogando com a abordagem marxista, Barros e Pinto (2008) buscaram compreender o trabalho dos catadores(as) em suas dimensões psicossocial e política, estabelecendo uma relação entre trabalho, subjetividade e identidade. Ao final de suas análises, as autoras chegaram à conclusão de que o fortalecimento

identitário baseado no reconhecimento do trabalho permitiu a organização coletiva dos catadores(as), tirando-os do lugar de assistidos e colocando-os como protagonistas das políticas de sustentabilidade socioambiental e de geração de trabalho e renda através do diálogo institucional com o Estado. Para Barros e Pinto (2008), a tomada de consciência da situação de exclusão em que vivem, constrói a consciência da solidariedade de classe explorada.

Distanciando-se dos debates estruturais e posicionado-se em um campo mais centrado na questão cultural, temos a análise de Souza (2009), que apesar de não realizar uma pesquisa específica sobre catadores(as), mencionou o exemplo desse tipo de trabalhador em sua obra, sendo mobilizado por outros pesquisadores para entender a realidade dos catadores(as).

Apoiando-se em Bourdieu, Souza (2009) analisou a reprodução da “ralé” brasileira, partindo do entendimento que a realidade social produz indivíduos diferencialmente aparelhados para a competição social desde o seu “nascimento”. Para Souza (2009), a ralé, e dentro dessa categoria os catadores(as), não poderiam ser identificados como parte do lumpemproletariado, pois o lúmpen seria uma massa sobrando com as mesmas qualificações dos inseridos na classe trabalhadora, servindo como exército de reserva do capital. Desse modo, os trabalhadores precários estariam mais próximos do conceito de “ralé”<sup>50</sup>, entendido como os sobrantes desqualificados do capitalismo, que não possuem nenhuma qualificação simbólica incorporada para ingressar no mercado de trabalho qualificado, tendo sua mobilidade social dificultada.

Dando continuidade à sua agenda de investigação, Souza (2012) criou a categoria de “batalhadores” para nomear as pessoas que, mesmo nascendo em meio a “ralé”, conseguem incorporar ao longo de sua trajetória qualificações simbólicas que contribuem para que estes tenham disciplina para os estudos e o trabalho, bem como um pensamento prospectivo que os permite planejar e agir em direção ao futuro. Nesses casos, uma espécie de mobilidade social seria possível. Entretanto, como bem pontuou Souza (2012), essa mobilidade não enquadraria esses trabalhadores como uma “nova classe média” – como apontaram alguns estudiosos que, retomando Max Weber<sup>51</sup>, veem as classes sociais vinculadas à renda e consumo –, mas bem esses trabalhadores deveriam ser vistos como a classe de batalhadores, pessoas que alcançaram melhores condições de vida por meio do trabalho, dependendo deste para viver.

---

<sup>50</sup> Souza (2009) traz o caso de um catador de materiais recicláveis como um exemplo da ralé, entretanto esclarecemos que em momento algum o autor afirma que todos os catadores(as) sejam parte da ralé.

<sup>51</sup> Para Weber (1974 e 2012), a classe está relacionada a renda e consumo, desse modo, seria a situação de mercado (mercado de bens e mercado de trabalho) que definiria a situação de classe dos indivíduos. Assim, a palavra “classe” refere-se a qualquer pessoa que se encontre na mesma situação de classe. A estratificação social dar-se-ia pela classificação dos indivíduos de acordo com sua renda e consumo, ou seja, com sua situação de mercado. Com Weber nasce a ideia da mobilidade social, os indivíduos seriam capazes de mudar de classe.

Dialogando com Souza (2009 e 2012), Motta (2017) identificou as mulheres catadoras do estado de São Paulo como “batalhadoras”, destacando sua capacidade de modificarem suas condições de trabalho e vida através da ação coletiva. Motta (2017) avaliou a organização dessas mulheres como um movimento de classe em termos thompsonianos, explicando como se deu o processo de conscientização de suas condições de trabalho, gênero e raça, e como o compartilhamento dessas experiências fomentaram uma consciência de classe que as fizeram moverem-se em busca de seus objetivos dentro da organização política dos catadores(as). Ao estabelecer um diálogo frutífero com E. P. Thompson, Motta (2017) entrou no campo de discussões dos movimentos sociais.

Inserida no campo da Sociologia do Consumo, Nascimento (2016) investigou a construção da identidade dos catadores(as) de Campina Grande, Paraíba, a partir do trabalho de catação de materiais recicláveis e de seus sentidos e práticas de consumo, visando identificar se estes se combinam e/ou se configuram para a formação da identidade dos catadores(as). Seguindo a linha interpretativa de Souza (2009 e 2012), Nascimento (2016) identificou o *habitus* dos catadores(as) como precário, marcado pela baixa escolaridade, pobreza extrema, catação como uma rara possibilidade de trabalho e renda, entrada na atividade na infância ou juventude e reprodução geracional da atividade, inviabilizando assim suas possibilidades de mudarem de vida. Logo, estes trabalhadores estariam próximos à “ralé” identificada por Souza.

Os estudos listados são muito valiosos, pois partindo de perspectivas diversas e com recortes variados contribuíram para a compreensão do grupo social dos catadores(as) e de sua relação com o meio no qual estão inseridos. No entanto, dentre a bibliografia consultada não identificamos muitos esforços direcionados a estudar a organização coletiva dos catadores(as) sob o referencial dos estudos dos movimentos sociais. O que, em nossa opinião, poderia contribuir para que se compreendesse melhor como são construídas as dinâmicas internas e externas desse movimento, e de que modo essas dinâmicas influenciam sua capacidade de intervenção e transformação da realidade na qual os catadores(as) estão inseridos.

À exceção da pesquisa de Gonçalves-Dias *et al* (2010), que, trazendo os debates mais atuais das teorias norte-americanas, buscou utilizar as ferramentas analíticas de *frames* e oportunidade política para analisar o MNCR, e de Motta (2017), que mobilizou E. P. Thompson para buscar compreender o processo histórico de organização das mulheres catadoras como um processo de conscientização de suas condições de classe, a maioria das publicações que relacionaram essa experiência com o debate sobre movimentos sociais o fizeram de maneira tangencial, sem trazer os estudos dos movimentos sociais ao centro da análise.

Como visto, os diálogos entre estudos empíricos sobre catadores(as) e os debates teóricos sobre classes sociais apareceram com maior frequência, ajudando a pensar como estes sujeitos se inserem no contexto social mais amplo. Estas pesquisas criaram pontes entre o nível microsocial observado empiricamente e os níveis meso e macrosociais, nos quais os sujeitos estão imersos e com os quais se relacionam todo o tempo.

Em termos gerais, temos apenas dois adendos a fazer a tais pesquisas. Percebemos que os autores realizaram interpretações distintas acerca dos debates clássicos de classe com os quais dialogaram, como o debate marxista de classes, exército de reserva e lumpem, por exemplo. As diferenças de interpretação sobre os conceitos marxistas levaram a compreensões distintas sobre o pertencimento de classe dos catadores(as). Esse caso se evidencia, por exemplo, nas formas como Burgos (2013) e Souza (2009) entenderam o lumpemproletariado.

Em segundo lugar, vale destacar que, por vezes, os pesquisadores tenderam a estender as conclusões baseadas nos achados empíricos de uma determinada localidade a todo o coletivo de catadores(as), sem levar em consideração a pluralidade de perfis de catadores(as) e tipos de experiências existentes em um país com tamanha dimensão como o Brasil.

Observando os catadores(as) do Paraná, em sua maioria de origem rural que não encontraram vagas no mercado de trabalho, não é de se estranhar que Bosi (2008) os tenha identificado como parte do exército de reserva do capital. Do mesmo modo, faz sentido que, havendo observado os catadores(as) da metrópole de São Paulo, Burgos (2013) chegue à conclusão de que esses trabalhadores(as) sejam sobrantes dos demais setores produtivos, afinal, a grande maioria de fato esteve inserida nos mercados formal ou informal de trabalho, passando a exercer a catação quando expulsos destes. Porém, se observarmos as vivências dos catadores(as) paraibanos, estudados por Nascimento (2016) e por nós, percebemos uma terceira possibilidade, onde muitos começam a atuar na catação de recicláveis na infância, tendo uma trajetória laboral marcada pela inserção prematura, precária e informal no mercado de trabalho.

Diante o exposto, destacamos que consideramos importante levar em consideração que os catadores(as) compõem um grupo bastante heterogêneo, assim, as conclusões de um estudo localizado em uma determinada região nem sempre são estendíveis a todos os trabalhadores(as) que atuam nessa atividade. Por esse motivo nos parece interessante investir em estudos comparativos antes de chegar a qualquer conclusão sobre o pertencimento de classe de um grupo social em de um país de dimensões continentais. Ademais, as especificidades culturais e econômicas locais parecem ser uma chave crucial para compreender como catadores(as) de regiões distintas se inserem, vivenciam e percebem sua atividade e organização coletiva.

Se por um lado consideramos inegável a importância de ter em vista as condições materiais dos sujeitos para compreender sua posição e posicionamento na estrutura social, por outro lado consideramos que a abordagem estrutural restrita à dimensão econômica é insuficiente para a compreensão de a qual classe pertenceria a categoria dos catadores(as).

O problema começa já na primeira pergunta: Qual é a posição dos catadores(as) na estrutura produtiva? Temos demonstrado que os catadores(as) são a força de trabalho que sustenta literalmente nas costas todo o peso da indústria da reciclagem, então, obviamente, essas pessoas compõem a classe trabalhadora, não é mesmo? A resposta à tal complexa pergunta não pode ser automática. Primeiro é necessário lembrar que os catadores(as), mesmo organizados em associações e cooperativas, não poderiam ser facilmente classificados como proletariado, pois não estabelecem uma relação direta de venda da força de trabalho para o capital – embora Bosi (2008) e Burgos (2013) demonstrem claramente o modo como a acumulação de capital da indústria da reciclagem depende da apropriação da força de trabalho dos catadores(as).

Essa reflexão nos conduz a outras perguntas: Trabalhadores, sem dúvida os catadores(as) são, mas afinal, quem é seu patrão? Considerando que os catadores(as) que trabalham de maneira individual são vistos como trabalhadores “autônomos”, seriam estes trabalhadores(as) “empreendedores de si mesmos”, como roga a lógica da administração, e, nesse caso, se enquadrariam na classificação de “pequena burguesia”? Definitivamente, a ideia de que estes e outros trabalhadores informais sejam “empreendedores”, se aproximando de uma espécie de pequena burguesia, não convence quase ninguém<sup>52</sup>.

A sociologia do trabalho vem demonstrando que o mercado informal de trabalho desenvolve um papel fundamental à própria reprodução do sistema capitalista, principalmente em países como o Brasil, que historicamente sempre se valeu dessa modalidade para maior expropriação da força de trabalho. Mesmo quando esses trabalhadores informais e precarizados conseguem uma renda mediana com seu trabalho, não passam a integrar automaticamente uma classe média, pois continuam dependendo exclusivamente de seu trabalho para seu sustento, sendo explorado pelas outras camadas da sociedade<sup>53</sup>.

Mas, e quando organizados em empreendimentos econômicos solidários, se declarando “patrões de si mesmos”, seriam os associados equiparados aos acionistas por cotas podendo ser

---

<sup>52</sup> Prova disso é que durante uma reportagem do jornal Fantástico sobre entregadores de aplicativos como Uber e iFood, na qual trabalhadores informais foram tratados como “empreendedores”, internautas acusaram o programa de promover a chamada “glamourização” do trabalho precarizado. O jornal recebeu, ao vivo e à *posteriori*, duras críticas da população e de especialistas através das redes sociais. Ver: Fantástico... (2020); Aplicativos (2020); Teixeira (2020).

<sup>53</sup> Cf. Oliveira, 1981; Kowarick, 1985; Antunes, 2011; Cardoso, 2013; Pochmann, 2012.

classificados como “burgueses”? Bem, como vem demonstrando a bibliografia sobre economia solidária, a lógica desses dois tipos de empreendimentos, capitalista e solidário, são completamente diferentes, pelo menos em teoria<sup>54</sup>. Em nosso ponto de vista, os socio-trabalhadores(as) desse tipo de empreendimento também não poderiam ser identificados como parte da burguesia, mesmo tendo a posse coletiva dos meios de produção (galpões, caminhões, carrinhos, prensas, balanças, mesas de triagem, etc.), pois não são proprietários deste “capital”, devendo tudo permanecer no empreendimento em caso de desligamento do sócio.

Essas questões trazem à tona a dificuldade de tentar compreender a própria inserção do catador(a) de material reciclável na estrutura produtiva. Esta inserção é complexa por vários motivos: primeiro, até três décadas atrás, a participação dos catadores(as) na estrutura produtiva nem mesmo era reconhecida, só após muita luta os catadores(as) passam a ser reconhecidos como trabalhadores(as) integrantes da cadeia produtiva da reciclagem; segundo, como essa inserção se dá sobre a égide da prestação de serviço, a relação de trabalho, na maioria das vezes, não é reconhecida nem pela indústria da reciclagem que expropria o trabalho dos catadores(as) para produzir, nem pelo setor público, que se beneficia da coleta seletiva economizando com limpeza urbana, no melhor dos casos recompensando os catadores(as) por meio de um contrato de alocação de serviços que muitas vezes não lhes garante nem os direitos básicos; terceiro, como a inserção dos catadores(as) na estrutura produtiva se dá de maneira “marginal” – na modalidade de trabalhadores autônomos, individuais ou associados –, muitas vezes se utiliza o discurso do empreendedorismo, individual ou coletivo solidário, para atribuir aos catadores(as) a responsabilidade por sua “produtividade”, camuflando o problema causado pela negligência da indústria quanto aos direitos dos trabalhadores(as) dos quais depende.

Após essas reflexões, percebemos que, assim como a renda e o padrão de consumo, a posição na estrutura produtiva não pode ser o único elemento a definir os catadores(as) como classe. Tampouco o modo como se dá a inserção do catador(a) na estrutura produtiva da indústria da reciclagem deve ser observada de maneira rígida, sem considerar as peculiaridades intrínsecas a este tipo de relação de trabalho, sob o risco de se produzir análises que identifiquem o catador “autônomo”/individual e o dono de sucata que trabalha com uma pequena equipe em seu “negócio” igualmente como “microempreendedores”, reservando apenas ao catador(a) que opera nas sucatas de terceiros o título de participante da classe trabalhadora.

---

<sup>54</sup> Cf. Singer, 2002; Georges e Leite, 2009; Leite, Araújo e Lima, 2014.

As diferenças entre os perfis de catadores(as) explicitam o quanto a tentativa de enquadrá-los em categorias analíticas pode ser arriscada. Se alguns parecem habitar a esfera do pauperismo (autônomos ou individuais, mas também organizados em pequenas associações), podendo se aproximar do conceito de lumpemproletariado (catadores em situação de rua ou que vivem no lixão e não tem qualificação alguma para inserir-se ou reinserir-se no mercado de trabalho), outros estariam mais próximos do exército de reserva em suas três formas: flutuante (os expulsos do mercado formal de trabalho que oscilam entre o emprego formal e a catação); latente (migrantes do rural que não encontram emprego no urbano) e estagnada (que estão na atividade de catação há muito tempo).

No final das contas, em uma abordagem ortodoxa, os catadores(as) nem ao menos poderiam ser classificados como trabalhadores(as) por não terem a relação de venda de trabalho reconhecida pelo capital. Mas, percebemos os catadores(as), em termos estruturais, como parte da classe trabalhadora, por se tratarem de pessoas que, através de diversas modalidades possíveis de atuação, dependem do esforço de seu trabalho para sobreviver, sendo utilizadas como mão de obra por outros setores.

Embora a perspectiva de Bourdieu traga muitas contribuições à análise do caso dos catadores(as), novamente a questão da diversidade de pessoas que vivem da catação torna impossível pensar um único *habitus* comum a todos os catadores(as). Mais produtivo do que tentar encaixá-los em categorias pré-definidas (como ralé e batalhadores), nos parece ser buscar conhecer suas histórias, experiências pessoais e coletivas. Compreendendo o modo como se relacionam entre si e com outros agentes, se de alguma maneira vêm construindo um “novo” *habitus*, forjado na própria vivência coletiva, que os possibilite agir de modo classista.

Apresentados os principais estudos mapeados que vem aproximando o caso dos catadores(as) dos estudos sobre movimentos sociais e classes, e apontadas as limitações das teorias de estratificação social, das teorias puramente estruturalistas e do viés culturalista de Bourdieu para compreender o caso dos catadores(as), passamos agora ao último tópico desse primeiro capítulo que apresentou nossas escolhas teórico-metodológicas para realizar nossa investigação.

### 1.3 Nossas escolhas teórico-metodológicas

Após terminada, uma tese pode parecer ter sido escrita de maneira linear, na sequência e com a firmeza em que se apresenta na versão final, mas a verdade é que qualquer investigação científica e qualquer processo de escrita se realiza em meio a um largo processo de idas e vindas entre teorias e empiria, fomentando ideias que se desdobram em tentativas até se encontrar um caminho, e conosco não foi diferente. Ao longo da construção desse texto fomos tecendo nossas eleições teórico-metodológicas, guiados pelas leituras realizadas, pelo que o campo empírico apresentou e pelos diálogos entre orientanda, orientadores e membros das bancas de exames intermediários, até por fim chegar à proposta que acreditamos ser a mais frutífera para examinar o caso dos catadores(as) brasileiros. E é essa proposta que apresentamos a seguir.

Primeiramente gostaríamos de registrar o conjunto de princípios que iluminou nossas escolhas. Acreditamos que é preciso fortalecer modelos teóricos que levem em consideração as especificidades históricas e culturais dos locais onde estão inseridos nossos “objetos empíricos”. Defendemos uma análise que considere tanto a relevância das questões estruturais em nível macrossocial quanto a importância da cultura para entender as ações individuais e coletivas, assim buscamos abordagens atentas às microdinâmicas dos sujeitos, que não negligenciem o meio social no qual eles estão inseridos. Ademais, temos a compreensão de que as questões de classe estão no transfundo de qualquer ação coletiva. À luz desses princípios apresentamos as teorias e metodologias que guiaram essa investigação.

Compreendendo que os movimentos sociais latino-americanos como o Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis têm especificações próprias que precisam ser levadas em conta na hora de realizarmos análises sociais, elegemos a proposta teórico-metodológica de Gohn (1997) como farol para nossa investigação. A autora informa que sua proposta se situa mais próxima aos paradigmas europeus que aos paradigmas norte-americanos, articulando premissas macro da análise estrutural marxista-gramsciana com categorias micro presentes nas teorias dos novos movimentos sociais, como solidariedade e identidade, que a autora considera básicas para criar e desenvolver os interesses de classe. Gohn (1997) utiliza-se também de alguns elementos do paradigma americano, valendo-se de Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam com suas categorias dos ciclos de mobilização, que ajudam a evidenciar as relações entre macro e micro, e das oportunidades políticas, analisadas em termos de luta política e incorporada por Gohn como instrumento ampliado para o conjunto dos atores envolvidos, seja sociedade política ou sociedade civil.

Em seu modelo, Gohn (1997) sugere analisar os movimentos sociais por dois ângulos: interno e externo. No ângulo interno, deve-se buscar identificar as demandas e reivindicações, os repertórios, a composição social e as articulações dos movimentos sociais. Devendo-se pesquisar ainda a ideologia, o projeto, a organização e as práticas dos movimentos sociais. No ângulo externo, deve-se buscar conhecer o contexto do cenário sociopolítico e cultural, os opositores, as redes, as relações com outros movimentos sociais, bem como com órgãos estatais e sociedade política, a articulação com a Igreja Católica e outras religiões, a articulação com a sociedade civil e outras instituições, a relação do movimento com empresários e a relação com a mídia. Gohn (1997) propõe ainda pesquisar as representações que os participantes de um movimento têm de si próprios e do outro, as conquistas e derrotas que servem de baliza para explicar os fluxos e refluxos do movimento, e a cultura política que constroem em sua trajetória.

Para Gohn (1997), o conjunto das articulações de um movimento social nos indica o “princípio articulatório” que estrutura o movimento como um todo. A força social de um movimento diz respeito à análise do cenário do processo político mais amplo, envolvendo a análise de seus princípios articulatórios interno e externo, e devendo ser avaliada em termos de contribuição para a mudança social. De acordo com a autora, os movimentos sociais são mais ou menos democráticos segundo esse princípio.

A proposta metodológica de Gohn (1997) nos permitiu observar o MNCR enquanto um movimento social latino-americano, surgido no bojo do processo de redemocratização do Brasil pós uma longa ditadura militar, respeitando assim as especificidades sócio-históricas da localidade. Através dessa proposta visamos observar os ângulos interno e externo do MNCR, captando o conjunto das articulações que estruturam o movimento como um todo e buscando identificar a força social deste movimento.

E. P. Thompson (1979a, 1987a, 1987b, 1987c) representa o eixo principal de nossas análises. Inspirados em seu método, nos propomos a analisar o processo histórico-cultural de formação do MNCR, observando as experiências coletivas das pessoas envolvidas nesse movimento social. Ademais, a releitura do marxismo realizada por Thompson contribuiu para observarmos o fenômeno estudado sobre uma lente crítica da realidade que não ignore nem a estrutura, nem a agência.

Começamos nossa apresentação de Thompson pelo eixo central de sua obra, o conceito de classe. Contrapondo-se à visão estruturalista, Thompson criticou a ideia de classe como algo pronto e acabado que simplesmente já existe e pode ser identificada exclusivamente na dimensão econômica, advogando que esse não era o sentido de classe em Marx. Desse modo,

Thompson (1987a e 2001) enfatizou principalmente a dimensão política proposta por Marx (2007) em seu clássico *O 18 Brumário* como a dimensão mais relevante para a compreensão das classes sociais, sem descartar, entretanto, as dimensões econômica e da consciência<sup>55</sup>.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe<sup>56</sup>.

Classes não existem como categorias abstratas – platônicas –, mas apenas à medida que os homens vêm a desempenhar papéis determinados por objetivos de classe, sentindo-se pertencentes à classe, definindo seus interesses tanto entre si mesmo como contra outras classes<sup>57</sup>.

Percebe-se que Thompson via as classes sociais não como mero conceito, nem como categorias abstratas, mas como fenômenos dinâmicos e históricos, onde, a partir de suas experiências em comum, os indivíduos reconhecem-se como parte de uma classe e passam a lutar por objetivos comuns em oposição a outras classes sociais cujos interesses diferem dos seus. Nesse processo, as pessoas vão gestando uma consciência de classe. Para Thompson (1979a, p. 37) “clase, en su uso heurístico, es inseparable de la noción de ‘lucha de clase’”. Desse modo, a classe traz consigo uma noção relacional, trata-se de uma relação histórica entre classes, por esse motivo torna-se imprescindível observar a história das pessoas envolvidas em uma organização social específica para entender o processo de construção das classes sociais.

Para Thompson (1979a, 1987a e 2001), a classe unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como da consciência. A conexão entre tais fenômenos é que vai permitir captar o processo de formação da classe, ou seja, o movimento da classe ao longo do tempo. Essa interpretação leva a adoção do materialismo histórico como metodologia norteadora, que permite conhecer o contexto no qual se dá a formação das classes.

---

<sup>55</sup> Apesar do conceito de classe ter uma grande importância no marxismo, Marx e Engels nunca o definiram sistematicamente. Entretanto, na análise de suas obras é possível identificar três dimensões da classe que estariam conectadas: a econômica, que partindo de uma análise estrutural divide a sociedade capitalista em burguesia e proletariado; a dimensão da consciência, voltada à apreensão do momento em que os indivíduos deixam de ser uma classe em si e passam a agir como uma classe para si; e a política, que enfatiza a luta de classes. Ver Marx (2007 e 2013); Marx e Engels (1998 e 2010).

<sup>56</sup> Thompson, 1987a, p.10.

<sup>57</sup> Thompson, 2001, p. 26.

Clase, según mi uso del término, es una categoría *histórica*; es decir, está derivada de la observación del proceso social a lo largo del tiempo. Sabemos que hay clases porque las gentes se han comportado repetidamente de modo clasista; estos sucesos históricos descubren regularidades en las respuestas a situaciones similares, y en un momento dado (la formación “madura” de la clase) observamos la creación de instituciones y de una cultura con notaciones de clase que admiten comparaciones transnacionales<sup>58</sup>.

Thompson (1979a) defendía que não se podía entender a classe a menos que a víssemos como uma formação social e cultural histórica. Observando o comportamento das pessoas ao longo de um longo período de tempo se tornaria possível identificar se elas vêm se comportando de modo classista, criando respostas regulares para situações similares, instituições próprias e uma cultura com noções de classe que permitiriam realizar comparações entre vários países.

Pessoas se encontrando numa sociedade estruturada de certo modo experimentam a exploração (e a necessidade de poder), identificam interesses antagônicos, começam a lutar por estas questões e, no processo, se descobrem como classe, conhecendo estes descobrimentos como consciência de classe. Desse modo, a classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras fases do processo real histórico<sup>59</sup>.

Ao mesmo tempo em que retoma o referencial e o método marxista, Thompson orientou sua metodologia para captar elementos culturais nos eventos observados. Desse modo, o autor tem sua lupa investigativa sobre as experiências das pessoas, compreendidas como experiências de classe. Tais experiências são determinadas por um lado pelas relações de produção nas quais os homens nasceram ou nas quais entraram involuntariamente<sup>60</sup>, por outro lado, tratadas em termos culturais, essas experiências conformam a consciência de classe, revelando-se indispensáveis à formação da própria classe.

De acordo com Gohn (1997), retomando a categoria da experiência histórica e cultural das pessoas, Thompson via as experiências não apenas como ideias, mas também como sentimentos, valores, consciência, um conjunto de experiências acumuladas que se sedimentaram nas pessoas. Assim, a experiência passa a ser vista como práxis que envolve a reflexão da pessoa e do grupo social, um produto que surge na luta de classes. A nova chave analítica apresentada por Thompson, a experiência, foi uma noção que se formou dentro de sua prática docente e militante. Thompson foi um dos construtores do movimento político *New Left* (Nova Esquerda), integrando o grupo que propõem o socialismo humanista<sup>61</sup>.

---

<sup>58</sup> Thompson, 1979a, p. 34.

<sup>59</sup> Thompson, 1979a e 1987a.

<sup>60</sup> Thompson, 1987a, p.10.

<sup>61</sup> Gohn, 1997; Mattos, 2014.

Através de uma postura teórico-metodológica voltada às interações entre os indivíduos e aos processos microssociais, sem deixar de lado os níveis meso e macrossociais, Thompson acentua a agência e a construção subjetiva da classe trabalhadora, sem deixar de observar as condições estruturais e objetivas que se impõem sobre as classes. Desse modo, se afasta da linha ortodoxa do marxismo, mantendo-se, entretanto, fiel a preceitos básicos desse paradigma<sup>62</sup>.

Gohn (1997) avaliou que ao retrabalha questões como valores, cultura e teoria política de forma crítica, Thompson desmistificou a ideia de experiência como sinônimo de empirismo. Em suas formulações, Thompson dá a história uma dimensão viva e atuante, problematizando-a e observando o campo das mentalidades coletivas. Ele realiza essa manobra sem ir pelo caminho da fenomenologia, preocupada com as percepções e sensações, ou pela análise da semiótica, que vai pensar a codificação do conteúdo dos discursos. Preferindo seguir a trilha deixada pelos próprios atores na história, por meio dos registros e memórias existentes, desse modo, “situa e contextualiza seus personagens, para depois recuperar a trama e o drama de seu cotidiano”<sup>63</sup>. Mattos (2014) avalia que ao voltar-se para a análise do passado, Thompson trazia uma proposta de análise do presente e ainda uma indicação de construção do futuro.

Para Gohn (1997) e para Mattos (2014), o aspecto mais relevante da análise de Thompson é o modo como ele vê as classes como um processo em formação, rompendo com a perspectiva estruturalista que via a classe como algo predeterminado pelas condições objetivas. Se a classe se constrói na luta, o conceito de experiência torna-se fundamental. Sem ignorar as condições materiais objetivas, Thompson não dá a elas um poder de determinação exclusivo e final.

Retomando a ideia marxista da classe como sujeito e como categoria histórica, Thompson (1979a, 1987a) ampliou seu significado observando-a enquanto reação às experiências vividas, ressaltando que o processo de luta não se configura apenas a partir das condições econômicas, mas também das condições políticas e culturais. A própria consciência vai sendo gerada na luta, se construindo na práxis. Não haveria um projeto político previamente demarcado.

De Gramsci, Thompson tomou a categoria analítica de campo de forças, que vai ajudar na compreensão da forma como, num quadro de lutas de classes, entendido como um processo ativo e dinâmico, permeado de conflitos e contradições que emanam de polos com interesses antagônicos, cria-se um campo de forças. Thompson expressa uma preocupação com a unidade das lutas e com a unificação das experiências, que dariam visibilidade aos demandatários, construindo uma cultura política a partir da aprendizagem que a experiência legou<sup>64</sup>.

---

<sup>62</sup> Cf. Thompson, 1979a, 1979b 1987a, 1987b, 1987c, 2001; Gohn, 1997; Mattos, 2014.

<sup>63</sup> Gohn, 1997, p.204.

<sup>64</sup> Gohn, 1997.

Por fim, Gohn (1997) destacou que o legado de Thompson contribuiu para a análise dos movimentos sociais populares, levando à observação do cotidiano das camadas populares e à apreensão de como o vivenciam. Gohn considerou que os sentimentos de injustiça e de exclusão podem, em determinados contextos, expressar-se socialmente como revolta, rompendo a ordem na vida das pessoas, mesmo que não rompam a ordem social mais ampla.

Seguindo a linha de Thompson, Sader (1988) e Vêras de Oliveira (2012) complementarmente nos ajudaram a pensar como as experiências dos sujeitos podem ser significadas e ressignificadas a partir das matrizes prático-discursivas elaboradas e reelaboradas na interação entre os sujeitos. Contribuindo para identificar a relação entre as matrizes e a constituição de uma identidade coletiva que permita aos sujeitos entrarem em ação.

Em *Quando novos personagens entram em cena*, Eder Sader (1988) analisou as experiências populares dos trabalhadores da Grande São Paulo, havendo observado como se deu o processo de emergência de novos sujeitos coletivos, os movimentos sociais populares, que surgiram no fim da ditadura militar no Brasil, entre fins da década de 1970 e início dos anos 1980, trazendo consigo novos padrões de ação coletiva.

Combinando elementos e conceitos de diversas abordagens, Sader (1988) dialogou com teóricos neomarxistas, em especial com Thompson, de quem incorporou a proposta de análise histórico-cultural e o conceito de experiência, enfatizando o poder de agência das pessoas. Tal qual Thompson, Sader (1988) buscou observar o movimento das classes ao largo do tempo, ou seja, o processo de identificação dos sujeitos enquanto parte de uma classe e a construção da ação coletiva. Sem ignorar a estrutura, Sader focou nas interações cotidianas entre os atores.

Preocupado com a questão cultural, Sader (1988) também mobilizou muitas ferramentas das teorias dos NMS, a começar pela própria ideia de que os sujeitos que observou em sua pesquisa seriam um “novo” sujeito. Assim, Touraine foi utilizado para explicar o surgimento desses “novos atores” e “novos movimentos sociais” nas periferias de São Paulo, para dar importância à relação entre ator - ou sujeito, como preferiu chamar Sader utilizando uma categoria nativa - e o sistema, bem como no empréstimo de categorias como identidades coletivas e ainda para a compreensão do alargamento do espaço da política.

Valorizando a interdisciplinariedade, ao conformar seu quadro referencial Sader (1988) também dialogou com a psicologia, em especial com Freud, com a linguística e com Foucault, visando melhor entender os discursos que constituíam os sujeitos. De onde concluiu que tanto o que é dito quanto o que é escondido, o louvado e o censurado, compõem o imaginário de uma sociedade, através do qual seus membros experimentam suas condições de existência.

Sader (1988) dialogou ainda com colegas brasileiros como Marilena Chauí, que o fez pensar as ambiguidades entre conformismo e resistência presente no cotidiano das pessoas, e com Renato Ortiz, com o qual dialoga em torno da ideia de “consciência fragmentada da cultura popular”. Munido de um forte referencial, Sader (1988) desenvolveu o argumento de que os sujeitos envolvidos nas lutas sociais elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos, recorrendo a matrizes discursivas constituídas, nas quais encontram maneiras de nomear o vivido. As experiências vividas pelos sujeitos, interpretadas à luz de matrizes discursivas, vão contribuir para a formação de uma identidade coletiva, podendo chegar a constituir um novo sujeito político. Sobre identidade coletiva, Sader (1988, p.228) explicou que

Quando falamos de identidade de um movimento social, estamos nos referindo a uma identidade polêmica, produzida no tempo através de ações muitas vezes contraditórias, com significados ambíguos, muitas vezes desfeita e refeita através de atos que estabelecem novas vias de continuidade e levam a reinterpretções do passado.

Assim, Sader (1998) não negou as contradições que perpassam a construção da identidade coletiva, compreendendo que estas são constituídas também através de discontinuidades e rupturas. Essa identidade resulta de experiências comuns coletivamente reinterpretadas nas agências ou centros de elaboração discursivas, espaços onde as matrizes discursivas são elaboradas e reelaboradas. As matrizes seriam modos de abordagem da realidade que implicam contribuições de significado e o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação das situações, temas e atores, numa espécie de referência a determinados valores e objetivos. Segundo Sader (1988, p. 60), um novo sujeito político surge “quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados”.

Véras de Oliveira (2012) se utiliza do conceito de Sader complementando sua proposta ao propor chamá-las de matrizes prático-discursivas, que muniriam os sujeitos com práticas além de discursos. Essa perspectiva nos pareceu interessante, pois, em nossa opinião, em contato com “as agências”, os sujeitos realmente apreendem muito mais que apenas discursos, apreendem as práticas que fazem parte de determinada matriz.

Em outra mão, McAdam, Tarrow e Tilly, autores também mobilizados no modelo proposto por Gohn (1997), contribuíram para manter-nos atentos à relevância dos aspectos organizacionais e das relações entre os movimentos sociais e o Estado. Dos autores mobilizamos os conceitos de oportunidade política, ciclos de mobilização e repertórios, esperando que estes sirvam de ferramentas a serem instrumentalizadas em nossa análise.

Tarrow, Tilly e McAdam, pesquisadores norte-americanos, contribuíram com o surgimento da Teoria do Confronto Político. O trio concebia os movimentos sociais como um subgênero da ação coletiva, compreendendo-os como “desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridade”<sup>65</sup>. Para os autores, a ação coletiva confrontacional se trata de uma oposição entre aqueles que detêm poder e aqueles, à princípio, destituídos de meios institucionais de reivindicação. Assim, confronto e poder foram vistos como propriedades interativas que conectam as esferas política e social<sup>66</sup>.

Após críticas por relegarem a cultura a segundo plano<sup>67</sup>, McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p.21) incorporaram o conceito de identidade coletiva em suas análises, declarando que “os participantes de movimentos nacionais fazem reivindicações às autoridades, mas também afirmam suas próprias identidades – ou as das populações em nome das quais dizem falar – como atores dignos, significativos e solidários”. Para Tarrow, propósitos comuns podem se beneficiar de identidades coletivas legadas e/ou construídas, particularmente quando movimentos sociais buscam canalizá-las e compatibilizá-las, mobilizando as dimensões emotiva e racional, irrefletida e intencional da experiência humana<sup>68</sup>. Em 2006, Tilly deu ao conceito um tom relacional, definindo identidade como “aquilo que os atores definem como tal num conflito particular, por contraste e confronto com grupos rivais”<sup>69</sup>.

Visando dar maior espaço à cultura em suas análises, o trio incorporou o debate sobre performances à sua perspectiva analítica. Tilly, por exemplo, retomou seu conceito de repertório, tomado emprestado da música nos anos 1970 para indicar inicialmente um pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico, acoplando a ele a noção de performance e engolfando-o numa teoria da difusão<sup>70</sup>. Para Tilly, os repertórios, aprendidos durante performances confrontacionais, seriam ligeiramente modificados na rotina social pelo improviso dos atores em suas performances. Já nas crises e ciclos de protesto ocorreriam variações mais rápidas e bruscas. Continuidade e improviso seriam os dois lados da moeda: dentro do repertório, os atores escolhem quais peças encenar, quando e em qual ordem. Termos como escolha, interpretação, compreensão, improviso e aprendizagem ressaltam a microinteração social<sup>71</sup>.

---

<sup>65</sup> Tarrow, 2009 apud Santos, 2012, p. 309.

<sup>66</sup> Cf. McAdam, Tarrow e Tilly, 2009; Tarrow apud Santos, 2012.

<sup>67</sup> Cf. Gohn, 1997; Bringel, 2011.

<sup>68</sup> Santos, 2012.

<sup>69</sup> Alonso, 2012, p. 29.

<sup>70</sup> Cf. Bringel, 2011; Alonso, 2012; Santos, 2012.

<sup>71</sup> Alonso, 2012.

Aproximando-se da perspectiva da “economia moral” de E. P. Thompson, Tilly privilegiou o improviso, a capacidade dos atores de selecionar e modificar as performances de um repertório para adequá-las a programas, circunstância e tradição locais, ou seja, ao contexto. A transferência de repertórios seria um processo relacional, disputado pelos agentes em interações conflituosas, histórica e culturalmente enraizadas pela tradição e condicionadas pelo ambiente político nacional, que oferece as estruturas de oportunidade<sup>72</sup>.

A noção de repertório acabou se consolidando dentro das teorias das ações coletivas, sendo utilizada para observar a evidência de que a produção de demandas se concentra em uma quantidade limitada de formas, que se repetem com variações mínimas e constituem a coleção (ou repertório) dentro das quais os potenciais atores selecionam de maneira mais ou menos deliberada<sup>73</sup>.

De Tarrow incorporamos o conceito de ciclos de protestos, entendido como uma fase na qual conflitos e disputas se intensificam nos sistemas sociais. Os ciclos se iniciam por ações coletivas independentes que tendem a ultrapassar os limites das reivindicações das quais surgiram, atraindo novas demandas e estimulando o surgimento de novas organizações, que podem se articular com as antigas, dando aparência de ações espontâneas. Os ciclos de protesto caracterizam-se pelo movimento dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados, inovações nas formas de disputa, surgimento de novos ou retransformados *frames*, combinação de participações organizadas e não-organizadas, e sequências de interações intensificadas entre os militantes e as autoridades, que resultam em reformas, repressão e até em revoluções. Os resultados de ciclos de confronto costumam ser os ciclos de reformas, que tendem a ampliar o espaço institucional de atendimento às demandas dos não poderosos<sup>74</sup>.

Aproximando os conceitos de ciclos de protesto e repertórios, McAdam, Tarrow e Tilly (2009) explicaram que estes se relacionam primeiramente porque dentro de um ciclo, temas, símbolos e inovações táticas de ações influenciam-se mutuamente. Em segundo lugar, a interação intensa dentro de um ciclo gera incentivos para inovações, mais raras e arriscadas fora dos ciclos. Um terceiro ponto é o fato de que o próprio movimento de um ciclo que vai de uma fase expansiva para uma de retração que altera as situações estratégicas de todos os participantes. Por fim, as formas de ação associadas a reuniões de apoio, obtenção de publicidade ou pressão de reivindicações tendem a se generalizar e serem acrescidas aos repertórios de ação coletiva.

---

<sup>72</sup> Alonso, 2012.

<sup>73</sup> Bringel, 2012, p. 46.

<sup>74</sup> Cf. Gohn, 1997; Santos, 2012.

Na avaliação de Gohn (1997), o estudo dos ciclos de protestos contribuiu para a análise do processo político de inovação do próprio sistema político. Tarrow observou que os ciclos de protestos coincidem com os de inovações políticas, o que o levou a estudar estes momentos, fundamentando o conceito de oportunidades políticas, já utilizado por outros pesquisadores como Tilly e McAdam, havendo este último destacado que há também oportunidades culturais.

McAdam, Tarrow e Tilly (2009) sustentaram que os movimentos sociais se desenvolvem dentro de limites colocados por estruturas de oportunidade política tais como as organizações do governo e das políticas públicas, a facilitação e a repressão das reivindicações pelas autoridades e a presença de aliados, rivais ou inimigos, que afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político.

Inicialmente Tarrow, Tilly e McAdam foram criticados por enxergarem os movimentos sociais como mero aproveitadores dos momentos de oportunidade política, podendo ocupar no máximo o papel de coadjuvantes no processo de mudança social, por não terem força própria, dependendo do impulso de outros. Seu poder estaria apenas em mobilizar e controlar as pessoas. Os autores colocavam nas elites e no Estado o poder sobre as mudanças políticas<sup>75</sup>. A partir das críticas, os autores repensaram suas interpretações chegando à conclusão de que, num prazo mais longo, as ações do movimento social também alteram as estruturas de oportunidade<sup>76</sup>.

Ainda nos anos 1990, Tarrow incorporou o conceito de redes de Melucci em termos políticos, percebendo-as como geradoras de solidariedade, porém mantendo a ênfase na análise institucional e no Estado. Munido do conceito de redes, Tarrow passou a advogar que o conceito de oportunidades políticas também pode contribuir para as análises dos movimentos sociais no contexto da globalização, auxiliando na explicação sobre como os movimentos sociais se difundem, como novas redes são formadas, e como as oportunidades são ampliadas e criadas<sup>77</sup>.

Ao largo de suas pesquisas, McAdam, Tarrow e Tilly (2009) declararam ter aprendido que os movimentos sociais não dependem apenas do interesse das pessoas ou da oportunidade política do momento, mas se formam através de redes sociais nativas nas sociedades domésticas. Para explicar as redes que dão origem e sustentação a um movimento, utilizaram a categoria "estruturas de mobilização", que estão ligadas às comunidades de identidade comunicadas por meio de redes sociais<sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> Cf. Gohn, 1997; Alonso, 2009; Bringel, 2011.

<sup>76</sup> McAdam, Tarrow e Tilly, 2009.

<sup>77</sup> Cf. Gohn, 1997; McAdam, Tarrow e Tilly, 2009.

<sup>78</sup> McAdam, Tarrow e Tilly, 2009.

Para Tarrow os efeitos do ativismo transnacional na política doméstica podem ser a função mais importante da globalização. As redes de ativismo transnacional poderiam ajudar os atores com poucos recursos a construir novos movimentos domésticos a partir de combinações de materiais nativos e importados<sup>79</sup>.

Sobre a tendência à institucionalização da ação coletiva e o debate sobre a “rotinização do protesto”, Bringel (2011, p.66) considerou provocadora uma contribuição de Tarrow, a interpretação “[...] de que as relações entre movimentos sociais e partidos são uma constante e que em vez de enfatizar a ausência de autonomia dos movimentos é melhor examinar os mecanismos particulares que conectam partidos e movimentos”. Corroborando Bringel (2011), consideramos que ao invés de excludentes, ambas análises podem ser complementares.

Encerrando esse capítulo, explicamos ao leitor que o nosso objetivo nesse espaço inicial foi fundamentar teoricamente e metodologicamente as nossas análises, para tanto retomamos muito brevemente o desenvolvimento dos debates sobre movimentos sociais ao longo do tempo, trazendo ao texto ainda algumas perspectivas teóricas sobre ação coletiva e classe, a forma como essas teorias tem sido mobilizadas para estudar os catadores(as) de materiais recicláveis, para ao final apresentar nossas escolhas teórico-metodológicas. Apresentado o instrumental teórico-metodológico que guiou nossas análises passamos por fim ao caso dos catadores(as) de materiais recicláveis no Brasil.

---

<sup>79</sup> Tarrow, 2009 apud Santos, 2012.

## 2 A organização coletiva dos catadores(as) no Brasil

Visando sistematizar informações que contribuíssem para a compreensão do processo de constituição da organização dos catadores(as), construímos este capítulo dividido em quatro tópicos: “História da atividade de catação no Brasil”, “Perfil socioeconômico dos catadores(as) e desigualdades sociais no Brasil”, “Dados sobre a organização socioproductiva dos catadores(as)” e “Sobre a organização política dos catadores(as)”.

### 2.1 História da atividade de catação no Brasil

Então, assim [...] o problema dos catadores ele é mais que centenário aqui no país. É muito mais do que centenário. E aí, no Brasil, é... O processo dos catadores começa a aparecer enquanto uma ocupação, ou seja, quando as pessoas não tinham outro trabalho, elas faziam isso como ocupação, “não tenho trabalho, faz isso e tal”. E começa lá com osso, começa com vidro, ferro, cobre, enfim, alguns tipos de materiais que tinha receptibilidade há muito tempo atrás. Quando ela dá o processo de modificação, ou seja, de fortalecimento, e aí aparece esses profissionais como trabalho lá no processo do êxodo rural nos anos 60. Quando os trabalhadores do campo sai do campo, vem pra cidade, não tem trabalho, constrói os bolsões de miséria, a comunidade, favela, enfim, essas vilas que estão às margens da sociedade e por não ter trabalho iniciam o processo de ocupação de catação de materiais recicláveis. E essa catação começa a dar todo um processo produtivo, começa ferro-velho, começa as indústrias, começa a desenvolver isso que até então não existia de forma mais econômica, né? E começa daí a ter uma organização nesse processo [...]. Eu vou te contar essa história que é pra dar uma compreensão, né? Porque parece que a gente tá partindo do zero, a gente não tá partindo do zero, a gente parte de um contexto temporal, né? E tem uma construção histórica em cima disso<sup>80</sup>.

A fala de Arthur, catador há mais de 30 anos, que começou na atividade durante a infância junto à mãe e à avó, destaca, dentre muitos pontos, uma questão inicial essencial à nossa investigação: A catação e venda de materiais descartados socialmente são atividades mais antigas do que se costuma imaginar, que vêm se modificando ao longo do tempo, sendo transformadas pelo contexto sócio-histórico onde estão inseridas e transformando-o mutuamente. Assim, seguindo a proposta de Arthur, convidamos o leitor a conhecer essa história conosco.

---

<sup>80</sup> Arthur, catador, liderança no estado do Rio Grande do Sul e articulador nacional e internacional do MNCR, entrevista via Skype nos dias 12 e 26 de novembro de 2018. Aproveitamos para informar que após identificar nossos entrevistados pela primeira vez, atribuindo-lhes um pseudônimo, informando com o que trabalham, quais seus cargos, a data e meio da entrevista, passaremos a utilizar apenas o pseudônimo nas próximas referências a esse entrevistado. Em caso de esquecimento ou dúvida, consultar quadros com a síntese dos dados dos informantes nos apêndices.

As pesquisas disponíveis sobre a atividade de catação no Brasil vêm indicando que o consumo de alimentos e artigos diversos descartados pela sociedade como lixo, bem como a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis ou reaproveitáveis, é uma realidade presente em nossa sociedade há cerca de um século.

Depoimentos de catadores(as) filhos e até mesmo netos de outros catadores(as) presentes na bibliografia temática e também recolhidos em nossa investigação, poesias como *O Bicho* de Manuel Bandeira de 1947<sup>81</sup> e escritos de pessoas que viveram da catação, como Carolina Maria de Jesus, a trapeira, em outras palavras, a catadora, que se tornou escritora famosa com o livro *Quarto de despejo* de 1960<sup>82</sup>, evidenciam que a atividade de catação vem sendo realizada há muito tempo em nosso país.

Dentre a bibliografia consultada, Burgos (2013) traz o registro mais antigo que encontramos sobre atividades relacionadas à reciclagem. Na tese doutoral da historiadora Maria Inez Machado Borges Pinto, *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*, defendida em 1984, Burgos identificou em meio a um diversificado quadro de trabalhadores da economia informal o negociante ambulante de ferros-velhos, que apresentaria correspondência com alguns comerciantes do ramo de sucatas do período atual, e ainda gente pobre disposta a carregar fardos, que podiam desenvolver atividades que hoje são realizadas pelos catadores(as). Apresentamos a seguir algumas citações que ajudam a visualizar onde estariam trabalhadores ligados à reciclagem mencionados por Pinto:

[...] um grande número de trabalhadores pobres [que] se dedicavam a pequenas atividades autônomas, associadas ao setor de transportes, tais como: charreteiros, cocheiros, carroceiros, barqueiros e carregadores ambulantes de sacos, fardos variados, malas, mudanças [...] <sup>83</sup>

[...] havia ainda muitos trabalhadores pobres, dentre os quais destacavam-se os espanhóis, que viviam da compra e venda dos resíduos aproveitáveis do consumo industrial. Estes ambulantes compravam, a baixíssimos preços, entulhos reaproveitáveis da economia doméstica, tais como: garrafas, sacos vazios, latas, materiais descartáveis que contivessem chumbo, metal, cobre e ferro-velho. Apesar de pagar um preço insignificante por estas mercadorias, muitas das quais nem compravam, porque recebiam gratuitamente das senhoras abastardas e que gozavam da fama de generosidade, estes ambulantes prestavam um bom serviço às donas-de-casa<sup>84</sup>.

---

<sup>81</sup> “Vi ontem um bicho/ Na imundice do pátio/ Catando comida entre os detritos/ Quando achava alguma coisa,/ Não examinava nem cheirava:/ Engolia com voracidade./ O bicho não era um cão,/ Não era um gato,/ Não era um rato./ O bicho, meu Deus, era um homem”. *O Bicho*, Manuel Bandeira, 1947.

<sup>82</sup> Carolina Maria de Jesus é mencionada por vários pesquisadores(as) que investigam os catadores(as) no país, mas foi em Castro e Machado (2008), que encontramos uma análise detalhada da vida e obra da trapeira escritora.

<sup>83</sup> Pinto, 1984 apud Burgos, 2013, p. 74.

<sup>84</sup> Pinto, 1984 apud Burgos, 2013, p. 73-74.

A pesquisa de Pinto (apud Burgos, 2013) revela que algumas formas de comercialização de recicláveis, embora diferentes das atuais, ocorriam já no final do século XIX, o que evidencia quão antiga é a atividade no país. Entretanto, os trechos citados por Burgos não esclarecem porquê a atividade teria surgido e se modificado ao longo do tempo.

A bibliografia costuma atribuir o surgimento da atividade de catação aos processos de industrialização e urbanização, analisando como a dinâmica capitalista, gerando um excedente de mão de obra que não encontra espaço no mercado formal de trabalho das grandes cidades industriais, leva milhares de pessoas (geralmente migrantes da zona rural com baixa capacitação para o trabalho urbano) a buscarem na catação uma forma de sobrevivência. Também vem se observando os efeitos decorrentes das transformações do capitalismo para se entender de que maneira a intensificação do consumo, o surgimento das indústrias de reciclagem e o aumento no nível de desemprego decorrente das crises cíclicas do capital e do processo de reestruturação produtiva se relacionam ao crescimento do número de catadores(as) nas últimas décadas<sup>85</sup>.

Contestando a interpretação majoritária sobre as origens da atividade de catação, Medina (2010, S/P) alerta que na esta atividade surgiu muito antes da emergência da indústria da reciclagem ou mesmo da Revolução Industrial, existindo há milhares de anos.

Desde el comienzo de la metalurgia, hace unos 5.000 años, cuando el oro, cobre y bronce se empezaron a refinar y usar por nuestros ancestros, ellos pronto se dieron cuenta de que las sobras del proceso, así como los objetos viejos y rotos se podían fundir y reciclar para hacer objetos nuevos. Por siglos han existido personas especializadas en recuperar metales, así como otros materiales de desecho, como vidrio, madera y papel.

Sem negar a interpretação de Medina, é aparente que a atividade de reciclagem passa por transformações ao longo do tempo. Com milhares, centenas ou dezenas de anos, as atividades de catação e reciclagem não são uma novidade, nem uma exclusividade da realidade social brasileira. Vivendo em lixões ou vagando pelas ruas das grandes cidades, marcados pelo forte estigma relacionado à atividade<sup>86</sup>, por muito tempo os catadores(as) não foram reconhecidos como trabalhadores(as) ou mesmo como cidadãos/ãs, tendo vários de seus direitos básicos negados, tais como moradia e alimentação dignas, acesso à água potável, saneamento, segurança, saúde, documentação, educação, etc<sup>87</sup>. Entretanto, nas últimas décadas esse cenário parece começar a mudar.

---

<sup>85</sup> Análises e/ou menções a tais questões podem ser consultadas em Martins (2005); Bosi (2008); Burgos (2013); Silva, Goes e Alvarez (2013); Leite, Wirth e Chermem (2015); Lima (2015); Nascimento (2016); etc.

<sup>86</sup> O estigma relacionado à atividade dos catadores(as) foi analisado por Magalhães (2016); Veronese e Cabral (2016); e por nós em publicações anteriores, Santos (2018a).

<sup>87</sup> Sobre as condições de vida dos catadores(as) e a falta de direitos desse grupo social ver Ilha... (1989); Estamira (2005); Barros e Pinto (2008); Lixo... (2010); Catadores... (2016); Magalhães (2016); CENTRAC (2016).

A partir da organização coletiva os catadores(as) têm realizado conquistas que lhes permitiram avanços legais e sociais. No âmbito legal, as conquistas vão do reconhecimento da atividade à construção de políticas públicas que visam a inclusão socioeconômica desses trabalhadores. No âmbito social, milhares de catadores(as), mas não todos, têm saído dos lixões a céu aberto ou deixado de trabalhar nas ruas, passando a integrar cooperativas ou associações, o que provoca uma melhora significativa em suas condições de trabalho e de vida<sup>88</sup>.

Os registros disponíveis indicam que o processo de organização coletiva dos catadores(as) teve início entre as décadas de 1960 e 1980, com experiências diversificadas em várias partes do globo, ampliando-se principalmente nos países em desenvolvimento como Brasil<sup>89</sup>, Colômbia<sup>90</sup>, México<sup>91</sup>, Peru<sup>92</sup>, Chile<sup>93</sup>, Egito<sup>94</sup> e Índia<sup>95</sup>.

Revisitando a literatura, identificamos a experiência dos Zabballen no Cairo, Egito, como a mais antiga organização coletiva de catadores(as). Segundo Wilson, Velis e Cheeseman (2006), ainda na década de 1930 uma comunidade cristã minoritária realizava as atividades de coleta, separação e reciclagem. Na década de 1970 a Igreja Católica ajudou a estabelecer uma associação representando os interesses da comunidade *Zabballen Gameya*.

Mesmo com distinções significativas entre si, as experiências coletivas dos catadores(as) em diferentes países parecem ter pontos em comum, tais como a importância das parcerias com outros atores sociais no início do processo de organização coletiva. São exemplo frequentes na literatura a Igreja Católica, ONGs, sindicatos, governos municipais e mesmo dos elos superiores da indústria da reciclagem, a exemplo de atravessadores ou compradores.

A fala de Paulo é emblemática para a compreensão do modo como se iniciou o processo de organização socioprodutiva e política dos catadores(as) no Brasil. Com 30 anos na atividade e sócio trabalhador da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), que é a primeira cooperativa de catadores(as) do Brasil, surgida na cidade de São Paulo em 1989, Paulo acompanhou boa parte do processo de organização coletiva dos catadores(as) e nos conta um pouco dessa história.

---

<sup>88</sup> Para consultar as conquistas legais da categoria, ver Leite (2015); Leite, Wirth e Churfem (2015); Sant'ana e Metello (2016); Rossi (2018); Santos (2018b). Sobre as mudanças na vida dos catadores(as) a partir da organização coletiva ver À margem... (2008); Barros e Pinto (2008); Catadores... (2016); Veronese e Cabral (2016).

<sup>89</sup> A organização dos catadores(as) no Brasil foi recuperada por Kemp e Crivellari (2008); Silva, Goes e Alvarez (2013); Leite (2015); Leite, Wirth e Churfem (2015); Lima (2015); Sant'Ana e Metello (2016); Rossi (2018).

<sup>90</sup> O caso da Colômbia foi analisado por Birkbeck (1978); Rodríguez (2005); Rosaldo (2016).

<sup>91</sup> Sobre a catação de resíduos no México ver Niño e Hernández (2012); Pacheco-Vega (2012); Sánchez (2013).

<sup>92</sup> Masalías e Nureña (2004) trouxeram resumos das histórias de organização coletiva dos catadores(as) no Brasil, Colômbia, México e Peru, entre outros países.

<sup>93</sup> As formas de organização e atuação dos catadores(as) no Chile foram examinadas por Núñez (2017).

<sup>94</sup> Sobre os catadores(as) no Cairo, ver Wilson, Velis e Cheeseman (2006) e Zabbaleen (2008).

<sup>95</sup> De acordo com informações disponíveis no site da Aliança Global de Catadores.

A COOPAMARE ela nasceu de um grupo de moradores em situação de rua na Baixada do Glicério, né? Aonde que lá tem uma entidade que se chama OAF, Organização de Auxílio Fraternal [...] que faz um trabalho até hoje com a população em situação de rua. E na época de 1986, né? 87, 89 tinha lá [...] uma grande sopa e tinha uma feira [...] Dentro desse sopão tinha lá muita gente, era os catadores, os moradores de rua, engraxate, era o marmiteiro [...] E dentro disso tinha uma festa que se chamava [...] “A missão do povo da rua” [...] Quem contribuía mais era a Igreja [...] E o pessoal em situação de rua queria participar dessa festa, mas de uma forma diferente [...] não era só esperar pra chegar pra comer, comer, comer, entendeu? E dentro disso [...] os catadores foram trazendo o material [...] E quem se destacou nas vendas e tal foi o catador de papel [...]. Esses catadores [...] ficaram muito contente e otimista e falaram: “vamos se organizar!”. [...] E dentro disso foram começando a mobilizar. [...] Na época tinha a Agência Nacional de Cooperativas, né? Em 1980... 1983 nascia a primeira associação de catadores de material reciclável da cidade de São Paulo [...]. Aí surgiu uma pressão na questão política que na época o prefeito era Jânio Quadros, o vassourinha, que ele catava todo o pessoal das ruas [...] aí a gente foi trabalhando a questão política no outro sentido também de valorização, de resgate, entendeu? Resgate ao catador como cidadão [...] porque a gente se organizando [...] do próprio dinheiro que ele vendia o papel ele pode comprar um marmiteiro, ele pode sair da rua pagando o aluguel [...] E também sair da exploração do ferro-velho [...] [onde] o catador é explorado pelo copo de cachaça, pela droga, e aquilo o inviabiliza até que ele acaba vivendo dentro do ferro-velho [...]. Então, é nesse sentido da autoestima e buscando também disso daí as questões das políticas públicas. Quando foi em 1989 nós formamos a primeira cooperativa de catadores do Brasil que é a COOPAMARE hoje [...] Aí já [...] vem mais do espírito coletivo naquele lugar político e tal... é na questão da organização [...] Em 1992 vivíamos a primeira passeata de carroceiros do Brasil na Câmara Municipal, com catadores organizados [...]. E aí a gente foi avançando, hoje em dia é a COOPAMARE, é o movimento, é tudo isso que você vê. É a Rede Latina, é a Rede Lacre, que é a rede mundial de catadores e tudo e tal...<sup>96</sup>

O relato de Paulo nos ajuda a compreender como teve início a organização coletiva dos catadores(as) no Brasil, trazendo elementos importantes à análise proposta. Das palavras do catador, é possível observar que a atividade de catação já era praticada por muitas pessoas que viviam em situação de rua e que foi dentro das atividades da Igreja Católica que teve início o processo de organização desses trabalhadores(as). O trecho também evidencia que o grupo recebeu apoio de outras instituições, como a Agência Nacional de Cooperativas, revelando ainda os conflitos com alguns gestores públicos. Ademais, destaca-se as primeiras ações coletivas dos catadores(as) no país, como a “primeira” passeata de carroceiros e o esforço por reconhecimento social para mudar suas condições de trabalho e vida. Por fim, é importante ressaltar a relação entre o início da organização socioprodutiva dos catadores(as) e os avanços na organização política a nível nacional e internacional, evidenciada pelo entrevistado.

---

<sup>96</sup> Paulo, catador e liderança do MNCR no estado de São Paulo, ex-secretário da Rede LACRE, entrevista por telefone em 17 e 22 de outubro de 2017.

Apesar de referir-se diretamente ao caso de São Paulo, a cena desenhada no depoimento de Paulo serve para ilustrar um processo que se iniciava em diversas cidades do Brasil entre 1980 e 1990, com destaque para Belo Horizonte em Minas Gerais (MG), Porto Alegre no Rio Grande do Sul (RS) e a própria metrópole de São Paulo. Cidades nas quais a organização dos catadores(as) deu seus primeiros passos e alcançou as primeiras conquistas a nível municipal e estadual. Para melhor compreensão do modo como se deu esse processo, escolhemos explicar o processo histórico de cada localidade separadamente, pois, como muitos eventos ocorreram simultaneamente em várias localidades, uma exposição temporal se tornaria bem confusa.

No Brasil, em meio à agitada década de 1980, marcada pela emergência dos novos movimentos sociais, pelo processo de redemocratização, e também pelo fortalecimento dos debates sobre economia solidária por um lado e sobre meio ambiente e sustentabilidade em outro viés, tem início a organização de associações e cooperativas de reciclagem. Essas primeiras experiências contaram com um forte apoio da Igreja Católica, ONGs, universidades e prefeituras, que visavam a solução de problemas sociais e ambientais: a inserção socioeconômica dos catadores(as) através da sua integração na cadeia da indústria da reciclagem e a gestão sustentável do “lixo” em uma sociedade de consumo. Desde os anos 1960 a Igreja Católica desenvolvia trabalhos assistenciais com catadores(as), mas é apenas a partir dos anos 80 que brota o incentivo à formação de empreendimentos desse segmento no país.<sup>97</sup>

Entender as mudanças nas ações comunitárias da Igreja Católica é fundamental para a compreensão do processo de organização coletiva dos catadores(as), tendo em vista que essa instituição acompanhou as primeiras experiências socioprodutivas coletivas desses trabalhadores(as) em diversas partes do Brasil. Abordaremos essa questão mais adiante.

Como ilustra a fala de Paulo trazida acima e como vem demonstrando a bibliografia temática, a organização socioprodutiva dos catadores(as) no Brasil parece começar na cidade de São Paulo na década de 1980 com apoio da Igreja<sup>98</sup>. De acordo com Magera (2005, p.70):

[...] as cooperativas de trabalhadores do setor de reciclagem de lixo são recentes neste cenário econômico nacional [...] Uma das pioneiras é a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – COOPAMARE, situada na cidade de São Paulo, que teve seu início como uma associação de catadores de lixo, no ano de 1985, com apoio e incentivos de uma Ong a OAF – Organização de Auxílio Fraternal – e transformou-se em cooperativa de reciclagem no ano de 1989.

---

<sup>97</sup> Sobre a formação dos primeiros empreendimentos econômicos solidários de catadores(as) e as propostas dessas primeiras experiências ver Martins (2005); Kemp e Crivellari (2008); Silva, Goes e Alvarez (2013); Leite, Araújo e Lima (2015); Sant’ana e Metello (2016).

<sup>98</sup> Cf. Magera, 2005; Leite, 2012 e 2015; Leite, Wirth e Churfem, 2015; Lima, 2015; Rossi, 2018.

O site da própria COOPAMARE confirma a história da cooperativa tal como relatada:

A Coopamare surgiu em 1989 de um projeto de auxílio a moradores de rua realizado pela OAF – Organização e Auxílio Fraternal. A primeira atividade programada pela organização foi uma festa, chamada de “Missão”- um evento de manifestação e protesto reivindicando os direitos dos moradores de rua. Para a realização da festa, era necessário que cada integrante morador de rua doasse a renda de um dia de seu trabalho. Os catadores de papel foram os que reuniram um valor mais alto. A partir dessa constatação, o grupo passou a se reunir no Centro Comunitário dos Sofredores de Rua, no bairro do Glicério, que se tornou ponto de encontro e local de discussão desses catadores. Com o objetivo de obter melhores preços no mercado, em 1986 criaram a Associação dos Catadores de Papel. Possuíam uma casa alugada no Glicério e uma balança industrial, o que já dava ao grupo um caráter profissional. Em 1989, foi formada a Cooperativa, com vinte catadores. A prefeitura cedeu a eles o espaço sob o viaduto Paulo VI, em Pinheiros, onde hoje se localiza a Coopamare, e promulgou um decreto municipal que reconhece o trabalho do catador como atividade profissional e garante o direito ao trabalho.

Leite, Wirth e Chermem (2015) pontuam que a COOPAMARE se consolida como cooperativa durante o governo municipal de Luiza Erundina, na época filiada ao Partido dos Trabalhadores. Lima (2015) e Pereira e Teixeira (2011), enfatizam que a constituição da COOPAMARE é fruto de um processo de auto-organização que envolveu manifestações de rua pelo direito de trabalhar com o lixo e ocupação de um espaço público.

Concomitantemente ao processo de organização dos catadores(as) em São Paulo, ocorria as primeiras tentativas de organização dos catadores(as) na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais<sup>99</sup>. De acordo com Andrade, Figueiredo e Faria (2008, p.56-57),

A metodologia socioeducativa inovadora, que mudou o olhar e a forma e aproximação deste sujeito social – o morador de rua –, nasce simultaneamente em São Paulo e em Belo Horizonte, a partir do trabalho das Irmãs Oblatas de São Paulo, responsáveis pela criação da Organização Auxílio Fraternal (OAF), em São Paulo, e da Pastoral de Rua, em Belo Horizonte. Essas instituições foram pioneiras na realização de experiências sociopedagógicas junto aos moradores de rua e catadores de papel, as quais, a partir da última década, passaram a ser disseminadas em outras cidades brasileiras.

De acordo com Barros e Pinto (2008), no início da década de 1980 a Igreja Católica se aproximou da população de rua em Belo Horizonte através de um primeiro grupo que foi denominado Pastoral de Rua e que integrava as atividades da Arquidiocese de Belo Horizonte, tendo por objetivo “estar junto aos moradores de rua, discutindo, refletindo sobre sua realidade e promovendo a organização e a construção de outras possibilidades de vida”<sup>100</sup>. Esse contato com a população de rua teria levado à “descoberta” da realidade dos catadores(as).

<sup>99</sup> Cf. Kemp e Crivellari, 2008; Leite, 2015; Leite, Wirth e Chermem, 2015; Lima, 2015; Rossi, 2018.

<sup>100</sup> Barros e Pinto, 2008, p. 71.

No início do ano de 1983, o grupo de pessoas que atuou como Pastoral de Rua em Belo Horizonte se desfez, devido a dificuldades que o grupo não estava suficientemente preparado para enfrentar, como a demanda por ampliação do grupo atendido e a inclusão de adolescentes com histórico de rua. Na avaliação de Barros e Pinto (2008, p. 73): “Apesar de algumas conquistas, esse primeiro momento da pastoral não possibilitou uma organização maior da população de rua e dos catadores nem alterou as condições objetivas de vida dessa população”.

Apenas em 1987 as ações da Pastoral de Rua são retomadas, após a chegada de novos integrantes com experiências em São Paulo. O novo grupo utilizava a mesma metodologia anterior, porém de forma mais sistematizada e contando com apoio institucional fortalecido. Em 1º de maio de 1989, dia do trabalhador, conseguiram realizar a primeira assembleia dos catadores(as) em Belo Horizonte. No mesmo ano se incluem novos parceiros, como a Cáritas<sup>101</sup>.

A organização dos catadores iniciou-se com uma atuação reivindicatória junto ao poder público municipal durante a gestão do então prefeito Eduardo Azeredo (1990-1992), realizando intensa mobilização, por meio de atos públicos, ocupação de espaços [...] e protestos [...]. Essa atuação buscava forçar o poder público a romper com uma postura de discriminação e violência (GONÇALVES, OLIVEIRA e SILVA 2008). Nesse processo, a Pastoral sensibilizou outros atores e os catadores passaram a contar [...] com o apoio de organizações da sociedade civil local, como a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA) e a Pastoral de Direitos Humanos. Além disso, conseguiram apoio de alguns membros da Câmara Municipal, entre eles o então vereador Patrus Ananias, do PT<sup>102</sup>.

Em decorrência desse processo, em 1990 foi criada a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) em Belo Horizonte. Para Kemp (2008) e Pereira e Teixeira (2011), a ASMARE foi criada tanto devido às mobilizações e parcerias no âmbito da sociedade civil quanto ao apoio do poder público. Com a chegada Patrus Ananias ao governo municipal, o poder público começa a apoiar a causa dos catadores(as) e lança o primeiro projeto de coleta seletiva em parceria com estes trabalhadores(as) no ano de 1993<sup>103</sup>.

Dias e Matos (2008) comentam que a visibilidade da ASMARE repercutiu na catalisação do processo organizativo dos catadores(as) estadual e nacionalmente e também na criação dos Fóruns Lixo & Cidadania. O primeiro Fórum Municipal Lixo e Cidadania no Brasil surge em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte. Tendo o Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC) surgido em 1998, com os objetivos principais de erradicar os lixões e o trabalho infantil nesses espaços e gerar emprego e renda para as famílias de catadores(as).

---

<sup>101</sup> Barros e Pinto, 2008.

<sup>102</sup> Pereira e Teixeira, 2011, p. 904.

<sup>103</sup> Cf. Ananias, 2008; Andrade, Figueiredo e Faria, 2008; Barros e Pinto, 2008; Pereira e Teixeira, 2011.

Ainda na década de 1980, precisamente em 1986, foi criada a primeira associação de catadores(as) do estado do Rio Grande do Sul, em Ilha Grande dos Marinheiros, que ficou famosa devido ao documentário *Ilha das Flores* (1989)<sup>104</sup>. Tal como as experiências citadas, a Associação de Catadores de Material de Porto Alegre surge também no contexto de um trabalho eclesial de base da Igreja Católica, desenvolvido por Antônio e Matilde Cechin<sup>105</sup>.

Com a intensificação da campanha pela reciclagem, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre passou a se interessar pelo trabalho que estava sendo realizado com os catadores(as), o que levou a experiência na Ilha Grande a servir de laboratório para o programa de apoio à formação de associações de catadores(as) desenvolvido pelo município a partir de 1989. Já no ano de 1990 foi implantada a coleta seletiva em Porto Alegre, durante a gestão do prefeito Olívio Dutra (1989-1992)<sup>106</sup>, um dos fundadores do PT.

Os processos de constituição das primeiras associações e cooperativas são significativos por essas experiências serem apontadas como início da organização coletiva dos catadores(as) brasileiros. Suas histórias oferecem pistas sobre atores e elementos que já se faziam presentes nas primeiras ações coletivas dos catadores(as). Adentraremos nessa análise mais adiante. Por enquanto chamamos atenção apenas para o fato de que as três experiências mencionadas tiveram suas origens em trabalhos desenvolvidos por organizações da Igreja, e nas três cidades os programas de coleta seletiva foram criados durante gestões do Partido dos Trabalhadores.

Outra razão para trazermos as histórias dessas primeiras experiências é buscar entender de que forma elas influenciam na organização dos catadores(as) no resto do país, no desenvolvimento das estratégias de luta desses trabalhadores(as) e na construção das políticas públicas federais e locais. Em especial, a experiência da ASMARE vem sendo reconhecida como uma das mais exitosas do país, ganhando grande repercussão nacional e internacional. Assim, esperamos que as histórias desses empreendimentos ajudem a identificar alguns elementos que contribuíram para que a organização dos catadores(as) se desenvolvesse.

Ao longo dos anos 1990 o número de empreendimentos de catadores(as) se multiplicou em diversas cidades, possibilitando a intensificação do diálogo entre estes trabalhadores(as) e deles com diversos atores como movimentos sociais, sindicatos e gestores públicos. A própria organização produtiva parece ter fomentado a organização política dos catadores(as) que em 1999 realizam em Belo Horizonte o I Encontro Nacional dos Catadores de Papel.

---

<sup>104</sup> O documentário *Ilha das Flores* (1989), gravado em Ilha Grande dos Marinheiros, RS, pareceu ser uma das primeiras produções cineastas brasileiras a denunciar a questão das condições de vida dos catadores(as) de materiais recicláveis em uma sociedade consumista e desigual. Anterior a ele, encontramos *Lixo* (1976).

<sup>105</sup> Cf. Martins, 2005; Pereira e Teixeira, 2011.

<sup>106</sup> *Ibid.*

Neste evento, os catadores(as) decidiram formar um movimento nacional, o que resultou no surgimento do Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, fundado oficialmente em 2001 durante o I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que ocorreu em Brasília. Este congresso foi marcado pela realização da 1ª Marcha Nacional da População de Rua e pela entrega da Carta à Brasília, documento através do qual os catadores(as) solicitavam o apoio do Governo Federal à sua causa. Já em 2002 o MNCR realiza suas primeiras conquistas, o direito de assento no Conselho Nacional para o Meio Ambiente (CONAMA) e o reconhecimento formal da profissão de catador(a)<sup>107</sup> através do registro no Código Brasileiro de Ocupações (CBO)<sup>108</sup>.

Com a chegada de Lula da Silva ao governo federal é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) em 2003. Para Leite (2012), a pressão do MNCR, a sensibilidade de Lula à causa dos catadores(as) e a intensificação da discussão sobre a gestão dos resíduos teriam viabilizado a elaboração de políticas públicas voltadas aos catadores(as) em duas frentes: a gestão de resíduos e a geração de renda. Ambas visando fortalecer sua organização, garantir sua inserção socioeconômica e integrá-los à gestão dos resíduos sólidos<sup>109</sup>.

Outras conquistas alcançadas pelo MNCR foram o Projeto de Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis (CATAFORTE) e o Programa Pró-Catador, que têm como proposta capacitar os catadores(as), prestar assessoria técnica e fortalecer sua organização em diversos estados brasileiros. Mesmo recebendo críticas, os benefícios trazidos pelo programa Cataforte são reconhecidos tanto academicamente, quanto pelos catadores(as) que entrevistamos<sup>110</sup>.

Ao longo dos últimos 16 anos os catadores(as) alcançaram diversas conquistas legais que vêm garantindo melhorias em suas condições de trabalho e de vida, das quais a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/2010, é a mais importante. Estas conquistas parecem ser fruto da ação coletiva destes trabalhadores(as) que, em parcerias com outros atores sociais, vêm lutando por garantias sociais e enfrentando as situações de ameaça a seus direitos. No ponto 3.5 analisaremos mais detalhadamente as conquistas legais dos catadores(as).

---

<sup>107</sup> Cf. Kemp e Crivellari, 2008; Leite, Wirth e Cherfem, 2015; Lima, 2015; Sant'ana e Metello, 2016.

<sup>108</sup> Na CBO, os “Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável”, registrados sobre o código 5192, são descritos como: “responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança”. Estando divididos nas ocupações: Catador de material reciclável (5192-05); Selecionador de material reciclável (5192-10); e operador de prensa de material reciclável (5192-15).

<sup>109</sup> Analisaremos o marco legal dos catadores(as) no capítulo III.

<sup>110</sup> O Programa Cataforte é analisado por Amorim (2012); Andrade (2015); Rossi (2018). Em nossa dissertação de mestrado dedicamos um espaço à análise do Programa Cataforte no estado da Paraíba, ver Santos (2016).

Apesar do avanço que a PNRS representa, é preciso destacar que a implementação dessa e de outras leis que beneficiariam os catadores(as) ainda é uma realidade distante para a grande maioria desses trabalhadores(as). A maioria dos municípios ainda não os remunera pelo serviço de limpeza urbana e educação ambiental, grande parte não pôs em prática um plano de inclusão socioeconômica para os catadores(as) da localidade e até mesmo o prazo para fechamento dos lixões, previsto pela própria PNRS, foi prorrogado de 2014 para 2021<sup>111</sup>.

Além do MNCR, a categoria conta atualmente com a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, fundada em 2000, e com a União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (Unicatadores), fundada em 2017. Para não nos tornarmos repetitivos, optamos por discorrer sobre ambas instâncias organizativas apenas no tópico 2.4, quando analisaremos a organização política dos catadores(as) no Brasil.

A organização coletiva de catadores(as) de materiais recicláveis de várias partes do mundo vem fomentando ainda uma articulação a nível internacional. Hoje o MNCR integra a *Red Latinoamericana y del Caribe de Recicladores* e a Aliança Global de Catadores. A primeira reúne 17 países latino-americanos<sup>112</sup> e a segunda é formada por organizações pertencentes a 31 países distintos, localizados principalmente nos continentes da América Latina, África e Ásia, contando também com grupos pontuais na Europa<sup>113</sup>. Mesmo diante de realidades distintas que apresentam desafios diferentes, catadores(as) de diversos países vêm se apoiando numa luta conjunta por garantias sociais.

A articulação internacional parece começar na década de 1990. Leite (2015) assinala que em 1993 foi realizado o primeiro congresso de catadores(as) com caráter internacional na Colômbia, contando com a participação de recicladores do México e Peru. Mas é só 10 anos depois, em 2003, acontece o I Congresso Latino-americano de Catadores, organizado pelo MNCR e realizado na cidade de Caxias do Sul, RS<sup>114</sup>. O segundo Congresso Latino-americano ocorreu em 2006 na cidade de Brasília<sup>115</sup>. O terceiro aconteceu no ano de 2008 na cidade de Bogotá e contou com a presença de quinze países<sup>116</sup>. O quarto e último Congresso Latino-

---

<sup>111</sup> Sobre o dilatamento do prazo para fechamento dos lixões ver Torres (2015) e Simões (2017).

<sup>112</sup> Integram a Red LACRE: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

<sup>113</sup> Em uma lista provisória, o site da Aliança Global informa que os países participantes do grupo são: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Costa Rica, Colômbia, Equador, República Dominicana, Paraguai, Peru, Porto Rico, Venezuela, Uruguai, Nicarágua, África do Sul, Senegal, Quênia, República Democrática do Congo, Egito, Ghana, Madagascar, Índia, Bangladesh, Camboja, Vietnã, China, Filipinas, Tailândia, Sri Lanka, Indonésia e Nepal.

<sup>114</sup> Com a participação de recicladores da Argentina e Uruguai e técnicos da Espanha, França, Canadá e México.

<sup>115</sup> Contando com delegações da Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai.

<sup>116</sup> Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Porto Rico e Venezuela.

Americano foi realizado em 2010 na cidade de Lima, Peru, sendo transmitido ao vivo pela internet, uma inovação do Centro de Referência do Catador, que é uma iniciativa do Secretariado da Red Lacre e do MNCR<sup>117</sup>.

Mesmo há dez anos sem a realização de congressos internacionais, catadores(as) de vários países continuam se encontrando em eventos como a Expocatadores, que é o Encontro Nacional Anual dos Catadores(as), organizado pelo MNCR em parceria com diversas instituições públicas e privadas. O evento foi realizado na maioria dos anos desde 2009<sup>118</sup>, não ocorrendo apenas nos anos de 2011, 2018, 2019 e 2020. Além dos encontros presenciais, lideranças de vários países mantêm contato através de redes sociais como o Whatsapp e o Facebook.

A união entre os catadores(as) e destes com outras categorias de trabalhadores(as) a nível nacional, bem como a articulação com movimentos internacionais, vêm possibilitando a ação coletiva do grupo, que tem lutado por reconhecimento, inserção social, desenvolvimento de uma legislação específica que atenda suas demandas, recursos públicos destinados ao fomento dos empreendimentos, contratação das cooperativas pelos municípios e remuneração pelos serviços de limpeza urbana e conscientização ambiental realizados, crescimento vertical na indústria da reciclagem, parcerias de logística reversa com grandes geradores, etc.

Ao longo das últimas décadas os catadores(as) brasileiros têm avançado em várias destas pautas, entretanto, ainda enfrentam muitos desafios: a resistência de alguns gestores públicos em seguir a legislação, indiferença da sociedade, perseguição por parte de atravessadores<sup>119</sup> e até do tráfico, como revelaram alguns catadores(as) e membros de entidades de assessorias entrevistados(as) dessa pesquisa.

O avanço dos catadores(as) na luta por direitos não é um caso isolado do Brasil, o que acontece aqui ocorre também em outras partes do mundo. Embora com configurações e dinâmicas por vezes bastante distintas, catadores(as) de diversos países vêm desenvolvendo estratégias de ação coletiva para modificar suas condições de trabalho e vida, e, arriscaríamos dizer, buscado mudar sua posição no conflituoso campo dos resíduos sólidos.

---

<sup>117</sup> As informações sobre os eventos foram retiradas tanto de Leite (2015), quanto de várias reportagens do MNCR disponíveis na página virtual do movimento.

<sup>118</sup> A 1ª Expocatadores aconteceu em São Paulo no ano de 2009 e a segunda em 2010 na mesma cidade. No ano de 2011 o evento foi adiado devido a impossibilidade das lideranças do MNCR dedicarem-se à sua construção em um momento de intenso debate sobre a PNRS. Assim, apenas em 2012 se realiza a 3ª Expocatadores, novamente na cidade de São Paulo. Até 2015 todas as Expocatadores ocorrem na capital paulista. Apenas em 2016 o evento muda de sede, ocorrendo em Belo Horizonte por razão da comemoração do aniversário de 15 anos do MNCR. Em 2017 é realizada a 8ª Expocatadores na cidade de Brasília, evento do qual participamos. Por fim, a Expocatadores 2018, 2019 e 2020 foram canceladas por inviabilidade financeira, segundo informaram algumas lideranças entrevistadas.

<sup>119</sup> Sobre os avanços alcançados pelos catadores(as) e as dificuldades que estes ainda encontram, ver: Leite (2012); Leite, Wirth e Chermem (2015); Lima (2015); Magalhães (2016); Sant'ana e Metello (2016); Rossi (2018).

## 2.2 Perfil socioeconômico dos catadores(as) e desigualdades sociais no Brasil

Nesse tópico buscamos investigar o perfil socioeconômico dos catadores(as) no Brasil atualmente, para isso levantamos os dados quantitativos disponíveis. O contraste dos dados de fontes diversas nos conduziu à necessidade de esclarecer as divergências entre os perfis socioeconômicos encontrados nas pesquisas, mas primeiro, visando ilustrar e humanizar os dados numéricos, iniciamos esse tópico com depoimentos de nossos entrevistados.

Nascida em Osasco, SP, Cláudia tinha 8 anos quando passou a viver nas ruas da cidade do Rio de Janeiro com a mãe e os dois irmãos, fugindo da violência do pai alcohólatra. Iniciando a vida como pedinte para ajudar no sustento da família, Cláudia logo passou à vendedora de balas e aos 9 anos de idade começou a coletar material reciclável com a mãe pelas madrugadas. Segundo a mesma, aos 10 anos já havia se tornado “uma profissional da reciclagem”, única profissão que já exerceu. A vida em barracos no centro da cidade atrapalhou o desenvolvimento escolar de Cláudia, que só voltou a estudar na vida adulta, concluindo o 1º ano do ensino médio aos 23 anos de idade e parando de estudar novamente diante o nascimento dos filhos. A única época em que Cláudia teve sua carteira de trabalho assinada foi quando trabalhou na assessoria de um projeto da ANCAT. Com 37 anos na data da entrevista, a catadora trabalhava em uma cooperativa e vivia com seus dois filhos no Bairro da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro.

Filha de mãe agricultora e pai pedreiro, quando Edjane nasceu seus pais já trabalhavam como catadores no lixão da cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba. Por volta dos 7 anos as crianças entravam na atividade para ajudar nos ingressos da família, porém, buscando oferecer um destino diferente aos mais novos, a família fez um esforço para que os três caçulas pudessem frequentar a escola. Após o falecimento do pai, Edjane começou na atividade de catação, tendo cerca de 10 anos. Havendo trabalhado como auxiliar de cozinha e às vezes fazendo *freelance* como cabelereira à domicílio, seu maior sonho é abrir um salão. Com 30 anos na entrevista, Edjane trabalhava em uma sucata como gerente, entretanto não tem carteira de trabalho assinada e realiza atividades diversas que vão da coordenação da equipe e vendas à triagem e armazenamento do material. A maior parte da família de Edjane também viveu no ramo da reciclagem quase toda a vida. A mãe se integrou a uma cooperativa de catadores após fechamento do lixão e hoje está aposentada como agricultora<sup>120</sup>. E um irmão deu continuidade à sucata que o pai conseguiu montar nos últimos anos de vida, sendo sucateiro até hoje.

---

<sup>120</sup> Muitos catadores(as) que em algum momento da vida exerceram atividades agrícolas buscam a aposentaria especial na qualidade de agricultores como meio de aposentar-se, tendo em vista que não conseguem pagar a contribuição previdenciária na qualidade de contribuinte individual com os baixos ingressos que auferem.

Com 61 anos no dia da entrevista, Seu Cícero vive na cidade de Curitiba, no Paraná, mas nasceu na pequena cidade de Itabaiana no interior da Paraíba. Filho de comerciantes, Seu Cícero teve oportunidades de estudar durante a infância, só iniciando sua vida laboral por volta dos 18 ou 19 anos de idade. Com o Ensino Médio completo, Seu Cícero teve a possibilidade de desenvolver diversas atividades laborais formais com carteira assinada, como padeiro, pizzaiolo, vendedor e metalúrgico no ABC paulista. A catação só surgiu na vida de Seu Cícero nos anos 2000, em um momento de desemprego, época em que ele tinha 44 anos.

As duas primeiras histórias de vida mencionadas ilustram a trajetória de vida de milhares de pessoas que vivem da reciclagem no Brasil, mulheres, negras ou pardas, da periferia, com baixa escolaridade, que começaram na atividade ainda na infância, tendo muitas vezes herdado o passado laboral de seus pais. Já a trajetória de Seu Cícero, que difere fortemente das trajetórias de Cláudia e Edjane, é mais rara de se encontrar entre as pessoas que vivem da catação.

Entretanto, mesmo em menor número, é possível encontrar pelas ruas das cidades ou nos lixões a céu aberto, em cooperativas e associações de catadores(as) ou mesmo em sucatas de todos os tamanhos e tipos, tanto Cláudias e Edjanes quanto Cíceros realizando as atividades de coleta, triagem, armazenagem e venda de recicláveis. Por esse motivo trouxemos os três relatos para abrir esse tópico, passando agora aos dados quantitativos disponíveis.

Uma das primeiras pesquisas sobre catadores(as) no Brasil foi realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 1998, segundo a qual 45 mil crianças brasileiras trabalhavam com catação de resíduos sólidos nas ruas e lixões a céu aberto no período, estando 30% delas sem frequentar a escola. Visando tornar público o debate e mobilizar a sociedade civil, a UNICEF lança ainda em 1998 o Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC), que tinha por desafio principal a erradicação do trabalho infantil com o lixo em todo o país através da campanha Criança no Lixo Nunca Mais<sup>121</sup>. Os esforços da UNICEF contribuíram à publicização da causa dos catadores(as), sendo o Fórum Lixo e Cidadania um elemento importante para a canalização de diversos atores e organização coletiva dos catadores(as).

O trabalho de crianças e adolescentes nos lixões foi também tema de investigação do Programa para Erradicação do Trabalho Infantil da OIT, que resultou na publicação *Evaluación Temática Regional: Trabajo Infantil en la Segregación y Gestión de Residuos Sólidos Urbanos en América Latina y el Caribe*<sup>122</sup>, de 2004, sendo este um dos documentos que contribuiu para a denúncia das condições de vida dentro dos lixões a nível internacional.

---

<sup>121</sup> Silva, Goes e Alvarez, 2013.

<sup>122</sup> Mesália e Nureña, 2004.

Pouco tempo depois da divulgação dos dados da UNICEF, o governo federal brasileiro buscou investigar a situação dos catadores(as) de materiais recicláveis nos lixões através da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, cuja primeira versão foi divulgada nos anos 2000. Na pesquisa foram identificadas 24.340 catadores(as) nas unidades de destinação final do lixo (leia-se lixões), sendo 5.393 crianças e adolescentes de até 14 anos, o que representa 22,16% do total de pessoas vivendo nesses locais. Segue uma tabela formulada a partir de dados disponíveis, indicando o número de catadores(as) em lixões no país, por região e na Paraíba.

**Tabela 3 - Número de catadores(as) nas unidades de destinação final do lixo**

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Ano - 2000			
	Total	Até 14 anos	Porcentagem	Mais de 14 anos
<b>Brasil</b>	24.340	5.393	22,16%	18.843
<b>Norte</b>	1.816	628	34,58%	1.148
<b>Nordeste</b>	8.486	2.204	25,97%	6.282
<b>Sudeste</b>	7.636	1.408	18,44%	6.166
<b>Sul</b>	4.221	845	20,02%	3.374
<b>Centro-Oeste</b>	2.181	308	14,12%	1.873
<b>Paraíba</b>	875	227	25,94%	648

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

A segunda edição da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, divulgada em 2008, já não disponibilizava informações sobre o número de catadores(as) nas unidades de disposição final de lixo, havendo apenas dados sobre o número de municípios que identificaram a presença de catadores(as) nesses espaços. Em compensação, o IBGE passa a fornecer informações sobre o número de catadores(as) na zona urbana das cidades brasileiras. Estes dados revelam novamente a presença de menores na atividade.

**Tabela 4 - Número de catadores(as) na zona urbana**

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Ano - 2008			
	Total	Até 14 anos	Porcentagem	Mais de 14 anos
<b>Brasil</b>	70.449	5.636	8,00%	64.813
<b>Norte</b>	2.302	500	21,72%	1.802
<b>Nordeste</b>	13.897	1.553	11,18%	12.344
<b>Sudeste</b>	28.611	1.893	6,62%	26.718
<b>Sul</b>	18.149	1.309	7,21%	16.840
<b>Centro-Oeste</b>	7.490	381	5,09%	7.109
<b>Paraíba</b>	1.314	70	5,33%	1.244

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.

No ano de 2008 o IBGE identificou 70.449 catadores(as) atuando na zona urbana, dos quais 5.636 tinham até 14 anos, representando 8% do total. Apesar dos avanços e conquistas alcançadas através das campanhas nacionais e internacionais pelo combate ao trabalho infantil na atividade de catação, esta ainda é uma realidade presente no Brasil e no mundo, como revela as pesquisas do IBGE e do Ipea, entre outras publicações acadêmicas e não acadêmicas<sup>123</sup>.

O último levantamento sobre os catadores(as) brasileiros foi divulgado em 2013, pelo Ipea. Com base no Censo Demográfico de 2010, indicou-se haver 387.910 catadores(as) no território brasileiro, destes 66,1% seriam negros(as), 68,9% seriam homens e 30,1% mulheres. Quanto à divisão regional, a região Sudeste concentrava 161.417 pessoas, o que representava 41,6% do total. A região Nordeste vinha em seguida com 116.528 catadores(as), ou seja, 30% do total de trabalhadores(as) nesta atividade. O Sul contava com 58.928 catadores(as), o Centro-Oeste concentrava 29.359 pessoas e o Norte possuía o menor contingente, 21.678<sup>124</sup>.

O próprio Ipea reconheceu limitações na identificação do total de catadores(as), apontando a característica informal do trabalho e o fato de muitas mulheres não se identificarem com a atividade por manterem a identidade de domésticas ou trabalhadoras do lar, como alguns motivos da dificuldade de chegar ao número real de pessoas na catação. Desse modo, o instituto estimou um intervalo entre 400 mil e 600 mil catadoras e catadores no país<sup>125</sup>.

Argumentando que o Censo não chega aos lixões nem à população em situação de rua, que são as condições nas quais vive a maior parte das pessoas que atuam com a catação, o MNCR realizou um levantamento em parceria com o Departamento de Economia da Universidade Federal da Bahia, segundo o qual “a estimativa do MNCR é que existam cerca de 800 mil catadores catadoras em atividade no país, a maior parte dos catadores são do gênero feminino, cerca de 70% da categoria” (MNCR, 2020).

Apesar de existirem inúmeros levantamentos realizados em diversos estados do país, feitos pelo próprio MNCR, por ONGs, universidades, além do levantamento do Ipea, até hoje não há consenso sobre o número de catadores(as) no Brasil. O motivo mais evidente são as dificuldades de se mapear uma população que muitas vezes não tem domicílio fixo ou volta a este apenas esporadicamente. Outra razão possível é o fato da atividade geralmente ser desenvolvida como uma das muitas estratégias de sobrevivência de uma família, que pode conciliar a atividade de catação com outras formas de trabalho. Em casos como esse, muitas vezes as pessoas não se reconhecem como catadores(as).

---

<sup>123</sup> Cf. Wilson, Velis e Cheeseman, 2006; Silva, Goes e Alvarez, 2013.

<sup>124</sup> Silva, Goes e Alvarez, 2013.

<sup>125</sup> Ibid.

Para além das dificuldades metodológicas, interesses políticos parecem perpassar os levantamentos sobre o número de catadores(as) no país. Há uma disputa implícita por políticas públicas, por recursos, por reconhecimento e, por outro lado, pela redução da importância de um segmento social. Como Vêras de Oliveira (2015b) indicou, a relação entre propostas como a da economia solidária (ES) e a dinâmica capitalista não se dá sem contradições e conflitos. Desse modo, a disputa por recursos parece atravessar a relação entre atores envolvidos com a ES (e com o segmento de catadores) e as instituições capitalistas, desde o âmbito local até as instâncias do governo federal, onde são disputados projetos políticos e onde os números servem para justificar tanto a construção das políticas públicas quanto o acesso a recursos.

Desse modo, não nos parece produtivo trazer ao texto milhares de dados fragmentados e destoantes que pouco ajudam a lançar luz sobre a realidade observada. Assim, nos detemos a trazer mais alguns dados do Ipea, que além de serem os mais recentes, até o momento parecem ser os mais confiáveis, apesar das limitações metodológicas já indicadas. Acrescentamos complementarmente conclusões de outras pesquisas de forma condensada.

Sobre a questão da escolaridade, segundo o Ipea, o percentual de analfabetismo entre o total de catadores(as) atinge 20,5%, mais que o dobro nacional que é de 9,4% da população. Outros indicadores importantes são o número de catadores(as) com mais de 25 anos que terminaram o Ensino Fundamental (24,6%) e que terminaram o Ensino Médio (11,4%), que conjuntamente revelam o baixo nível de escolaridade entre as pessoas que vivem da catação<sup>126</sup>.

Observando pesquisas realizadas em várias regiões do mundo e levantamentos sobre as condições de vida dos catadores(as) realizados por organismos internacionais como a OIT, percebemos que em geral o perfil socioeconômico dos catadores costuma ter alguns pontos em comum na maioria dos países. E ainda, que este perfil vem mudando com o passar do tempo, como apontam Niño e Hernández (2012), que contrastando dados empíricos com a bibliografia mexicana sobre *pepenadores*, destacam que este perfil vem sofrendo mudanças gradativas ao longo do tempo, conclusão com a qual corroboramos diante da revisão realizada<sup>127</sup>.

Até os anos 1990 a literatura internacional e nacional demonstrava que se encontravam na catação mais homens, migrantes advindos do meio rural devido ao processo de urbanização, com idade entre média e avançada, baixas escolaridade e qualificação para o trabalho e dificuldades de inserção no mercado formal, havendo forte presença de crianças nos lixões<sup>128</sup>.

---

<sup>126</sup> Silva, Goes e Alvarez, 2013.

<sup>127</sup> Ademais, agregamos que um mesmo país pode contar com variações no perfil socioeconômico das pessoas que vivem da reciclagem dentro de suas diversas regiões, o que, em nossa interpretação, pode ser explicado pela divisão socioeconômica regional de cada nação. Nos debruçaremos sobre essa reflexão no capítulo IV.

<sup>128</sup> Cf. Birkbeck, 1978; Lourenço, 1998 apud Magera, 2005; Bosi, 2008; Niño e Hernández, 2012.

Hoje, em sua maioria, as pessoas que vivem da catação são mulheres, jovens, com nível educacional e qualificação para o trabalho melhor do que se encontrava anteriormente, que vivem há muito tempo em centros urbanos, auferindo uma renda que as mantém abaixo da linha de pobreza<sup>129</sup>. Não encontramos explicações para tais mudanças na bibliografia consultada, mas poderíamos inferir que estas estariam relacionadas às próprias transformações nas características socioeconômica do mercado de trabalho, no qual “novos” grupos sociais que passaram a ocupar o papel de exército de reserva do capital.

É preciso ter em vista que a maioria dos catadores(as) integram grupos sociais que sofrem forte exclusão nas sociedades capitalistas: migrantes, mulheres, negros e pessoas com baixa escolaridade. Por vezes a catação surge como única possibilidade para estas pessoas, diante de um mercado de trabalho que se recusa a abrir-lhes as portas. Ademais, a forte exclusão da qual são vítimas contribui para a perpetuação e reprodução da condição de catador(a) e de marginalidade para si e para as futuras gerações.

Para pensar o perfil socioeconômico dos catadores(as) de materiais recicláveis no Brasil ou em qualquer lugar do mundo é preciso compreender quem são essas pessoas na estrutura social da qual participam. O fato de que a maioria dos catadores(as) da Índia pertençam à casta dos párias ou de que em Zabbaleen, que fica no Egito, onde a maioria da população é muçumana, seja a minoria cristã a responsável pela reciclagem, não é mera coincidência<sup>130</sup>.

Da mesma forma, a existência de um maior número de mulheres e negros(as) na atividade de catação na maioria dos países do mundo não deve ser encarada como mero acaso. Como bem assinalam Saffioti (2013) e Davis (2016, 2017 e 2018), a exclusão social de raça e gênero integra o próprio funcionamento da dinâmica capitalista. Essa realidade torna-se ainda mais evidente e crítica em países como o Brasil, que teve sua história marcada por um longo período de escravidão, caracterizado principalmente pela exclusão das pessoas negras, mas também pela presença do machismo e sexismo nas relações sociais.

O longo período de escravidão deixou marcas que até hoje repercutem na população negra e não branca do Brasil. Após a abolição, negros e pardos foram empurrados para as periferias. Sem acesso à educação e ao mercado formal de trabalho, restou a essa parte da população as ocupações informais<sup>131</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. Masálias e Nureña, 2004; Martins, 2005; Niño e Hernández, 2012; Oliveira et al. (S/D); Carvalho e Rondini, 2017.

<sup>130</sup> Em grande medida, devemos esta reflexão e as informações sobre os grupos que atuam com a catação de recicláveis ao redor do mundo a uma entrevistada ligada à Women in Informal Employment Globalizing & Organizing (WIEGO), que desde 2007 atua como coordenadora global dos catadores. Ademais, os documentários Zabbaleen (2008) e o site da Aliança Global dos Catadores trazem informações sobre o Egito e a Índia.

<sup>131</sup> Uma análise histórica sobre a formação do mercado de trabalho brasileiro se encontra em Barbosa (2003).

A falta de condições materiais e o racismo declarado ou velado persistentes na sociedade brasileira limitaram as oportunidades de ex-escravos(as) libertos(as), reproduzindo a condição de pobreza e exclusão às futuras gerações. Por isso enfatizamos que não se trata de mera coincidência o fato de que milhares de negros e pardos só encontrarem meio de sobrevivência no que é descartado e evitado pelas camadas altas da sociedade: as periferias, o lixo e os lixões.

Dialogando com Marx, algumas linhas do feminismo, em especial o feminismo negro, vêm problematizando quem são as pessoas mais propícias a serem relegadas ao exército de reserva do capital, demonstrando através de pesquisas que as mulheres e as minorias étnicas encontram maiores dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho. O feminismo e a sociologia vêm revelando que a incorporação do racismo, machismo e sexismo pela lógica capitalista agravam a desigualdade de classe ao imbricar nela as desigualdades de gênero, de raça e cor, redefinindo as relações sociais<sup>132</sup>. As divisões social, sexual e racial do trabalho revelam conjuntamente as diversas faces da desigualdade social como inerentes ao capitalismo.

Assim, as mulheres catadoras negras são vítimas de um processo de exclusão social multidimensional que restringe suas oportunidades podendo chegar a impossibilitar uma mudança de vida por vias de esforço individual. Contudo, coletivamente, estas mulheres e outros perfis de catadores(as) vêm logrando conquistas que aos poucos parecem mudar sua situação de vida e das demais pessoas que desenvolvem esta atividade.

Finalizando esse tópico, apresentamos os dados socioeconômicos de nossos entrevistados(as), que se aproximam do perfil brasileiro. Dos 31 entrevistados, 13 eram homens e 18 eram mulheres. Quanto a raça/cor dos entrevistados, 7 se declararam brancos (incluindo um que se declarou pálido), 19 se declararam negros ou pardos (incluindo os que se declararam moreno/a, moreninho/a, mulata ou preta), 4 não responderam à pergunta e dois responderam “normal”, tendo um complementado com pardo em seguida, sendo agrupado em tal grupo.

A faixa etária dos entrevistados(as) na data das entrevistas ia dos 24 aos 64 anos, estando a maioria entre os 30 e 45 anos. Na tabela 5 buscamos agrupar os entrevistados(as) em faixas etárias que nos permitissem observar quantos são jovens não adolescentes<sup>133</sup>, quantos estão no que consideramos uma primeira fase da vida adulta<sup>134</sup>, quantos estariam numa segunda fase da vida adulta<sup>135</sup> e quantos idosos estariam na atividade<sup>136</sup>.

---

<sup>132</sup> Cf. Saffioti, 2013; Miguel e Biroli, 2014; Davis, 2016, 2017 e 2018.

<sup>133</sup> De acordo com o Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013, seriam as pessoas entre 18 e 29 anos.

<sup>134</sup> Na qual considera-se ser mais fácil inserir-se em um emprego formal.

<sup>135</sup> Quando muitas vezes os trabalhadores são expulsos do mercado formal de trabalho e substituídos por mão de obra jovem, produtiva e barata.

<sup>136</sup> De acordo com a classificação do Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003, que reconhece como idoso pessoas com idade igual ou acima dos 60 anos.

**Tabela 5 - Faixa etária dos catadores(as) entrevistados**

Faixa etária	18 - 29	30 - 45	46 - 59	60 anos ou mais
<b>Total</b>	3	16	9	3

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

O fato da maioria encontrar-se entre os 30 e 45 anos, em plena idade laboral, poderia fortalecer a ideia de que a maioria das pessoas na atividade de catação foi expulsa dos demais setores produtivos, como interpreta Burgos (2013). Entretanto, a maioria dos entrevistados(as) começou a atividade ainda na infância<sup>137</sup> ou adolescência<sup>138</sup>, seguidos por aqueles que começaram na juventude, tendo a catação como único trabalho ao largo de sua vida.

**Tabela 6 - Idade que os entrevistados(as) começaram na atividade de catação**

Faixa etária	Até os 12 incompletos	12-17	18-29	30-40	41-59	Não lembra
<b>Total</b>	10	2	9	3	4	3

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

**Tabela 7 - Tempo dos entrevistados(as) na atividade de catação**

Anos	Até 5 anos	6-10	11-20	21-30	31-40	Não lembra	Não informou
<b>Total</b>	2	2	8	7	8	3	1

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Juntas, as tabelas 06 e 07, que trazem os dados sobre a idade em que os entrevistados(as) começaram a coletar e o tempo que desenvolvem a atividade, revelam informações importantes. A maioria dos entrevistados iniciou na atividade ainda na infância, adolescência ou juventude, tendo passado mais de 10 anos na atividade. Assim, a grande maioria dos catadores(as) com quem conversamos tiveram a catação como primeira e única atividade laboral durante toda a sua vida. Vale destacar ainda que além dos 10 entrevistados(as) que começaram a coletar recicláveis na infância e dos 2 que começaram na catação durante a adolescência, outros 14 entrevistados(as) iniciaram sua vida laboral na infância ou adolescência, tendo por primeiras experiências laborais principalmente as atividades agrícolas e o trabalho doméstico. Ou seja, dos 31 entrevistados, 26 já trabalhavam antes dos 18 anos.

<sup>137</sup> Pessoa até doze anos de idade incompletos, de acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990.

<sup>138</sup> De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, seriam adolescentes as pessoas entre doze e dezoito anos de idade, aqui consideramos as pessoas até os 17 anos para visualizar quem começou a atividade como menor.

As informações revelam algumas faces da relação entre o trabalho infantil e a atividade de catação: tanto se trata de uma atividade que mantém os filhos dos catadores(as) na mesma atividade, quanto o trabalho infantil, mesmo que em outras atividades, leva as pessoas que viveram essa experiência a atividades informais, precárias e mal remuneradas como a catação.

Entre os que só começaram na atividade de catação na juventude ou na vida adulta, muitos realizaram atividades diversas antes de tornarem-se catadores(as). Geralmente os trabalhos anteriores estavam ligados ao mercado informal de trabalho, desse modo, apareceram poucos relatos de contratação formal, estas surgiam principalmente nos trabalhos na indústria, no setor de transportes e em uma minoria das experiências vividas no setor de construção, serviços ou trabalho doméstico. Segue na tabela 08 a lista de trabalhos e atividades desenvolvidas pelos entrevistados(as) ao longo de suas trajetórias laborais.

**Tabela 8 - Trabalhos e atividades desenvolvidas pelos entrevistados(as)**

Ramos de atividades	Atividades desenvolvidas pelos entrevistados
Agricultura, Pecuária e Mineração	Pesca (na maré ou no mangue), agricultor, trabalho na roça, vaqueiro, motoneta (derrubava mata), “quebrando pedra numa pedreira”.
Indústria	Metalúrgico, trabalho braçal em uma fábrica de laje, “auxiliar de produção” (em uma sucata – pela descrição, continuava como catadora).
Transportes	Cobrador de ônibus, motorista, manobrista.
Comércio	Feirante, ambulante, vendedor (de fruta, verduras, balas, jornal, comida pronta, em loja, etc.).
Construção	Mestre de obra, pedreiro, empreiteiro, “serviço braçal”, “construtor de obra” (pela descrição foi pedreiro ou mestre de obra na construção de um shopping), “construtor de casa” (pela descrição das atividades atuou como pedreiro).
Serviços	Merendeira, auxiliar de cozinha, ajudante em oficina mecânica, garota de programa, jardineiro, office-boy, segurança, auxiliar administrativo, fazendo consertos elétricos, garçom, auxiliar de serviços gerais, padeiro, pizzaolo, zelador, porteiro, engraxate, artesão, “locutor” (tem um carro e uma caixa de som com os quais eventualmente faz divulgação para os comerciantes ou de eventos da cidade onde mora).
Trabalho doméstico	Limpeza, empregada doméstica, babá, faxineira, diarista, arrumadeira, cozinheira.
Serviço militar	Soldado durante a prestação do serviço militar.
“Invenções do trabalho”	Bicos, vigia de carros, panfleteiro, pedinte.

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

É importante destacar que em termos de frequência, as experiências mais mencionadas pelos entrevistados(as) estavam relacionadas à agricultura, ao trabalho doméstico, aos setores de construção e de serviços. A concentração das experiências anteriores dos entrevistados(as) nestes setores antecipa a interpretação de que a maioria dos catadores(as) dispõe de baixa qualificação para o trabalho, o que pode estar associado à baixa escolaridade.

Aparentemente o fato de trabalhar desde cedo dificultou a escolarização dessas pessoas, o que, além de representar uma perda de um direito humano básico, diminui consideravelmente as possibilidades de mudarem de profissão ou conseguirem uma vaga no mercado formal de trabalho. Dos entrevistados(as), 19 pararam de estudar antes de terminar o Ensino Fundamental, 10 chegaram ao Ensino Médio e apenas 2 conseguiram ingressar no Ensino Superior.

**Tabela 9 - Nível de escolaridade dos catadores(as) entrevistados**

Analfabeto	Alfabetizado	E. F. I	E.F. I	E.F. II	E. F. II	E.M.	E.M.	E.S.	E.S.
		Inc.	Comp.	Inc.	Comp.	Inc.	Comp.	Inc.	Comp.
1	1	3	9	6	-	5	5	2	-

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Percebe-se que o nível de escolaridade das pessoas que vivem da catação - mesmo de lideranças - costuma ser baixo. Praticamente dois terços dos entrevistados(as) chegaram no máximo à metade do Ensino Fundamental II. Todos os cinco entrevistados(as) que contam com o Ensino Médio incompleto chegaram no máximo a terminar o 1º ano médio, destes(as) 4 são mulheres e 1 é homem. Já entre os que concluíram o Ensino Médio 4 são homens e apenas uma é mulher. Dos cinco entrevistados que concluíram o Ensino Médio quatro tiveram outras atividades laborais antes da catação, começando nessa atividade durante a juventude ou na vida adulta por motivo de desemprego. Os entrevistados que chegaram à universidade o fizeram na vida adulta, quando já eram catadores e haviam passado algum tempo como lideranças do MNCR, no Capítulo V abordaremos suas histórias.

Uma curiosidade que apareceu nos relatos analisados foi o fato de que 3 das 4 catadoras que abandonaram a escola no meio do Ensino Médio declararam que o casamento, o nascimento dos filhos, a necessidade de cuidar das crianças e trabalhar foram os principais motivos para deixar os estudos. Essa informação evidencia o peso de conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo como uma das barreiras para a escolarização das entrevistadas, bem como para sua inserção no mercado formal de trabalho.

### 2.3 Dados sobre as organizações socioprodutivas dos catadores(as)

Primeiro é que a questão do trabalho da reciclagem ele é um trabalho por si coletivo. [...] Se os catadores forem operar sozinhos, a tendência é que, primeiro não consigam desenvolver o trabalho plenamente [...] e conseqüentemente não conseguem avançar também para equipamentos que possam [...] dignificar melhor o seu trabalho. [...] o trabalho dos catadores é um trabalho extremamente importante, mas que não tem valorização nem econômica, e se eles trabalharem individualmente não vai ter nem o reconhecimento social pelo trabalho, porque esse reconhecimento social se dá pelo contrato que tem pela prestação de serviço com a prefeitura. E não tem como ter contrato com catadores individuais e sim com as cooperativas [...] catador individual não consegue ter acesso sequer as políticas públicas voltadas à categoria, ele vai acessar [...] políticas sociais [...] como por exemplo uma cesta básica, pra conseguir sobreviver, mas não vai conseguir acessar um contrato de prestação de serviço, por exemplo<sup>139</sup>.

A fala de Arthur evidencia questões sobre as diferenças entre o trabalho individual e o trabalho coletivo para os catadores(as), fomentando ainda reflexões sobre a cadeia da reciclagem e da gestão de resíduos. Entretanto, mesmo diante das vantagens apontadas, a quantidade de catadores(as) organizados em associações e cooperativas ainda é baixa.

Visando conhecer o universo dos catadores(as) organizados, consultamos o segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária, de 2013<sup>140</sup>, que identificou um total de 19.708 empreendimentos econômicos solidários (EES) no país, destes, 606 seriam de catadores(as). Sobre o lócus da pesquisa, o mapeamento identificou 60 casos no Nordeste e 03 na Paraíba<sup>141</sup>.

Já o Atlas de Saneamento do IBGE (2011) informa que em 2008 haviam cerca de 30 mil catadores(as) associados à 1.175 cooperativas e associações em todo o país. O Nordeste teria 154 cooperativas e associações, envolvendo 4.861 catadores(as). Na Paraíba existiriam 9 cooperativas e associações, incorporando 608 catadores(as). O IBGE (2011, p.94) indica que

Em 2008, existiam cerca de 30 mil catadores associados a cooperativas e associações em todo o País. Destes, quase 20 mil encontravam-se nas Regiões Sul e Sudeste, onde ocorre também um predomínio de cooperativas de catadores. Assim, dos 674 municípios brasileiros que possuem cooperativas de catadores catalogadas, 508 estão nas regiões sul e sudeste. Juntas, possuem 851 das 1175 cooperativas existentes no país.

<sup>139</sup> Arthur, catador e liderança do MNCR pelo RS.

<sup>140</sup> SIES, 2013.

<sup>141</sup> Nas reuniões do FEES compreendemos que o mapeamento não foi capaz de identificar todas as experiências de ES do país, pois trabalhava com dados fornecidos por entidades que nem sempre tinham conhecimento de todas as experiências da localidade. Nem mesmo os dados do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), um instrumento mais atualizado da antiga Senaes que visava a atualização de dados dos EES do país, são confiáveis, pois muitos empreendimentos ainda não estão cadastrados no sistema. Ademais, muitos empreendimentos mapeados pela Senaes foram incluídos no sistema por entidades de assessoria, sem que os sócios compreendam bem ou se identifiquem com os princípios da economia solidária.

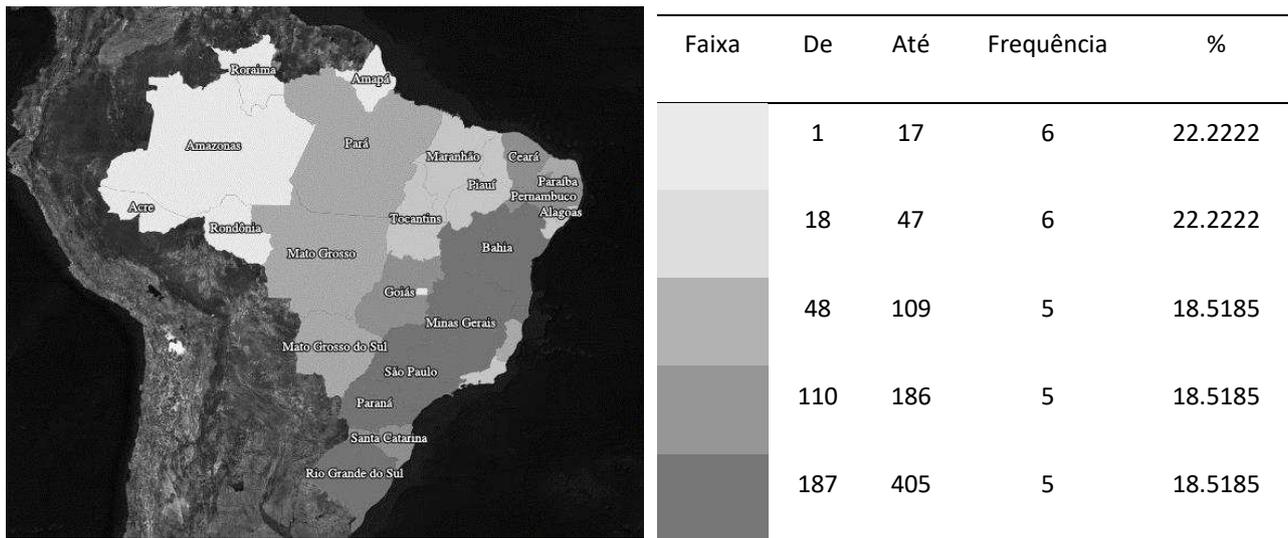
Apesar de discordar dos números, o próprio MNCR (2020) indica a baixa quantidade de catadores(as) organizados, informando que a maior parte ainda trabalha de forma individual/autônoma e estimando que apenas 30% das pessoas que vivem da catação participam do movimento. Alex nos informou que o MNCR acredita haver cerca de 800 mil catadores(as) no país, 2 mil organizações de catadores(as) e cerca de 85 mil catadores(as) filiados ao movimento. Perceba-se que só entre a declaração de Alex e o prognóstico do MNCR já há uma divergência gigante na porcentagem de catadores(as) que estariam filiados ao movimento.

De acordo com o site da Red Lacre, haveria mais de 7.000 cooperativas filiadas ao MNCR. Já o site da Aliança Global de Catadores indica tratarem-se de 85.000 pessoas e 600 organizações. Uma notícia publicada no site da UNICOPAS informa que o MNCR contava em 2017 com 732 cooperativas e empreendimentos de catadores(as), estando a maioria ainda em processo de formalização. As discrepâncias entre os números evidenciam que até o momento não há uma informação segura quanto ao total de empreendimentos ou filiados ao movimento.

Durante as entrevistas realizadas fomos informados de que o MNCR juntamente à ANCAT vinha promovendo um projeto que tinha como alguns de seus objetivos identificar e mapear catadores(as) associados e individuais nos diversos estados do Brasil, além de atualizar o cadastro de filiação dos catadores(as) e das unidades socioprodutivas ao movimento. Porém, devido à falta de recursos financeiros e humanos não foi possível dar continuidade ao projeto.

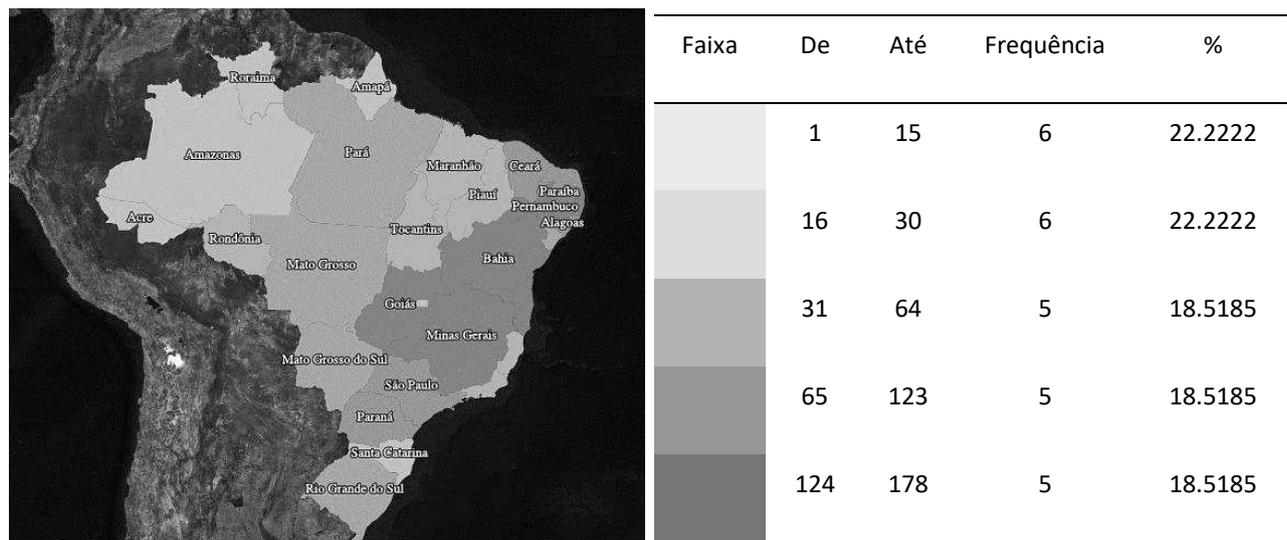
A baixa participação dos catadores(as) no MNCR não surpreende, visto que a maioria das pessoas que vivem da catação permanece isolada em lixões ou trabalhando de forma individual pelas ruas das cidades do país. Tampouco esse dado reduz a importância da experiência de organização coletiva destes trabalhadores(as), que mesmo sem obrigação legal procuram se organizar coletivamente. Mesmo que a maioria ainda trabalhe individualmente, o MNCR indica ser crescente o número dos que participam de associações e cooperativas, buscando melhores condições de trabalho ou visando integrar-se a programas de coleta seletiva.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, de 2008, disponível no site do IBGE, dentre os 5.564 municípios brasileiros, 2.730 identificaram a existência de catadores(as) na zona urbana. Quanto à distribuição regional, 773 dos 1.188 municípios da região Sul, 875 dos 1.667 municípios do Sudeste, 698 dos 1.792 municípios do Nordeste, 266 dos 466 municípios do Centro-Oeste e 118 dos 449 municípios do Norte informaram a existência de catadores(as). Na Paraíba, 110 dos 223 municípios tem catadores(as) em seus territórios. A seguir apresentamos um cartograma para melhor visualização das informações:

**Figura 1 - Número de municípios com catadores(as) na zona urbana**

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.

À existência de catadores(as) na zona urbana de 49% dos municípios brasileiros soma-se a informação de que 1.488 municípios identificaram a existência de catadores(as) nas unidades de disposição de resíduos no solo (como lixões e aterros não controlados).

**Figura 2 - Número de municípios com catadores(as) nos lixões**

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.

Visualiza-se que a maior quantidade de municípios com catadores(as) nas unidades de disposição de resíduos concentra-se nos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Goiás e Minas Gerais. Os dados do IBGE, referentes ao ano de 2008, informam que dos 1.793 municípios do Nordeste, 772 indicaram ter catadores(as) nas unidades de disposição de

resíduos. No Centro-Oeste, 216 dos 466 municípios apontaram a existência de catadores nesses locais. No Norte, 120 de 449 municípios confirmaram a existência de catadores(as). Já no Sudeste, apenas 249 dos 1.668 municípios informaram a presença de catadores(as) nesses espaços. Por fim, na região Sul apenas 131 de 1.188 municípios tinham catadores(as) em lixões.

Com o fortalecimento das discussões sobre a necessidade de uma gestão sustentável dos resíduos sólidos e da importância de pensar estratégias que levem em conta a questão social da exclusão social dos catadores(as), mesmo antes da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos muitos municípios já vinham incorporando ações voltadas a esse segmento social. A seguir apresentamos uma tabela com dados de 2008 com informações sobre os municípios que desenvolviam trabalhos sociais com catadores(as) em unidades de disposição de resíduos no solo nesse período e os tipos de trabalhos realizados. Antecipadamente informamos que o município pode adotar mais de um tipo de ação com o mesmo público.

**Tabela 10 - Número de municípios com trabalho social desenvolvido com catadores(as)**

Ano - 2008							
Brasil. Grande Região e Unidade da Federação	Tipo de trabalho social desenvolvido com os catadores						
	Total geral de municípios	Total de municípios que têm conhecimento da existência de catadores	Cadastro em unidades de disposição de resíduos no solo e encaminhamento a postos de trabalho e renda	Encaminhamento a postos de trabalho e geração de renda em programas de coleta seletiva	Organização social dos catadores	Outro	Não existe trabalho social desenvolvido com os catadores
Brasil	5.564	809	134	213	569	156	2.338
Norte	449	34	8	8	22	10	129
Nordeste	1.793	151	31	28	91	42	815
Sudeste	1.668	297	48	90	229	30	624
Sul	1.188	274	37	76	195	63	517
Centro- Oeste	466	53	10	11	32	11	253
Paraíba	223	12	3	3	9	3	145

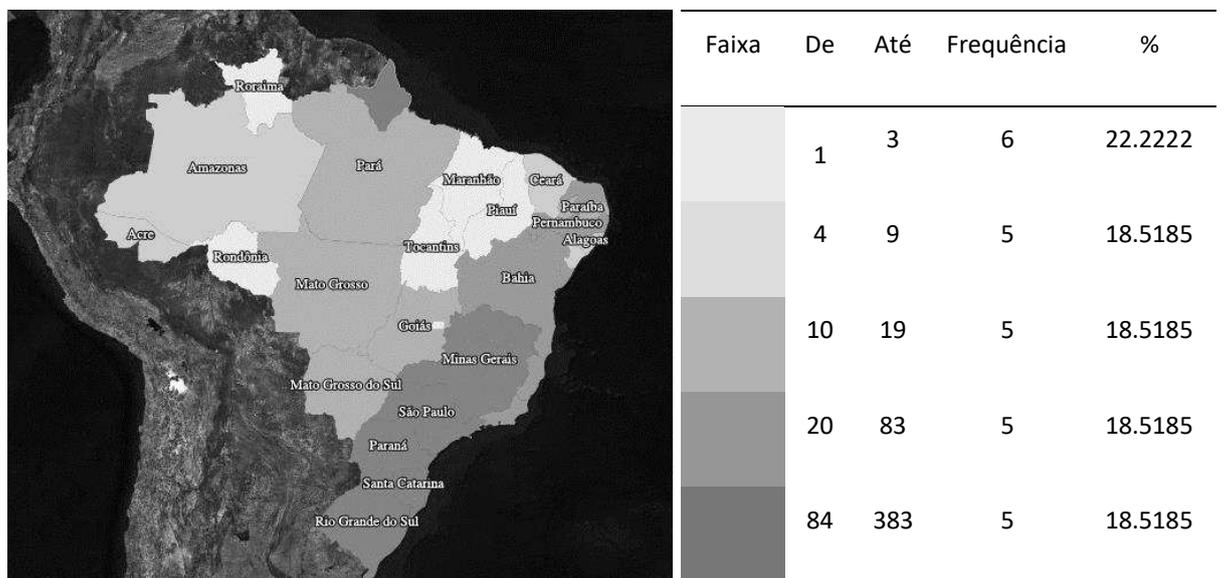
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.

Chamamos atenção para o fato de que, já em 2008, o tipo de trabalho social mais presente nos municípios brasileiros que atendiam ao segmento dos catadores(as) era a “organização social dos catadores”, o que pode ser compreendido como incentivo à formação de associações e cooperativas. O segundo tipo de trabalho social mais comumente desenvolvido era o “encaminhamento a postos de trabalho e geração de renda em programas de coleta seletiva”, o que tanto aponta para a integração dos catadores(as) dos lixões às associações e cooperativas existentes como relaciona o trabalho dos catadores(as) aos programas de coleta seletiva.

Os dados das Pesquisas Nacionais de Saneamento Básico revelam que em 2000 o Brasil tinha 5.507 municípios e destes apenas 451 (8,18%) contavam com programas municipais de coleta seletiva. Em 2008 a adesão aos programas de coleta seletiva cresce um pouco, passando a estar presente em 994 (17,86%) dos então 5.564 municípios brasileiros. Nos períodos dos dois levantamentos, a maioria dos programas de coleta seletiva municipais concentravam-se nas regiões Sul (que desenvolvia esse tipo de coleta em 274 municípios no ano de 2000 e em 454 municípios em 2008) e Sudeste (que contavam com programas do gênero em 140 municípios no ano 2000 e em 408 municípios em 2008). Já o Nordeste contava com programas de coleta seletiva em apenas 27 municípios no ano 2000 e em 80 municípios no ano de 2008.

Para entendermos melhor a participação das cooperativas e associações de catadores(as) nos programas de coleta seletiva municipais, trazemos um cartograma destacando o número de municípios com participação de catadores na coleta seletiva e uma tabela sintetizando dados sobre associações, cooperativas e catadores(as) e o tipo de participação nessa coleta.

**Figura 3 - Número de municípios com participação de catadores(as) na coleta seletiva**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.

Em parte o fato de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul concentrarem o maior número de municípios com a participação de catadores(as) nos programas de coleta seletiva pode ser explicado pela história de organização coletiva dos catadores(as), que se inicia no Sudeste e no Sul do país. Assim, parece natural que nessas regiões um maior número de gestores públicos incorpore a coleta seletiva nas agendas governamentais. Ademais, é no eixo Sul-Sudeste que se concentra a indústria nacional, ou seja, as indústrias da reciclagem e seu mercado consumidor: as indústrias que utilizam o reciclado.

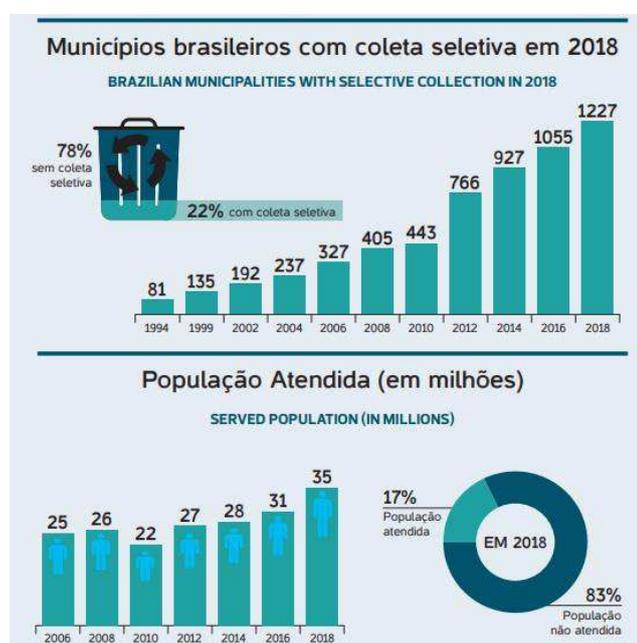
**Tabela 11 - Participação de associações, cooperativas e catadores(as) na coleta seletiva**

Brasil. Grande Região e Unidade da Federação	Ano - 2008				
	Total geral de municípios	Tipo de trabalho social desenvolvido com os catadores			
		Total de municípios com manejo de resíduos sólidos com participação de catadores nas ações de coleta seletiva	Com participação organizada através de cooperativas ou associações	Com participação isolada	Com outra forma de participação
Brasil	5.564	653	445	279	41
Norte	449	13	9	6	-
Nordeste	1.793	65	48	24	2
Sudeste	1.668	298	221	109	18
Sul	1.188	254	153	131	18
Centro-Oeste	466	23	14	9	3
Paraíba	223	5	5	-	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.

Em 2008 apenas 653 (11,73%) municípios brasileiros contavam com programas de coleta seletiva com a participação dos catadores(as), na maioria destes municípios, em 445 (7,99%), a participação dos mesmos já se dava por meio de associações e cooperativas. Entretanto, percebe-se que também havia uma forte participação de catadores(as) de forma isolada, em 279 (5,01%) municípios constatou-se esse tipo de participação na coleta seletiva.

A pesquisa Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) mostra dados mais atualizados que indicam o crescimento gradativo tanto da execução da coleta seletiva nos municípios brasileiros quanto da parcela da população atendida.

**Figura 4 - Municípios com coleta seletiva e população atendida**

Fonte: CEMPRE, 2019

Destacamos que os dados do Cempre destoam dos dados do IBGE, revelando mais uma vez a falta de consenso nos números entre diferentes instituições. Todavia os dados servem como base para ilustrar a realidade da gestão de resíduos sólidos no país. Apesar de vir crescendo nos últimos anos, principalmente depois da aprovação da PNRS, a coleta seletiva só estaria presente, em 2018, em 22% dos municípios do país, atendendo apenas 17% da população. Se imaginava que o principal motivo para a baixa adesão dos municípios à coleta seletiva inclusiva era a falta de uma legislação que orientasse as práticas de saneamento nesse sentido, entretanto, o cenário parece mudar pouco depois da aprovação da PNRS em 2010.

O relatório do CEMPRE (2019) assinala que, em 2018, 87% dos programas de coleta seletiva do país se encontravam nas regiões Sudeste e Sul, com 47% e 42% respectivamente. Quanto às demais regiões, o Nordeste concentrava 8% desses programas, o Centro-Oeste 4% e o Norte 1% do total de municípios com coleta seletiva no Brasil.

Analisando dados da “Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos”, realizada pelo Ipea em 2010, Silva, Goes e Alvarez (2013) informam que, segundo estimativas, no Brasil, apenas 2,4% de todo o serviço de coleta é realizado de forma seletiva, sendo todo o restante realizado como coleta regular, o que dificulta ou até impossibilita a reutilização e reciclagem de parte destes materiais.

O CEMPRE (2019) destaca ainda que existem vários modelos de coleta seletiva, como a coleta porta-a-porta, os pontos de entrega voluntária e a coleta realizada diretamente pelas cooperativas<sup>142</sup>. Ademais, a coleta seletiva pode ser realizada por mais de um agente executor, assim, em 50% dos municípios brasileiros onde existe esse tipo de coleta esta é executada por associações e cooperativas de catadores(as), em 39% pela própria prefeitura e em 36% através da contratação de empresas particulares.

Além das informações sobre a participação dos catadores(as) nos programas de coleta seletiva, que retratam sua participação na gestão de resíduos sólidos dos municípios brasileiros, é interessante observar a participação da atividade de catação no montante de materiais reciclados no país. Assim, segue abaixo uma tabela com o total de materiais recicláveis que chegam às sucatas e a porcentagem advinda da coleta seletiva.

---

<sup>142</sup> A maior parte da bibliografia bem como relatórios e planos de gestão de resíduos sólidos associam a coleta seletiva porta-a-porta ao trabalho realizado pelas cooperativas de catadores(as). Assim, não sabemos porque o CEMPRE optou por separar essas duas modalidades de coleta seletiva como se fossem distintas, tão pouco a instituição explica o conceito das duas modalidades para que possamos compreender o motivo da separação.

**Tabela 12 - Reciclagem e coleta seletiva por tipo de material**

<b>Materiais</b>	<b>Sucata recebida (Em mil t)</b>	<b>Coletado seletivamente (Em mil t)</b>	<b>(A/B)</b>
<b>Aço</b>	4.400	4.400	100,0
<b>Alumínio</b>	324	161	49,7
<b>Papel e papelão</b>	3.643	615	16,9
<b>Plástico</b>	962	323	33,6
<b>Vidro</b>	470	78	16,6

Fonte: IPEA, 2010 apud Silva, Goes e Álvarez, 2013, p. 15.

A tabela mostra que entre os materiais recebidos pela indústria da reciclagem, apenas o aço é coletado 100% de forma seletiva, seguido pelo alumínio 49,7%. De acordo com Silva, Goes e Álvarez (2013), os catadores(as) seriam responsáveis por quase 90% de todo o material que chega a ser reciclado no Brasil, entretanto, a maior parte do material que chega às indústrias de transformação é coletado por catadores(as) individuais nas ruas ou nos lixões, e não pelas associações e cooperativas. De toda maneira, pela grande participação dos catadores(as) no processo de recuperação de materiais recicláveis, organizados ou individuais, aparentemente no Brasil realmente “não há reciclagem sem catador”<sup>143</sup>.

#### **2.4 Sobre a organização política dos catadores(as)**

Politicamente nós... enquanto seres humanos nós vivemos em disputas, né? [...] Nós somos atores dessas pautas que estão em plena disputa. Enquanto catadores individuais nós viramos apenas meros atores dentro desse processo. Enquanto coletivo nós viramos um agente político. E o agente político ele tem concentração de força, [...] ele consegue impor determinados símbolos, [...] consegue agregar a maior parcela de todas as pessoas que discutem, dialogam, agem, fazem, pensam alguma coisa referente aos resíduos. Ou seja, coletivamente os catadores conseguem se impor por ser maioria. Individualmente não conseguem sequer se compreender enquanto indivíduo. Não conseguem se entender e criar uma própria identidade enquanto catador. É visível quando tu conhece catadores que fazem parte de organismos, de associações, cooperativas e do próprio movimento [MNCR] daqueles catadores que trabalham ou individualmente ou em associações e cooperativas dessas cooperativas que não estão vinculadas ao movimento. E aí, por conseguinte não conseguem discutir politicamente nem tampouco formular políticas pro seu próprio setor. Acaba indo a reboque do que outras pessoas pensam. E [...] as pessoas que não vivem daquele trabalho, que não vivem naquelas dificuldades [...] elas acabam não criando políticas que sejam efetivas. Ou seja, não criam políticas com protagonismo, essas políticas tendem a dar falha muito certo. Podem ter muitos valores investidos, mas não se consegue avançar [...]<sup>144</sup>.

<sup>143</sup> Benvindo, 2010 apud Silva, Goes e Alvarez, 2013, p. 19.

<sup>144</sup> Arthur, catador, liderança do MNCR no RS.

Complementando sua fala sobre a importância da organização socioprodutiva para os catadores(as) – citada no tópico anterior –, Arthur explica sobre a necessidade de organização política da categoria. Evidencia-se na fala a importância da união dos catadores(as) para impor-se enquanto atores coletivos nas pautas em disputa no setor da reciclagem e na construção de políticas públicas que atendam os interesses da categoria. Chamamos a atenção do leitor ainda para outros elementos presentes na fala do entrevistado, como a importância da construção de uma identidade de catador(a) e a necessidade de construir políticas públicas “com protagonismo” para que elas funcionem bem, questões que analisaremos mais adiante.

A organização política dos catadores(as) de materiais recicláveis no Brasil pode ser vista como um processo imbricado com a organização socioeconômica desses trabalhadores(as). Em meio às primeiras atividades coletivas em que os catadores(as) participaram, como feiras, reuniões e cursos, inicialmente pensados e executados com apoio de instituições religiosas e ONGs, nasceu o germe da organização política desses trabalhadores(as).

Esse processo se evidencia em falas como a de Paulo, mencionada no tópico 2.1, onde vimos que obtendo sucesso na feira realizada com apoio da Igreja Católica da qual participaram com outros trabalhadores em situação de rua, os catadores(as) de São Paulo perceberam o potencial de sua ação coletiva e decidiram dar continuidade à sua organização enquanto grupo que tem como principal elemento de identificação o trabalho que realizam. O próprio Paulo traça as conexões entre esse momento, a formação da Coopamare, o surgimento do MNCR e a articulação dos catadores(as) a nível internacional. Ou seja, as pessoas que estão vivenciando esta experiência percebem como a organização socioprodutiva e política dos catadores(as) estão relacionadas, como se desenvolvem conjuntamente e como se fortalecem mutuamente.

A maior parte da bibliografia temática parece corroborar esse entendimento, indicando que ao participar de espaços que favoreciam o diálogo – desde reuniões em espaços formativos com apoios de ONGs, universidades e da Igreja, até os próprios espaços das associações e cooperativas quando já constituídas –, os catadores(as) podiam se encontrar e conversar sobre suas condições de trabalho e vida, bem como sobre os desafios que encontravam na execução de sua atividade e pensar estratégias para transformar suas condições de vida<sup>145</sup>. Nesse sentido, parece consenso na literatura o peso da mediação da Igreja Católica e das ONGs para que os catadores(as) comesçassem a se organizar coletivamente, embora haja divergências de opinião sobre os sentidos e interesses por trás dessas ações<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> Cf. Kemp e Crivellari, 2008; Leite, 2012; Silva, Goes e Alvarez, 2013; Leite, Araújo e Lima, 2015; Sant’ana e Metello, 2016; Motta, 2017; Rossi, 2018; etc.

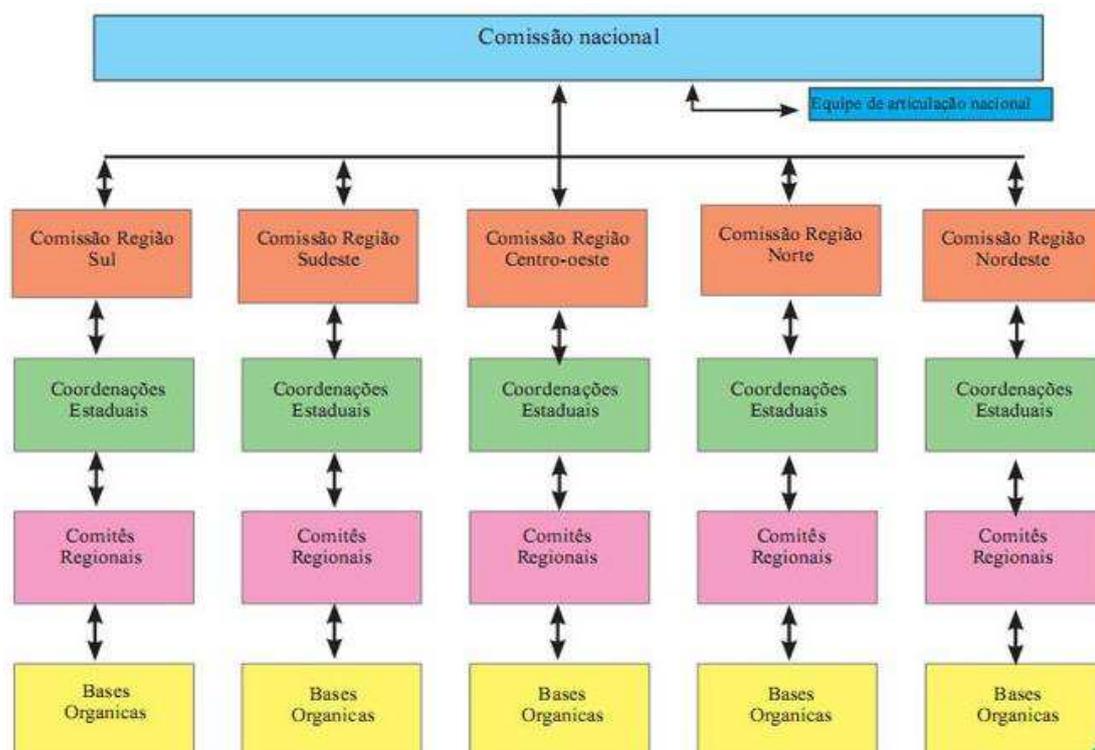
<sup>146</sup> Analisamos as distintas perspectivas sobre os interesses das entidades de apoio no tópico 3.4.

Deixando a discussão sobre as razões por trás da organização coletiva dos catadores(as) para adiante, quando termos discorrido sobre outros elementos importantes para pensar tal questão, nos interessa até aqui apenas explicar como se organizam e funcionam as instâncias políticas dos catadores(as), a começar pelo MNCR. Sobre o tema, o MNCR (2020) informa:

O MNCR tem como prática a democracia direta, na qual os espaços deliberativos do movimento são as bases orgânicas e os comitês regionais. Dessa forma os debates vêm e voltam possibilitando a participação de todos os catadores. Cada Comitê Regional indica dois representantes para a Coordenação Estadual, que por sua vez indica dois delegados para a Comissão Nacional. Para a execução de tarefas em nível Nacional criou-se a Equipe de Articulação Nacional, sua tarefa é agilizar a execução de ações e articulações, criando um laço Nacional entre o movimento. A equipe é composta por 5 catadores das regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste [e Norte]. Para fazer parte de qualquer instância do movimento o catador ou catadora têm de estar ligado(a) a uma base orgânica do movimento e a um comitê regional.

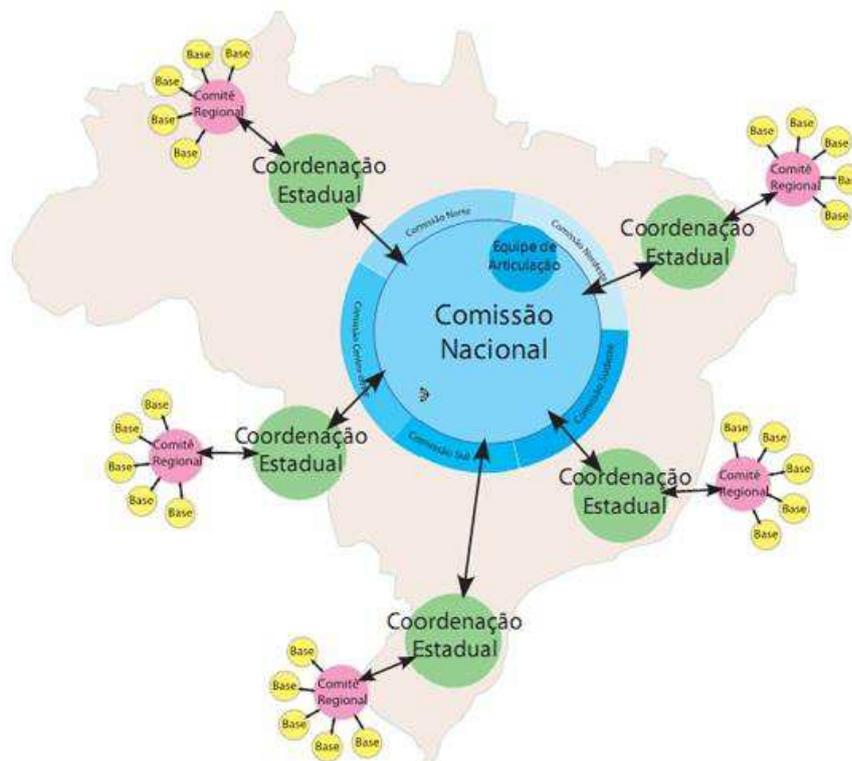
Ainda em seu site, o MNCR disponibiliza imagens que ajudam na compreensão da organização interna bem como o organograma do movimento. Segue abaixo duas imagens que ajudam a ilustrar a proposta da organização interna:

**Figura 5 - Organização interna do MNCR**



Fonte: MNCR (2020)

**Figura 6 - Organograma do MNCR**



Fonte: MNCR (2020)

Analisando o material disponível no site do MNCR percebe-se o esforço do movimento em criar canais que possibilitem o duplo fluxo das informações: de baixo para cima e de cima para baixo. Também é notório o esforço em garantir que as decisões partam da base, ou seja, dos próprios empreendimentos de catadores(as), para que assim os representantes a nível estadual e nacional possam desenvolver ações que estejam em consonância com o coletivo.

Além de buscar estreitar os laços com catadores(as) organizados, o MNCR, através de informações disponíveis no site e fornecidas pelos representantes entrevistados, afirma dialogar com catadores(as) individuais nas ruas e lixões, convidando-os a organizar-se produtivamente e politicamente para alcançar melhores condições de trabalho e vida.

Apesar dos esforços em desenvolver uma organização democrática, participativa e de base, algumas lideranças entrevistadas avaliam que nem sempre o movimento funciona da maneira como se propõem, havendo variações consideráveis em cada estado federativo, a depender do nível de organização local. Um trecho da fala de Arthur, quando lhe perguntamos com quantos estados o MNCR contou em sua organização inicial, nos ajuda a visualizar as dificuldades de operacionalizar o modelo de organização proposto pelo próprio movimento.

A gente iniciou a organização em 24 estados [...] Assim... O processo que seria ideal, seria um processo de [...] construção da base, e essa base organizar a região, o estado e esses estados fazerem uma conexão nacionalmente. [...] Politicamente nunca existiu um processo ideal, né? [...] O que é que ocorre? [...] Há algumas forças locais que tem potência, conseguiu organizar localmente e aí nós vamos pegar Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas [Gerais]. Esses estados tinham estruturas organizacionais nos seus estados e nós reunimos e formamos um congresso nacional e convidamos todos os catadores e instituições dos outros estados. E nesse congresso é que nós fundamos o movimento. Então o movimento ele nasce como uma estrutura [...] que as pessoas seguem ou não, e que aí elas vão... a partir da organização nacional levar para a sua região, para o seu estado. E aí o movimento ele cria uma coisa que não é bom... que é... parece que “o movimento não é eu, o movimento é eles” [...] quando não é eu que crio, que não tenho isso como referência na minha base, na minha cidade, no meu trabalho, não tem representantes locais, não tenho reuniões, agendas, não sou convidado a falar em nome do movimento, acaba que “o movimento é outros, e não é eu”.

O depoimento revela os efeitos delongados do processo inicial de organização do MNCR sobre seu funcionamento atual, além de apontar as repercussões desse modelo sobre a forma como catadores(as) percebem e se relacionam com o movimento. Nesse sentido, o depoimento de Augusto, ex-catador e ex-participante do MNCR pelo estado de Rondônia (RO), demonstra que entre os catadores(as) também existe uma visão crítica sobre o MNCR, sobre o modo como algumas coordenações estaduais detêm o poder político e sobre a existência um possível “monopólio” de projetos:

[...] Eu acho que existe um monopólio dentro do movimento, porque o movimento [...] só existe três estados: Rio Grande do Sul, Minas [Gerais] e São Paulo; São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. Inclusive os... os outros tá fora, né? Uma vez eu perguntei: Por que não tem um representante da região Norte que é o pulmão do mundo? [...] Existe um monopólio [...] quanto ao fornecimento de projeto, e os projeto não vem muito pra região Norte. São poucos os projetos. E aí eu saí... não gostei, né? E eu sai do movimento<sup>147</sup>.

A crítica de Augusto corrobora a análise de Arthur sobre o modo como muitos catadores(as) veem o MNCR: como algo externo e encabeçado pelos estados onde a organização é mais antiga. O trecho denuncia ainda a concentração de projetos nesses estados, algo que precisaria ser melhor investigado antes de um posicionamento sobre o assunto.

No capítulo IV investigamos as relações entre os níveis nacional e local do MNCR através da observação do caso da Paraíba. Por hora, enfatizamos apenas que na maioria dos estados o modelo “ideal” do MNCR não funciona exatamente como imaginado, entretanto nem por isso o modelo proposto perde sua importância, visto que serve de guia para as organizações locais, que o adaptam às condições de cada região. Como argumenta o próprio Arthur:

---

<sup>147</sup> Augusto, ex-catador e ex-participante do MNCR por RO, entrevista via telefone em 20 de agosto de 2018.

Primeiro que o movimento ele não é um ser externo, [...] ele é um movimento de catadores e os catadores são a figura principal. Você vê, o movimento de catadores está onde está os catadores. E o movimento ele não é também uma instituição, [...] separado dos seres. É uma coisa só, é um ser organizado com outros seres. Então o movimento, a força dele tá no poder dos próprios catadores localmente. E a nível nacional e internacional [...] um poder de articulação. Juntos se consegue constituir uma identidade coletiva [...] que cria visibilidade e aí traz os catadores pra uma cena de protagonismo. Ou seja, coloca os catadores como protagonistas do processo da história da reciclagem.

As palavras de Arthur demonstram que na leitura de algumas lideranças do MNCR, o movimento são os próprios catadores(as), que unidos conseguem constituir uma identidade coletiva que lhes proporcione visibilidade suficiente para colocá-los como protagonistas na história da reciclagem. Daí podemos inferir que o sentido do movimento estaria justamente em promover a força coletiva dos catadores(as), que, como ressaltou Arthur no primeiro trecho desse tópico, não tem força de negociação política quando atuam de forma individual.

Sobre a ANCAT, iniciamos destacando que curiosamente essa associação surge antes do MNCR, mas só começa a atuar em 2007, sendo vista pelas lideranças como um braço do movimento<sup>148</sup>. A ANCAT é dirigida pelos próprios catadores(as) e tem por objetivo viabilizar e coordenar ações visando o fortalecimento da categoria. De acordo com seu site,

A Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis – ANCAT, foi fundada no dia 04/01/2000, e, desde o ano de 2007, por iniciativa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, focou sua atuação no apoio a organização social e econômica dos catadores de materiais recicláveis e suas organizações, o que realiza por meio de ações e projetos voltados a qualificação produtiva e fortalecimento econômico da categoria [...] atua diretamente com os trabalhadores organizados em cooperativas e associações, além de contribuir para a organização daqueles que ainda atuam nas ruas e em lixões de todo território nacional. Em apoio ao MNCR, a ANCAT executa diversos projetos, promove atividades de mobilização e encontros entre catadores e catadoras de todo o Brasil [...]. A ANCAT também trabalha para fortalecer a articulação dos catadores na América Latina, tendo desenvolvido parceria com diversas organizações internacionais, buscando colaborar com o fortalecimento da Rede Latino Americana de Catadores. [...] hoje a ANCAT constitui-se como um centro de inteligência da categoria, que formula políticas, programas e projetos voltados ao fortalecimento da organização social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, promovendo o encontro e a integração dos catadores e organizações da categoria presentes em todo o país.

A ANCAT não disponibiliza explicações sobre seu modelo de organização interna, contudo, as informações colhidas em entrevistas e a observação realizada permitiram traçar um esboço sobre sua organização. Como demonstra a apresentação da associação, uma das premissas da ANCAT é ser formada exclusivamente por catadores(as), assim, a associação é

---

<sup>148</sup> Rossi (2018) relaciona o início das atividades da ANCAT à aprovação de recursos públicos para o Cataforte.

dirigida pelos próprios sócios(as), contando com o serviço de técnicos contratados temporariamente para a execução de projetos. As próprias lideranças estaduais do MNCR são responsáveis pela execução dos projetos da ANCAT em cada território, podendo contar com uma equipe formada por mais catadores(as) e técnicos diversos para desenvolver cada projeto.

Os projetos desenvolvidos pela ANCAT geralmente se situam no campo da logística reversa, desenvolvimento sustentável ou responsabilidade socioambiental, sendo executados em parceria com o setor público, com o Terceiro Setor e/ou com empresas privadas. Assim, a ANCAT (2018) declara ter como alguns de seus parceiros: Associação Brasileira dos Fabricantes de Lata de Alumínio, Fundação AVINA, Bill & Melinda Gates Foundation, Coca-Cola, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, CEMPRE, Eletrobrás, Fundação FEMSA, Fundação Nacional de Saúde, Tetra Pak, ITAIPU binacional, Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO).

Sobre os técnicos que trabalham para a ANCAT, estes são contratados pela associação através de processos seletivos que contam com editais, por meio dos quais concorrem às vagas disponíveis em cada região. Lideranças ligadas à ANCAT ressaltaram que essa modalidade de contrato permite aos catadores(as) tomarem as decisões enquanto os técnicos executam o trabalho e não o contrário, como era comum na relação dos catadores(as) com outros tipos de apoio técnico que recebiam de ONGs, universidades, Igreja e prefeituras.

Algumas lideranças entrevistadas comentaram sobre a importância de valorizar o saber dos catadores(as), informando que através da ANCAT recebem uma remuneração igual aos técnicos para operacionalizar os projetos em curso. A entrevistada Nalva, da Paraíba, comentou que alguns técnicos que já haviam desenvolvido trabalho de assessoria com catadores(as) por meio de outras instituições se recusaram a participar da seleção da ANCAT por considerar injusto receber o mesmo valor que um catador(a) por seu trabalho<sup>149</sup>.

Partindo para a análise da União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil, destacamos que, de todas as instâncias organizativas dos catadores(as) brasileiros, esta é a única que não conta com um site próprio. Assim as informações foram coletadas principalmente no site da União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (Unicopas) e no blog do MNCR.

---

<sup>149</sup> Apesar da maioria dos entrevistados(as) ligados à ANCAT não informar quanto recebem pelos projetos que desenvolvem, três dos entrevistados(as), de diferentes estados, mencionaram receber por volta de 2.000,00 reais mensais por seu trabalho para a ANCAT. Como os projetos tem prazos para finalização, esta remuneração acaba sendo temporária, durando apenas o período de execução do projeto.

Em 2017, a Unicatadores é criada, passando a integrar a Unicopas, criada em 2014. Esta é integrada também pela União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Juntos esses grupos propõem um tipo de cooperativismo baseado na economia solidária, antagônico ao “sistema tradicional brasileiro” praticado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Em uma publicação sobre a parceria, “Luiz Henrique da Silva, presidente da UNICATADORES, aponta o desafio de solidarizar, somar com outros movimentos ‘numa luta por um outro modelo de país que nós queremos’”<sup>150</sup>. De acordo com o site da Unicopas (2018),

A Unicopas foi criada em 2014 e reúne as maiores centrais de cooperativas de economia solidária do Brasil – Concrab, Unicatadores, Unicafes e Unisol Brasil – em torno do objetivo de lutar pela concepção do cooperativismo solidário no Brasil e do desafio de representar nacionalmente cooperados de agricultura familiar e economia solidária. Cerca de 2.600 cooperativas do campo e da cidade, representando 850 mil associados, estão reunidas pela Unicopas, que trabalha com as pautas da Lei Geral do Cooperativismo, legislação tributária, registro das cooperativas nas juntas comerciais e regulamentação das cooperativas de trabalho. A Unicopas tem direção rotativa entre as lideranças das entidades que a compõem, com mandatos de dois anos.

A diretoria da Unicopas é composta pelos cargos de presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário-geral, onde cada central que a integra tem um representante ocupando um dos cargos da diretoria. Desde 2017, quando a Unicatadores foi constituída, uma catadora passou a ocupar o cargo de secretária-geral na Unicopas, estando no cargo até o atual momento.

A integração da Unicatadores à Unicopas simboliza a integração do movimento dos catadores(as) à luta pelo cooperativismo na perspectiva da economia solidária, visando fortalecer esta luta em um momento de ataque às estruturas da Senaes e às políticas públicas relacionadas a essa Secretaria. Interessante notar que mesmo que muitas das políticas públicas voltadas aos catadores(as) tenham sido fomentadas no âmbito da Senaes, estes trabalhadores(as) só realizaram o estreitamento de laços com o movimento da economia solidária a partir do momento onde a Senaes e as políticas públicas dessa área estavam passando por enxugamento institucional, cortes orçamentários, ameaças de suspensão de programas e projetos em curso, enfim, um verdadeiro desmonte ocasionado pelas mudanças de prioridades governamentais com o afastamento de Dilma Rousseff e a posse de Michael Temer<sup>151</sup>.

---

<sup>150</sup> Informações e trechos de fala retirados do site da Unicopas (2018).

<sup>151</sup> Analisamos os ataques às políticas de economia solidária que beneficiavam os catadores(as) em dois artigos: Santos e Guedes (2016) e Santos (2018b). No tópico 3.5 retomaremos essa discussão.

Ademais das próprias instituições organizativas, os catadores(as) brasileiros também vêm ocupando espaços em outras instâncias políticas, como comissões, comitês e fóruns. Um dos primeiros e mais simbólicos espaços institucionalizados conquistados pelo MNCR foi o Conselho Nacional para o Meio Ambiente, em 2001, do qual participavam na qualidade de conselheiros, como entidade de trabalhadores(as) e da sociedade civil indicada pela presidência. Até 2019, o representante titular do MNCR no CONAMA era o próprio presidente do movimento, tendo como primeiro e segundo suplentes outro catador e a mesma catadora que representa o MNCR na Unicopas. Atualmente, com as mudanças implementadas pela gestão do presidente Jair Bolsonaro, o MNCR não tem mais cadeira no Conama.

Em 2003 foi criado o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, que em 2010 passa a denominar-se Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC). O Decreto 7.404/2010, que altera o nome do comitê e institui o programa Pró-Catador, não inclui expressamente o MNCR como um de seus integrantes, mas menciona que “poderá convidar representantes de órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e da sociedade civil, para acompanhamento de suas atividades, bem como instituir grupos de trabalho para apreciação de matérias específicas”. Assim, desde de 2003 o MNCR tinha espaço no Comitê na condição de convidado.

Vânia, que no período da entrevista, em 2017, era analista de economia solidária do MTE no estado de São Paulo, havendo trabalhado na Senaes em Brasília por alguns anos, nos explicou um pouco sobre a situação de funcionamento do CIISC na época. De acordo com a entrevistada, a insegurança institucional enfrentada com o rebaixamento da Senaes à subsecretaria ainda no Governo de Dilma e com as mudanças realizadas no Ministério do Trabalho após a posse de Temer, causaram problemas no funcionamento do Comitê. Desde 2016 a comissão não conseguia realizar suas reuniões ordinárias na frequência planejada, que seria trimestralmente.

Com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência, realizam-se inúmeras (e absurdas) mudanças na estrutura do governo federal e dos ministérios do país, sobretudo nos setores antes ligados ao antigo Ministério do Trabalho, que foi extinto no primeiro dia do novo governo tendo suas atribuições distribuídas entre vários outros ministérios. Com as mudanças realizadas, o CIISC desaparece da lista de órgãos ministeriais, não estando presente na lista de órgãos da Presidência da República e dos Ministérios aprovados pela Medida Provisória N° 870, de 1° de janeiro de 2019, o que pode indicar o desaparecimento do Comitê apesar do mesmo ainda continuar aparecendo no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Outro espaço participativo que o MNCR ocupava e que está ameaçado pelas mudanças implementadas por Bolsonaro é o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Com a extinção do Ministério do Trabalho, a Subsecretaria de Economia Solidária e o CNES incorporaram-se ao Ministério da Cidadania. Por orientação da MP 870/2019, o Conselho teve a representatividade da sociedade civil reduzida, devendo obedecer à representação “tripartite” com o mesmo número de representantes do governo, de trabalhadores e de empregadores<sup>152</sup>. Não tivemos informações sobre como passou a se dar a participação dos catadores(as) nesses espaços após as mudanças realizadas pelo Governo Federal.

Assim como os catadores(as) têm – ou tinham – espaços de diálogo nas estruturas governamentais federais, há estados e municípios que dispõem de espaços de participação onde os catadores(as) são convidados a compor conselhos, comissões e comitês para pensar questões relacionadas ao meio ambiente, à gestão dos resíduos sólidos ou a própria inclusão socioeconômica destes trabalhadores(as).

Para além dos espaços governamentais que permitem – ou permitiam – a participação da sociedade civil organizada, catadores(as), filiados ou não ao MNCR, participam de movimentos sociais diversos, principalmente relacionados com sua atividade. Dos quais podemos destacar o movimento da ES, ao qual muitas associações e cooperativas integram, participando dos fóruns e reuniões regionais, estaduais e nacionais. Entretanto, com o desmonte das políticas de economia solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e suas demais estâncias locais também vêm apresentando muitas dificuldades para dar continuidade às suas atividades.

Outro tema que atravessa a organização política dos catadores(as) de recicláveis, tendo a partir de certo momento entrado na pauta do MNCR, é a discussão de gênero, com a qual os catadores(as) passaram a ter contato através da aproximação mais intensa com movimentos feministas a partir dos anos 2000. Abriremos espaço para explicar um pouco dessa parte da história porque ela é fundamental para que se compreenda as lutas, as pautas e as conquistas dos catadores(as), sobre os quais nos dedicaremos no capítulo V<sup>153</sup>.

Mesmo que o movimento de catadores(as) seja adepto aos princípios da economia solidária, teoricamente primando pela igualdade entre todos os seus membros, pesquisas vêm revelando que a divisão sexual do trabalho, baseadas nos princípios da separação e da hierarquia<sup>154</sup>, que naturalizam a visão de que há funções femininas e outras masculinas e levam

---

<sup>152</sup> Caberia problematizar quem seriam os empregadores na proposta da economia solidária, mas deixemos essa discussão para outro momento tendo em vista que a mesma foge aos objetivos desse estudo.

<sup>153</sup> Reconhecemos o risco de estar quebrando o fluxo do texto ao trazer algumas informações sobre o debate de gênero nesse espaço, mas esse debate teve e tem grande importância na própria constituição do MNCR.

<sup>154</sup> Sobre os princípios da separação e da hierarquia, ver Hirata e Kergoat (2007) e Ávila (2010).

à crença de que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres, é uma realidade presente em algumas associações e cooperativas de catadores(as)<sup>155</sup>. Ademais, até 2016, o número de mulheres em cargos de liderança no MNCR revelava a subrepresentatividade das mulheres no movimento, mesmo estas sendo maioria na categoria<sup>156</sup>.

Falas de várias de nossas entrevistadas, como Marta de São Paulo, Nalva da Paraíba e Cláudia do Rio de Janeiro, revelam que o machismo, o sexismo e o racismo estão presentes tanto dentro dos empreendimentos quanto no próprio MNCR.

Tem até hoje, até na minha igreja tem. O pessoal não gosta que eu fale não, mas eu sou muito papo-reto [...] machista sim, porque eu não sou casada, ainda tem machismo sim. Exclusão sim. Toda mulher sabe que isso não acabou [...] O preconceito por cor, o preconceito por às vezes falar uma frase errada, o preconceito por morar dentro de comunidade, ser pobre, o preconceito pela veste que você... Até a outra mulher tem preconceito. Entendeu?<sup>157</sup>.

Como vimos no ponto 2.2, Cláudia representa a maioria das pessoas que vivem da catação no Brasil – mulher, negra, da periferia, com baixa escolaridade – e é com todos esses preconceitos que elas lidam cotidianamente, fora e dentro do movimento. Três das dezessete mulheres entrevistadas mencionaram discriminações de raça/cor, seis citaram casos de desigualdade ou discriminação de gênero, inclusive relacionada à sexualidade, e duas mencionaram discriminações com relação a baixa escolaridade, dentro dos espaços coletivos de catadores(as) como associações, cooperativas e espaços de diálogo do MNCR.

Em resposta ao machismo, as catadoras vêm buscando promover o debate de gênero. Em 2008 foi realizado o I Encontro Nacional das Mulheres Catadoras. O evento teve quatro edições, sendo a última realizada em 2013. Ainda em 2013 a discussão de gênero foi incorporada pela primeira vez na ExpoCatadores. Em 2014 surge a primeira secretaria estadual de catadoras, a Secretaria de Mulheres Catadoras do estado de São Paulo (SEMUC-SP), que, no mesmo ano, participou da ExpoCatadores com um estande, dando visibilidade a participação das mulheres no movimento e incluindo a questão racial no evento. Na 6ª edição da ExpoCatadores, em 2015, ocorre um conflito tratado por Motta (2017), quando mulheres da SEMUC-SP e de outros estados sofreram retaliações por parte de alguns companheiros homens ao tentarem uma intervenção para discutir questões de gênero no evento, sendo acusadas de dividir o movimento por criarem uma bandeira lilás como símbolo de luta contra o machismo e por igualdade.

---

<sup>155</sup> Cf. Costa e Neves, 2007; Leite, Wirth e Chermem, 2015; Paiva, 2016; Motta, 2017.

<sup>156</sup> Cf. Paiva, 2016; Motta, 2017.

<sup>157</sup> Cláudia, representante do MNCR no estado do Rio de Janeiro, entrevista em 04 de setembro de 2017.

Acusações de enfraquecimento da unidade do grupo devido à inclusão das questões de gênero na pauta é recorrente em espaços mistos, havendo aparecido na luta contra a ditadura militar, em sindicatos, no partido socialista, entre muitos outros movimentos<sup>158</sup>. Como demonstram Souza-Lobo (1991) e Vannuchi e Trópia (2014), o ativismo e protagonismo das mulheres nos movimentos sociais não ocorre sem contradições e disputas internas aos coletivos.

Mesmo com contradições, a intensificação das discussões de gênero no interior do MNCR parece vir surtindo efeito. De acordo com a entrevistada Marta, a primeira vez que o MNCR discutiu gênero oficialmente foi na ExpoCatadores 2016. Na Expo 2017, evento do qual participei, a organização das delegações de cada estado ficou sobre a responsabilidade de mulheres. Além disso, havia um estande voltado às mulheres e foi realizado um painel intitulado *O protagonismo das mulheres catadoras na construção da reciclagem popular – fortalecendo o empoderamento, equidade de gênero e a organização da luta*. Foi perceptível o esforço de mulheres e homens em criar espaços e contribuir para que as discussões de gênero ocorressem.

**Figura 7 – Estande das mulheres catadoras na Expocatadores 2017**



Fonte: Pesquisa de campo, Brasília, DF, Brasil, dezembro de 2017.

A luta das catadoras e o fortalecimento do debate de gênero na categoria vêm dando frutos. A participação das mulheres na Comissão Nacional do MNCR aumentou para 60%, o blog do movimento passou a disponibilizar uma cartilha de formação política para mulheres e a declarar que “o avanço do protagonismo feminino é uma estratégia de fortalecimento da categoria como um todo, uma vez que a categoria organizada tem em sua maioria as mulheres”<sup>159</sup>. Sobre os demais espaços organizativos, a Unicatadores conta hoje com uma Secretaria de Gênero e a ANCAT apresenta como uma de suas missões “promover ações de formação nas áreas de direitos humanos cidadania e gênero nas comunidades assistidas”<sup>160</sup>.

<sup>158</sup> Garcia, 2015.

<sup>159</sup> MNCR, 2020.

<sup>160</sup> ANCAT, 2018.

Além de criarem instâncias organizativas de mulheres e promoverem as discussões de gênero, as catadoras vêm buscando levar os debates sobre o tema até as bases do movimento através de formações em parceria com assessorias e movimentos sociais locais, reconhecendo que ainda há muito a se alcançar para garantir o fim das desigualdades de gênero e raça dentro do movimento e nos demais âmbitos da vida dessas mulheres. Abordaremos mais sobre o tema no capítulo V, ao analisarmos o que vem mudando na vida dos catadores e das catadoras.

Reconhecemos ainda que muito do avanço sobre as discussões de gênero no MNCR se deve à aproximação de outros atores sociais com grupos de catadoras. Por exemplo, a formação da SEMUC-SP se deu após uma sequência de encontros entre catadoras, movimentos feministas e a comunidade universitária<sup>161</sup>. Além disso, as catadoras(as) vêm buscando dialogar com mulheres de outros movimentos sociais, a exemplo do Movimento Sem Terra e da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), como observamos em eventos dos quais participamos.

**Figura 8 – Participação do MNCR, da MMM e do MST em debate na USP**



Fonte: Pesquisa de campo, São Paulo, SP, Brasil, outubro de 2017.

As catadoras demonstram perceber as desigualdades vivenciadas pelas mulheres em geral, principalmente pelas trabalhadoras e pobres, não reduzindo a empatia ao seu segmento. Além de pensar questões de gênero, elas têm discutido sobre outros assuntos significativos a suas vidas, como saúde e sexualidade, violência doméstica e mesmo temas como o encarceramento e extermínio da juventude negra<sup>162</sup>. Assim, a formação política em gênero vem conectando diversas dimensões de suas vidas com o contexto onde estas estão inscritas.

Como demonstrou Davis (2017), reconhecer o contexto sociopolítico mais amplo não significa ignorar as lutas específicas das mulheres, mas compreender que a completa eliminação do sexismo dependerá da habilidade em criar uma nova e revolucionária ordem global, em que toda forma de opressão e violência contra a humanidade seja obliterada.

<sup>161</sup> Motta, 2017.

<sup>162</sup> MNCR, 2020; Motta, 2017.

Mencionamos ainda que desde o princípio do processo de organização coletiva até a atualidade, muitos dos objetivos e pautas do movimento de catadores(as) estiveram próximos às lutas por moradia e/ou direito à cidade. Essa proximidade se dá tanto pelas histórias cruzadas desses movimentos, que desde a década de 1990 desenvolvem uma relação de parceria apoiando-se na realização de eventos, pressão contra o poder público e manifestações, como pela própria natureza do trabalho de catação que se dá nas ruas.

Ademais, grande parte dos catadores(as) ainda se encontra em situação de rua, nos lixões ou em periferias onde a infraestrutura e a moradia são precárias. Assim, é comum encontrar catadores(as), individuais e organizados, participando do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), entre outros semelhantes.

Destacamos também que desde sua origem o MNCR sempre esteve em forte diálogo com o Movimento Sem Terra, seu “irmão mais velho do campo”. De quem os catadores(as) absorveram formas de enxergar e nomear os conflitos, com quem aprenderam práticas de resistência e estratégias de luta, se inspirando no projeto da Agricultura Familiar para pensar a proposta da Reciclagem Popular, sobre a qual discutiremos no capítulo V. Até hoje esses movimentos se reúnem, buscando traçar junto a outros movimentos, pautas comuns.

Por fim, abordaremos a participação do MNCR nos movimentos internacionais de catadores(as). Inicialmente pontuamos a Red Lacre (2020) se define como

[...] una organización representativa e integradora de los movimientos laborales que agrupan a los recicladores de los países de la región. La Red tiene como misión mejorar las condiciones laborales de los recicladores de base y propiciar el diálogo entre los países para intercambiar experiencias, diseñar acciones y ejecutarlas.

Na Red Lacre, o MNCR é representado por dois delegados, encarregados de manter a articulação internacional do movimento brasileiro com os movimentos de catadores(as) dos demais 16 países que compõem a rede. Esses delegados são responsáveis por passar informações do Brasil para a comunidade latino-americana e também por repassar informações continentais e globais para as demais instâncias do movimento no país. A tomada de decisões deve se dar através do diálogo entre os delegados e as bases do movimento, no caso, especificadamente com a comissão nacional do MNCR. Os delegados também estão inseridos em grupos de whatsapp trocando informações com catadores(as) e representantes de entidades de apoio ligados à Red Lacre, repassando-as aos grupos nacionais e locais dos quais participam.

Diferentemente da Red Lacre, que se institui enquanto organização social, a Aliança Global de Catadores trata-se apenas de uma plataforma digital, ou seja, de um site na internet, não estando constituído juridicamente. De acordo com Tamara, representante da ONG Wiego na Cidade do México, a decisão de criar a Aliança Global como uma plataforma que facilitasse a comunicação e troca de informações entre vários países foi tomada pelos próprios catadores(as), que utilizam esse canal para trocar experiências e buscar ideias para enfrentar desafios semelhantes aos que seus companheiros de outros países já enfrentaram.

Apesar de seu caráter virtual, a Aliança Global acaba facilitando o encontro presencial de catadores(as) em eventos internacionais articulados pela internet. Geralmente os convites são lançados através da plataforma e de redes de whatsapp. Além disso, a WIEGO – que ajudou na conformação da Aliança Global e que até o presente momento presta apoio aos catadores(as) de diversos países –, facilita o intercâmbio bem como a participação de lideranças em eventos internacionais relacionados às questões do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, gestão de resíduos, etc. Os dois articuladores internacionais do MNCR são também os principais responsáveis pela representação dos catadores(as) brasileiros na Aliança Global de Catadores.

Avaliando os sentidos da articulação internacional para os catadores(as), Arthur explica:

Então, a nível internacional não é o mesmo movimento que a nível nacional, tampouco é o mesmo movimento a nível estadual, nem também municipal, local, né? [...] Então mais perto tem mais participação e tem mais controle daquele conjunto que está participando [...]. Nacionalmente, aí é um processo muito mais longe da cooperativa, da base. E aí vai para representantes dos estados que sentam para representar nacionalmente. Internacionalmente aí é muito mais longe da base, porque aí sentam dois representantes do Brasil pra discutir com dois representantes [de cada um] dos outros países. E outros países eles se organizam a partir de continentes [...] ou seja, a modernização e esse processo da aliança internacional [dos catadores] fica muito mais abstrata no campo da articulação, da conjuntura de ideias, de políticas, de propósitos, do processo de formação, da rede de informações, do que da materialidade de um movimento social. É a mesma coisa que nós pensar o quê seria a ONU.

A avaliação de Arthur, poderia parecer desanimadora à primeira vista devido à identificação da distância entre as bases e as discussões nacionais e internacionais, que dificulta o câmbio de informações e a compreensão do processo que se dá nas instâncias maiores dos movimentos dos catadores(as). Entretanto, respondendo como avalia essas articulações, se elas repercutem na vida dos catadores(as) ou se ainda é um processo muito inicial, ele declarou:

Veja... a tendência é que as decisões elas acabam ficando no macro e acabam vindo para os locais [...]. Dentro do sistema da globalização há um processo de centralização das decisões. E se decide tudo no campo internacional. O que eu quero dizer é que o pensamento do processo da reciclagem é um pensamento internacional, não é um pensamento local. Há uma ação local,

mas há uma estratégia internacional sobre isso. E aí nesse processo de pensar, por exemplo, como é que se dará a tecnologia ou a rota tecnológica que vai ser traçada no continente europeu pra definir como é que vai ser nos países, nos estados e nas cidades, é uma coisa mais internacional [...]. Há uns investimentos por exemplo do Banco Mundial pra poder desenvolver esses processos, há todo um processo de organização de eventos, seminários [...] que vai organizando e definindo isso. E isso se transformando em política, lei do Estado e depois as suas próprias implementações. Ou seja, internacionalmente nós conseguimos entender e identificar todas as políticas que tem sobre a questão dos catadores [...]. Então, acaba se buscando uma gama de conhecimentos que são intrínsecos à causa nossa, mas que a gente desconhece por estar em outros locais. [...] Internacionalmente nós formamos aqui na América Latina a Rede Lacre [...] eu tenho aqui o contato de todos os catadores da América Latina, y yo puedo hablar con ellos cuándo necesito, cuándo quiero. Então, [...] a gente tem uma conexão muito forte e a gente dialoga [...], cria arma, planos de defesa da categoria muito grandes, a exemplo do que seria o fechamento do lixão, as privatizações, a implementação de técnicas [...] de gestão excludente dos catadores, e a gente acaba trazendo uma luta local pro plano internacional. E isso afeta muito as próprias políticas [...]. Então, a gente acaba [...] dando uma foça maior pela [...] questão da defesa da categoria como um conjunto internacional de atores.

Arthur percebe a participação dos catadores(as) nos debates globais como uma estratégia para influenciar nas tomadas de decisões relativas ao tema. É a partir das ações locais que se fortalece a categoria, possibilitando-a participar de outros espaços nos quais as decisões que implicam sobre a vida de milhares de catadores(as) são tomadas. Para o entrevistado, a articulação dos catadores(as) e sua participação nas discussões influenciam as tomadas de decisões de organismos internacionais e a construção de políticas públicas locais relacionadas à atividade de coleta e à reincorporação de recicláveis na cadeia produtiva. Entender a conexão entre os níveis macro, meso e microssociais é fundamental para compreender as disputas no campo dos resíduos sólidos e suas relações e implicações sobre a organização coletiva dos catadores(as). E é a essas reflexões que nos dedicaremos nos próximos capítulos.

Nesse segundo capítulo retomamos um pouco da história dos catadores(as) de materiais recicláveis do Brasil, destacando como se forma e como se transforma a organização socioprodutiva e política desses trabalhadores(as) ao longo do tempo. Como visto, desde o princípio a organização coletiva dos catadores(as) contou com um forte apoio de atores sociais diversos, como setores da Igreja Católica, prefeituras, ONGs e universidades. Ademais, o MNCR foi concebido através do diálogo com vários movimentos sociais como os movimentos da população de rua, o movimento da economia solidária, o MST, entre outros. Com o passar dos anos, o MNCR passa a dialogar com uma diversidade maior de atores sociais, ampliando suas pautas, articulando e internacionalizando suas lutas.

### 3 Processos relacionados à organização coletiva dos catadores(as)

A retomada da história de organização coletiva dos catadores(as) nos permitiu visualizar que há uma relação entre as transformações materiais e culturais pelas quais vêm passando as sociedades e a forma como vem se dando a organização desses trabalhadores(as). Também é possível vislumbrar conexões e relações de influência mútuas entre os níveis macro, meso e microsociais. Partindo da perspectiva de que para compreender um fenômeno social é preciso recuperar os fios invisíveis entre estes três níveis, buscamos pontuar os principais processos que de alguma maneira contribuíram com a organização socioeconômica e política dos catadores e catadoras de materiais recicláveis no Brasil.

Para iniciar é importante retomar o que a bibliografia temática tem apontado sobre o assunto. Alguns dos estudos que vêm contribuindo para compreensão do contexto que favoreceu a organização dos catadores(as) foram realizados por pesquisadores dos estados de São Paulo e de Minas Gerais, em sua maioria vinculados a incubadoras universitárias de economia solidária. Como vimos, foi nestes estados que o processo de organização coletiva dos catadores(as) teve início, por conseguinte é também onde se concentra o maior número de investigações sobre esse grupo social.

A obra *Catadores na cena urbana*, organizada por Kemp e Crivellari (2008), reuniu principalmente pesquisas realizadas em Minas Gerais, contando com alguns capítulos que se propõem a ampliar as fronteiras voltando-se a investigações diversas. Uma dessas pesquisas analisou dados quantitativos de quatro metrópoles brasileiras (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo)<sup>163</sup> e outra analisou dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) a nível nacional<sup>164</sup>.

Já as investigações de Leite (2012 e 2015); Leite, Wirth e Chermem (2015) e Lima (2015) foram publicadas em coletâneas voltadas ao tema da economia solidária<sup>165</sup>, que agruparam análises sobre diversos setores desse tipo de economia, detendo seu olhar principalmente sobre as experiências localizadas no estado de São Paulo, contando também com análises de dados quantitativos a nível nacional.

A despeito de algumas diferenças interpretativas e ênfases em um ou outro ponto, as publicações realizadas por estes dois grupos de pesquisadores apontaram como principais fatores que contribuíram para a criação das primeiras cooperativas e associações, bem como

---

<sup>163</sup> Silva, 2008.

<sup>164</sup> Crivellari, Dias e Pena, 2008.

<sup>165</sup> Cf. Georges e Leite, 2012; Leite, Araújo e Lima, 2015.

para o fortalecimento político da categoria: a crise do trabalho assalariado iniciada na década de 1970, que engrossou as fileiras de desempregados; a emergência dos debates sobre a economia solidária em resposta ao desemprego; a crescente preocupação com a gestão sustentável do lixo, fruto do fortalecimento dos debates sobre meio ambiente e sustentabilidade; a emergência do Terceiro Setor e a ação de ONGs, universidades, Igreja e prefeituras que passaram a desenvolver projetos sociais com catadores(as); além do surgimento da indústria da reciclagem e a criação de políticas públicas voltadas a esse segmento.

Em outra direção, Magera (2005), Bosi (2008) e Burgos (2013) avaliaram que certos fenômenos sociais foram associados aos interesses da grande indústria da reciclagem e responsáveis pelo crescimento no número de catadores(as). Os autores mencionaram: o processo de urbanização das metrópoles intensificado nas décadas de 1950 e 1960; a existência de um exército de reserva do capital, alimentado pela migração dos trabalhadores do campo e pelo desemprego crescente decorrente do processo de reestruturação produtiva; e a adoção do neoliberalismo como política de Estado, que levou ONGs a desenvolverem projetos sociais com setores negligenciados pela proteção estatal. Na interpretação dos três autores, a organização coletiva dos catadores(as) é fruto do incentivo da cadeia industrial da reciclagem, que encontra nas associações e cooperativas um modo de explorar seu trabalho em larga escala.

Desde a década de 1970, Birkbeck (1978) já apontava o interesse e a influência da indústria da reciclagem na organização do trabalho e na ação coletiva dos catadores(as). Analisando o caso de Cali, na Colômbia, o autor descreveu como atravessadores e empresas do setor de reciclagem influenciavam a forma como era dividido e organizado o trabalho dentro dos lixões, chegando a se unirem aos catadores(as) de materiais recicláveis em suas mobilizações para defender o acesso ao lixo quando a gestão pública ameaçava proibir a entrada nesses espaços.

Entretanto, Birkbeck (1978) não avaliava que a formação de cooperativas seria de interesse das grandes empresas. O autor relatou o caso de uma cooperativa de catadores(as) do Cali que surgiu com o apoio de uma fundação de caridade em conjunto com alguns estudantes na década de 1960, mas que só funcionou por um ano, fechando por pressão externa das grandes empresas e por problemas administrativos internos. Avaliando as condições de trabalho nos lixões, Birkbeck concluiu seu texto vislumbrando a formação de algum tipo de organização ocupacional permanente que poderia barganhar por um melhor acesso ao lixão e ao lixo, e que, talvez, pudesse negociar melhores preços com os revendedores.

Também estudando o caso da Colômbia, Rodríguez (2005) e Rosaldo (2016) apontaram a crescente desigualdade e exclusão geradas pelo processo de acumulação global de capital, eminente à globalização neoliberal, como um fator fundamental para compreender o crescimento no número de catadores(as). Os autores reforçaram ainda que é preciso levar em conta que os países latino-americanos já possuem uma grande quantidade de trabalhadores(as) no setor informal e em empregos precários.

Como a maioria dos pesquisadores do tema, Rodríguez (2005) e Rosaldo (2016) também ressaltaram a importância das ONGs para a organização dos catadores(as). Indo um pouco além, Rosaldo (2016) ponderou a importância das novas garantias dos direitos humanos, contidas na Constituição de 1991 da Colômbia, e a privatização do gerenciamento do lixo como fatores que teriam aberto duas distintas possibilidades: ou as corporações de gerenciamento do lixo substituirão permanentemente os catadores(as) ou estes trabalhadores(as) serão capazes de se organizarem coletivamente para proteger e melhorar suas condições de vida.

Em síntese, os estudos supracitados são os que reúnem mais sistematicamente as principais perspectivas interpretativas que aparecem em diversas outras análises. Em nossa avaliação, estas investigações contribuem enormemente para a compreensão das transformações macrossociais que conduziram a um aumento no número de catadores(as), explicando o modo como a proposta de organizar estes trabalhadores(as) em cooperativas e associações se dissemina e ganha força, trazendo informações relevantes para o conhecimento dos atores que teriam apoiado a organização dos catadores(as) e os prováveis interesses por traz do apoio prestado por esses atores.

Em paralelo aos estudos mencionados, outros pesquisadores têm se dedicado a compreender o que vem levando os catadores(as) de materiais recicláveis a desejarem manter-se organizados coletivamente. Até o momento, as análises voltadas aos elementos subjetivos por trás da integração dos catadores(as) vêm centrando-se na questão da construção de uma identidade positiva do catador(a), bem como na construção de novas formas de sociabilidade para explicar o que leva esses trabalhadores(as) a passarem a agir coletivamente na luta por direitos para sua categoria.

Nesse sentido, destacamos o artigo de Barros e Pinto (2008), que, dialogando com o campo da Psicologia do Trabalho, buscou compreender o trabalho dos catadores(as) tanto em sua dimensão psicossocial quanto política, ampliando a perspectiva de análise ao incluir na discussão a relação entre trabalho, subjetividade e identidade em espaços de marginalização.

Resumidamente, o artigo explica que a ocupação na catação não garante uma identidade reconhecida, representando ao contrário um trabalho discriminado e insalubre. Entretanto, a partir da organização em associações e cooperativas se constroem sociabilidades solidárias e de inclusão, que permitem a tomada de consciência da situação de marginalidade e a construção da consciência de solidariedade de classe explorada, acarretando na mudança de concepção sobre o trabalho que realizam. Assim, Barros e Pinto (2008) consideram que no coletivo se cria um contexto mais favorável às mudanças, que implicariam mudanças subjetivas e identitárias.

Em direção semelhante, Amorim (2012) realizou uma reflexão antropológica sobre a identidade dos catadores(as) em Salvador e em Curitiba e as políticas públicas que promovem cursos de formação de catadores(as) no Brasil, focando principalmente no programa Cataforte. A autora traçou algumas das enunciações de identidades que se configuram na relação entre poder público e movimentos sociais, tendo como objetivo refletir sobre o modo como se dão as enunciações e discursos que os entrevistados fazem de suas próprias identidades. Amorim (2012) denunciou o estigma e a exclusão social vivenciada por quem sobrevive da catação, demonstrando como as formações do Cataforte, a participação no movimento social de catadores(as) e nas cooperativas, apesar de permeado por conflitos, vêm contribuindo para a construção de uma nova identidade e autoestima das pessoas que vivem da atividade.

Já Veronese e Cabral (2016) investigaram a tríade relacional homem-lixo-trabalho a partir dos conceitos de identidade e sociabilidade. Apesar de identificarem o estigma e uma identidade social deteriorada atribuída aos catadores(as), as pesquisadoras observaram que catadores(as) cooperativados demonstram valorizar o que fazem, atribuindo um sentido positivo ao “lixo” e passando esse sentido para os novos membros da cooperativa. Esse processo revelaria a importância da condição do estar-junto, definida pelas autoras como a reciprocidade que se estabelece a partir do desordenamento da produção e reprodução, material e simbólica, das experiências individuais e coletivas. Assim, ainda que não plenamente organizados, os catadores(as) lutam para adquirir riquezas, tanto materiais como simbólicas, e operam através de uma força nascida da própria adversidade, acabando por alterar, mesmo que parcialmente, as condições as quais estão submetidos.

No artigo *Catadores de material reciclável em movimento: trajetória de uma identidade coletiva*, França Lima (2008) buscou compreender o MNCR no campo de sua relação complexa entre trabalho e cidadania, identificando os “(re)significados” em que se está constituindo a identidade coletiva e política do movimento a partir de um diálogo com a Teoria do Reconhecimento.

Encarando a identidade como uma construção social e da subjetividade, não como origem da ação social ou algo dado, mas como um processo e/ou ponto de chegada de um processo complexo, França Lima (2008, p. 6) explicou que “[...] é justamente no processo de luta para serem reconhecidos como agentes sociais [...] que os catadores, por via do MNCR, vão construindo sua identidade coletiva, mediada por experiências e narrativas próprias, gerando novos significados e sentidos para sua cidadania”.

Apoiado em Honneth, França Lima (2008) explicou que no paradigma do reconhecimento as lutas são encaradas como moralmente motivadas, na tentativa de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco. Entretanto, para o autor, o reconhecimento oficial do trabalho dos catadores(as) não veio acompanhado de possibilidades “reais” de sua ascensão social, fazendo com que o status de cidadania permaneça inferiorizado. Porém, é a partir desse reconhecimento que o MNCR vem conseguindo inserir suas reivindicações na pauta da agenda pública. França Lima (2008, p.9) proclama que “são através dessas lutas sociais que as identidades coletivas se vão constituindo, num processo de elaboração de novos discursos, novas narrativas e gramáticas forjadas no espaço do que é possível, ou seja, no tempo e espaço atuais”.

Os quatro estudos mencionados sintetizam algumas das leituras mais frequentes sobre as questões subjetivas que haveriam contribuído para a organização coletiva dos catadores(as) ou que seriam decorrentes desses modos de associação e de suas conquistas. As questões elencadas nessas investigações contribuíram muitíssimo como pistas a serem seguidas em nossa pesquisa. A partir delas pretendemos agora fazer um esforço por compreender de onde os catadores(as) extraem os elementos discursivos e práticos que contribuem para gerar essas novas sociabilidades e novas identidades, como os significam e ressignificam, e de que maneira os incorporam em suas lutas.

Com base na revisão bibliográfica e na pesquisa realizada, identificamos cinco processos sociais relacionados à organização coletiva dos catadores(as) no Brasil: o surgimento do movimento da economia solidária, a intensificação das discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade, o papel das intermediações de outros atores sociais, a expansão da indústria da reciclagem e a consolidação de políticas públicas voltadas aos catadores(as). A seguir, examinaremos as conexões entre esses processos e a organização coletiva dos catadores(as) brasileiros para posteriormente analisarmos a percepção que nossos entrevistados(as) têm sobre esses processos.

### 3.1 A proposta da economia solidária e da autogestão<sup>166</sup>

No mestrado identificamos a existência de três vertentes principais sobre as origens da economia solidária (ES): a que a associa ao movimento cooperativista surgido no século XIX<sup>167</sup>; os que argumentam que a solidariedade já estava presente em diversas sociedades ao longo da história<sup>168</sup>; e os que argumentam que se trata de uma proposta nova surgida em resposta à crise do trabalho assalariado na década de 1970<sup>169</sup>. As diferenças entre essas vertentes influenciam a visão sobre a posição da ES ante o capitalismo, seus princípios e conceitos.

Independente de qual a origem da economia solidária, toda a bibliografia admite que os princípios do cooperativismo, expressos pela Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, desenvolvida por Robert Owen, foram incorporados pela ES, a saber: 1º) nas decisões a serem tomadas cada membro tem direito a um voto independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa é aberto, sendo aceito quem deseje entrar; 3º) a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa sobre o capital emprestado; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas à cooperativa seriam à vista; 6º) os produtos vendidos seriam sempre puros (não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação dos trabalhadores; 8º) a cooperativa deve manter-se neutra em questões religiosas e políticas<sup>170</sup>.

Por mais que muitos estudiosos relacionem a origem da economia solidária ao movimento das cooperativas operárias do século XIX, a maior parte faz questão de diferenciar os rumos que cada movimento tomou ao longo da história. Assim, estes fenômenos não devem ser confundidos. Pode haver e há cooperativas que adotam a ES, mas nem todas as cooperativas assumem o compromisso com os princípios deste modo de economia<sup>171</sup>.

É essencial compreender que a economia solidária não pode ser pensada sem ser inserida nas transformações do social decorridas da crise do trabalho assalariado. Para isso é necessário conectar essa crise ao percurso histórico do capitalismo, as transformações do modo de

---

<sup>166</sup> Esse tópico sintetiza e atualiza um debate que tratamos em nossa dissertação de mestrado, Santos (2016).

<sup>167</sup> Como Lechat (2002); Singer (2002); Lima (2007); Leite (2009); Sardá e Novaes (2012), por exemplo.

<sup>168</sup> Caillé (2002), recupera o conceito de dom e dádiva de Mauss como referência teórica para compreender a ES, a economia passa a ser entendida também como solidariedade em termos de redistribuição e reciprocidade.

<sup>169</sup> Cf. Laville, 2006 apud Leite, 2009; França Filho, 2006 apud Leite, 2009; Wellen, 2012.

<sup>170</sup> Singer, 2002.

<sup>171</sup> Cf. Singer, 2002; Lima, 2007 e 2012.

produção ao longo do tempo e os impactos destas mudanças na classe trabalhadora, chegando à década de 1970 onde a ES surge como proposta de transformação social<sup>172</sup>.

A crise de 1970 teria gerado a exigência de uma maior “qualidade” de vida, reivindicação de um crescimento qualitativo e de uma política que leve em conta a participação na vida social, a preservação do meio ambiente e as mudanças nas relações entre os sexos e as idades. Esse cenário marcou a renovação das atividades associativas, que testemunham tanto uma alternativa à crise do emprego como o desejo de “trabalhar de outra maneira”<sup>173</sup>. Lechat (2002) comenta que entre 1977 e 1984 floresceram iniciativas dos trabalhadores para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, com o apoio de alguns sindicatos.

Para Lima (2007), o “novo” cooperativismo vem responder às demandas das sociedades capitalistas em transformação: o desemprego crescente e a necessidade de se encontrar formas alternativas de ocupação e geração de renda. Respondendo ainda a propostas alternativas de organização social decorrente das mudanças culturais e políticas. Assim, retoma a ideia de economia social na Europa, recebendo o nome de economia solidária na América Latina. Esta seria uma alternativa dos trabalhadores, organizada por eles próprios, de se inserir numa sociedade capitalista visando, à priori, a superação dessa sociedade.

A ES propõe formas de produção, de trabalho e de geração de renda que fogem à lógica do capital, baseadas em valores e práticas que aparecem e reaparecem em diversas sociedades ao longo da história. Seja uma proposta de soluções às crises do capital, seja uma busca por trabalhar e viver de maneira diferenciada, a ES vem se estabelecendo como uma possibilidade àqueles que estão à margem do sistema ou que buscam alternativas ao capitalismo.

De acordo com Lima (2007), as práticas solidárias englobam participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, desenvolvimento autossustentado, responsabilidade social e ambiental, e ainda a formação de redes de movimentos sociais e de organização que possibilitaram o fortalecimento desse ideário. Culti (2007) aponta como características principais dos EES: são organizações, urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito, baseadas na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático, em que cada associado representa um voto.

---

<sup>172</sup> Corteletti (2009), estudando uma fábrica cooperativa em Caxias do Sul/RS, retoma o processo histórico da passagem do capitalismo do artesanato à maquinaria e à indústria moderna, o surgimento e funcionamento do taylorismo, fordismo e da administração científica, chegando às transformações atuais provocadas pela reestruturação produtiva. Observando principalmente os impactos de todas estas transformações sobre a classe trabalhadora e demonstrando como estas mudanças conduziram ao retorno do cooperativismo.

<sup>173</sup> Chaniel e Leville, 2006 apud Leite, 2009.

Argumentando que o capitalismo é o modo hegemônico de produção, mas não o único, a economia solidária passa a se apresentar como uma alternativa que pretende coexistir com o capital, sem eliminá-lo. Os defensores da proposta acreditam que do fortalecimento destas experiências e da formação de redes solidárias seria possível construir um movimento que, se não superasse o capital, se apresentaria como uma alternativa viável aos que questionam o sistema ou que não encontram espaço neste<sup>174</sup>. A maioria dos estudiosos da ES veem esta como uma forma alternativa de economia, ou seja, um modo de produção, comercialização, consumo e finanças que foge à lógica capitalista, sem ter a pretensão de substituí-lo repentinamente<sup>175</sup>.

Assim, a economia solidária diferencia-se do capitalismo por suas práticas e pelos princípios que guiam estas práticas. Enquanto no capitalismo a lógica do lucro e da competitividade orchestra a ação dos indivíduos, na ES a lógica da solidariedade moveria as pessoas a criar ou recriar “novos” tipos de relações, voltadas ao bem comum de todos.

Singer (2002) pensa o conceito de solidariedade contrapondo-o ao conceito de competição. Assim, para que tivéssemos uma sociedade na qual predominasse a igualdade seria preciso que a economia fosse solidária ao invés de competitiva. Para o autor “a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais”<sup>176</sup>.

Já Lima (2007) recupera a ideia de solidariedade como laço voluntário e horizontal dos cidadãos na atividade econômica para além do mercado, assim a economia passa a ser entendida também como solidariedade, em termos de redistribuição e reciprocidade. Dentro deste entendimento, o conceito de solidariedade recupera o conceito de dom e dádiva de Mauss, a reciprocidade tendo a dádiva como relação social básica, a troca personalizada por obrigação mútua, e a redistribuição implicando modelos referentes aos dirigentes e dirigidos.

Outro conceito fundamental é o de cooperação, aqui diretamente relacionado à posse coletiva do capital ou dos meios de produção. A partir da posse coletiva ou associativa do capital, os indivíduos passam a ter que cooperar uns com os outros para desenvolver suas atividades em grupo, de forma coletiva, ou seja, passam a desenvolver o trabalho cooperado, não há venda da força de trabalho, os trabalhadores se unem para produzir dividindo os ganhos.

De acordo com Singer (2002) talvez a principal diferença entre a economia capitalista e a solidária seja o modo como as empresas são administradas. Enquanto nas empresas

---

<sup>174</sup> Cf. Singer, 2002; Sardá e Novaes, 2012.

<sup>175</sup> Cf. Georges e Leite, 2012; Leite, Araújo e Lima, 2015.

<sup>176</sup> Singer, 2002, p. 9. Grifos do autor.

capitalistas se aplica a heterogestão, baseada em níveis hierárquicos na qual a competição costuma ser estimulada, nos empreendimentos econômicos solidários os trabalhadores buscam desenvolver a autogestão, ou seja, uma administração democrática, onde as informações fluem em todos os sentidos, todos decidirem juntos e estimula-se a cooperação.

Para Sardá e Novaes (2012) a autogestão é o ingrediente chave que define o campo da ES, distinguindo-se das formas de realização “participativa” do capitalismo. Sardá e Novaes (2012, p. 155) explicam que “em linhas gerais, a autogestão significa o desenvolvimento de relações sociais novas, coletivistas, igualitárias e fundadas em práticas de democracia direta nos espaços da produção e da sociedade em geral”. Assim, a autogestão seria o meio e o fim para uma sociedade emancipada, autônoma e socialista, generalizando novas relações sociais.

A capacidade emancipatória das práticas de autogestão é outro assunto polêmico no debate da ES. Para Singer (2002) o conceito de emancipação na ES está relacionado a duas transformações contextuais: a crise dos Estados do “socialismo realmente existente” da Europa Oriental e o semifracasso dos governos e partidos social-democratas. Assim, o foco dos movimentos emancipatórios voltou-se cada vez mais para a sociedade civil, multiplicando-se as ONGs e movimentos de libertação que visavam preservar o meio ambiente, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados, a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa melhoraram suas condições de vida, etc.

Nesse contexto se verifica a reinvenção da economia solidária, fundamentada na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante. Na opinião de Singer (2002), o avanço da ES não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis. Assim, a emancipação significaria a possibilidade da sociedade civil de escolher viver de forma diferente do que impõem a lógica capitalista, sem, no entanto, precisar romper com a dinâmica vigente. Podendo assim contar com o apoio do Estado sem que isto configure alguma ameaça a emancipação do grupo social.

Salvia<sup>177</sup> alerta haver um dissenso sobre o potencial emancipatório das formas alternativas de produção. Embora a autogestão deseje um tipo de expressão contrária ao sistema vigente, ela acabaria cumprindo o papel de funcionar como forma de subsistência no cenário do desemprego estrutural, representaria assim a “economia da pobreza”, contendo as tensões decorrentes da ampliação da exclusão social.

---

<sup>177</sup> apud Silva, 2007.

O debate sobre a relação entre a economia solidária e o capitalismo é imenso e não cabe a nós esgotá-lo nesse espaço. Para nosso estudo basta que o leitor compreenda como o posicionamento dos pesquisadores acerca da relação entre a economia solidária e o capitalismo influencia a formulação dos conceitos relacionados ao tema da economia solidária e vice-versa.

Para alguns analistas, ao reconciliar o trabalhador com os meios de produção através da associação, a ES se propõe a fornecer aos trabalhadores a autonomia que eles almejam. Não haveria mais a figura do “patrão” detentor dos meios de produção, controlando o processo de trabalho. Os trabalhadores estariam livres para, juntos, decidirem democraticamente como trabalhar. Um problema identificado sobre o tema é que nem sempre os trabalhadores percebem a autonomia coletiva como a autonomia que eles buscavam. Para aqueles que não compreendem bem as propostas da ES ou estão presos a uma cultura operária assalariada, a autonomia só poderia ser alcançada na condição de conta própria<sup>178</sup>, onde as decisões seriam individuais<sup>179</sup>.

Além de observar que muitas vezes os trabalhadores só percebem a autonomia relacionada ao trabalho por conta própria, Lima (2007) entende que o conceito de autonomia pressupõe que os EES estariam livres da regulação do Estado. O autor exemplificou com o caso dos países socialistas, onde muitas experiências autogestionárias acabaram sendo integradas ao aparelho e às políticas públicas do Estado, que passou a regular as atividades dos trabalhadores, o que acabou comprometendo a autonomia dentro destas experiências.

Para Silva (2007) o conceito de autonomia está relacionado ao grau de independência dos EES das relações capitalistas dominantes. Silva (2007), Lima (2002) e Wellen (2012) demonstraram que em muitos casos as cooperativas acabam sendo terceirizadas por empresas que fornecem o maquinário e a matéria prima tornando-se o cliente principal ou exclusivo do empreendimento. Esta relação faz com que os trabalhadores percam sua autonomia diante das empresas que os contratam, com estas interferindo no trabalho, ritmo, planejamento, decisões internas, chegando a colocar supervisores da empresa dentro dos EES. Apoiada em Appay e Friedman, Silva (2007) explicou que nesses casos se verifica uma “autonomia outorgada” ou controlada, que configuraria uma forma de dominação ou exercício de poder por parte das empresas. Para Wellen (2012), a autonomia através da economia solidária seria apenas uma ilusão pois os empreendimentos não conseguem realizar a autogestão de forma autônoma.

---

<sup>178</sup> Prandi (1978, p.26, nota de rodapé. 4) explica que “entende-se por ‘trabalhador por conta própria’, ‘trabalhador independente’, ‘trabalhador autônomo’ ou ‘auto-empregador’ o trabalhador que não tem qualquer vínculo empregatício, nem como empregado, nem como empregador. Aquelas expressões serão usadas como sinônimos, procurando-se excluir, na medida permitida pelos dados a serem analisados, o trabalhador assalariado disfarçado de autônomo que desempenha atividades remuneradas na forma de tarefas”.

<sup>179</sup> Lima, 2007.

Aprofundando a problematização sobre os riscos da interferência de atores externos nos EES, Holzmann (2012) analisou casos onde a tutela externa por parte de empresas, governo e mesmo assessorias comprometem a autonomia dos empreendimentos e limitam ou inviabilizam a autogestão. Para a autora, o significado recorrente de autonomia na ES diz respeito à livre determinação de indivíduos ou de coletividades para definir as regras que presidem suas ações e relações, não devendo haver interferências externas na elaboração, aplicação e observância das regras do grupo. No entanto, a autonomia externa não confere automaticamente práticas democráticas, pois os próprios integrantes escolhidos para a direção podem desenvolver uma tutela interna sobre o grupo, que comprometeria a autogestão que pressupõem a autonomia.

Entendemos que o conceito de autonomia é fundamental para compreensão dos rumos que tomou a organização dos catadores(as) no Brasil, por isso a ênfase no tema. Do debate, sintetizamos que ter autonomia, no contexto da ES, é ser um grupo capaz de praticar a autogestão de forma democrática, independente da interferência de agentes externos, sejam eles da sociedade civil, representantes de entidades governamentais ou empresas capitalistas. Ou seja, é estar livre de relações de tutela interna, externa ou de situações de autonomia outorgada.

Por último temos os conceitos de resistência e de estratégia de sobrevivência, muito utilizados nas pesquisas que relacionam a ES com o caso dos catadores(as). De acordo com Leite, Wirth e Chermem (2015), alguns autores consideram o catador(a) como um trabalhador “autônomo” quando organizado em cooperativas, destacando sua resistência frente ao desemprego, assim como sua capacidade de organização e mobilização e sua constituição em sujeitos coletivos<sup>180</sup>. As autoras advertem que, em outra direção, a catação vem sendo considerada como uma atividade explorada pelo processo de acumulação do capital liderado pela grande indústria da reciclagem - que é o posicionamento de Bosi (2008) e Burgos (2013), por exemplo. Considerando o duplo caráter que a reciclagem parece configurar, Leite, Wirth e Chermem (2015) interpretam que não se pode desconsiderar o caráter de resistência ao desemprego e à miséria que a população de catadores(as) tem demonstrado, tampouco se pode desconsiderar a forma como o capital tem se aproveitado desse tipo de trabalho.

No mestrado, quando estudamos a articulação dos empreendimentos solidários de catadores(as) com os mercados capitalistas, chegamos à conclusão de que mesmo não representando uma forma de resistência direta ao modelo capitalista por não pretender romper os vínculos com este sistema, a ES é uma forma de resistência dos trabalhadores aos efeitos da dinâmica do capitalismo: desemprego, exclusão social e econômica, precarização do trabalho,

---

<sup>180</sup> Cf. Couto, 2000 apud Leite, Wirth e Chermem, 2015.

etc. Desse modo, se apresentaria como uma estratégia de sobrevivência aos que foram deixados à margem do sistema e aos que, incomodados com a dinâmica vigente, buscaram alternativas que proporcionam efetivamente um modo diferenciado de trabalho, organização produtiva, geração de renda e desenvolvimento de laços de solidariedade<sup>181</sup>.

Após explicar o modo como autores pertencentes a diferentes vertentes interpretativas da economia solidária enxergam os principais conceitos que sustentariam essa proposta e que, como veremos, passam a integrar os discursos dos catadores(as) e justificar ações do coletivo, finalizamos esse tópico comentando um pouco da história da economia solidária no Brasil.

Singer (2002) e Leite (2009) explicam que o cooperativismo chegou ao Brasil no começo do século XX, tomando a forma de cooperativas agrícolas no campo até os anos de 1980. Durante o Curso de Formação de Gestores em Economia Solidária, realizado em 2015 na cidade de João Pessoa, o professor Maurício Sardá, pesquisador e militante do campo da economia solidária, elencou como principais matrizes desse movimento no Brasil: as experiências quilombolas, as matrizes indígenas, a matriz mutualista inspirada no anarco-sindicalismo e a matriz da igreja católica. Assim, teriam havido diversas experiências no Brasil que desenvolveram práticas semelhantes às propostas pela ES, o que tanto abriu espaço para a disseminação dessa proposta no país como gerou a incorporação de elementos dessas matrizes no modo como a economia solidária se expressa no país.

Principalmente devido ao desemprego estrutural dos anos de 1980 e 1990 e a precarização do emprego formal, o debate sobre cooperativas e autogestão se fortaleceu. Para Leite (2009) as experiências da ES nas cidades juntamente com a democratização do país fortaleceram a discussão da democratização no mundo do trabalho. Entre trabalhadores, militantes sociais, intelectuais e gestores públicos progressistas surge uma forma alternativa de trabalho, baseada nos princípios de igualdade, solidariedade, cooperativismo, autogestão, autonomia, democracia, respeito ao meio ambiente, etc.

De acordo com Lechat (2002) o conceito de economia de solidariedade apareceu pela primeira vez no Brasil em 1993. A autora lista alguns dos encontros que vão constituir um marco para a construção de um pensamento e/ou movimento social em prol da economia solidária no Brasil, tais como uma mesa redonda sobre “Formas de combate e de resistência à pobreza” realizada em 1995 durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia e o III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, realizado em 1996.

---

<sup>181</sup> Santos, 2016.

Ainda em meados da década de 1990, surgem as incubadoras de economia solidária nas universidades, algumas em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), outras definindo-se como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). O que se buscava, em ambos os blocos, era a criação e o fortalecimento de instituições da sociedade civil, funcionando em moldes democráticos, cooperados e autogestionários<sup>182</sup>. A criação de incubadoras com essa visão surgiu na Universidade Federal do Rio de Janeiro por influência da Campanha do Betinho de combate à Fome e pela Vida. Concomitantemente, a Universidade Federal do Ceará criou sua incubadora. Já na Universidade de São Paulo originou-se uma incubadora visando à organização de entidades civis com uma visão de ensino e pesquisa<sup>183</sup>.

Destacamos ainda que muitas incubadoras de ES no Brasil desenvolveram sua metodologia com base na proposta de educação popular e emancipatória de Paulo Freire. A qual ofereceu ferramentas para uma formação crítica e autogestionária associada ao trabalho e à vida das pessoas<sup>184</sup>. Comentaremos a relação entre essas propostas no capítulo V.

Como visto no capítulo II, o tema da ES perpassou o processo de organização socioeconômica dos catadores(as), tanto que o modelo escolhido foi justamente o de associações e cooperativas. Muitos membros da Igreja Católica que desenvolviam ações com grupos de pessoas em situação de rua se inspiravam na metodologia paulofreiriana para incentivar os trabalhadores a se auto-organizarem de forma autogestionária. O papel das incubadoras também foi fundamental para organizar e capacitar os catadores(as) para gerir seus empreendimentos dentro dos princípios cooperativistas. E, como mencionado, muitos EES de catadores(as) participam dos fóruns de economia solidária. Assim, o movimento da economia solidária tem forte influência sobre o princípio e o desenvolvimento da organização coletiva dos catadores(as) no Brasil.

Ademais, a economia solidária se fortaleceu bastante a partir da construção de políticas governamentais que surgem através da Senaes a partir de 2003. Com o surgimento dessa secretaria, a criação de editais de fomento à projetos e programas de ES e a destinação de recursos públicos às ações de fomento dos EES, as propostas da ES ganham espaço na agenda pública federal, chegando a estados e municípios que até então não haviam incluído as demandas da sociedade civil voltada a essa temática em suas agendas locais. Como um dos públicos principais dessa secretaria eram justamente os catadores(as), surgiram várias políticas públicas pro esse segmento. Comentaremos sobre essas políticas no ponto 3.5.

---

<sup>182</sup> Cf. Neto, 2003; Lima, 2012.

<sup>183</sup> Ibid.

<sup>184</sup> Cf. Arruda, 2005; Singer, 2005; Novaes e Castro, 2012.

### 3.2 As discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade

Diversos estudos vêm demonstrando como a reprodução do capitalismo leva ao desenvolvimento de uma cultura do consumo, incentivando a aquisição de bens supérfluos e rapidamente descartáveis. O alto grau de consumo das sociedades contemporâneas é agravado ainda pela obsolescência programada dos produtos tecnológicos que passam a ter uma vida útil cada vez mais curta. Com o crescimento da produção de bens e do consumo, cresce também o descarte de embalagens e de diversos itens não mais desejados por seus possuidores. Assim, a produção de “lixo” toma proporções alarmantes e sua destinação final torna-se um problema<sup>185</sup>.

Magera (2005) e Burgos (2013) apontaram que o incremento da industrialização, a escassez de bens naturais, o consumo e a produção de lixo passaram a ser encarados como problemas sociais a partir do século XX, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970, quando o debate sobre meio ambiente adquiriu visibilidade internacional, acelerando a propagação das ideias de sustentabilidade, reciclagem e educação ambiental (EA).

Araújo (2007) explicou que de forma bastante embrionária a educação ambiental surge no século XIX, em 1864, por ocasião do lançamento do livro *O Homem e a Natureza*, conhecido também como *Geografia Física Modificada pela Ação do Homem*, de Georges Perkins Marsh. Já o Ministério do Meio Ambiente aponta como primeiro episódio marcante no histórico mundial de políticas ambientais o surgimento do vocábulo “ecologia”, cunhando por Ernst Haeckel em 1869 para definir os estudos das relações entre as espécies e seu ambiente.

Para Magera (2005), a “conscientização” quanto aos problemas ambientais começou a internacionalizar-se a partir da fundação da Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza, em 1913. Segundo o autor, já nesse momento se definiam duas correntes de pensamento sobre o controle dos recursos do planeta: de um lado os preservacionistas, que defendiam que as riquezas naturais deveriam permanecer intocadas, sem sofrer a exploração do capitalismo; e de outro os conservacionistas, que acreditavam que as riquezas naturais poderiam ser exploradas de maneira criteriosa, evitando o esgotamento dos recursos naturais.

Com as duas guerras mundiais, as discussões sobre meio ambiente só voltaram à pauta internacional em 1947, por ocasião da fundação da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que em 1951 publica o *Estudo da Proteção da Natureza no Mundo*, em parte devido à preocupação pelos efeitos das bombas nucleares lançadas durante a II Guerra<sup>186</sup>.

---

<sup>185</sup> Cf. Magera, 2005; Burgos, 2013; Nascimento, 2016.

<sup>186</sup> Cf. Araújo, 2007; MMA, 2019.

Magera (2005) indicou uma intensificação na formação de movimentos ambientalistas que passaram a institucionalizar-se globalmente, com a criação de ONGs e organizações governamentais de proteção ao meio ambiente. Como disse Leite Lopes (2006, p. 38), “a partir dos anos 1960 a ecologia deixou as faculdades de biologia das universidades e migrou para a consciência das pessoas. O termo científico transformou-se em uma concepção de mundo”.

Em 1965 foi realizada a Conferência de Educação da Universidade de Keele, Grã-Betania, quando pela primeira vez se utilizou a expressão educação ambiental (*environmental education*). Em 1966, durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), foi assinado o Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos que também aborda a questão do meio ambiente. A fundação do Clube de Roma em 1968, que apresentou os relatórios *Limites do Desenvolvimento* em 1968 e *Os Limites do Crescimento* em 1972, as manifestações de maio de 1968 na França, bem como a publicação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre educação ambiental, contribuíram para pautar a problemática globalmente<sup>187</sup>.

Ainda em 1972 foi realizada na Suécia a Conferência de Estocolmo, a primeira da ONU sobre o meio ambiente e o homem. No evento se discutiu a relação entre desenvolvimento e ambiente, identificando-se a industrialização, a exploração demográfica, o crescimento urbano e os direitos humanos a um ambiente saudável como principais problemas a serem solucionados<sup>188</sup>. Na ocasião foi lançado o conceito de ecodesenvolvimento e dois marcos para uma política mundial de proteção ambiental: A transformação da UICN no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Recomendação 96, indicando a criação e promoção do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA)<sup>189</sup>.

Embora o governo brasileiro tenha se pronunciado contra a preocupação e os controles ambientais da Conferência de Estocolmo, já em 1973 criou a Secretaria do Meio Ambiente (Sema), subordinada ao Ministério do Interior. Leite Lopes (2006) avalia que a Sema refletia tanto a demanda de controles ambientais por parte de uma minoria advertida de técnicos governamentais quanto a oportunidade de captação de financiamentos internacionais que exigiam garantias ambientais. Percebe-se o quanto os debates internacionais influenciaram as decisões nacionais com relação ao tema do meio ambiente. Mesmo discordando das diretrizes internacionais, as nações signatárias da ONU já não podiam ignorar o tema, havendo que encontrar espaço para as discussões sobre o meio ambiente em sua estrutura institucional.

---

<sup>187</sup> Cf. Araújo, 2007; MMA, 2019.

<sup>188</sup> Magera, 2005.

<sup>189</sup> Cf. Araújo, 2007; MMA, 2019.

Em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, A UNESCO promoveu em Belgrado, Iugoslávia, o Encontro Internacional em Educação Ambiental em 1975. Nessa ocasião foi criado o PIEA e lançada a Carta de Belgrado, que estabelece as metas e princípios da educação ambiental, orientando que esta deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada aos interesses nacionais. A carta propõe que temas relacionados à erradicação das causas básicas da pobreza, como a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e a dominação, devem ser tratados em conjunto<sup>190</sup>.

Devido às diferenças socioeconômicas entre os continentes, a questão ambiental foi se relacionando a outros problemas sociais como a pobreza e a falta de acesso aos direitos humanos. Como exemplo mencionamos o Congresso de Educação Ambiental Brasarville, realizado em 1976 na África, no qual se reconheceu a pobreza como o maior problema ambiental. Bem como a Reunião Subregional de Educação Ambiental para o ensino Secundário, realizada em Chosica, Peru, também em 1976, na qual conclui-se que as questões ambientais na América Latina estão ligadas às necessidades de sobrevivência e aos direitos humanos<sup>191</sup>.

Cinco anos após Estocolmo, em 1977, foi realizada a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, Georgia (ex-União Soviética). Dela saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a educação ambiental, remarcando seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador que até hoje são adotados em todo o mundo, inclusive no Brasil que firmou o acordo do encontro<sup>192</sup>. Entre o final dos anos 70 e os anos 80 o tema da EA vai se fortalecendo globalmente, na América Latina e no Brasil. Em 1979 ocorre o Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina em San José, Costa Rica.

Outro passo significativo em direção à institucionalização da educação ambiental no Brasil foi dado em 1981, com a aprovação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), “[...] que estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente”<sup>193</sup>.

Em 1987 foi divulgado o relatório *Nosso Futuro Comum* ou *Relatório Brundtland*, que inauguraria a terminologia “desenvolvimento sustentável”. No mesmo ano realiza-se o Congresso Internacional da UNESCO - PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental em Moscou, que tem como resultado o documento final *Estratégia Internacional de ação em*

---

<sup>190</sup> Cf. MMA, 2019; MEC, 2019.

<sup>191</sup> MMA, 2019.

<sup>192</sup> Cf. MMA, 2019; BRASIL, 2007; MEC, 2019.

<sup>193</sup> BRASIL, 2007, p. 13.

*matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90.* O documento assinala a necessidade da pesquisa e da promoção de formações formais e não formais em EA, bem como a importância de incluir a dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis<sup>194</sup>.

No ano de 1988 foi publicada a Declaração de Caracas, que versou sobre a gestão ambiental na América e denunciou a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento em curso. No mesmo ano, foi promulgada a Nova Constituição do Brasil, que dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente, reforçando duas leis de 1981 e 1985 (sistema nacional de meio ambiente e ação civil pública), coroando o processo de construção de uma institucionalidade ambiental e atendendo reivindicações dos movimentos sociais dos anos 1980. Na Constituição de 1988 está previsto ainda o Art. 225, Inciso VI, que determina ao poder público a obrigação de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino<sup>195</sup>. Ainda em 1988, foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Educação Ambiental e o Primeiro Fórum de Educação Ambiental<sup>196</sup>.

Outro evento simbólico foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro e conhecida como Rio 92, Eco 92 ou Cúpula da Terra. Dela resultaram a Agenda 21 e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborados pela sociedade civil planetária no Fórum Global, realizado também dentro da Rio 92. Na mesma ocasião, foi divulgada a Carta Brasileira de Educação Ambiental, que apontou as necessidades de capacitação na área<sup>197</sup>.

A Rio 92 e os documentos decorrentes do evento representaram a consolidação do pacto internacional de compromisso com o meio ambiente e com a qualidade de vida no planeta, propondo a cooperação internacional e ações nacionais e locais visando o desenvolvimento, o combate à pobreza e a proteção ao meio ambiente. Enfatizaram ainda a importância da participação da sociedade civil no caminho da construção de um futuro socioambientalmente sustentável, a questão ambiental passou a ser dever do Estado e uma responsabilidade de todos. Entretanto, é importante destacar que sempre houve muitas controvérsias e conflitos em torno das diretrizes internacionais sobre a questão ambiental, como alerta Leite Lopes (2006).

No processo de preparação da Rio 92, a questão ambiental passou a receber grande atenção por parte de ONGs não especializadas, movimentos sociais, associações de moradores, federações empresariais e instituições governamentais, que nem sempre convergiam em suas opiniões. Desse processo brotaram muitas entidades e ONGs ambientais no país.

---

<sup>194</sup> Cf. Araújo, 2007; MMA, 2019; MEC, 2019.

<sup>195</sup> Cf. Leite Lopes, 2006; Araújo, 2007; MEC, 2019.

<sup>196</sup> MEC, 2019.

<sup>197</sup> Cf. Araújo, 2007; BRASIL, 2007; MEC, 2019.

Leite Lopes (2006) comentou que a repercussão da Agenda 21 desencadeou o processo de elaboração de uma Agenda 21 brasileira, convocando especialistas, ONGs e outras entidades para uma elaboração coletiva. Os governos estaduais, municipais e os consórcios locais também passaram a fazer seus planos locais. Importante destacar ainda que o Ministério do Meio Ambiente, criado em novembro de 1992 por ocasião da Rio 92, passou a dispor de um fundo para financiar projetos locais da Agenda 21.

Em 1994 foi divulgada a Proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental. Em 1995 foi criada a Câmara Técnica temporária de Educação Ambiental no âmbito do CONAMA, considerada um instrumento determinante para o fortalecimento da educação ambiental no país, havendo aprovado resoluções regulando a responsabilidade pós-consumo sobre resíduos como pneus, pilhas/baterias e óleo lubrificante, e debatendo intensamente uma regulação nacional sobre os resíduos. Ademais, a Sema, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o MMA fomentaram as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental<sup>198</sup>.

Em 1999 foi aprovada no Brasil a Lei nº 9.795/1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, com a criação da Coordenação-Geral de Educação Ambiental no Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Diretoria de Educação Ambiental no MMA. Esta lei só foi regulamentada em 2002, através do Decreto nº 4.281, representando um passo decisivo para a efetivação de ações em educação ambiental no âmbito federal<sup>199</sup>.

Destaca-se ainda o Programa Nacional de Educação Ambiental, que em 2004 foi submetido à Consulta Pública, realizada em parceria com as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental e as Redes de Educação Ambiental. Ainda em 2004, mudanças ministeriais, a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade entre outras medidas, permitiram um maior enraizamento da educação ambiental no MEC e junto às redes estaduais e municipais de ensino<sup>200</sup>.

Voltando ao âmbito internacional, mencionamos a iniciativa das Nações Unidas de implementar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), que representa o reconhecimento da educação ambiental diante da problemática socioambiental, na medida em que reforça a sustentabilidade a partir da educação. Visou-se potencializar as políticas, programas e ações já existentes, além de multiplicar as oportunidades inovadoras<sup>201</sup>.

---

<sup>198</sup> Cf. BRASIL, 2007; MEC, 2019; Brandão e Gutiérrez, 2016.

<sup>199</sup> Cf. BRASIL, 2007; MEC, 2019.

<sup>200</sup> BRASIL, 2007.

<sup>201</sup> BRASIL, 2007; MEC, 2019; MMA, 2019.

Em 2003 aconteceram em Portugal as XII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental da Associação Portuguesa de Educação Ambiental, reunindo educadores ambientais brasileiros, portugueses e de outras nacionalidades de língua portuguesa, ocasião em que é criada a Rede Lusófona de Educação Ambiental. No mesmo ano foi oficializado o Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA), durante a XIV Reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, em novembro no Panamá. No mesmo mês, o plano de implementação do PLACEA foi elaborado em uma reunião realizada na Venezuela, se articulando à Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável.

O documento do PLACEA e os eventos mencionados, evidenciaram o modo como ao largo do tempo a questão ambiental ganhou espaço nos debates e na agenda internacionais, conduzindo os governantes a incorporar o debate a nível nacional, construir espaços institucionais voltados à temática, seguir as diretrizes internacionais relacionadas à questão e criar políticas públicas em consonância com essas diretrizes. Vimos ainda como no Brasil, mesmo que inicialmente os governantes houvessem se oposto às indicações internacionais, aos poucos o tema do meio ambiente ganhou visibilidade. O debate não se circunscreeu às discussões entre gestores públicos, mas envolveu toda a sociedade, através do fomento a participação da sociedade civil nos eventos e na construção de políticas públicas, e da estrutura criada para promover a educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino.

A institucionalização do tema do meio ambiente em diversos países do mundo não encerrou a necessidade de debate sobre o assunto. Há muitas questões que não encontram consenso entre as nações, assim, continuam sendo realizados eventos sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Entre os mais recentes, destacamos: o *Bonn Climate Change Talks*, realizado no ano de 2009 em Bonn, Alemanha; a Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, realizado em 2010 na Cochamba, Bolívia; a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, realizada em 2012 marcando os vinte anos da Rio-92, ocasião onde se discutiu a economia verde, a erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável; e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015, realizada em 2015 em Paris, França. Destacamos que representantes dos catadores(as) de materiais recicláveis ligados à Aliança Global participaram destes eventos mais recentes, o que se explica pelo fato do movimento já está mais consolidado nesse período<sup>202</sup>.

---

<sup>202</sup> Aliança Global de Catadores, 2020.

Na opinião de Magera (2005), os encontros internacionais têm servido para levar alternativas ao desenvolvimento econômico das nações em desenvolvimento e estipular normas e controles aos países ricos, que são os grandes emissores de poluição na atmosfera e criadores das crises ambientais globais. O autor avaliou que o fato de que muitas resoluções tenham ficado apenas no papel não desmerece o brilho dessas conferências, visto que até pouco tempo não haviam nem tratados nem mesmo intenções de se pensar a preservação do meio ambiente.

Outro ponto que nos interessa é compreender como as discussões em torno do lixo se transformaram. Sobre o tema Legaspe<sup>203</sup> informa que

Os artigos têm início na década de 60 [...] percebemos que existia uma evolução cronológica muito interessante, onde o lixo urbano, em seus primórdios, era tratado como elemento de perigo à saúde pública [...]. Com o passar do tempo, os artigos foram retratando as novas facetas, onde ele surgia como produto capaz de recompor as matérias-primas escassas ou minimizar o gasto com produtos virgens. Este período está relacionado a uma fase de plena expansão do consumo dos produtos descartáveis.

Identificamos as mesmas tendências discursivas na animação *Tá Limpo*, de 1992, onde as condições de insalubridade da favela e os desmoronamentos em períodos de chuva são associados ao lixo. Como solução, um dos personagens (Bico, um urubu falante), propõe aos moradores separar e vender o “lixo” a uma fábrica de reciclagem. No final do curta, a favela aparece limpa e organizada, mostra-se como a remuneração pelo trabalho dos moradores trouxe melhorias para a comunidade, que obteve livros para a biblioteca e panelas para a creche. Além de tratar o lixo como problema sanitário e propor como solução a reciclagem, que traria melhorias sociais à comunidade, chamamos atenção para o modo como nesse vídeo se constrói a ideia de responsabilização da população pobre sob o problema do lixo e por sua solução.

Leite Lopes (2006) explica que no processo histórico de consolidação da temática ambiental, foi se configurando uma nova questão pública: a preservação do meio ambiente. Desse processo decorreria a ambientalização dos conflitos sociais<sup>204</sup>. Assim, a questão ambiental passa a ser uma fonte de legitimação e de argumentação de conflitos sociais, por vezes anteriores à entrada da questão ambiental em pauta. Segundo Leite Lopes (2006, p. 32)

---

<sup>203</sup> 1996 apud Magera, 2005, p. 29.

<sup>204</sup> Retomando a ideia de processo de ambientalização dos conflitos sociais utilizado por Almeida, Shiraishi e Martins, Leite Lopes (2006), desenvolveu um neologismo para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos que viraram uma questão pública de importância entre os anos 1960 e 1970. O sufixo indica um processo histórico de construção de novos fenômenos, associados a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais, da qual decorrem transformações no Estado e no comportamento das pessoas. Leite Lopes (2006, p. 34), explicou que “essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial”.

Vemos também como sob os efeitos de disputas no interior ou na interseção de campos profissionais a temática ambiental é inventada e relacionada às tradições específicas dos respectivos campos, assim como a história anterior de movimentos sociais, relacionados a diferentes grupos sociais, influencia a forma como tal temática é apropriada e ligada a conflitos anteriores reelaborados sob nova linguagem.

Leite Lopes (2006) evidenciou como trabalhadores e populações atingidas por danos ambientais passaram a utilizar-se da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações. À medida em que a temática se impôs e o movimento avançou, os empresários passaram a se apropriar da crítica à sua atuação e procuraram usá-la a seu favor, devolvendo à sociedade as ideias de responsabilidade ambiental, produção limpa e ambientalmente correta. Com essa estratégia, o campo empresarial conquistou novos lucros materiais e simbólicos.

Leite Lopes (2006) explica que através dos espaços participativos e da comunicação de massa as pessoas se apropriaram de questões e categorias “ambientais” e “externas” ao seu universo habitual, como “população pobre”, “atingida” ou “vulnerável”, desenvolvendo linguagens próprias para lidar com os conflitos locais. Com a construção institucional de canais de diálogo, conflitos entre empresas e sociedade passaram a envolver *experts* e leigos, e a questão ambiental foi se tornando uma nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos sociais. A manifestação desse fator pode ser vista nas seguintes instâncias: nas novas áreas jurídicas, através do crescimento do direito ambiental e da crescente intervenção do Ministério Público nos conflitos ambientais; nas escolas, através da incorporação da educação ambiental como disciplina transversal; dentro das empresas, com a criação de gerências, selos e normatizações ambientais como a ISO 14000, que representam uma contra ofensiva das empresas às demandas sociais; e ainda na sociedade civil, nas associações de moradores e nos sindicatos, onde as formas de gestão participativa permitiram à população participar de conselhos municipais, de meio ambiente, entre outros.

Percebe-se o papel da formação de um campo específico de educação ambiental no processo de ambientalização dos conflitos, que permitiu a difusão de um novo comportamento público que passou pela normatização de condutas individuais, propagando novas práticas-discursivas que, ao serem incorporadas, conduziram à passagem da ênfase nos conflitos do trabalho para a ênfase em outros conflitos sociais pautados nas questões ambientais.

Esse é um ponto central na análise de Leite Lopes (2006), que concluiu que a eficácia dos instrumentos participativos como conselhos e programas locais, geralmente dependeram da experiência de participação política da população e de sua história de mobilização, desde formas comunitárias originadas de igrejas, associações de bairro à participação sindical.

No mesmo sentido, Pereira e Teixeira (2011) destacaram a importância da sociedade civil no processo de construção das agendas públicas. Analisando a passagem da inclusão social e produtiva de catadores(as) da agenda de políticas públicas locais para a agenda governamental nacional, os autores, utilizando-se da teoria de múltiplos fluxos proposta por Kingdon, avaliaram que, em certa medida, houve a junção dos três fluxos: um problema ganhou reconhecimento público, surgiu um ambiente político favorável à entrada da questão na agenda pública e uma alternativa se apresentou viável e com resultados comprovados – inclusão de catadores em programas de coleta seletiva. A junção desses fluxos haveria permitido a abertura de uma janela de oportunidade para inserção da questão nas políticas públicas.

Pereira e Teixeira (2011) identificaram como principais problemas no modelo de Kingdon a desconsideração de um processo de formação de agenda de “baixo para cima” e também o fato do modelo deixar de lado a discussão sobre a influência que atores extrainstitucionais, como organizações da sociedade civil, possam exercer nesse processo. Como no caso em análise, onde o Fórum Lixo e Cidadania e o MNCR tiveram um papel fundamental. Por esses motivos, os autores avaliaram que o modelo não dá conta de explicar as complexas relações entre Estado e sociedade civil em realidades como a brasileira.

Investigando os novos regimes de políticas públicas de resíduos sólidos na América Latina, Brandão e Gutiérrez (2016) também reconheceram o papel dos atores sociais na construção das políticas. Para os autores, os regimes de políticas públicas resultam da interação entre três forças mobilizadas por atores em disputa: ideias, interesses e arranjos institucionais.

[...] As ideias produzem elementos de conexão entre áreas relevantes, permitindo que elas alcancem uma proposta comum para o problema em questão. Os atores disputam interesses que proveem poder político e legitimidade aos regimes enquanto são afetados eles mesmos por mudanças. Os arranjos institucionais, por sua vez, estruturam a coesão entre os atores, canalizando o futuro de informação entre eles e estabelecendo a estrutura de autoridade do regime<sup>205</sup>.

Brandão e Gutiérrez (2016) explicaram que, apesar de passarem por adaptações aos contextos locais, a construção de políticas de resíduos sólidos urbanos (RSU) na América Latina foram inspiradas nos modelos do Norte Global. Assim, emergiu um novo regime de políticas que combina as ideias do modelo internacional de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos (GIRSU), baseada na lógica dos 3R (reduzir, recuperar e reciclar), com ideias emergentes da realidade de cada país, como o encerramento de lixões e a inclusão de catadores(as).

---

<sup>205</sup> Brandão e Gutiérrez, 2016, p.1.

Os autores avaliaram ainda que esse regime surgiu como resultado da interação entre dois campos de atores: um campo de atores com interesses mais técnicos ambientais, centrados na dimensão ambiental e sanitária da gestão de resíduos, predominante no Norte Global; e outro campo de atores com preocupações mais sócio-políticas, centrados na questão socioambiental, voltando-se ao trabalho informal e exclusão social dos catadores(as), típicos do Sul Global.

Juras e Araújo<sup>206</sup> explicaram que as disputas entre vários atores, como o governo federal, o setor produtivo, os municípios e as organizações sociais defensoras da inclusão dos catadores na gestão dos resíduos, resultou no pacote de ideias identificado como “responsabilidade compartilhada sobre o ciclo de vida dos produtos”. Este tem como três pilares fundamentais: as obrigações municipais quanto à GRSU; a gestão compartilhada entre poder público e organizações sociais, com a inclusão dos catadores(as); e as ideias de responsabilidade pós-consumo de produtores, importadores, distribuidores e comerciantes.

Recuperando o histórico do novo regime brasileiro, Brandão e Gutiérrez (2016) destacaram que o MNCR se consolidou como ator importante nesse processo, através de sua interação com ONGs e com o governo federal. Outros atores que influenciaram na construção dessa política foram: o setor empresarial interessado na questão da logística reversa e representado pelo CEMPRE, a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

Concluindo suas análises, Brandão e Gutiérrez (2016) reconsideraram a relação entre os três componentes do conceito de regime de política, afirmando que se pode inferir que a forma concreta que vão assumindo as novas ideias e as instituições resultam dos interesses e visões dos atores envolvidos e de suas interações e negociações no tempo. Assim, os autores inverteram a relação entre ideias, interesses e arranjos institucionais proposta por May e Jochim.

Finalizando, chamamos atenção do leitor para alguns pontos. Primeiro, demonstramos como os debates sobre meio ambiente e sustentabilidade foram aos poucos sendo formulados e ganhando espaço no cenário internacional, pressionando as nações a incluírem a temática na agenda pública. A disseminação do assunto e a incorporação da temática gerou um processo de ambientalização dos conflitos, onde conflitos sociais foram ressignificados, passando a se apoiar e se legitimar através do debate ambientalista. Por fim, observamos como ao passo em que se apropriam de um debate externo, os sujeitos podem mobiliza-lo na busca por defender seus direitos e construir políticas públicas, como no caso dos catadores(as).

---

<sup>206</sup> 2012, apud Brandão e Gutiérrez, 2016.

### 3.3 A expansão da indústria da reciclagem

A reciclagem, entendida como o processo de transformação de materiais visando permitir sua reutilização, não é algo novo. Como visto no capítulo II, atividades de reaproveitamento e transformação de resíduos e objetos metálicos já eram desenvolvidas há séculos. O que aparece como um fenômeno relativamente recente é a formação de uma indústria da reciclagem, ou seja, a estruturação de uma cadeia produtiva que tem como matéria-prima materiais recicláveis e como produto final materiais processados que podem se apresentar como matérias-primas para outros setores produtivos ou como produtos finais prontos para o consumo.

Legaspe<sup>207</sup> interpreta que a ideia de reciclagem surge da busca da indústria por matérias-primas baratas, sendo o espaço urbano utilizado como o local e a fonte dessas matérias. Assim, apesar de tratar-se de uma atividade antiga, a reciclagem tomou novos contornos. A consolidação da indústria da reciclagem acabou por vincular a atividade de reciclagem à lógica capitalista, fornecendo-lhe como nova roupagem a questão da preservação do meio ambiente.

A bibliografia vem demonstrando que o processo de industrialização crescente acompanhado pela intensificação da urbanização e a formação das grandes cidades, assim como a composição de uma lógica consumista e o aumento no volume de embalagens e objetos descartados pela sociedade, são alguns dos principais elementos que viabilizaram a constituição da indústria da reciclagem enquanto um ramo produtivo integrado à lógica capitalista<sup>208</sup>.

Além dos elementos mencionados estarem relacionados à intensificação da produção e do consumo, alguns desses fenômenos se relacionam também ao processo de migração e a conformação de um “exército industrial de reserva”<sup>209</sup> para o capital nas grandes cidades. Para

---

<sup>207</sup> 1996 apud Burgos, 2013.

<sup>208</sup> Cf. Burgos, 2013; Nascimento, 2016.

<sup>209</sup> De acordo com Marx (2013, p. 710) “à produção capitalista não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural”. Marx (2013) explica que os capitalistas tem mais interesse em extrair uma quantidade maior de trabalho de um número menor de trabalhadores, do que em extraí-lo por um preço igual ou até mesmo mais barato de um número maior de trabalhadores. Desse modo, para Marx (2013, 711-712) “o sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa a fileira de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social”. Por fim, Marx (2013, p.712-713) destaca ainda que “[...]os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada”.

muitos pesquisadores, foi precisamente o forte aumento no nível de desemprego das metrópoles, tanto durante o processo de urbanização quanto diante dos efeitos da crise do trabalho assalariado, que levou milhares de pessoas a viverem da catação<sup>210</sup>, conformando o “exército de reserva da reciclagem”<sup>211</sup>. Esse seria o principal elemento para a consolidação da indústria da reciclagem em países marcados por fortes desigualdades sociais como o Brasil.

Nesse sentido, diversas pesquisas acadêmicas e governamentais, publicações de ONGs atuantes no campo da reciclagem e do próprio movimento de catadores(as) vêm reafirmando a importância dos catadores(as) para a emergência da indústria da reciclagem. Na leitura de muitos, primeiro surgiu a atividade de catação, através da qual pessoas que não encontravam outras formas de ocupação encontravam meios de subsistência no consumo e venda do que encontravam no lixo. Apenas posteriormente, percebendo o valor do lixo, o setor empresarial haveria se interessado pela reciclagem e daí teria se iniciado a estruturação dessa indústria<sup>212</sup>.

Na opinião de Burgos (2013), o Terceiro Setor teve um papel de destaque na institucionalização da indústria da reciclagem. Ao fomentar a organização dos “trabalhadores sobrantes dos demais setores produtivos” em cooperativas e redes de reciclagem, o Terceiro Setor teria contribuído para institucionalizar as bases dessa indústria, que antes encontrava-se dispersa na figura dos catadores(as) “avulsos”. Desse modo, na opinião da autora, a organização coletiva dos catadores(as) serve aos interesses empresariais. Assim, apesar do Terceiro Setor proclamar que “outro mundo é possível”, este estaria restrito pela própria lógica do mercado.

No processo de estruturação da indústria da reciclagem, mais especificadamente na institucionalização da sua base, diversos agentes sociais são mobilizados, articulando esfera pública, setor privado e sociedade civil organizada, definindo um *Terceiro Setor da indústria da reciclagem*<sup>213</sup>.

Tal como Wellen (2012) e Montaña (2014), que analisaram a proposta e as políticas públicas de economia solidária no Brasil, Burgos (2013) avalia que o desenvolvimento de políticas públicas de parceria público-privadas dentro do contexto do neoliberalismo e das reformas do Estado, teria levado à “balcanização dos serviços públicos” ao repassar aos consultores do Terceiro Setor parte significativa dos recursos destinados ao atendimento das demandas sociais, conduzindo à “gestão da pobreza” e contribuindo para a institucionalização dos movimentos sociais e da indústria da reciclagem.

---

<sup>210</sup> Cf. Magera, 2005; Bosi, 2008; Carneiro e Corrêa, 2008; Burgos, 2013; Leite, 2012 e 2015; Leite, Wirth e Churfem, 2015; Lima, 2015.

<sup>211</sup> Burgos, 2013.

<sup>212</sup> Cf. Bosi, 2008; Silva, Goes e Álvarez, 2013; Leite, Wirth e Churfem, 2015; Lima, 2015; MNCR, 2020.

<sup>213</sup> Burgos, 2013, p. 115, destaques da autora.

Mesmo autores que avaliam positivamente as contribuições do Terceiro Setor à organização dos catadores(as), considerando que esta possibilitou melhorias nas condições de vida dos trabalhadores(as) que vivem da catação, por vezes chegam a conclusões semelhantes à de Burgos. A exemplo de Lima (2015), que avalia que apesar dos avanços obtidos, os empreendimentos autogestionários de catadores(as) constituem em essência uma forma de “autogestão da pobreza”, um paliativo ou uma estratégia de enfrentamento à pobreza.

Mas, se o “lixo” foi descoberto como uma fonte de riqueza, para onde vão os bilhões da reciclagem? Primeiramente, é fundamental ter em mente que atualmente a cadeia produtiva da reciclagem está estruturada em ao menos três etapas: a recuperação, que envolve os processos de catação ou coleta seletiva, separação, prensagem e enfardamento dos materiais recicláveis; a revalorização ou beneficiamento, que gera produtos intermediários; e a transformação, que seria o processamento industrial dos recicláveis para transformá-los em novos produtos<sup>214</sup>.

Geralmente o percurso dos materiais recicláveis envolve, no mínimo, catadores(as) individuais e/ou associações ou cooperativas, sucateiros, indústrias de beneficiamento e as indústrias de transformação. Esse caminho pode ser alongado pela quantidade de atravessadores que se inserem nessa cadeia. Analisando a cadeia produtiva da reciclagem e a lógica comercial intrínseca a ela, Burgos (2013, p. 163-164, grifo da autora) chega à conclusão de que são

*Cadeias produtivas incrustadas no mercado de recicláveis*, porque, na prática do comprar para vender mais caro que caracteriza o *capital comercial*, ocorrem, simultaneamente, algumas das etapas iniciais do processo de reciclagem propriamente dito, ou seja, da produção da matéria-prima. Portanto, não se trata de simples “mudança de mãos” de um mesmo produto.

Para Burgos (2013) todas as três etapas fazem parte do processo de reciclagem. Contrariamente, alguns defendem que a reciclagem propriamente dita estaria circunscrita à etapa de transformação, a exemplo da PNRS de 2010, que define reciclagem como o “processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos [...]”.

Esse tipo de interpretação, na avaliação de pesquisadores e catadores(as), desvincula as demais atividades desenvolvidas antes dos materiais recicláveis chegarem à indústria de transformação do processo produtivo da reciclagem. Simbolicamente essa desvinculação teria o efeito de afastar catadores(as) e intermediários dessa cadeia produtiva, como se suas atividades fossem algo marginal, que não integra à estrutura da indústria da reciclagem<sup>215</sup>.

---

<sup>214</sup> Cf. Burgos, 2013; Leite, Wirth e Churfem, 2015.

<sup>215</sup> Cf. Magera, 2005; Burgos, 2013; Leite, Wirth e Churfem, 2015; MNCR, 2020; Red Lacre, 2019.

Até o momento, a maioria dos catadores(as) se concentra justamente na etapa de recuperação e triagem dos materiais recicláveis, havendo empreendimentos de catadores(as) que lograram chegar à etapa de revalorização ou beneficiamento, principalmente aqueles mais antigos ou que contaram com o aporte de recursos públicos e privados para investir em infraestrutura. De toda maneira, estando na base da cadeia produtiva, os catadores(as) são os que recebem o menor valor pelo trabalho realizado, mesmo sendo os principais responsáveis por reinserir os recicláveis na cadeia produtiva e por realizarem a maior parte do trabalho manual. Por esse motivo, tanto movimentos sociais quanto pesquisadores vêm denunciando a exploração dos catadores(as) pela indústria da reciclagem<sup>216</sup>.

Um dos principais argumentos que visam justificar o baixo valor pago pelos recicláveis diz respeito ao fato do valor dos materiais ser regulado pelo mercado internacional, oscilando de acordo com o preço das matérias-primas “originais”. Entretanto, pesquisas vêm revelando que muitas vezes são os próprios atravessadores ou mesmo os oligopólios que se formam no setor que manipulam os preços dos recicláveis a depender de seus interesses<sup>217</sup>.

A bibliografia vem apontando ainda que a partir do fortalecimento do debate internacional sobre gestão sustentável do lixo, a reciclagem ganhou nova roupagem. Com as mudanças nas políticas de gestão dos resíduos, o Estado, os catadores(as) e mesmo a sociedade civil tornam-se atores essenciais à manutenção dessa indústria. Estamos assim diante de

[...] um paradigma de gestão sustentável de resíduos sólidos que supere, inclusive, o conceito de limpeza urbana. A perspectiva é a de avançar para uma sociedade sensibilizada, informada e educada para as questões do não desperdício de materiais, para consumir com critérios, para descartar seletivamente [...] governos, empresas, cidadãos e cidadãs terão consciência de suas atitudes e não mais jogarão os resíduos em lugares impróprios. Pelo contrário, estarão participando da construção de uma nova concepção de gestão de resíduos estruturada a partir da participação cidadã. Da inclusão social, da educação para os 3Rs [...] da responsabilidade social empresarial e da economia solidária inclusiva<sup>218</sup>.

Esse novo paradigma modifica a lógica de pensamento sobre o lixo e sua gestão, que passam a serem encarados como responsabilidade de toda a sociedade sobre o respaldo das perspectivas da educação ambiental, responsabilidade socioambiental e da economia solidária. Afinal, mais que destinação adequada dos resíduos, a reciclagem passa a ser propagada como forma de geração de trabalho e renda para milhares de trabalhadores(as) pobres.

---

<sup>216</sup> Cf. Bosi, 2008; Kemp e Crivalli, 2008; Burgos, 2013; Leite, 2012; Leite, Wirth e Cherfem, 2015; Lima, 2015; Aliança Global de Catadores, 2020; MNCR, 2020; Red Lacre, 2020.

<sup>217</sup> Cf. Kemp e Crivalli, 2008; Burgos, 2013; Leite, 2012 e 2015; Leite, Wirth e Cherfem, 2015; Lima, 2015.

<sup>218</sup> De acordo com Grimberg, 2007 apud Burgos, 2013, p. 153.

Esse é um dos pontos polêmicos nos debates sobre reciclagem. Para alguns, as discussões sobre meio ambiente, sustentabilidade e economia solidária, ao fomentarem a organização coletiva dos catadores(as), contribuíram para mudar positivamente na vida dessas pessoas embora ainda haja muito que avançar<sup>219</sup>. Para outros, foram exatamente esses debates que viabilizaram a estruturação da indústria da reciclagem apoiada sobre os ombros de milhares de catadores(as), que não contam com o reconhecimento das relações produtivas inerentes ao trabalho que desenvolvem e cuja a própria organização passa a servir aos interesses dessa grande indústria<sup>220</sup>.

No DVD *Do lixo à cidadania*, encontramos um documentário intitulado *Lixo* (1976), o qual abordou a questão da intensificação do consumo, a produção do lixo, a existência dos catadores(as), mostrando ainda os processos internos de uma usina de reciclagem localizada na cidade do Rio de Janeiro. No vídeo, o engenheiro Álvaro Catanha Neto, ligado ao Centro de Pesquisas da Companhia Municipal de Limpeza Urbana Rio de Janeiro, abordou o lixo sobre um enfoque técnico, propondo a reciclagem como solução. Já o entrevistado Gilson Leite propôs a incorporação dos catadores(as) nas usinas de reciclagem, argumentando que nesses espaços encontrariam melhores condições de trabalho. Todavia, os trabalhadores, vestidos com uniformes brancos, tinham até mesmo os rostos cobertos de manchas, realizavam o processo de triagem sem EPIs, separando os recicláveis de restos de comida e papel higiênico.

Nesse vídeo encontramos indícios de que mesmo antes da organização coletiva dos catadores(as) em associações e cooperativas, a indústria da reciclagem já vinha pensando em maneiras de incorporá-los em seus processos produtivos. Aparentemente essa incorporação se pretendia de maneira salariada, porém, todavia, ainda de forma precária.

Se a organização dos catadores(as) em associações e cooperativas foi uma opção melhor para os trabalhadores(as) ou apenas se deu por incentivo das indústrias que perceberam nessa modalidade uma maneira de explorar ainda mais o trabalho dos catadores(as), ou se a solução mais adequada seria a incorporação dos catadores(as) em empresas capitalistas como propõe Magera (2005), são questões que deixamos em aberto para discussão. Sem embargo, no capítulo V trataremos a opinião dos próprios catadores(as) sobre as diferentes formas de trabalho que já experimentaram, como catadores(as) individuais, em coletivos autogestionários ou mesmo como contratados em sucatas.

---

<sup>219</sup> Cf. Matins, 2005; Rodríguez, 2005; Barros e Pinto, 2008; Dias e Matos, 2008; Kemp, 2008; Lima e Oliveira, 2008; Pereira e Teixeira, 2011; Leite, 2012 e 2015; Leite, Wirth e Churfem, 2015; Lima, 2015; Motta, 2017.

<sup>220</sup> Cf. Magera, 2005; Bosi, 2008; Carneiro e Corrêa, 2008; Burgos, 2013.

Seguindo com a descrição da atual configuração da indústria da reciclagem, trazemos alguns dados inspirados na análise de Burgos (2013), para quem a delimitação do setor industrial da reciclagem envolve basicamente: produtores de máquinas e equipamentos voltados à reciclagem, empresas recicladoras, cooperativas e associações de catadores(as), prestadores de serviço de limpeza pública que coletam o material, comerciantes de materiais recicláveis, catadores(as) avulsos e entidades do “Terceiro Setor da indústria da reciclagem”.

Partindo desse entendimento, Burgos (2013) realizou um levantamento na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) sobre as empresas que, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), fazem parte da seção denominada “indústria de transformação”, na divisão “reciclagem”, que apresenta os grupos “reciclagem de sucatas metálicas” e “reciclagem de sucatas não metálicas”, sendo estes caracterizados, portanto, como um subsetor da indústria da transformação. A autora investiga ainda as atividades comerciais da classe, ainda segundo a Cnae, denominadas “comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas e não metálicas”.

Buscando atualizar os dados disponíveis sobre o setor, investigamos o site do IBGE e descobrimos que a última atualização dos dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE-IBGE), baseado na Cnae 1995 que apresentava informações específicas sobre o setor de reciclagem, foram divulgados no ano 2006, entretanto, encontramos algumas informações distintas das fornecidas por Burgos (2013). A seguir trazemos duas tabelas com as informações mais antigas e mais recentes do setor, referentes aos anos de 1996 e de 2006, nas localidades Brasil e Paraíba, que são os *loci* que nos interessam nessa pesquisa.

**Tabela 13 - Número de empresas ligadas ao setor de reciclagem**

	Ano x Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)							
	1996				2006			
Brasil e Unidade da Federação	Reciclagem	Reciclagem de sucatas metálicas	Reciclagem de sucata não metálicas	Comércio atacadista de produtos intermediários não agropecuários, resíduos e sucatas	Reciclagem	Reciclagem de sucatas metálicas	Reciclagem de sucata não metálicas	Comércio atacadista de produtos intermediários não agropecuários, resíduos e sucatas
<b>Brasil</b>	899	379	520	18.035	3.325	917	2.408	40.254
<b>Paraíba</b>	4	2	2	100	37	5	32	199

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

Tabela 14 - Quantidade de pessoas ocupadas no setor de reciclagem

Brasil e Unidade da Federação	Ano x Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)							
	1996				2006			
	Reciclagem	Reciclagem de sucatas metálicas	Reciclagem de sucata não metálicas	Comércio atacadista de produtos intermediários não agropecuários, resíduos e sucatas	Reciclagem	Reciclagem de sucatas metálicas	Reciclagem de sucata não metálicas	Comércio atacadista de produtos intermediários não agropecuários, resíduos e sucatas
<b>Brasil</b>	4.767	1.755	3.012	140.305	25.014	7.371	17.643	275.803
<b>Paraíba</b>	11	X	X	371	251	45	206	1.496

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

Os dados comprovam uma expressiva expansão do setor. O número de empresas cadastradas como indústria da transformação no setor de reciclagem no Brasil passou de 899 para 3.325, enquanto o número de comércios aumentou de 18.035 a 40.254 estabelecimentos. Ou seja, o número de empresas mais que dobrou entre 1996 e 2006.

Sobre a tabela 14, a trouxemos para melhor delinear a expressão do setor, informando quantas pessoas estão formalmente envolvidas. Entretanto, além de abarcar diversos tipos de profissões além da atividade de catador(a) de materiais recicláveis, os dados se limitam ao setor formal, não abarcando as empresas e trabalhadores informais, muito menos os catadores(as) individuais que estabelecem relações comerciais e não trabalhistas com as empresas do setor.

Os dados aguçam nossa curiosidade sobre como o setor se comportou nos últimos 14 anos, mas infelizmente o IBGE não oferece informações atualizadas que façam o recorte do setor de reciclagem, tendo em vista que a partir de 2007 o instituto passa a adotar a Cnae 2.0, que apresenta uma nova maneira mais genérica de agrupar os dados, impossibilitando o recorte específico do setor de reciclagem.

Buscando suprir a carência de dados mais atuais, procuramos mapear informações do setor de reciclagem na nova classificação adotada pelo IBGE. Considerando que as três etapas da reciclagem (recuperação, revalorização ou beneficiamento e transformação) envolvem atividades de serviço, comércio e industriais, buscamos dentro de cada um desses setores onde estariam as empresas relacionadas à cadeia produtiva da reciclagem. Assim, analisamos a Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA – Empresa), a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), a Pesquisa Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo, o Cadastro Central de Empresas e a Pesquisa Anual do Comércio do IBGE.

Na Pesquisa Industrial Anual – Empresa só há dados que possibilitam a visualização de indústrias ligadas à reciclagem entre 1996 e 2007, quando era adotada a Cnae 1995. Segundo tal pesquisa, em 1996, o setor de reciclagem contava com 105 empresas industriais no Brasil, ocupando 3.030 pessoas e gerando um valor bruto de produção industrial de 107.481 mil reais, que respondia por 0,03% do produto interno bruto (PIB) total. Já em 2007, o setor contava com 951 empresas industriais, ocupando 20.065 pessoas e gerando 1.207.677 reais, 0,09 % do PIB.

A partir da adoção da Cnae 2.0, a Pesquisa Anual de Serviços passa a trazer dados sobre o conjunto de atividades “Esgoto, coleta, tratamento e disposição de resíduos e recuperação de materiais”. De acordo com a mesma, em 2007 haviam 3.246 empresas desenvolvendo essa atividade no Brasil, envolvendo um total de 173.713 pessoas e gerando uma receita operacional líquida de 7.560.620 (1,34% da receita total). Já em 2017 eram 7.123 empresas na atividade e 222.173 pessoas, gerando uma receita de 24.475.845 mil reais (1,6% da receita total). Infelizmente, nessa pesquisa não conseguimos desagregar os dados referentes à coleta de materiais recicláveis dessa secção da Cnae 2.0.

Entretanto, na Pesquisa Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo encontramos dados desagregados da atividade “Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação”. No total, a secção contaria com 10.734 empresas no Brasil em 2017, estando 8.290 destas relacionadas à atividade de “Coleta, tratamento e disposição de resíduos, recuperação de materiais”, que ocupava 215.582 pessoas, destas, 163.659 eram assalariados do sexo masculino e 40.159 do sexo feminino<sup>221</sup>.

Já adotando a classificação da Cnae 2.0, um relatório do Cadastro Central de Empresas de 2007 (IBGE, 2009) apresenta dados das empresas relacionadas à atividade de “coleta, tratamento e disposição de resíduos”. De acordo com o relatório, seriam 4.994 empresas em 2007 e 193.680 pessoas ocupadas nesta atividade. Nas estatísticas desse cadastro encontramos ainda o dado de que em 2017 haviam 11.712 empresas e 386.366 pessoas ocupadas na categoria “água, esgoto, atividade de gestão de resíduos e descontaminação”.

Complementando os dados, buscamos informações na Pesquisa Anual do Comércio, a qual revelou que em 2007 haviam 24.120 empresas classificadas como “Comércio de produtos intermediários, resíduos e sucatas”, gerando uma receita líquida anual de 234.756.231 (18,84%). Já em 2017 eram 32.942 empresas, abarcando 343.017 pessoas e gerando uma receita de 577.285.940, respondendo por 16,47% da receita total. Dentro desse grupo, das empresas

---

<sup>221</sup> Chamamos atenção para o fato de que o agrupamento de atividades que incluem a coleta de recicláveis é distinto entre esta pesquisa e a PAS. Mesmo assim, as informações podem ajudar a visualizar um pouco melhor o setor. Informamos ainda que nessa pesquisa não encontramos dados sobre receitas das empresas.

mapeadas em 2017, 10.097 estavam classificadas como “comércio de resíduos, sucatas e outros produtos”, envolvendo 78.325 pessoas ocupadas, 5.248 empresas estavam classificadas como “comércio de resíduos, sucatas”, contando com 46.559 pessoas, e 4.003 empresas se dedicavam a atividade de comércio com “papel, papelão bruto e embalagens”, ocupando 25.453 pessoas.

As atividades desenvolvidas nas empresas industriais, comerciais e de serviços relacionadas à reciclagem podem ser as mais diversas, de operacionais à gerenciais, necessitando alta qualificação dos trabalhadores(as) ou não. Dentro do setor de reciclagem há tanto trabalhadores(as) formais quanto informais, sendo esses últimos praticamente invisíveis às instituições oficiais diante das lacunas das atuais ferramentas de geração de dados disponíveis. Considerando, em corroboração à bibliografia temática, que é na primeira etapa do processo produtivo desse setor que se concentra a maior parte de seus trabalhadores(as), nessa investigação centramos nossa atenção no perfil trabalhista do catador(a) de material reciclável.

Como visto no capítulo II, com base no Censo 2010, o Ipea<sup>222</sup> indicou existirem 387.910 catadores(as) no Brasil, deste total apenas 38,6% apresentam alguma relação contratual de trabalho, seja por meio da Carteira de Trabalho por Tempo de Serviço, seja pelo Regime Único do Funcionalismo Público. Logo, dois em cada três catadores trabalham na informalidade.

Como sinalizam Crivellari, Dias e Pena (2008) – que realizaram uma larga investigação dos dados da PNAD e da RAIS –, há trabalhadores(as) com vínculo formal cadastrados como catadores(as) em 337 das 563 classes de atividades econômicas da CNAE 1995. Embora o principal empregador dessa categoria seja a classe de “comércio atacadista de resíduos e sucatas”, os catadores(as) estão dispersos em várias atividades econômicas, da indústria metalúrgica à administração pública em geral, fazendo-se presentes também em vários tipos de associação (defesa de direitos sociais e outras assemelhadas), onde provavelmente se encontram, no âmbito da RAIS, as associações e cooperativas de catadores(as).

De acordo com o Censo de 2010, o percentual de associativismo de catadores(as) em empreendimentos econômicos coletivos também é baixo, em torno de 10%<sup>223</sup>. Como comentamos anteriormente, o segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária<sup>224</sup> identificou 606 empreendimentos econômicos solidários de catadores(as) no Brasil, já o Atlas de Saneamento do IBGE<sup>225</sup> indicou haverem cerca de 30 mil catadores(as) associados à 1.175 cooperativas e associações em todo o país em 2008.

---

<sup>222</sup> Silva, Goes e Álvarez, 2013.

<sup>223</sup> Ibid.

<sup>224</sup> SIES, 2013.

<sup>225</sup> IBGE 2011.

Buscando outras fontes de dados e informações mais recentes, recorreremos às informações disponibilizados pela Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), encontrando, em abril de 2019, 1.564 recicladores, 1.602 sucateiros e 1.037 cooperativas de catadores registrados na plataforma. Os dados divergem muitíssimo das informações disponíveis no IBGE, o que é compreensível, tendo em vista que o cadastro no CEMPRE é voluntário enquanto que a declaração da RAIS é obrigatória para todas as empresas formalizadas no país.

Por fim, esclarecemos que a própria CEMPRE é exemplo de como o setor de reciclagem vem se organizando no país. A associação sem fins lucrativos, fundada e mantida por empresas privadas, surge em 1992 visando o apoio à reciclagem na perspectiva de gerenciamento integrado do lixo. Além de cadastrar e servir de canal de contato entre recicladoras, sucateiros e cooperativas, a CEMPRE realiza pesquisas anuais sobre o setor. Assim, se consolidou como um ator importante no campo da gestão de resíduos, participando do CIISC desde a fundação do Comitê. Atualmente a CEMPRE desenvolve vários estudos junto à ANCAT, estabelecendo uma relação de parceria com os catadores(as) de materiais recicláveis e o MNCR.

### **3.4 O papel das intermediações de outros atores sociais**

Nesse tópico comentamos o papel das intermediações da Igreja Católica, dos Novos Movimentos Sociais, das Universidades e ONGs para a organização coletiva dos catadores(as). Abordamos também o sindicalismo e organizações de trabalhadores, como a CUT, que mesmo não desenvolvendo o papel de intermediadores, têm contribuído com a organização dos catadores(as). Esperamos com isso tornar visível de que maneira os catadores(as) vão incorporando práticas e discursos desses atores.

Para iniciar esse tópico nos valemos das palavras de Vêras de Oliveira (2011, p.22), visando situar o momento onde se deram as transformações que pretendemos observar:

A partir do final da década de 70, ainda durante a vigência do Regime Militar, e por toda a década de 80, ao longo do processo de “transição conservadora” (O’Donnell, 1988), sob um persistente quadro de estagnação econômica, instabilidade monetária e intensos conflitos sociais e políticos, constituíram-se novos sujeitos políticos, na forma de movimentos sociais e sindicais. Ao trazerem para o debate público “questões e temas antes silenciados ou considerados como não pertinentes para a deliberação política”, tais sujeitos atuaram no sentido da ampliação do campo da política, ressignificando noções como “direitos”, “cidadania” e “democracia” (Paoli e Telles, 2000: 101-109). O marco na promessa de uma nova institucionalidade no país foi a promulgação da Constituição de 1988, que, apesar de importantes limites e ambivalências, incorporou novos direitos sociais e instrumentos legais e jurídicos inéditos de garantia da cidadania.

O final da década de 1970 e os anos 1980 foram marcados por intensos acontecimentos sociais decisivos nos rumos políticos do Brasil. Em um contexto de intensos conflitos, debates e mobilizações, atores sociais históricos, como a Igreja Católica e os sindicatos, passaram por transformações e mesmo se reinventaram, reagindo às rápidas mudanças que ocorriam no meio no qual estavam inseridos. Outros atores coletivos sugeriram como novas formas de expressão de grupos sociais que aproveitaram o momento para colocar suas questões no campo político de debate. Em meio a toda essa efervescência, a organização coletiva dos catadores(as) dava seus primeiros passos, desse modo é fundamental conhecer um pouco do contexto que, sendo o berço do movimento dos catadores(as), influenciou diretamente sua constituição identitária.

Obviamente as transformações pelas quais passaram os atores que analisaremos não estão circunscritas aos anos 1970 e 1980. Esse período é marcante na história do país e dos atores em análise, por isso a ênfase nesse momento, mas é preciso ter em vista que as mudanças em questão são fruto de processos históricos mais antigos que precisam ser levados em conta.

No livro *Os laços entre igreja, governo e economia solidária*, André Souza (2013) analisa as diversas fases pelas quais passou a Igreja Católica no Brasil e a relação histórica dessa instituição com o movimento da economia solidária. O autor chega a mencionar rapidamente a aproximação da comunidade católica com os catadores(as) de recicláveis. Em nossa análise nos detemos à passagem entre os anos 1950 e 1980, quando ocorre dentro da Igreja Católica Latino-Americana a mudança de uma moral sexual e familiar para uma moral social e politizada.

De acordo com Souza (2013), em meio à Ditadura Militar, que foi uma realidade vivenciada por diversos países Latino-Americanos, as discussões políticas dentro das paróquias se intensificaram, ganhando espaço nas reuniões dos fiéis e mesmo em algumas missas. Parte da comunidade católica se envolveu com movimentos políticos, desenvolveu práticas educativas tidas como transgressoras (paulofreiriana) ou prestava apoio a fugitivos políticos.

Analisando o conteúdo dos principais encontros da Igreja Católica, Souza (2013) demonstra como a Igreja Latino-Americana tencionou uma mudança nas práticas religiosas nesse período. O autor demonstra como a criação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1955 e o surgimento das pastorais sociais e ações politizadas da Igreja, conduziram às Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e ao desenvolvimento da Teologia da Libertação, que refletindo sobre as desigualdades sociais propunham a radicalização política, modificando as ações da Igreja da caridade assistencial à caridade libertadora. Nesse sentido, a imagem de Cristo passa a ser utilizada como referência para uma luta de libertação<sup>226</sup>.

---

<sup>226</sup> Cf. Sader, 1988; Souza, 2013.

Surgem assim os Projetos Alternativos Comunitários na perspectiva de uma economia popular solidária. A Cáritas, como entidade eclesial responsável por realizar a caridade, torna-se o principal braço da Igreja quanto a iniciativas comunitárias de produção, fomentando a organização de associações e cooperativas de produção autogestionárias<sup>227</sup>.

De acordo com Souza (2013), o cooperativismo, que posteriormente recebe o nome de economia solidária, aparecia nos escritos de alguns intelectuais católicos desde o final do século XIX como uma alternativa econômica aos pobres, capaz de gerar renda e novas formas de sociabilidade apoiadas nos laços de solidariedade cristã, sem, no entanto, precisar derrubar o sistema capitalista vigente. Com o desenvolvimento da Teologia da Libertação, a economia solidária ganha um novo componente: a ideia de que se trataria de uma proposta emancipatória, capaz de promover a libertação das camadas populares.

Souza (2013) e Sader (1988) demonstram como as Comunidades Eclesiais de Base, a perspectiva da Teologia da Libertação e o método de Paulo Freire utilizado pela Igreja na alfabetização de jovens e adultos, aproximam a Igreja Católica dos problemas sociais e políticos das comunidades nas quais se inseriam. Assim, entre os anos 1960 e 1980, a Igreja se envolve em manifestações populares contra a Ditadura e por políticas sociais voltadas a temas diversos como moradia, saneamento, educação, trabalho, etc. Desse modo, ao pensar na emergência dos novos movimentos sociais no Brasil é importante considerar o papel da Teologia da Libertação e do método de Paulo Freire nesse processo. Muitos desses movimentos têm suas origens nas CEBS ou nos clubes de mães organizados pela Igreja.

De acordo com a bibliografia que aborda o tema da organização coletiva dos catadores(as) de materiais recicláveis<sup>228</sup>, desde à década de 1960 a Igreja, além de outros atores como ONGs e universidades, já desenvolvia ações junto à população de rua, contudo essas primeiras experiências tinham um caráter mais assistencialista. Com a mudança no direcionamento da Igreja Católica Latino-Americana em direção a uma perspectiva mais politicamente engajada, no início da década de 1980, a Igreja passa a fomentar a organização socioprodutiva dos catadores(as), estimulando esses trabalhadores(as) a se organizarem de maneira autogestionária visando a emancipação do coletivo<sup>229</sup>. Nesse sentido, o método de Paulo Freire, elementos da Teologia da Libertação e da economia solidária foram mobilizados para estimular os catadores(as) a buscarem reconhecer e superar sua situação de pobreza e opressão.

---

<sup>227</sup> Cf. Sader, 1988; Souza, 2013.

<sup>228</sup> Cf. Kemp e Crivellari, 2008; Leite, 2012; Leite, Araújo e Lima, 2015; Sant'Ana e Metello, 2016.

<sup>229</sup> Como vimos mais detidamente no capítulo II, ao tratarmos da história dos catadores(as) no Brasil.

De acordo com Sader (1988), a Igreja contribuiu para que os fiéis vivessem uma experiência de “releitura” das próprias condições de vida à luz de textos bíblicos, onde evidenciava-se referências à justiça e aos valores mais profundos da existência humana, produzindo uma crítica de dimensões insuspeitadas. Assim, problemas antes pensados como naturais e privados passam a ser encarados como problemas sociais, que podem ser alterados por novas práticas sociais, redimensionando a vida de pessoas e comunidades.

Em meio a movimentos populares como os clubes de mães e associações de bairros, donas de casa, trabalhadores formais e informais, jovens, adultos e idosos, encontravam espaços para discutir suas condições de vida, os problemas da comunidade e as relações entre as situações identificadas e um contexto maior. Praticavam nos seus encontros o exercício crítico à realidade e traçavam estratégias para encarar problemas e melhorar sua comunidade.

A bibliografia internacional que investiga os novos movimentos sociais, indica que estes se caracterizam pela união de pessoas diversas em torno de uma questão social e pauta específica (como educação, saneamento, meio ambiente, anti-armamento, etc.) ou pela relação de um coletivo em torno de um traço identitário comum aos participantes do movimento (como os movimentos negro, LGBTQI+<sup>230</sup> e feministas).

Internacionalmente, tem se compreendido que esses movimentos surgem principalmente em meio a setores das classes médias, como fruto dos movimentos de contracultura, em um contexto de crítica ao sistema capitalista, às guerras e ao Estado que já não conseguia manter a política de Bem Estar Social<sup>231</sup>. Desse modo, os novos problemas sociais teriam a ver com qualidade de vida, igualdade de direitos, autorrealização individual, participação e direitos humanos<sup>232</sup>. Assim entre as décadas de 1970 e 1980, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, teriam florescido milhares de novos movimentos sociais que, na opinião de alguns, não estariam referenciados na noção de classe.

Importante destacar que os novos movimentos sociais têm suas origens e características diferenciáveis no Brasil e nos países Europeus ou nos Estados Unidos. Como esclarece Gohn (1997 e 2018), as análises feitas no cenário europeu dos anos 1960 a 1980 contrastam visivelmente com o cenário brasileiro, onde os movimentos populares tiveram predominância entre as décadas de 1970 e 1980. E, em meio à proliferação dos movimentos populares, a organização coletiva dos catadores(as) dá seus primeiros passos, estando em contato com movimentos por moradia, direitos à cidade e à cidadania, ONGs e universidades.

---

<sup>230</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, *Queer*, Intersexuais e mais.

<sup>231</sup> Cf. Eder, 2002; Gohn, 2018.

<sup>232</sup> Habermas apud Gohn, 2018.

Em síntese, como visto no capítulo II, a Igreja Católica, através de pastorais, CEBs e da Cáritas, incentivou a organização de trabalhadores(as) que viviam da reciclagem com o fim de reivindicar frente ao poder público a liberdade de trabalhar sem sofrer perseguição, combater políticas higienistas de limpeza urbana que estigmatizam a catação, ocupar espaços públicos com fins de organizar seus empreendimentos ou de obter moradia, serem inclusos em programas de coleta seletiva, etc.

Ademais, foi através da Cáritas e da CNBB que, durante a década de 1990 e início dos anos 2000, lideranças de catadores(as) encontraram meios de realizar viagens e estimular catadores(as) de outras regiões a se organizarem coletivamente. A Igreja também contribuiu fortemente com a realização de eventos dos catadores(as) e com a formação do MNCR, sendo uma das principais mediadoras do diálogo entre catadores(as) e gestores públicos na luta por políticas públicas por esse seguimento. Por fim, com a criação da Senaes e o surgimento dos primeiros programas e projetos de fomento à organização produtiva dos catadores(as), a Cáritas se tornou uma das principais executoras no país, além de permanecer como um ator importante nos diálogos sobre a construção de uma política de gestão de resíduos sólidos inclusiva.

O sindicalismo também se converteu em um importante espaço de apoio à organização dos catadores(as). Como parte das classes trabalhadoras, os catadores(as) compartilharam e sofreram influência das mobilizações e discussões políticas que marcaram a reorganização popular a partir do final dos anos 1970. Por mais distantes que estivessem dos sindicatos em si, os catadores(as) passaram a ter contato com a gramática, repertório e matrizes prático-discursivas do movimento sindical, sobretudo por meio de outros atores com os quais estabeleceram diálogo, a exemplo de ONGs e agentes da Igreja e das universidades.

Analisando a trajetória histórica da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vêras de Oliveira (2011) avalia que nos anos 1990 a Central passou a incorporar crescentemente temas sociais como relações de gênero, discriminação racial, questões ecológicas etc., em um esforço de diversificar a agenda sindical frente a um contexto bastante adverso para as classes trabalhadoras. Como parte desse esforço, a CUT buscou estabelecer novas alianças na luta contra o neoliberalismo especialmente com outros movimentos sociais, organizações populares, partidos, ONGs, etc. Nesse período a CUT também destinou maior atenção a influenciar a elaboração e execução de políticas públicas e ao incentivo e assessoria ao cooperativismo da economia solidária. Esse direcionamento da CUT levou os sindicatos filiados à Central a desenvolverem um diálogo mais estreito com associações e cooperativas autogestionárias, entre elas, os empreendimentos de catadores(as).

O contado direto ou indireto com o sindicalismo e com as centrais sindicais desde os anos 1970 e principalmente a partir dos anos 1990 fez com que aos poucos ideias como o reconhecimento enquanto classe explorada, necessidade de lutar contra a exploração do capital, necessidade de organização coletiva na luta por direitos sociais, importância de se tornarem sujeitos políticos e protagonistas de sua própria história, importância de constituir lideranças, de serem reconhecidos como cidadãos, busca por autonomia, etc., fossem incorporadas à luta da categoria dos catadores(as).

Tendo em vista que as universidades foram outro ator importante no processo de organização coletiva dos catadores(as), torna-se interessante relacionar como o meio acadêmico vem tratando o tema dos movimentos sociais no Brasil para entender como certos conceitos e ideias passam a ganhar força. Como vimos no capítulo I, Gohn (2018) identificou cinco blocos de teorias (neomarxistas, culturalistas ou identitárias, institucionalistas, autonomistas e neoliberais) que teriam influenciado, informado e orientado a produção brasileira sobre os movimentos sociais ao longo de cinco ciclos histórico-políticos distintos<sup>233</sup>. Nesse tópico nos limitaremos a pontuar como as análises de Gohn (2018) sobre os três primeiros ciclos, onde se insere a emergência dos novos movimentos sociais, nos ajudam a identificar categorias e conceitos que passam a ser mobilizados por esses novos movimentos, entre eles o MNCR.

De acordo com Gohn (2018), no primeiro ciclo a influência do paradigma marxista na produção sociológica sobre os recém-criados movimentos explica-se, em parte, pelo contexto político do país, que enfrentava a ditadura militar. É nesse primeiro ciclo que as categorias povo, classes populares, periferia urbana, contradições urbanas entre outras surgem, pautando os debates e artigos, visando diferenciar classes populares e classe operária.

O segundo ciclo ocorre a partir de 1980 no período de transição para a democracia. Nesse período surgiram inúmeros movimentos de gênero, de afrodescendentes, centrais de sindicatos, movimentos sociais urbanos e movimentos no campo, a exemplo da construção da Associação Nacional Movimentos Populares, Central Nacional de Movimentos Populares, CUT, MST, da luta pelas Diretas Já em 1984 e a Constituinte de 1985-1988.

Gohn (2018) informou que na década de 1980 ganham força as discussões sobre os movimentos dos sem-teto, ONGs e economia solidária. Importante ter em vista que o impulso das temáticas dentro das universidades e eventos acadêmicos impulsionaram a publicitação dos temas e conduziram as universidades a desenvolverem projetos de pesquisa e extensão voltados

---

<sup>233</sup> Para recordar rapidamente: o primeiro na década de 1970, marcado pela resistência ao regime militar; o segundo ciclo seria o da transição democrática dos anos de 1980; o terceiro se inicia com a pós-Constituição de 1988; o quarto tem início na década de 2000; e o quinto no pós-junho de 2013.

a tais temas e públicos. De certo modo, foi em decorrência do fortalecimento desses debates que posteriormente surgiram as incubadoras universitárias de economia solidárias, as quais, muitas vezes, têm os catadores(as) como um de seus públicos-alvo.

O terceiro ciclo participativo apontado por Gohn (2018) ocorreu após a aprovação da Constituição de 1988, quando o foco de muitas investigações se deslocou do movimento da sociedade civil para a atuação de atores nas políticas públicas e para a construção dos novos canais de participação institucionalizados que foram previstos pela nova Constituição.

No pacote das novas garantias constitucionais, a sociedade civil conquistou o direito à participação nos espaços públicos, no sentido de construção de uma democracia participativa. De acordo com Gohn (2018), a conjuntura ofereceu elementos que explicavam a adesão dos pesquisadores às teorias institucionalistas, que tinham por preocupação central a questão da institucionalização dos movimentos sociais, sua representatividade e autonomia.

A ampliação desse debate levou os movimentos sociais a buscarem primar por sua autonomia tanto frente ao Estado quanto frente a outros movimentos sociais. Ramalho (2018) considerou que a partir dos governos do PT, nos anos 2000, o espaço político de participação dos sindicatos e dos movimentos sociais ganhou outra dimensão, onde a ideia de promover “o diálogo social” substituiu a ideia de “parceria”. Desse modo, foram estabelecidas instâncias de diálogo entre agentes sociais sem que se apagassem as suas diferenças de interesses e de classe.

Observar como a academia vem abordando o tema dos movimentos sociais no Brasil nos ajudou a perceber de que maneira ganham forças certas questões, ideias e conceitos em cada ciclo. Ademais de disseminar-se em meio ao debate público, essas ideias, práticas e discursos passaram a fazer parte da linguagem utilizada pelos membros da universidade que, seja através de projetos de pesquisa e extensão, seja através das incubadoras de economia solidária, estiveram em contato com os catadores(as) de materiais recicláveis. Repassando esses temas nas conversas, encontros, formações e momentos de assessoria, levando assim essas práticas e discursos para o interior dos EES e para o dia-a-dia dos catadores(as).

Em meio a toda a efervescência política descrita, que fez surgir novos atores sociais e transformou discursos e práticas de atores sociais históricos, emergiu e se fortaleceu o Terceiro Setor e, dentro dele, as organizações não governamentais. A abertura proporcionada à sociedade civil organizada através do processo de redemocratização que criou espaços de participação social na gestão pública, e também a adoção do receituário neoliberal pelo governo brasileiro que abriu a possibilidade de parcerias público-privadas, permitiram que as ONGs passassem a se consolidar como um importante ator de mediação entre os movimentos sociais e o Estado.

Em nosso estudo não cabe um levantamento detalhado nem tampouco uma análise profunda sobre a consolidação do Terceiro Setor<sup>234</sup>. Aqui nos limitaremos a comentar de que maneira as ONGs que se relacionaram com catadores(as) realizaram mediações entre estes e outros atores sociais, e como essa mediação vem sendo analisada pela bibliografia temática.

Geralmente as ONGs que lidam com catadores(as) atuam no campo das discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade ou no campo da geração de trabalho e renda, da economia solidária e do cooperativismo. Muitas dessas ONGs surgiram entre as décadas de 1980 e 1990 com o fortalecimento desses debates, bem como a partir do surgimento do Fórum Lixo & Cidadania. Outras passam a desenvolver projetos com catadores(as) a partir dos anos 2000, com o aparecimento de políticas públicas voltadas ao fomento de sua organização produtiva.

Como vimos, o Terceiro Setor vem sendo identificado como um ator central na organização coletiva dos catadores(as). Para alguns, o papel das ONGs – que identificam trabalhadores(as) que vivem da atividade de catação de recicláveis em lixões e/ou nas ruas, oferecem formações e assessorias visando a organização desses trabalhadores(as) em associações e cooperativas, facilitam o contato dos grupos que assessoram com representantes do MNCR, inserem lideranças locais em fóruns de discussões e espaços participativos relacionados com sua causa, mediam o diálogo entre catadores(as) e gestores públicos, etc. –, é essencial à organização coletiva e fortalecimento da categoria, bem como para uma melhoria significativa na qualidade de trabalho e vida dos catadores(as)<sup>235</sup>. Para outros, as ONGs são as principais responsáveis por inserir os catadores(as) de maneira precária na indústria da reciclagem, permitindo uma maior exploração desses trabalhadores(as)<sup>236</sup>.

Finalizando esse tópico gostaríamos de chamar a atenção do leitor para o fato de que os atores analisados – Igreja, sindicatos, organismos de organização coletiva dos trabalhadores como a CUT, novos movimentos sociais, universidades e ONGs –, as mediações que eles passam a desenvolver com os catadores(as) e as contribuições para a organização coletiva desses trabalhadores(as), não podem ser compreendidos sem que se atente às mudanças pelas quais passam os contextos sócio-históricos no qual estão inseridos. E ainda, que esses atores estão em comunicação e desenvolvem relações entre si. Assim, o processo que analisamos só pode ser compreendido se entendermos que esses atores fazem parte de um todo orgânico e que os movimentos de cada parte influenciam nas outras partes.

---

<sup>234</sup> Sobre o tema ver Calegare e Silva Jr. (2009) e Montañó (2014).

<sup>235</sup> Cf. Rodríguez, 2005; Barros e Pinto, 2008; Dias e Matos, 2008; Kemp, 2008; Lima e Oliveira, 2008; Pereira e Teixeira, 2011; Leite, 2012 e 2015; Leite, Wirth e Cherfem, 2015.

<sup>236</sup> Cf. Magera, 2005; Burgos, 2013. Vimos esse debate no tópico anterior, por isso não voltaremos ao tema aqui.

### 3.5 As Políticas Públicas voltadas aos catadores(as)<sup>237</sup>

No Brasil, as primeiras políticas realizadas em apoio aos catadores(as) de materiais recicláveis surgem entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990, nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, onde, como visto no capítulo II, a organização coletiva dos catadores(as) teve início no país. Nos três casos os governos municipais apoiaram os catadores(as) através da cessão de galpões e implantação da coleta seletiva na cidade. Apesar de representarem grandes conquistas para os catadores(as) e servirem de modelo para a construção de políticas públicas em outras localidades, essas primeiras experiências apresentaram um problema que apareceu também em outros lugares: a questão da descontinuidade. Por se tratarem de políticas de governos e não de políticas de estado, essas experiências foram descontinuadas com a troca de gestão pública. Infelizmente muitas vezes os novos prefeitos não veem a importância da coleta seletiva e deixam de apoiar os catadores(as).

A nível nacional, as políticas públicas voltadas aos catadores(as) surgiram tanto no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária, através do fomento a empreendimentos econômicos solidários de catadores(as), como no âmbito da gestão dos resíduos, onde se buscou garantir a inserção dos catadores(as) no processo de coleta seletiva. As políticas de ambas as áreas convergiram em alguns objetivos: fortalecer a organização dos catadores(as), garantindo inserção socioeconômica e direitos básicos a essa parte da população<sup>238</sup>. Assim, visavam facilitar sua organização e integrá-los à gestão dos resíduos sólidos municipais, dando preferência nas atividades de coleta seletiva às associações e cooperativas.

O fortalecimento do movimento da economia solidária e a criação da Senaes permitiram que os empreendimentos de catadores(as) passassem a ser levados em conta na elaboração, em âmbito nacional, de políticas públicas de geração de renda. Através dos programas e projetos da Senaes, diversas ONGs, universidades, Incubadoras e a própria Cáritas puderam acessar recursos públicos que lhes permitiram identificar catadores(as) que trabalhavam de forma individual, oferecer formações diversas, além de prestar assessoria aos grupos atendidos no sentido de organizar e fortalecer os EES de catadores(as). Ainda em 2003, com a criação do CIISC, passaram a ser articuladas, a nível federal, diferentes linhas de financiamento para catadores(as), vinculadas principalmente a área de geração de trabalho e renda, promovendo a compra de equipamentos e maquinários visando estruturar os empreendimentos<sup>239</sup>.

---

<sup>237</sup> Esse tópico sintetiza e atualiza discussões que tratamos em publicações anteriores, Santos (2016; 2018b).

<sup>238</sup> Leite, Wirth e Cherfem, 2015.

<sup>239</sup> Cf. Leite, 2012; Leite, Wirth e Cherfem, 2015.

Para Sardá (2011), as diversas parcerias na formação da rede de Gestores Públicos atuando com o tema da economia solidária explicariam a quantidade de acordos intersetoriais que viabilizaram o desenvolvimento e aplicação das políticas públicas de ES no país. O autor considera que um dos motivos que levou a Senaes a buscar estabelecer tais acordos foi o restrito orçamento desta Secretaria. No caso dos catadores(as), as parcerias estabelecidas entre a Senaes e outros órgãos e instituições públicas e privadas facilitou a incorporação do tema do cooperativismo autogestionário na construção das políticas de gestão de resíduos sólidos.

O crescimento da preocupação com a questão do meio ambiente somada à repercussão das campanhas do Fórum Lixo e Cidadania, que, como vimos, tomaram fôlego no Brasil na década de 1990, contribuíram para o surgimento de políticas públicas voltadas à gestão dos resíduos sólidos que levassem em consideração o fomento a cooperativas de catadores(as) de visando tirar essa população dos lixões e melhorar as condições de vida de suas famílias.

Como vimos no tópico 3.2, Brandão e Gutiérrez (2016) explicitaram como a construção das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos em países da América-Latina adaptaram as diretrizes do Norte, voltadas para uma abordagem técnica da gestão dos resíduos baseadas na proposta dos 3Rs, a uma perspectiva mais social que levasse em consideração a população que vive da coleta e venda de recicláveis, uma realidade comum aos países marcados por grandes desigualdades sociais como Brasil, onde o mercado de trabalho formal não consegue absorver a mão de obra existente, relegando milhares de pessoas a trabalhos informais e precários.

Sobre o marco legal das conquistas dos catadores(as), um dos primeiros avanços da categoria foi a aprovação do Decreto 5.940 de 2006, que instituiu a coleta seletiva pelos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, na fonte geradora, devendo o material ser destinado às associações e cooperativas de catadores(as). Essa medida trouxe grandes benefícios aos empreendimentos de catadores(as), como ratificaram muitos de nossos entrevistados(as) do mestrado e do doutorado que declararam o quanto as parcerias com entidades governamentais influenciaram no rendimento mensal dos empreendimentos.

No entanto, vale destacar que infelizmente nem todos os órgãos e entidades da administração pública federal que operam no estado da Paraíba ou em outros estados têm encaminhado o material reciclável para as cooperativas e associações locais, o motivo principal parece ser a falta de interesse em pôr em prática a coleta seletiva. Outro motivo apontado pelos catadores(as) entrevistados foi o desvio desse material por parte dos próprios funcionários dos órgãos, que perceberam na possibilidade de venda desse material à atravessadores e sucateiros uma forma de auferir ganhos extras.

Ademais, muitas vezes o órgão elege um único grupo para ser beneficiado pela doação, sem estabelecer um rodízio entre os empreendimentos da cidade, o que pode provocar um mal estar entre os grupos. Em Campina Grande e em João Pessoa, algumas professoras universitárias por vezes moveram suas influências para garantir contratos de parcerias que beneficiavam exclusivamente os grupos que elas apoiavam. Apenas recentemente, os catadores(as) paraibanos passaram a questionar essa medida e o cenário parece ter mudado. Hoje, em Campina Grande, instituições públicas classificadas como grandes geradoras de resíduos sólidos, como as universidades e hospitais, adotaram o sistema de rodízio, mudando o destino do material selecionado a cada seis meses.

Seguindo com o marco legal, em 2007 foi aprovada a Lei 11.445, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e altera a Lei 8.666/1993, passando a dispensar a necessidade de licitação na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo efetuados por associações ou cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis.

A literatura aponta diversos casos de sucesso na aplicação dessa medida, como os casos de São Carlos (SP) e de Belo Horizonte (MG)<sup>240</sup>. No entanto, a maioria dos municípios ainda resiste a incluir as cooperativas e associações de catadores(as) na gestão dos resíduos sólidos. Os motivos para tal resistência foram esclarecidos por Leite (2012, p. 240):

A tendência à privatização somada à inexistência de uma tradição de realização da coleta seletiva contribui para explicar a lógica mercantil que se sobrepõe ao interesse público na gestão dos resíduos sólidos urbanos, na maior parte das cidades brasileiras. O orçamento do serviço de coleta e gestão dos resíduos sólidos urbanos figura entre as maiores licitações públicas dos municípios do país. O imperativo do lucro dificulta a construção de uma gestão mais complexa que leve em conta o interesse social e o custo que seria evitado com uma adequada coleta, gestão e destinação dos resíduos.

A denúncia de Leite (2012) explicita a tensão sempre tênue entre os interesses do capitalismo e os interesses daqueles que estão voltados a questões sociais e ambientais. A pressão das grandes companhias sobre o poder público e a “troca de favores” entre empresários e políticos ainda leva muitos gestores públicos a favorecerem empresas privadas em detrimento dos empreendimentos de catadores(as) na contratação para manejo dos resíduos sólidos.

Com a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos no ano de 2010, Lei 12.305/2010, “a integração dos catadores nos sistemas de coleta deixa de ser uma escolha de cada cidade e passa a ser uma diretriz nacional cujo descumprimento poderá influir nos repasses

---

<sup>240</sup> Leite, 2012.

de verbas federais aos municípios”. Desse modo, os municípios passam a ter que incluir os catadores(as) locais no plano de gestão de resíduos sólidos, promovendo a inclusão social, favorecendo sua organização e fortalecendo suas cooperativas.

Ainda em 2010 foi aprovado o Decreto 7.404/2010, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, apontando a importância dos acordos setoriais na implantação da logística reversa. Outra medida aprovada em 2010 foi a Lei 12.375, que estabelece a redução do Imposto sobre produtos industrializados (IPI) para recicláveis adquiridos diretamente de cooperativas de catadores(as).

Outras conquistas alcançadas pelo MNCR foram políticas de alocação de bens e serviços, como o Programa Pró-Catador e o Projeto de Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis, frutos de reivindicações do MNCR e das negociações do movimento e das entidades de apoio com o Governo Federal.

O Programa Cataforte foi construído através do diálogo entre gestores públicos e os catadores(as) a partir do CIISC e do comitê gestor, sendo criado pela Fundação Banco do Brasil, uma das instituições operadoras do programa, contando ainda com a parceria de diversos órgãos e instituições, entre eles a Senaes. O Cataforte teve início no ano de 2007, voltando-se à formação e capacitação de catadores(as) de materiais recicláveis. Para a execução do programa, foram firmados convênios com entidades do Terceiro Setor e da Sociedade Civil Organizada. De acordo com Rossi (2018), em sua primeira edição, o programa contou com um recurso de 20 milhões de reais, atendendo 10.600 catadores(as) de 21 estados brasileiros<sup>241</sup>.

Com o sucesso da primeira edição, em 2010 foi instituído o Cataforte II, voltado à logística e aquisição de equipamentos. Por pressão do MNCR no diálogo com o CIISC, nessa edição, os contratos foram firmados diretamente com os EES de catadores(as) e com redes de cooperação ou comercialização, havendo uma segunda modalidade de convênio com ONGs e entidades de apoio para a prestação dos serviços de capacitação e assessoria técnica<sup>242</sup>.

Em 2014 o programa entrou na sua terceira edição. O Cataforte III “Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias” buscou dar seguimento às ações realizadas nas edições anteriores, apoiando a profissionalização dos empreendimentos, visando a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos. Portanto, o projeto se voltou à estruturação de redes de cooperativas e associações para que

---

<sup>241</sup> Rossi, 2018.

<sup>242</sup> Ibid.

estas se tornassem aptas a prestar serviços de coleta seletiva para prefeituras, participar no mercado de logística reversa e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis<sup>243</sup>. Nessa edição, as redes já formalmente constituídas podiam habilitar-se para serem suas próprias “bases de apoio”, mas, segundo Rossi (2018), com exceção de algumas redes mais consolidadas, na prática faltou capacidade técnica para tanto. Logo, também houve contratos com ONGs e entidades da sociedade civil na maioria dos estados brasileiros.

Apesar de receber críticas diversas que passam pela questão da efetividade das ações, escolha dos EES beneficiados e das entidades executoras, à própria distribuição e gestão dos recursos do programa, os benefícios advindos do CATAFORTE vêm sendo reconhecidos tanto por pesquisadores<sup>244</sup> quanto pelos catadores(as). Nossos entrevistados(as) apontaram a capacidade de mobilização de catadores(as) individuais para aderir ao trabalho coletivo, o fortalecimento dos empreendimentos e o acesso a caminhões como principais frutos do projeto.

Com relação ao Programa Pró-catador, esse surge em 2010, visando articular políticas setoriais que vinham sendo implementadas por vários órgãos governamentais e entidades públicas e tendo como público principal os catadores(as) que ainda atuam de forma individual em lixões ou nas ruas das cidades brasileiras. O programa previa a contratação de instituições privadas, inclusive centrais e redes de associações e cooperativas de catadores(as), mas, na prática, permaneceu voltado ao convênio com governos estaduais e municipais, ONGs e entidades de apoio. Interessante mencionar que a ANCAT disputou a coordenação nacional do programa, porém, entraves burocráticos como a exigência de qualificação técnica impediram a participação na seleção. Assim, a responsabilidade pela elaboração do projeto nacional, articulação e integração de todos os executores ficou nas mãos de uma entidade da sociedade civil, o Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania<sup>245</sup>.

Tanto a bibliografia quanto nossos entrevistados – catadores(as) e gestores públicos vinculados à Senaes – revelam que a construção das políticas públicas em prol dos catadores(as) no âmbito federal foi permeada por disputas internas. Primeiro e mais visivelmente entre setores antagônicos como empresários do setor de limpeza urbana e catadores(as), que disputam propostas distintas de gestão dos resíduos sólidos. Mas também entre “parceiros” de causa, como catadores(as) e entidades de assessorias, que em dado momento passam a disputar a execução, a coordenação e os recursos dos programas voltados ao fortalecimento da categoria.

---

<sup>243</sup> Ibid.

<sup>244</sup> Para análises específicas sobre o Cataforte, ver: Amorim (2012); Andrade (2015 e 2017); Rossi (2018).

<sup>245</sup> Rossi, 2018.

Se por um lado, o movimento dos catadores(as) realizou diversas conquistas através da parceria com o movimento de economia solidária, por outro lado, o próprio amadurecimento político decorrente dessas conquistas levou os catadores(as) a disputar espaço na construção das políticas públicas com outros atores sociais, inclusive participantes do movimento de ES. Reivindicando seu papel de “protagonistas” tal qual aprenderam com as próprias assessorias.

Destacamos ainda que nem todos os estados e municípios executaram as políticas públicas como previsto e até o momento a maioria não colocou em prática as diretrizes nacionais. Ademais, com os cortes orçamentários que a Senaes sofreu, com o desmonte e desaparecimento da secretaria, bem como das políticas públicas de economia solidária, as políticas públicas nacionais em prol dos catadores(as) desapareceram do mapa.

Além disso, com a ofensiva do setor empresarial visando reformular a PNRS e a perda de espaços participativos de diálogo para a formulação de políticas públicas como o CIISC, os catadores(as) temem perder os direitos por quais tanto lutaram e retroceder ainda mais em termos de conquistas.

Encaminhando o encerramento da discussão sobre o tema das políticas públicas em prol dos catadores(as), trazemos as palavras de Lima (2015, p. 332), que alerta:

A reciclagem de lixo no Brasil, mais do que o desenvolvimento de uma ciência autogestionária, ou mesmo ambiental, em crescimento na sociedade, reflete a miséria de grande parte de sua população. As associações e cooperativas de reciclagem constituem um paliativo, estratégias de enfrentamento da pobreza, consistindo em políticas compensatórias num país marcado historicamente por profundas desigualdades sociais. Se essas políticas por si só podem ser consideradas um avanço num país como o Brasil, isso ainda é pouco em comparação com a dimensão da dívida social.

Alinhados com Lima, entendemos que apesar dos notórios avanços nas políticas públicas que beneficiam os catadores(as), essas, além de ser pouco perto da dívida social que a sociedade tem com esses trabalhadores(as), configuram medidas paliativas, que apesar de contribuírem para melhorar a qualidade de vida dos catadores(as), deixam muito a desejar. Caracterizando-se assim como uma estratégia de enfrentamento da pobreza, que não garantem a esses trabalhadores(as) uma renda próxima ao salário mínimo nem os direitos previdenciários.

Ademais, corroborando Leite, Araújo e Lima (2015) entendemos que para os marcos regulatórios favoráveis aos catadores(as) se efetivarem, faz-se necessário o desenvolvimento de outras políticas públicas no sentido de fortalecer as cooperativas, garantindo-lhes mercados, proporcionando-lhes qualificação, acesso a tecnologias, espaços de armazenagem, sem terem que se submeter aos interesses de atravessadores e grandes empresas de reciclagem.

Por último destacamos que por tratar-se de um grupo que por vezes encontra-se em situação de vulnerabilidade social, é necessário que se garanta aos catadores(as) um conjunto de políticas públicas que contribua com sua inserção social: habitação, saúde, educação, enfrentamento à violência doméstica, lazer para crianças e jovens, enfrentamento ao alcoolismo e às drogas, entre outras. Como bem pontuam os próprios catadores(as) em suas pautas atuais.

Finalizando o capítulo III, apresentamos uma síntese das discussões trazidas. Neste capítulo analisamos cinco processos relacionados à organização coletiva dos catadores(as) de no Brasil, que identificamos como sendo os mais relevantes para compreensão do modo como se deu a organização socioprodutiva e política desses trabalhadores(as).

Vimos como a emergência dos debates sobre economia solidária e da autogestão numa mão e meio ambiente e sustentabilidade em outra, contribuíram para que catadores(as) de materiais recicláveis começassem a se organizar em associações e cooperativas de reciclagem e alcançassem o reconhecimento e a valorização da atividade de catação.

Destacamos também que apesar dos empresários da indústria da reciclagem terem pensado estratégias de incorporação dos catadores(as) no processo produtivo dessa indústria de forma assalariada ainda na década de 1970, é entre os 1980 e 2000, com o surgimento das associações e cooperativas de catadores(as), que essa indústria se expande e se fortalece. Se consolidando hoje como um forte ator nos debates sobre gestão dos resíduos sólidos.

Observamos ainda o papel das intermediações de outros atores sociais na organização coletiva dos catadores(as) e no diálogo estabelecido com gestores públicos e com o setor privado, dentre os quais destacamos a Igreja Católica, os movimentos populares, o sindicalismo, as universidades e o Terceiro Setor.

Por fim, retomamos o histórico da construção de políticas públicas voltadas aos catadores(as) de materiais recicláveis, observando como algumas experiências municipais nas regiões Sul e Sudeste do país influenciaram a preocupação com o tema em outras localidades, alcançando o poder público federal no início dos anos 2000.

Em nossa interpretação, cada um dos processos analisados forneceu ao MNCR elementos para a construção de sua organização socioprodutiva e política, oferecendo aos catadores(as) categorias, conceitos e práticas que os mesmos incorporaram em sua forma de ação coletiva. No capítulo seguinte analisamos como esses processos macrosociais que contribuíram para a organização coletiva dos catadores(as) no Brasil se deram no nível micro, observando o caso do estado da Paraíba que por suas características históricas e socioeconômicas conta com dinâmicas próprias.

#### **4 Os catadores(as) na Paraíba: Implicações locais sobre a organização coletiva**

Neste capítulo nos detivemos sobre a análise da organização coletiva dos catadores(as) no estado da Paraíba, buscando resgatar a gênese desse processo no estado e compreender as conexões da organização local com as instâncias nacionais e mesmo internacionais de organização desses trabalhadores(as). Buscamos levar em consideração durante nossas análises as características sociais, políticas e econômicas do desenvolvimento do Nordeste e, dentro dessa região, da Paraíba, para melhor compreender as similitudes e diferenças entre o modo como se dá a organização dos catadores(as) no estado e em regiões economicamente mais dinâmicas como o Sul e o Sudeste do país.

Para tanto, dividimos o capítulo em quatro tópicos, a saber: A história da organização coletiva dos catadores(as) na Paraíba; Relação entre o nível nacional e o local: um movimento de base?; Percepções dos catadores(as) paraibanos sobre a organização da categoria; Influências das especificidades locais na organização coletiva dos catadores(as).

Esperamos que além de recuperar o processo da organização dos catadores(as) na localidade em foco, esse capítulo permita evidenciar de que maneira e em que medida os processos sociais identificados no capítulo anterior como fomentadores da organização coletiva dos catadores(as) estão presentes na história e nas práticas dos paraibanos(as).

##### **4.1 A história da organização coletiva dos catadores(as) na Paraíba**

Aí começou um zun-zun-zun de que o lixão ia acabar, né? [...] Imediatamente procurei a prefeitura e vi que realmente tinha um projeto pra fechar [...] O secretário ficou ansiosíssimo porque eu estava lá e ele me procurou e falou [...] que ele ia procurar a Arquidiocese pra trabalhar com o grupo da gente [...] A Arquidiocese já estava me procurando, no outro dia. [...] Eles começaram... a gente começou a marcar reunião, chamar o pessoal, explicar o que é que tava acontecendo. Aí no ano 2000 a gente formou a primeira coleta seletiva, abriu a associação [...] No ano 2000 nós fizemos o movimento [...], nós levamos uma caravana pra Brasília em um ônibus fretado pela universidade [...] Esse foi o primeiro encontro do movimento, as pessoas de todas as cidades, os estados [...] se encontraram em Brasília para apresentar à sociedade e ao povo e os políticos que existia uma categoria de catadores, que os catadores tavam reivindicando, a categoria, como trabalhadores e não como lixeiros [...] inclusive uma delas [das reivindicações] era o reconhecimento da categoria. Então, através disso nós tiramos uma comissão pra ficar responsável pelo trabalho burocrático [...] e cada estado votava e apresentava um representante, e eu fiquei como representante do estado da Paraíba de 2000 a 2006<sup>246</sup>.

---

<sup>246</sup> Marcos, catador, presidente da associação ASCARE em João Pessoa, Paraíba, ex-representante nacional do MNCR na Paraíba, entrevista via telefone em 22 de setembro de 2018.

A gente é que começou isso [Arquidiocese da Paraíba na cidade de João Pessoa] e lá em Campina Grande [...] Aqui tinha a Ação Social Diocesana, tinha [...] o movimento missionário [...]. Aí em Campina Grande teve uma iniciativa particular de Vera Lúcia [nome fictício de entrevistada] que ela era professora da UFCG e ela começou uma experiência, a gente começava a se conectar com ela e... ali também foi criada a primeira [cooperativa], que era a COTRAMARE [...] a Cáritas promovia os encontros junto com a Diocese [...] com as lideranças que [...] trabalhavam na perspectiva da economia solidária, e aí com os grupos também. E a gente começou a discutir a problemática juntos [...]. Lá em Cajazeiras tinha Ação Social Diocesana de Cajazeiras, que também apoiava os catadores de lá. A paróquia de lá também apoiava os catadores. Aí em Guarabira a gente sabia que tinha também catadores. Então [...] a gente começou a se encontrar pra discutir isso. Aí [...] era o momento também 2001, 2003 do movimento [MNCR], em 2001 o congresso nacional, primeiro congresso nacional dos catadores, a gente fez parte [...] o Fórum Nacional da População de Rua, isso nacionalmente, né? No cenário nacional. Já se encontravam, já faziam seminário, já discutiam essa problemática [...]<sup>247</sup>.

O movimento surgiu em 2001 [risos] e o movimento começou lá dentro do lixão mesmo, que teve a viagem pra Brasília... Na época eu num fui, né? [...] mas as companheira que trabalha perto de mim, que trabalha aqui, foram na época [...] A idade que tem a COTRAMARE, o movimento tem. [...]. É que na época já existia, como eu falei pra você, a Igreja, né? A Diocese junto com a Cáritas. E aí já juntava os catador de todo o Brasil, entendeu? Tanto a daqui como as Cáritas de todo o país ajuntava com os catador e aí surgiu e foi formado o movimento [...]. Esse pessoal participava da Igreja Católica também, que era do movimento, na época era Marcos [nome fictício de entrevistado], que é de João Pessoa, com Helena [nome fictício de entrevistada]. Então essas pessoas já vêm junto com o movimento, entendeu? E aí foi feita essa marcha que foi muitos catadores de cada lugar que foi participar lá em Brasília, e foi através deles que a gente conheceu em que ponto a gente veio chegar hoje, né?<sup>248</sup>.

Essa Cotramare, eu acompanho ela desde o início [...] que ela começou no lixão de Campina Grande [...] Inclusive a gente deu até uma força para eles iniciar essa cooperativa. Uma força assim... um preço, ajudando a cooperativa em preço... nessa forma [...] fazendo coleta [...] coletando lá [...]. Mesmo antes das cooperativas tinham alguns compradores lá dentro do lixão<sup>249</sup>.

Os quatro relatos introdutórios pretendem contribuir com as questões que investigaremos a seguir, levantando suavemente o véu sobre a história da organização coletiva dos catadores(as) na Paraíba e, desde já, provocando o leitor a refletir sobre o modo como as impressões de diferentes atores sociais sobre os mesmos acontecimentos podem apresentar nuances distintas, reveladas em suas narrativas e interpretações sobre os mesmos fatos.

<sup>247</sup> Helena, ex-funcionária da Arquidiocese da Paraíba e da Cáritas Regional, entrevista via telefone em 21 de setembro e 03 de outubro de 2018.

<sup>248</sup> Cleide, catadora, presidente da cooperativa COTRAMARE em Campina Grande, Paraíba, entrevista no galpão da cooperativa em 29 de agosto de 2017.

<sup>249</sup> Renato, empresário do setor de reciclagem, entrevista no escritório da indústria em 30 de agosto de 2018.

Entrevistando uma liderança de Pernambuco que havia contribuído com a organização coletiva de catadores(as) da Paraíba e que conhecia vários de meus informantes, me dei conta que a história de um movimento é na verdade a história de pessoas, que vão se cruzando e se entrelaçando até passarem a construir uma história coletiva. Diante essa reflexão, não conseguiria escrever este capítulo, dedicado ao cerne da pesquisa de campo, sem comentar resumidamente as histórias de alguns de meus informantes. Espero que essa medida contribua para que o leitor conheça o local de onde falam as vozes trazidas no texto, possibilitando uma melhor compreensão sobre as interpretações e opiniões dos entrevistados(as).

Filho de taxista e órfão de mãe, Marcos teve oportunidade de estudar em escolas particulares até o segundo ano do ensino médio. Aos 18 anos serviu o Exército e depois teve alguns trabalhos com carteira assinada como motorista e segurança até que passou a se envolver com álcool e drogas, acabando por “cair no lixão”. Por volta dos 23 anos passou a viver no lixão do Roger, onde trabalhou por cerca de 16 anos até que começaram a falar sobre a possibilidade de fechamento do local. Em seus relatos, Marcos menciona como teve a iniciativa de procurar a prefeitura por ter “um pouco mais de instrução do que aquelas pessoas que estavam lá”. Junto à Arquidiocese da Paraíba e a um grupo de catadores(as), fundou a primeira associação de catadores(as) do estado, se tornando o primeiro presidente da mesma. No ano de 2011, o grupo se dividiu por divergências internas e Marcos seguiu com parte dos membros para formar uma nova associação, da qual é presidente atualmente.

Como membro da Ação Social da Arquidiocese da Paraíba, Helena começou a se relacionar com catadores(as) de materiais recicláveis em 1997. Participou ativamente do processo de organização socioprodutiva dos catadores(as) do lixão do Roger, estando em diálogo com outras instituições da Igreja no estado. Ela foi uma das pessoas que colaborou com a formação da Rede Lixo e Cidadania (Relici) na Paraíba, tendo contato com entidades de assessoria e grupos de catadores(as) de diversas partes do estado. Por algum tempo, Helena trabalhou na Cáritas Regional, sendo uma das responsáveis pela execução das primeiras edições do projeto Cataforte na Paraíba. Ademais, como contratada da Fundação de Apoio ao Instituto Federal da Paraíba, contribuiu para a execução do projeto Ações Integradas através uma de parceria com o Governo do Estado. Hoje, Helena continua assessorando grupos adeptos à economia solidária na qualidade de Micro Empreendedora Individual (MEI), sendo voluntária da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Federal da Paraíba (Incubes).

Vivendo nos lixões de Campina Grande desde os 9 anos, quando ela e a irmã encontraram no lixo uma forma de obter mais recursos do que a mãe conseguia com a lavagem de roupa para

terceiros, Cleide perseguia o lixo toda vez que a prefeitura o mudava de lugar. Há 37 anos como catadora, Cleide acompanhou todo o processo de aproximação da Igreja com os moradores do lixão, muito antes de se começar a anunciar o fechamento do lixão nos anos 2000, havendo participado da fundação da primeira associação de catadores(as) de Campina Grande, que posteriormente viria a se tornar a primeira cooperativa de catadores(as) da cidade e do estado da Paraíba. Após vários mandatos como parte da diretoria do empreendimento, atualmente Cleide está novamente como presidenta da cooperativa, estando em diálogo com as lideranças dos demais empreendimentos da cidade e do estado.

Proprietário de uma indústria de processamento de papel, Renato também cresceu em meio ao material reciclável, porém, a diferença da maioria de nossos entrevistados, não na condição de catador(a), mas sim como filho de “sucateiro”. A empresa que hoje dirigem Renato e seu irmão é “continuidade de um trabalho de mais de 50 anos”. O entrevistado relatou que há muito tempo atrás seu avô começou um negócio de fabricação de corda de agave, passando a comprar e revender alguns materiais recicláveis como vidro e metais. O pai de Renato deu continuidade ao negócio, ampliando o leque de materiais comercializados. Quando tinha apenas 12 anos e o irmão por volta de 15, os jovens ficaram órfãos de pai, o que os levou a assumirem o negócio precocemente. Hoje, a sucata virou indústria, realizando o processamento de 600 toneladas de papel por mês vendidas como matéria prima para outras indústrias. Como o pai de Renato comprava recicláveis dos catadores(as) do lixão, a família acompanhou e, segundo o entrevistado, apoiou a formação da primeira cooperativa da cidade, dando continuidade à tradição de comercialização com os catadores(as) organizados até os dias atuais.

A partir dos relatos trazidos por estes e outros entrevistados(as), bem como informações disponíveis em documentários e notícias jornalísticas, buscamos reconstruir com a maior fidelidade possível a gênese da organização dos catadores(as) na Paraíba. Observamos por onde e de que maneira essa organização começou a florescer, quais fatores e atores contribuíram para que os catadores(as) buscassem a organização coletiva, e de que forma os processos locais foram se conectando com os acontecimentos macrossociais descritos nos capítulos anteriores.

Reconhecidas e admitidas contradições entre os discursos dos entrevistados(as), – compreensíveis se levarmos em conta que se tratam de memórias de vinte anos, e se tivermos em mente o fato de que cada ator constrói sua narrativa a partir do lugar que ocupa no mundo, ressignificando certas passagens de sua vida –, podemos dizer que a organização socioproductiva e política dos catadores(as) paraibanos teve início por volta do ano 2000, concomitantemente ao momento em que a categoria se organizava politicamente a nível nacional.

De acordo com os entrevistados(as), os primeiros empreendimentos de catadores(as) da Paraíba surgem nas cidades de João Pessoa, no ano de 1999, e Campina Grande, no ano 2001. Ambas iniciativas surgem a partir da ameaça de fechamento dos lixões por parte das prefeituras dos dois municípios. De acordo com Helena, foi Cícero Lucena, o então prefeito de João Pessoa, que trouxe o debate sobre o fechamento dos lixões para o estado, quando deu início a preparação para o fechamento do lixão do Roger, localizado na capital paraibana.

Ademais, tanto em João Pessoa quanto em Campina Grande, assim como em várias outras cidades do estado da Paraíba e do Brasil, é a Igreja Católica a primeira a estabelecer um diálogo com os catadores(as) no sentido de buscar soluções a seu principal desafio naquele momento: como continuar sobrevivendo quando os lixões, fonte de renda e sobrevivência de várias famílias e local de residência de muitas delas, fossem fechados?

A resposta a essa pergunta parece ter vindo rápida e facilmente, até porque, nesse momento, nacionalmente e até internacionalmente despontava a formação de associações e cooperativas como solução ao problema do fechamento dos lixões.

Mas em 2001 a Cáritas Brasileira, que estava junto com outras entidades, acho que a Igreja Luterana, a OAF [Organização do Auxílio Fraternal], várias organizações que estavam no cenário nacional também trabalhando com essa população [...] se distribuíram enquanto entidades, e a Cáritas ficou pra descer e vir pro Nordeste [...] um representante da Cáritas Brasileira ficou de [...] chegar junto à sua rede lá da Arquidiocese pra mobilizar e ver com as Dioceses, com os movimentos sociais, com as lideranças, com os voluntários, enfim com quem tivesse fazendo o trabalho, fomentar a organização dos catadores [...] em vista da realização do primeiro congresso. Então isso, a gente já tinha começado o trabalho aqui [...] antes da realização do primeiro congresso [...] teve o processo de mobilização nacional pra os catadores participarem, pra entender o que era, pra organizar suas caravanas, pra se preparar pra ir pra Brasília, pra fazer as reivindicações. E aí como a Cáritas [...] veio aqui pro Nordeste, a gente aqui se encontrava, e ia... entendia a proposta e aí ia [...] visitar os lixões e começamos a mobilizações pra levar uma representação do Nordeste. Que até então a gente era desconectado do que acontecia no cenário nacional. Então a gente organizou uma caravana<sup>250</sup>.

As memórias de Helena nos ajudaram a visualizar de que modo os níveis nacionais das entidades que vinham realizando trabalhos de aproximação com comunidades de catadores(as) em outras localidades, foram informando as entidades de apoio locais que lidavam com essa população na Paraíba sobre quais seriam os direcionamentos para ações com grupos de catadores(as) localmente. No caso do Nordeste, é justamente a Cáritas que assume a tarefa de unir os atores locais envolvidos com a organização dos catadores(as) e guiar suas ações.

---

<sup>250</sup> Helena, ex-funcionária da Arquidiocese da Paraíba e da Cáritas Regional.

Vera Lúcia, professora universitária aposentada e ex-participante da Cáritas Diocesana de Campina Grande, informa que “atuava junto à Cáritas Brasileira em nível regional e nacional, além das pastorais sociais da Diocese e movimentos sociais”. Ela iniciou sua atuação junto aos catadores(as) após sua aposentadoria, em 2002, sendo convidada a participar da Cáritas Diocesana quando essa foi constituída, em 2003, permanecendo na entidade até 2013.

Na época em que estive participando da Cáritas Diocesana, a entidade tinha como linhas de ação: defesa e promoção de direitos da população em situação de exclusão social; mobilização cidadã e conquista de relações democráticas; desenvolvimento solidário e sustentável; e sustentabilidade, fortalecimento e organização da Cáritas [...] tendo uma ação mais presente junto aos catadores do município [...]. Na época, teve participação no Fórum Estadual de Economia Solidária – PB, embora não muito expressiva. As principais parcerias, foram as universidades (UFCE e UEPB), além da Cáritas Brasileira [e] Regional NE<sup>251</sup>.

Se a resposta de como agir diante da ameaça de fechamento dos lixões veio rápida para as entidades de assessoria, em diálogo com instâncias nacionais da Igreja Católica que tinham quase duas décadas de trabalho social com catadores(as), a concordância e adesão dos catadores(as) locais a essa proposta de organização coletiva não se deu de maneira automática.

Como vimos nos primeiros trechos de entrevistas trazidos, foi a partir da decisão da prefeitura de fechar o lixão de João Pessoa que os catadores(as) entraram em contato com representantes da Arquidiocese. Para Marcos, a prefeitura acionou a Arquidiocese a partir do momento em que ele procurou os responsáveis pelo fechamento do lixão, já Helena explica que

[...] a EMLUR, a empresa municipal de limpeza urbana, procurou a paróquia pra desenvolver um trabalho de sensibilização e de organização, considerando que o lixão ia ser erradicado. [...] Eles conheciam a experiência de Belo Horizonte e lá tinha sido a Igreja que tinha fomentado o trabalho de organização. [...] A EMLUR achava que não tinha as condições para desenvolver o trabalho [...] social [...]. A paróquia também achava que não tinha condições, aí procurou a Ação Social pra começar esse trabalho caso os catadores se interessassem nesse processo organizativo. E foi aí que se deu a minha inserção, né? Fizemos o primeiro diálogo com eles, tivemos o primeiro contato, e aí... por conta de se eles sabiam que ia ser erradicado o lixão e como é que eles pensavam na continuidade... Eles já tinham uma luta... assim, já existia um certo conflito no sentido que a prefeitura queria tirá-los do lixão.

De acordo com os entrevistados(as), inicialmente apenas um pequeno grupo de trabalhadores(as), liderados por Marcos, estava interessado em abrir uma associação. Após os processos de sensibilização, formação e capacitação, de mil catadores(as) que viviam no lixão

---

<sup>251</sup> Vera Lúcia, professora aposentada da UFCG e ex-participante da Cáritas Diocesana de Campina Grande, entrevista via e-mail em 19 de novembro de 2018.

do Roger, cerca de 400 quiseram participar da associação, tendo a maioria abandonado o empreendimento em pouco tempo, permanecendo nela apenas 20 catadores(as).

Helena e Marcos nos ajudaram a resgatar um pouco da história da Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável (ASTRAMARE), a primeira associação de catadores(as) do estado da Paraíba, que surge informalmente em 1999 e é fundada oficialmente no ano 2000.

Houve o processo de sensibilização, de formação, sensibilização sobre a saída do lixão e qual seria a melhor alternativa deles. Depois teve o processo de capacitação, de entender o que era e em que se constituía a associação e ao mesmo tempo ia se lutando junto ao poder público por questões efetivas. Tipo, melhoria no local [...], cesta básica no período de fechamento, enfim, houve várias pautas, reivindicações, mobilizações junto com a prefeitura, audiências com o prefeito [...] e as negociações, né? E aí surgiu o primeiro núcleo, como uma experiência [...] foram inicialmente 20 que começaram, acho que de 15 a 20 que queriam mesmo trabalhar conjuntamente. Aí [...] a prefeitura abriu o núcleo, a estrutura, que é o ponto de coleta e houve todo o processo de sensibilização e [...] esse grupo, inicialmente, foram pra rua, foram fazer o trabalho [de coleta seletiva]<sup>252</sup>.

Aí através desse projeto piloto as coisa começou a andar, a gente tava com 20 catadores, trabalhando, recolhendo os resíduos das casas. Foi feito panfletagem, foi feito porta a porta, divulgação porta a porta, televisão... quer dizer, foi feito um trabalho bem expressivo, né? E a gente conseguiu inicialmente fazer o trabalho de coleta seletiva<sup>253</sup>.

Obtivemos algumas informações sobre o surgimento da ASTRAMARE e a implementação do projeto piloto de coleta seletiva que depois se efetivou como uma política pública municipal no próprio corpo do Plano de Gestão de Resíduos de João Pessoa:

No ano 2000, teve início o projeto piloto de coleta seletiva no município de João Pessoa. O referido projeto abrangia os bairros de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra. Em Agosto de 2003, com o encerramento do Lixão do Roger, houve a expansão do programa de coleta seletiva porta a porta no município. A coleta seletiva desde o início era realizada pela Associação Trabalhadores de Materiais Recicláveis – Astramare – que foi formada pelos catadores(as) que trabalhavam na catação do material reciclável no próprio lixão [...]. Em 2005, o projeto abrangeu mais bairros e a participação de mais associações<sup>254</sup>.

De acordo com os entrevistados(as), inicialmente os catadores(as) tiveram apoio do poder público porque era interesse da prefeitura encerrar as atividades do lixão e tirar as famílias de lá, doando casas, cestas básicas e uma bolsa para se manterem durante a transição para a associação. Entretanto, esse apoio inicial se mostra insuficiente a longo prazo, como veremos.

<sup>252</sup> Helena, ex-funcionária da Arquidiocese da Paraíba e da Cáritas Regional.

<sup>253</sup> Marcos, catador, presidente da associação ASCARE, ex-representante nacional do MNCR na Paraíba.

<sup>254</sup> João Pessoa, 2019, p.298.

Com o fechamento do lixão do Roger em 2003, cerca de 400 catadores(as) começaram a participar da ASTRAMARE, porém, devido à baixa receita, aos poucos as pessoas foram saindo e a associação ficou bem reduzida, contando com 20 pessoas no início das atividades. Só receberam as casas da prefeitura (apartamentos populares) cerca de 200 catadores(as) que realmente moravam dentro do lixão. Ademais, segundo os entrevistados(as), a bolsa paga pela prefeitura era por família, totalizando um valor muito abaixo do que o grupo familiar conseguia com a coleta e venda do material no lixão.

Na época era, se não me engano, sessenta, oitenta reais por quinzena e uma cesta básica que era no valor de cinquenta, sessenta reais, nesse parâmetro. E aí, o pessoal, naquela época eles tirava três, quatro mil dentro do lixão e fora alimentações que vinha do Bombreço, né? Supermercado grande, vinha muita alimentação [...]. E aí quando passaram a receber uma micharia e uma cesta básica quando eles [a prefeitura] tinham vontade de dar, o pessoal se desenganaram com a atividade, não acreditaram mais. Não tiveram poder de discutir, dialogar com o poder público melhorias. O que eles fizeram foi começar a se dispersar, sair dos núcleos, se afastar<sup>255</sup>.

De acordo com Nalva, atual liderança do MNCR na Paraíba, é justamente devido à má experiência dos catadores(as) com o poder público diante o fechamento do lixão do Roger, na qual se sentiram lesados, que muitos até hoje se mantêm fechados ao diálogo sobre organização coletiva, se tornando difícil convencê-los a se organizarem coletivamente.

Helena explica como foi difícil o processo de transição do trabalho individual no lixão para o trabalho coletivo, ilustrando a dificuldade inicial com o caso de um primeiro projeto piloto de coleta seletiva executado no antigo carnaval fora de época da cidade de João Pessoa:

Antes disso [da formação da ASTRAMARE] a gente teve uma experiência. Logo no início eles só conheciam o trabalho dentro do lixão [...] então foi organizada [uma atividade] no tempo que existia a Mícaroa [carnaval fora de época de João Pessoa] [...] A própria EMLUR fez o contato com uma empresa pra comprar o material [...] 70 catadores iam coletar [...]. Inicialmente a proposta era 120 catadores ir para a festa [...] pra fazer a coleta lá na praia, e eles resistiram. Nós [da Ação Social da Diocese] ajudamos nesse processo de organização pra ser uma coisa concreta, pra eles entenderem como era o trabalho fora do lixão, que exigiria outro tipo de organização, outro tipo de contato com a população. Lá no lixão só quem ia era só o povo da universidade pra pesquisar, ou o pessoal da Igreja por causa da sopa, mas não tinha essa relação direta de abordagem da população pelo material [...] então houve essa primeira experiência e eles tiveram muitas dificuldades [...].

---

<sup>255</sup> Nalva, catadora, presidente da associação CATAJAMPA em João Pessoa, Paraíba, atual liderança nacional do MNCR e representante da ANCAT na Paraíba, entrevista no galpão da cooperativa em 20 de agosto de 2017.

Na Micarua, os catadores(as) ganhavam 0,75 centavos por kg de latinhas de alumínio, enquanto no lixão eles recebiam 0,20 centavos pelo kg. Segundo Helena, eles queriam fardamento e boné para serem identificados como trabalhadores(as) e para se esconderem, pois tinham medo de serem confundidos com pedintes. O *feedback* positivo dos que participaram do primeiro dia da festa fez com que muitos mudassem de ideia sobre participar da coleta, levando alguns a se interessarem inclusive pela associação em constituição, a ASTRAMARE.

Mesmo com o interesse de parte dos catadores(as) em se organizar coletivamente, com o fechamento do lixão do Roger a maioria optou por coletar nas ruas ao invés de se agregar à associação. Os principais motivos identificados por Marcos e Nalva foram as dificuldades iniciais do empreendimento, como a baixa receita, falta de infraestrutura, falta de costume com o trabalho associado e desconfiança em relação à prefeitura e às assessorias. Os entrevistados(as) explicam que os catadores(as) não acreditavam nas promessas feitas pelo poder público e tinham receio de que as entidades de assessoria quisessem tirar proveito deles.

Com o tempo, as condições de trabalho na ASTRAMARE melhoraram. Através de investimentos públicos e privados a associação conquistou dois galpões, maquinário, equipamentos de proteção individual (EPIs), aumento no rendimento, etc. Provavelmente devido aos bons resultados da experiência, que levaram outros catadores(as) a acreditarem que participar de um empreendimento coletivo era uma boa opção, surgem novos empreendimentos de catadores(as) na cidade de João Pessoa ainda durante a primeira década dos anos 2000.

Também é importante mencionar que descentendimentos internos levaram a um racha na ASTRAMARE em 2011, do qual surge a Associação dos Catadores de Recicláveis de João Pessoa (ASCARE). Marcos denuncia que a metodologia de trabalho foi mudando quando outros presidentes usaram o cargo em seu benefício. Segundo o catador e Nalva, hoje a ASTRAMARE está na mão de sucateiros que se aproveitam do trabalho dos catadores(as).

Outros fatores que contribuíram para o surgimento de novos empreendimentos na Paraíba foram as políticas públicas em prol dos catadores(as) e o papel desempenhado pelas entidades executoras de projetos, como ilustra a declaração de Fred. Presidente de uma associação de João Pessoa e que se encontrava em processo de formalização na data da entrevista, Fred considera que contribuíram para a decisão do grupo em se organizar coletivamente: o estímulo de entidades de assessoria voltadas a projetos com catadores(as), como a UEPB, na figura de uma professora em especial<sup>256</sup>, e de pessoas ligadas à gestão pública, mencionando a

---

<sup>256</sup> Ainda nos referiremos a esta professora devido ao fato da mesma ser uma personagem importante na história dos grupos de catadores(as) da Paraíba, entretanto, por ética, não poderemos mencionar seu nome tampouco associar-lhe um nome fictício pois a mesma não respondeu nossos convites para participar da pesquisa.

importância da Sesaes para o coletivo. Esses são elementos importantes para entendermos a proliferação de empreendimentos na Paraíba. Adentraremos o assunto mais adiante.

De acordo com nossa investigação, em 2019 existiam cerca de treze empreendimentos de catadores(as) em João Pessoa, uma cidade com uma área de 211,286 km<sup>2</sup> e população estimada de 809.015 pessoas<sup>257</sup>: dois núcleos do ASTRAMARE JP, um funcionando no aterro sanitário e outro no Bairro dos Estados; dois da ASCARE, nos bairros do Bessa e Cabo Branco; dois da Cooperativa Acordo Verde, um no Bairro de Mangabeira e outro no Jardim Cidade Universitária; a Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis de João Pessoa (CATAJAMPA) no bairro do Mandacarú; a Associação de Catadores de Mangabeira (ASCAMANG); a Associação de Catadores do Vale da Palmeiras (CATAVALE); a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Clara/São Rafael; Associação dos Catadores do Timbó; Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Jacaré; e um em Bosque das Almas que na época não tinha nome.

Entrevistamos os presidentes de seis desses empreendimentos, que nos forneceram dados sobre os mesmos. Na época das entrevistas, havia cerca de 28 pessoas associadas aos dois núcleos da Associação Acordo Verde, fundada aproximadamente em 2007 com apoio da própria prefeitura através da EMLUR. Já na CATAJAMPA, criada aproximadamente em 2012 com apoio da UEPB, haviam 11 pessoas (4 homens e 7 mulheres) associadas. Criada em 2011 devido ao “racha” interno na ASTRAMARE, a ASCARE contava com 22 pessoas (21 homens e 01 mulher) associadas aos seus dois núcleos. Por fim, haviam 36 pessoas (16 homens e 20 mulheres) trabalhando na ASCAMANG, que se encontrava em processo de formação em 2018.

As condições de trabalho nos empreendimentos investigados são as mais diversas: enquanto a ASCARE conta com dois galpões estruturados e maquinário mínimo pra o trabalho, garantindo uma retirada mensal média de 1.000,00 a 1.200,00 reais a seus associados; a Acordo Verde funciona em galpões precários, sem portas, segurança ou maquinário suficiente, sofrendo assaltos frequentemente, tendo por retirada um valor médio de 400,00 reais; já a CATAJAMPA enfrentava como principal problema o término da cessão do galpão no qual funciona, encarando conflitos com a UEPB e com o dono do galpão, mas contava com EPIs e maquinário; a ASCAMANG, ainda em processo de formação, funcionava em 2018 sem galpão ou maquinário em um terreno ocupado pelos catadores(as) e outros sem teto, no qual armazenam o material para comercialização coletiva. Como a CATAJAMPA e a ASCAMANGUE remuneravam seus membros por produção na época das entrevistas, não sabemos o valor das retiradas mensais.

---

<sup>257</sup> De acordo com dados do IBGE de 2018 e 2019, respectivamente.

**Figura 09 – Condições de trabalho nos empreendimentos de João Pessoa**



Fonte: Fotos da pesquisa nas associações Acordo Verde, CATAJAMPA e ASCAMANG.

Também por pressão da prefeitura teve início a organização coletiva dos catadores(as) de Campina Grande, a segunda maior cidade do estado, contando com uma área de 593,026 km<sup>2</sup> e população estimada de 409.731 pessoas<sup>258</sup>. No início dos anos 2000 os catadores(as) do lixão do bairro do Multirão tinham contato com uma religiosa da Igreja Católica da Irlanda, que através de recursos internacionais desenvolvia um trabalho de educação de jovens e adultos na escola local, chamado Projeto Esperança. Diante as ameaças da prefeitura de fechamento do lixão, se deram os primeiros contatos dos catadores(as) com pessoas da UFCG e da Cáritas Diocesana de Campina Grande. Os entrevistados mencionam a importância da irmã irlandesa, de um padre, da professora Vera Lúcia, entre outras pessoas da Igreja para a formação da Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis (COTRAMARE).

De acordo com Cleide, primeira e atual presidente da cooperativa, no começo, quando chegaram os estudantes da universidade, ela estranhou pensando que eles queriam se aproveitar dos catadores(as), que eles que iam ganhar com a organização de uma associação, mas depois percebeu que as pessoas “se importavam com eles” e que “estavam fazendo um trabalho social para ajudá-los”. Em sua avaliação, foi através do apoio das assessorias que os catadores(as) “chegaram onde chegaram”, ou seja, melhoraram suas condições de trabalho e de vida.

Através de projetos executados por duas professoras da UFCG com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), um de reciclagem de plástico e outro de reciclagem de vidro, do apoio da Igreja Católica por meio da Diocese e da Cáritas, contando também com recursos da irmã irlandesa que deu início a um projeto de reciclagem de papel, os catadores(as) de Campina Grande iniciaram três trabalhos coletivos dentro de um mesmo galpão ao lado da escola local: um com garrafas PET, transformando-as em vassouras; outro de transformação garrafas de vidro em artefatos decorativos; e um terceiro voltado à reciclagem do papel. Assim surge a primeira associação de Campina Grande.

<sup>258</sup> De acordo com dados do IBGE de 2018 e 2019, respectivamente.

Devido ao baixo retorno econômico, os catadores(as) começaram a comercializar os demais tipos de materiais que coletavam, transformando a associação em cooperativa por receio de não terem acesso ao material após abertura do aterro sanitário. Quando a cooperativa surgiu foram cadastrados 52 sócios, porém o grupo comercializava o material coletado por cerca de 92 pessoas, comprando de catadores(as) individuais que não queriam se associar nem mantinham vínculo com a cooperativa, mas que, muitas vezes, encontravam nela um preço melhor que o oferecido pelos três atravessadores que compravam material no lixão, dentre os quais estava a família de Renato, que passou a priorizar a compra direta à COTRAMARE.

Devido a conflitos entre as entidades de assessoria e também às divergências de interesses entre os catadores(as), a COTRAMARE sofre seu primeiro “racha”, dando origem à Associação de Catadores e Recicladores de Vidro e Outros Materiais (CAVI) por volta de 2007, apoiada pela IUEES/UFCG. De acordo com Elizabeth, professora da UFCG e apoio da CAVI desde sua origem, inicialmente a associação contava com cerca de 20 catadores(as), porém, devido à grande quantidade de conflitos internos e desinteresse diante os baixos rendimentos, vários membros decidiram sair da associação. A CAVI ressurge com um grupo “novo” e oficializa-se como associação apenas em 2013. No “racha”, a COTRAMARE prioriza a comercialização de recicláveis diversos, abandonando os projetos de reciclagem de PET e papel, enquanto a CAVI passa a dedicar-se exclusivamente à transformação do vidro.

Por volta de 2008 a COTRAMARE sofre seu segundo “racha”, dessa vez devido à insatisfação de parte do grupo com a gestão do empreendimento e com a relação com as assessorias. De acordo com um entrevistado do mestrado, que em 2015 era presidente da associação que surge desse segundo racha, os catadores(as) estavam insatisfeitos com a “intromissão das entidades de assessoria” sobre a gestão da COTRAMARE, reivindicando “autonomia” e “soberania do coletivo”. Assim, com apoio da UEPB, da ONG Centro de Ação Cultural (CENTRAC), da Cáritas, e a mediação de uma liderança do MNCR de Pernambuco, Seu João (outro de nossos entrevistados), surge a Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande (CATAMAIS). Uma entrevistada nos relata:

A gente coletava no lixão, a gente participava de reuniões, já conhecia o pessoal que é o apoio da Cotramare [...]. Aí depois surgiu um Projeto Transformar para Incluir, não foi? De [nome de uma professora da UEPB]. Aí ela procurou a gente no lixão, [...] aí depois que a gente participemo bem dois anos de curso foi que a gente foi pra rua. A universidade alugou o galpão [...] na Almeida Barreto [...]. Aí só que esse projeto era pra moer o plástico [...]<sup>259</sup>.

---

<sup>259</sup> Silvana, catadora, sócia da CATAMAIS, entrevista no galpão da cooperativa em 13 de agosto de 2018.

Percebendo que sairia muito caro comprar o plástico para moer, os catadores(as) conversaram com a professora para trocar os equipamentos do projeto por itens voltados à comercialização de materiais diversos. Com a liberação do CNPQ o projeto mudou. O grupo conseguiu a concessão de um galpão por 1 ano através da Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão e a estruturação física via CNPQ. Inicialmente a CATAMAIS contava com 23 sócios, hoje apenas duas sócias iniciais continuam na cooperativa. Segundo elas, os motivos que levaram à saída dos companheiros foram os baixos rendimentos e a oferta de empregos melhores (com carteira assinada e/ou com maior remuneração).

Os catadores(as) de Campina Grande vivenciaram acontecimentos marcantes como um incêndio no primeiro galpão da COTRAMARE (que funcionava ao lado da escola, no Multirão). Segundo vários entrevistados(as), o incêndio teria sido provocado pela prefeitura visando expulsar os catadores(as) do lixão. Por vezes, os grupos perderam seus espaços de trabalho com o fim de contratos de concessão pública, até que gradualmente conseguiram conquistar galpões próprios e maquinário com recursos de políticas públicas federais. Embora não tenham resolvidos todos os problemas dos grupos, os benefícios dessas políticas os fizeram encontrar-se hoje em melhores condições do que quando iniciaram suas atividades.

Atualmente há cinco empreendimentos de catadores(as) em Campina Grande<sup>260</sup>: a COTRAMARE, que opera no bairro do Monte Santos, contando com 17 membros (7 homens e 10 mulheres), com retirada média de 400,00 a 600,00 reais<sup>261</sup>; a CAVI, que continua funcionando no bairro do Multirão e em 2015 contava com 7 sócio-trabalhadoras, conseguindo uma renda média de 200,00 a 300,00; a CATAMAIS, que hoje funciona no Jardim Quarenta, contando com 14 cooperadas (todas mulheres), auferindo uma renda de 350,00 a 400,00 reais; a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nossa Senhora Aparecida (ARENDA), que surgiu em 2008 e hoje opera no bairro Três Irmãs, contando com 17 sócios (6 homens e 11 mulheres), conseguindo uma renda que varia entre 500 a 750,00 reais; e a Cooperativa de Trabalho dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande (CATACAMPINA), criada em 2015, também funcionando no bairro Três Irmãs. Segue fotos de alguns dos empreendimentos de catadores de Campina Grande.

---

<sup>260</sup> Dos quais pesquisamos 3 no doutorado e 4 no mestrado, só não realizamos pesquisa na CATACAMPINA.

<sup>261</sup> Algumas gestoras públicas e representantes de entidades de apoio alertaram para o fato de que em muitos empreendimentos as lideranças mentem o valor das retiradas, interpretação que corroboramos após percebermos as divergências de informações entre as pesquisas de mestrado e doutorado. Em dois dos empreendimentos que já havíamos pesquisado, percebemos uma grande redução no valor informado entre uma entrevista e outra, perguntando aos entrevistados o que teria causado tamanha diminuição no rendimento do empreendimento, eles(as) responderam que a renda nunca foi muito maior do que estava no momento, sendo que, em ambos empreendimentos, se declarava conseguir uma retirada mensal entre 1 salário mínimo e mil reais em 2015.

**Figura 10 – Condições de trabalho nos empreendimentos de Campina Grande**



Fonte: Fotos da pesquisa nos empreendimentos COTRAMARE, CATAMAIS e ARENSA.

Retomando a história da organização coletiva dos catadores(as) no estado, Helena nos informou que com a preparação de uma caravana para o primeiro Congresso Nacional dos Catadores(as), membros da Diocese Paraibana passaram a visitar lixões de vários municípios:

[...] fizemos todas as visitas [...] nos lixões, visitamos Patos, visitamos Campina Grande, visitamos Pombal [...] Cajazeiras... todos não, mas aqueles que a gente tinha um contato [...] que tinha alguém da Igreja, que a gente sabia que já tinha uma inserção junto com os catadores... então a gente desceu pra esses lugares, Guarabira, e organizamos uma representação... aqui também de João Pessoa... pra ir pra Brasília. Quando esse povo voltou, voltou super empolgado assim [...]. Viram aquilo tudo que representou o Congresso e chegaram, voltaram pra suas bases assim super legislados pra começar suas lutas locais. Disso surgiu um monte de associação.

Antes do primeiro Congresso Nacional só haviam a ASTRAMARE em João Pessoa e a COTRAMARE em Campina Grande. Empolgados com a troca de experiências em Brasília, as lideranças que participaram do evento passaram a mobilizar os catadores(as) dos lixões onde coletavam para organizar-se coletivamente, a partir daí proliferou a organização de associações e cooperativas de catadores(as) em várias cidades da Paraíba. Helena comenta que “no começo era bem limitado porque era eles por eles mesmos e um pouco da Igreja”, mas que depois foram surgindo outros apoios como as universidades e posteriormente as ONGs.

Um exemplo dos primeiros grupos que começaram a se organizar após o primeiro Congresso Nacional é a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Pombal (ASCAMARP), fundada em 2003 com apoio do padre da cidade. Antônio, atual presidente da associação, elogiou o trabalho do padre com os catadores(as) da cidade, comentando que embora não tenha participado da formação da associação, este é “um padre muito bom”, que continuou ajudando o grupo inclusive quando Antônio assumiu a presidência da ASCAMARP há cerca de 7 anos. Até hoje só existe essa associação de catadores(as) na cidade de Pombal, contando com 15 associados. Assim como a ASCAMARP, surgiram vários empreendimentos de catadores(as) por todo o estado da Paraíba no início dos anos 2000.

Nesse processo, as Dioceses e a Cáritas passaram a se encontrar duas vezes por ano com representantes dos apoios dos vários municípios para trocas de experiência, formações, etc. Com o tempo, as assessorias entenderam a importância do trabalho em rede e do trabalho articulado. De acordo com Helena, os primeiros encontros tinham conotação informal e aconteciam só entre as assessorias, depois as mesmas viram a necessidade de envolver os grupos de catadores(as) nas discussões e assim surge a Rede Lixo e Cidadania na Paraíba.

Inicialmente as reuniões Relici eram trimestrais, podendo haver reuniões extraordinárias. A pauta girava em torno de troca de experiência e análise de conjuntura dos municípios (João Pessoa, Pombal, Patos, Iraúna, Campina Grande, Solânea, Pedra de Fogo, Bananeiras), depois os participantes iam construindo pautas conjuntas como a elaboração de cartas para candidatos às eleições apresentando suas demandas, elaboração de estratégias de enfrentamento a ameaças comuns aos grupos de todas as cidades como no caso da Energisa<sup>262</sup>, discussões sobre modelos de gestão de resíduos, elaboração de projetos para concorrer a editais do Cataforte, Pró-catador, Ações Integradas ou projetos com recursos internacionais<sup>263</sup>.

No final do ano de 2013 o Governo do Estado da Paraíba teve acesso a recursos federais via Senaes destinados ao fomento de catadores(as), através da aprovação do Projeto de Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários atuantes com Resíduos Sólidos no Estado da Paraíba, que visava atender a 1.800 catadores(as), 100 organizados e 1700 individuais, pertencentes a 42 municípios paraibanos, no prazo de 36 meses<sup>264</sup>. O projeto deveria durar até dezembro de 2016, mas acabou se estendendo até meados de 2017.

Por ocasião da aprovação de tal recurso, surge ainda em 2013 uma pasta dentro da Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH-PB) voltada à economia solidária, que fica responsável pela execução do projeto. Apenas em 2015 é criada a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (Sesaes), dividida em duas gerências, a Gerência de Segurança Alimentar e a Gerência de Economia Solidária. Em 2019 a Sesaes se transforma na Secretaria Executiva de Economia Solidária (Sesol).

A ex-secretária da Sesaes, Paloma, informou que a secretaria chegou a contar com cinco projetos que atendiam catadores(as): o Projeto Ações Integradas, que desenvolvia ações com catadores, agricultores, artesões e finanças públicas; o Projeto Cooperar, que tinha uma linha de atuação voltada para a questão dos resíduos sólidos, com recursos do Banco Mundial,

---

<sup>262</sup> A Energisa, companhia de energia elétrica que atua na Paraíba, instituiu um programa de desconto para quem doasse material reciclável à companhia, destinando-o a atravessadores ao invés de repassa-lo aos catadores(as).

<sup>263</sup> Como a Rede Lixo e Cidadania da Paraíba não tinha personalidade jurídica, uma entidade de assessoria ficava com a responsabilidade de apresentar o projeto que era elaborado com a participação do coletivo.

<sup>264</sup> Santos, 2016 e 2018b.

contemplando três municípios (Itabaiana, Pombal e Bonito de Santa Fé<sup>265</sup>); o projeto do Funcep em parceria com o Governo do Estado, que oferece maquinário aos EES de catadores(as); e o mencionado Projeto de Resíduos Sólidos que visava atender 1800 catadores. Já como Sesol, a secretaria conta hoje com dois projetos em execução, o Ações Integradas e um Projeto de Fomento a EES atuantes com Resíduos Sólidos, sobre os quais não temos informações.

De acordo com Álvaro, antigo chefe da seção de economia solidária no MTE da Paraíba, a Senaes repassou cerca de 4 milhões para o Estado executar projetos de ES através da Sesaes. Álvaro e Helena explicaram que para além dos projetos executados pelo Estado, a Senaes estabeleceu mais quatro convênios na Paraíba: com a UEPB, que executou um Projeto de Mobilização de Catadores em João Pessoa, finalizado em 2018; com a UFCG, que realizou projetos de incubação de empreendimentos de catadores(as) nos municípios de Campina Grande, Montadas, Lagoa de Roça e Belém, finalizado em 2017; com o Centrac, que executou o projeto Cooperar para Melhor Coletar e a Vida Melhorar, envolvendo os municípios de Campina Grande, Lagoa Seca e Queimadas; e o convênio do Cataforte, executado pela Cáritas paraibana passando depois à responsabilidade da Cáritas de Pernambuco, que envolveu grupos de diversas partes do estado, formando uma rede estadual de comercialização: A CataPB.

Desde o primeiro recurso aportado pelo Governo do Estado, ainda em 2014, a SEDH-PB estabeleceu articulações com o Fórum Estadual de Economia Solidária, com o MNCR e com a Rede Lixo e Cidadania, dialogando com as entidades de apoio e realizando conferências de economia solidária em parceria com a sociedade civil. Nesse processo, a Relici estabeleceu um diálogo com o Comitê Gestor dos projetos. As trocas entre diversos atores, no âmbito da rede, permitiam que ao mesmo tempo em que cada projeto funcionasse “individualmente”, fortalecendo os catadores(as) em certo aspecto, se elaborasse ações conjuntas para fortalecer o coletivo. Por exemplo, a destinação de recursos para garantir a participação dos catadores(as) de diversos municípios nas reuniões da própria rede, garantir a saída de caravanas da Paraíba para a Expocatadores, efetivar a realização do Encontro Estadual dos Catadores, que aconteceu no ano de 2015, entre outras atividades que fortaleciam politicamente os catadores(as).

Atualmente, com o fim dos projetos iniciais da Sesaes e as mudanças políticas ocorridas na conjuntura nacional, que tiram o foco de políticas como a economia solidária, cortando os investimentos em políticas públicas em prol do cooperativismo e do associativismo autogestionário, muita coisa mudou na “vida da rede”.

---

<sup>265</sup> A cidade Bonito de Santa Fé ganhou o prêmio nacional Cidade Pró-Catador 2013, esta cidade tem apoio do governo municipal desde 2010 e recebeu incentivos do Projeto do Governo do Estado em parceria com o Funcep.

Em 2017 as assessorias apresentaram aos catadores(as) as condições da Relici com o fim dos projetos. Embora todos os participantes tenham confirmado interesse em tentar manter a rede funcionando, sem condições materiais para transporte e alimentação, e com o distanciamento de vários atores que prestavam assessoria a partir do fim dos projetos, os catadores(as) e as poucas assessorias que restaram não estão encontrando condições de realizar as reuniões de maneira contínua. Por exemplo, no ano de 2018 só houve uma reunião em janeiro. E desde então não houve mais reuniões da rede.

Entretanto é importante destacar que os catadores continuam em diálogo através de grupos de Whatsapp (como os grupos do MNCR e da Rede CataPB – que apesar do viés comercial, é uma porta para diálogo). Na avaliação de Helena, os membros da Rede Lixo e Cidadania consideravam a rede um ator político importante, que dava mais força aos grupos para negociar com os prefeitos e atores públicos diversos. Algumas assessorias que militavam na rede eram a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (através da Incubes), a UFCG (com duas representações, as professoras Loise e Elizabeth), a Cáritas, a Igreja Católica no Sertão, a UEPB (na figura de três professoras, duas de Campina Grande e uma de João Pessoa), o Centrac e Vera Lúcia (representante da Cáritas Diocesana e militante individual), a qual pondera que

Na época dos encontros da Rede Lixo e Cidadania e do desenvolvimento de projetos que visavam à organização dos catadores em rede e à organização dos catadores individuais, havia efetivamente diálogo com os empreendimentos de catadores, com catadores individuais e com entidades de apoio. Não sei atualmente como se dá [...]. O que tenho conhecimento é que há uma articulação por meio das redes sociais. Um dos fatores limitantes para isso é a insuficiência de recursos financeiros e de acesso à tecnologia de informação.

Ademais dos recursos que chegavam via Senaes, a partir da aprovação da PNRS em 2010 os municípios começaram a elaborar seus planos de gestão de resíduos, o que deveria beneficiar os catadores(as) da região. Porém, até janeiro de 2015 apenas 64 dos 223 (28,7%) municípios paraibanos haviam regulamentado seus planos. Em questionário eletrônico aplicado junto aos gestores municipais, o Tribunal de Contas da Paraíba identificou que dentre os 207 municípios respondentes, 30% tinham plano municipal de GIRS e 10,6% tinham planos intermunicipais, porém 49,8% não tinham elaborado nenhum plano de gestão de resíduos sólidos e 85% não dispunham nem mesmo de planos de saneamento básico até 2018<sup>266</sup>. A falta de cumprimento da legislação tem levado os catadores(as) a denunciarem as prefeituras ao Ministério Público, fazendo com que vários municípios tenham recebido Termos de Ajuste de Conduta (TAC).

---

<sup>266</sup> Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, 2018.

Saindo na dianteira, em abril de 2014 Campina Grande lança seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS-CG), com diversas ações voltadas aos catadores(as). O plano foi elaborado com a participação da sociedade civil – inclusive de entidades de assessoria e dos próprios catadores(as) de materiais recicláveis. As ações propostas estão sendo postas em prática lentamente, o horizonte temporal do plano vai de 2015 a 2030.

Ainda em dezembro de 2014 foi elaborado e aprovado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de João Pessoa (PMGIRS), dividido em dois volumes, um de Diagnóstico e outro de Prognóstico. O plano foi elaborado com um horizonte temporal de 20 anos, devendo ser revisado há cada 4 anos. Em 2019 o plano estava passando por sua primeira revisão. Seguindo as indicações da PNRS, o plano também contém metas relacionadas a integração social de catadores(as) de materiais recicláveis.

De acordo Raquel, assessora técnica de resíduos sólidos e agente ambiental do setor de licenciamento ambiental da Secretaria de Serviços Urbanos e de Meio Ambiente, prezando pela continuidade do plano, o PMGIRS-CG foi aprovado como lei municipal, como forma de impedir sua interrupção em caso de mudança da gestão. Desse modo, o plano não pode ser derrubado, podendo apenas sofrer revisões há cada quatro anos, para se adequar às mudanças na geração de resíduos. O mesmo aconteceu com o plano de João Pessoa, que também virou lei municipal. Como vimos no debate teórico, esta medida é extremamente importante para que não se retroceda nos avanços legais nem se descontinue uma política.

Em 2015, foi divulgado o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba (PERS-PB), um conjunto de propostas de ações estruturantes de políticas públicas de gestão de resíduos, que se pretende instrumento norteador de práticas a serem regidas pelo Governo do Estado da Paraíba em parceria com as instâncias de outros poderes públicos e da sociedade em geral. Ainda em 2015 foi divulgado o Plano de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba (PRGIRS), que visa instituir uma gestão integrada dos resíduos sólidos entre os municípios do estado. Ambos os planos foram elaborados pela Secretaria dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia e indicaram programa de apoio aos catadores(as), projeto de apoio à coleta seletiva e reciclagem, programa de educação ambiental e a instalação de unidades de triagem e de postos de entrega voluntária.

Os avanços legais a nível estadual e os projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado, universidades e ONG's visando o fomento dos empreendimentos de catadores(as) contribuíram para que vários gestores municipais se “sensibilizassem” – ou se sentissem pressionados – a elaborarem seus planos de gestão de resíduos. Paloma, ex-secretária executiva da Sesaes, nos

informou que visando iniciar o processo de sensibilização e formação, a Secretaria ofereceu o Curso de Formação de Gestores em Economia Solidária em três mesorregiões do estado: Zona da Mata, Brejo e Sertão. A proposta era formar um Conselho Estadual para fortalecimento das políticas de ES, incluindo as em prol dos catadores(as). O conselho foi formado, entretanto, como verificamos com nossos informantes, até junho de 2020 nunca funcionou como esperado.

Como muitos municípios da Paraíba são pequenos, alguns optaram pela modalidade de consórcio para dar conta da questão dos resíduos sólidos. Segundo dados da SERHMACT, até 2015 existiam sete consórcios formados no estado, abarcando um total de 94 municípios. Todavia, vários municípios vêm tendo problema com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB), que identificou irregularidades em relação ao que prevê a PNRS, como a persistência de lixões, falta de coleta seletiva e de campanhas de educação ambiental, ausência de assistência aos catadores(as), etc. Um levantamento de 2019 indica que dos 223 municípios paraibanos:

[...] 50,2% lançam lixo in natura a céu aberto sem posterior cobertura diária; 35,3% realizam queima de resíduos sólidos a céu aberto; 64,3% há a presença de catadores no local da destinação final; 32,4% há a presença de animais; 9,7% existem moradias temporárias ou permanentes<sup>267</sup>.

Até abril de 2019 apenas 42% dos municípios paraibanos, 94 cidades, tinham enviado ao TCE-PB seus planos de ação indicando providências relacionadas à disposição e gestão do lixo<sup>268</sup>. Com relação ao quadro nacional, o Ministério do Meio Ambiente divulgou em 2017 dados da pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros do IBGE<sup>269</sup>, segundo a qual apenas 54,8% dos municípios brasileiros possuíam Plano Integrado de Resíduos Sólidos. Os percentuais mais elevados são os municípios do Sul (78,9%), Centro-Oeste (58,5%) e Sudeste (56,6%), e abaixo da média nacional, estão o Norte (54,2%) e o Nordeste (36,3%). A partir da tabela disponibilizada pelo MMA, descobrimos ainda que apenas 38 dos 221 municípios da Paraíba (17,2%) tinham plano de gestão de resíduos nesse período<sup>270</sup>.

Evidencia-se quão baixo ainda é o avanço da construção de planos de gestão de resíduos nos municípios brasileiros, e mais ainda nos municípios paraibanos. Por si os planos não têm o poder de mudar a vida dos catadores(as) de materiais recicláveis, mas quando aprovados como lei passam a ter força jurídica, assim se tornam uma promessa legal de que algo será feito para que se incluam os catadores(as) na gestão de resíduos sólidos das cidades brasileiras.

---

<sup>267</sup> SÓ 42% das Prefeituras mostram plano de lixo. MAISP, 14 abr. 2019.

<sup>268</sup> Ibid.

<sup>269</sup> Munic, 2017.

<sup>270</sup> Mais uma vez evidencia-se a falta de exatidão e de confiabilidade dos dados referentes à gestão dos resíduos no país.

Infelizmente, com as mudanças no cenário nacional e local, que levou a um afrouxamento dos prazos previstos na PNRS, e com o fim dos projetos, que levou a uma diminuição de entidades que apoiavam a luta por direitos dos catadores(as) e contribuía com a fiscalização das políticas públicas, muitos municípios interromperam suas ações em prol dos catadores(as). Todavia, alguns deram continuidade a ações, por vezes frutíferas, por vezes insatisfatórias.

De acordo com a versão preliminar do plano de João Pessoa, que passava por uma revisão em 2019 estando em apreciação pela Câmara dos Vereados em dezembro, atualmente

A coleta seletiva é realizada em apenas 5,1% do município, o que corresponde a 30% da população, sendo assim ainda é necessário divulgar, incentivar e conscientizar a população com mais frequência sobre a importância desse tipo de coleta para o meio ambiente e estendê-la por todo município e, assim, atendê-la 100%, visando dessa forma um crescimento progressivo da quantidade de resíduos recicláveis coletados e sua consequente valorização<sup>271</sup>.

Evidencia-se como a coleta seletiva tem avançado pouco nos primeiros 5 anos de existência do plano. Na avaliação de Nalva e das demais lideranças de João Pessoa, a prefeitura ainda deixa muito a desejar em termos de apoio aos grupos, limitando sua colaboração ao fornecimento de gasolina e disponibilidade de um motorista para o caminhão da coleta, além do fornecimento de quentinhas [comida] para o almoço dos associados de 3 empreendimentos.

Campina Grande parece o caso mais promissor, pois aos poucos a prefeitura vem avançando na execução do plano, dando continuidade às ações de educação ambiental nas escolas e nos bairros, fomentando a coleta seletiva e disponibilizando mais um caminhão para os grupos. Todavia, o contrato pela prestação de serviço dos empreendimentos de catadores(as) “nunca saiu da gaveta do home”, como nos relatou uma catadora. Esse fato tem levando os catadores(as) a pressionarem o poder público sempre que têm oportunidade. Por exemplo, em 2019, tentaram convencer o prefeito a assinar o contrato antes do período de São João, época na qual realizam a coleta seletiva da festa. Porém, o prefeito fez a contraproposta de pagar um salário mínimo a cada catador(a) pelo trabalho durante o mês de festa e deixar o material reciclável com os grupos, deixando a assinatura do contrato para o mês seguinte à festa. Resultado: até meados de 2020 o contrato ainda parece uma miragem evanescente no horizonte.

Talvez o caso de Campina Grande seja explicado pelo fato de que nessa cidade estava reunida uma grande quantidade de entidades de assessoria atuantes no campo da gestão de resíduos. Ademais, por sua localização central e porte mediano, a cidade sediou reuniões da Relici e do FEES por muito tempo, sendo sede do Encontro Estadual de Catadores em 2015.

---

<sup>271</sup> João Pessoa, 2019, p.298.

Diretamente ou indiretamente, esse processo parece ter fortalecido tais discussões na cidade, tanto preparando os catadores(as) para lutarem por seus direitos, como contribuindo para que a prefeitura incorporasse a pauta para além da fiscalização e pressão política das entidades de apoio. Ademais, com a finalização dos projetos, muitas instituições deixaram a cena pública, o que parece ter levado os catadores(as) a assumirem por si mesmos a luta pelos seus direitos.

Na pesquisa de dissertação do mestrado identificamos que as conquistas do movimento dos catadores(as) na Paraíba parece ser fruto tanto das pressões dos movimentos sociais sobre gestores municipais e estadual, quanto resultado de políticas nacionais, que por um lado incentivavam o desenvolvimento da economia solidária e por outro obrigavam os governos locais a incluírem os catadores(as) locais na gestão dos resíduos sólidos. Desse modo, tanto por pressão interna quanto externa, os gestores públicos da Paraíba vinham começando a construir e consolidar seus planos de gestão de resíduos sólidos, desenvolvendo também políticas de ES.

Com a pesquisa de doutorado, agregaríamos à interpretação acima a análise de que as próprias práticas e discursos dos atores locais, em grande parte, foram influenciadas e até orientadas por atores que estavam no cenário nacional. Como vimos, representantes das dioceses estavam em contato com a Cáritas regional que trazia relatos das experiências nacionais, reproduzindo-se tais experiências com os catadores(as) do estado. Professores universitários estavam em contato com os debates sobre ES, gestão sustentável do lixo e/ou técnicas de reciclagem, formando parte das incubadoras ou desenvolvendo projetos de extensão pelo meio dos quais estabeleciam um diálogo com os catadores(as). Representantes de ONGs, a partir da aprovação de projetos voltados ao público de catadores(as), começaram a dedicar-se ao tema da inclusão socioeconômica desse grupo social. Gestores públicos passaram a ter a gestão de resíduos orientada pelo marco regulatório que surge na primeira década dos anos 2000, sendo obrigados a desenvolver políticas inclusivas voltadas aos catadores(as). Por fim, os próprios catadores(as) locais, através do contato com os atores mencionados e do contato direto com lideranças nacionais do MNCR, passam a repensar sua atividade, suas práticas e seu discurso. E é essa relação entre os níveis nacional e local que nos dedicaremos a seguir.

#### 4.2 Relação entre o nível nacional e o local: um movimento de base?

Como visto, a onda da luta pela inclusão socioeconômica dos catadores(as) de materiais recicláveis iniciada na década de 1980 no Sul e Sudeste do país se propaga lentamente até chegar à Paraíba nos anos 2000, período em que a organização coletiva dos catadores(as) começava a tomar um viés político a nível nacional, dando início a um movimento social próprio dessa categoria de trabalhadores(as). Através da recuperação histórica da organização coletiva dos catadores(as) na Paraíba já é possível observar a influência do contato entre os atores locais e atores que fazem parte do cenário nacional dedicados a essa luta.

Nesse tópico nos dedicaremos a analisar mais detidamente a relação entre o nível nacional e local do Movimento Nacional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis, buscando identificar como se dão os primeiros contatos, como se estabelecem os laços entre catadores(as) da Paraíba e as lideranças nacionais e o desenvolvimento do modo de atuação do MNCR localmente.

Conectando as informações oferecidas por nossos entrevistados, por vezes divergentes, identificamos que os primeiros contatos dos catadores(as) da Paraíba com lideranças de catadores(as) de outros estados se deram ainda no começo dos anos 2000.

Cleide e Neide, participantes da COTRAMARE desde sua origem, comentam que vinham “catadores de fora” desde o ano 2000 visitá-los no lixão, participando de cursos sobre cooperativismo como formadores convidados por membros da Igreja Católica. De acordo com Cleide, antes da constituição da cooperativa os encontros aconteciam na Diocese de Campina Grande. A entrevistada também menciona reuniões que ocorreram no início dos anos 2000 em João Pessoa, Pombal e Cajazeiras com presença de catadores(as) de outros estados, afirmando que tudo era mobilizado pela Igreja. Neide conheceu o MNCR

Através que o povo... através da associação da gente lá no lixo, né? O povo foram... as pessoas que apoiavam a gente que eram as pessoas boas que veio da Irlanda, esses apoios de [Vera Lúcia], de [nome de membro da Igreja], conheciam essas pessoas também [do MNCR] foram juntando a gente com elas e foi assim que a gente se conheceu, né? Aí aonde tem essas coisas assim que a gente é chamado, a gente vem pro movimento dos catadores.

Comentando o caso de João Pessoa, Marcos também relata o papel da Igreja na intermediação dos primeiros contatos dos catadores(as) da Paraíba com os de outros estados. Porém, em suas lembranças, o contato direto entre os catadores(as) paraibanos e os de outros estados só se deu no momento em que os paraibanos saíram em caravana para o primeiro Congresso Nacional dos Catadores(as) em Brasília, no ano de 2001, organizada por membros da Igreja Católica e da Universidade Federal da Paraíba. Nas palavras do entrevistado:

Bem, na verdade é o seguinte, a gente tinha [...] a Cáritas como apoio, né? Através de [Helena] e de [nome]. Elas duas que tinha contato... que tinha melhor informações entraram em contato e descobriram o movimento, né? Descobriram o desenvolvimento daquele grupo de trabalho que tava se formando. Aí quando a gente foi... foi relacionado, ela inscreveu a gente, a gente foi relacionado e fomos pra Brasília. A gente já tava... tinha associativismo que a gente começou em 1999 [...] formamos um grupo dos que trabalhavam hoje na associação e uns grupos que trabalhava dentro do lixão, mesclamos e levamos numa carreata, né? [...] Aqui, Pernambuco... foi um ônibus de Pernambuco, um ônibus de Natal, Rio Grande do Norte, e assim sucessivamente.

De acordo com Marcos, na ocasião foram 44 catadores(as) da Paraíba para Brasília, todos da cidade de João Pessoa, os catadores(as) das demais cidades do estado só teriam participado dos seguintes encontros do MNCR, a partir da Expocatadores de 2006, quando já estavam mais organizados. Em sua lembrança, 2006 foi a primeira vez que a mobilização para a Expocatadores envolveu o estado todo. Ainda de acordo com Marcos, não teria vindo nenhum catador(a) do MNCR na Paraíba antes do primeiro Congresso dos Catadores(as). Em suas lembranças, só muito depois os representantes do movimento começaram a vir no estado.

Em contraponto, Cleide e Neide relatam que os catadores(as) de Campina Grande e de outras partes do estado participaram do primeiro Congresso Nacional dos Catadores(as), tendo Neide participado pessoalmente da caravana de 2001 à Brasília. A informação corrobora a declaração de Helena, que, como havíamos citado, também rememora o processo de sensibilização da Igreja Católica com catadores(as) de diversas partes do estado para participação destes no primeiro congresso da categoria.

João, liderança do MNCR em Pernambuco, também afirmou que a Paraíba entrou no MNCR junto com os outros estados, a partir da participação no primeiro Congresso Nacional, mas, em sua avaliação, o MNCR só começa a se fortalecer na Paraíba depois de 2006. Segundo ele, foi sua atuação e visitas à Paraíba que fizeram o movimento se fortalecer no estado.

O entrevistado nos relatou que ainda no início dos anos 2000 ele e Roberto, catador na cidade de São Paulo e atual presidente do MNCR, realizaram algumas visitas ao lixão do Roger para dialogar com os catadores(as) de João Pessoa e com atravessadores. Ele conheceu João Pessoa por causa do Projeto Desafio, da Fundação Latino-Americana AVINA, através do qual a ASCAMARE tinha recebido um investimento de um projeto japonês. Como a associação estava desorganizada, a Cáritas de Pernambuco, que organizava a execução do projeto junto com a Cáritas Diocesana de João Pessoa, pediram ajuda a lideranças dos catadores(as) de outros estados para dialogar com os catadores(as) de João Pessoa.

João relata ainda que nessas visitas ao lixão do Roger estabeleceu os primeiros contatos com Marcos e outros dois catadores que assumiram a liderança do MNCR na Paraíba, havendo um deles sido acusado de roubo posteriormente, sendo afastado do movimento. De acordo com João, nessa época Campina Grande “tava quietinha lá”. Apenas por volta de 2008 João começa a visitar Campina Grande, momento no qual ele teria “apresentado o MNCR na cidade”.

Na análise de João, na época já havia “o embrião” da COTRAMARE funcionando dentro do lixão, “todo desorganizado”. João diz que ajudou tanto na organização da COTRAMARE, no processo de mudança do grupo do lixão para dentro da cidade, quanto como mediador no racha que deu origem à CATAMAIS. Segundo ele, “a treta” se deu por problemas ocasionados pela entidade que prestava assessoria e que não fazia seu trabalho como deveria.

João relata que “a organização que fazia o vidro [a CAVI] foi que começou toda a confusão lá”. Os catadores(as) da COTRAMARE teriam pegado um ônibus e ido terminar a briga com a mediação de João. A briga interna do grupo da COTRAMARE havia chegado ao galpão da Pró-Recife, da qual João era presidente. Na ocasião, ele avaliou que não dava mais para o grupo seguir junto e sugeriu que o pessoal da COTRAMARE continuasse como base do movimento, ajudando-o a formar a nova cooperativa. Assim, João teria colaborado com a formação da CATAMAIS, conseguindo, segundo ele, o recurso para a nova cooperativa.

O relato de João é, em parte, endossado pela declaração de Silvana, catadora e atual secretária da CATAMAIS que vivenciou o momento do racha entre a COTRAMARE e o novo empreendimento. Explicando como conheceu o MNCR a catadora declara:

Eu conheci porque depois que a gente saímos do lixão pra trabalhar na cooperativa foi onde a gente conheceu o [João] que foi trazido de Recife pela professora [nome de professora da UEPB que trabalha em Campina Grande], pelo movimento dos catadores. Aí no que ela formou a cooperativa com a gente ela disse “vou fazer um convite a ele pra ele vir visitar vocês”. Justamente, foi no dia da inauguração do galpão lá ele veio pra inauguração. Aí nós começemo a conhecer o movimento dos catadores. Ele começou a ensinar pra a gente, deu aula pra a gente de como é que a gente era cooperativismo, como era que a gente ia trabalhar, como é que a gente ia saber ser solidário com o próximo... tudo ele passou pra a gente<sup>272</sup>.

As lembranças de Silvana confirmam a presença do MNCR, na figura de João, como assessoria durante a formação da CATAMAIS. Entretanto, nossos oito entrevistados(as) dessa cooperativa, tanto do mestrado quanto do doutorado, enfatizaram muito mais a contribuição de uma professora de Campina Grande da UEPB, da ONG Centrac e da Cáritas para a organização

---

<sup>272</sup> Silvana, catadora, sócia da cooperativa CATAMAIS em Campina Grande, Paraíba, entrevista no galpão da cooperativa em 13 de agosto de 2018.

da nova cooperativa, do que a contribuição de João, o qual foi mencionado apenas quando perguntamos sobre a relação do empreendimento com o MNCR. De acordo com Laura, sócia da CATAMAIS deste seu surgimento, foi através do primeiro presidente da cooperativa que ela conheceu o MNCR. Esse ex-presidente, que entrevistamos durante o mestrado, chegou a ser suplente do MNCR na Paraíba, participava das reuniões e passava as informações para o grupo.

Todos os demais catadores(as) da Paraíba entrevistados nesta pesquisa relataram haver conhecido o MNCR do ano 2008 em diante, quando, aparentemente, o movimento se fortalece no estado com a intensificação das visitas de Seu João e de outras lideranças nacionais ao estado, bem como com o surgimento de uma nova liderança local como representante da Paraíba, Nalva, uma de nossas entrevistadas, que mencionamos rapidamente no tópico anterior.

Ainda quando criança, Nalva já fazia o reaproveitamento de materiais orgânicos como madeira e osso, também coletando vidro, alumínio e ferro, que eram os materiais que mais se vendia na época, para ajudar no orçamento familiar. Com uma trajetória de vida marcada por pobreza, violência e muita bravura para enfrentar as adversidades da vida, Nalva vivenciou tantas experiências ao longo de seus 46 anos que sua história pessoal por si daria um livro.

Aqui, nos resumiremos a mencionar apenas que Nalva desenvolveu diversas atividades para sobreviver, sempre conciliando-as com a catação, trabalhou como doméstica, feirante, tendo inclusive trabalhado quebrando pedra numa pedreira e chegando a se prostituir. Foi na época em que vivia “na maré”, no mangue, desenvolvendo as atividades de pesca e de coleta de recicláveis, que começou a participar de reuniões na paróquia para pensar melhorias para a comunidade. Através da Igreja, os catadores(as) locais acabaram formando uma cooperativa.

A gente teve o acompanhamento da Paróquia Sagrado Coração de Jesus [...] No domingo... os seminaristas [...] ia fazer visita em nossas casas aí começou a organizar o grupo pras reuniões [...]. A gente começou a se reunir e dialogar e começou criando [...] essa forma de a gente tá conversando sobre os problema [...]. E eles fizeram um longo acompanhamento com todos [...]. Eles faziam visita porta-a-porta das casas da gente, combinava locais estratégicos pra a gente se reunir, levava o lanche, né? [Comentário de uma companheira do empreendimento: que era pra a gente se sentir bem]. Daqui a pouco eles conseguiram um patrocínio lá da Itália [...] pra os catadores daqui. E aí eles começaram a dialogar com a gente o que é que fazia com esse dinheiro. A princípio a primeira ação da gente foi criar fardas, onde foi criada a logomarca da Catajampa [...] depois a gente fez bandeira, fez banner [...] aí a gente ficou em busca de fazer o processo... a burocratização em cima da documentação da associação. E era difícil, né? E nesse meio tempo a própria pastoral conseguiu [...] botar a gente em contato com as entidade que já vinha fazendo trabalho com os catadores. Aí a gente passou a conhecer Campina Grande, né? Patos [...] Santa Rita, o pessoal do Sertão [...] Cajazeiras, Pombal, o Iraúna, a gente começou a fazer parte desse contexto, né? Que é a formação da Rede Lixo e Cidadania, né? [...].

Com a entrevista tendo sido realizada na presença e com a participação de uma companheira de Nalva, uma grande amiga de longa data com a qual atravessou muitas situações difíceis da vida, a entrevistada comenta que a luta delas começou há uns 25 anos: primeiro se envolveram com a luta pela moradia através do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), depois com o MST quando viviam da agricultura em um terreno ocupado, tendo contato com a CUT nesse período. Com o resumo da vida dessas duas mulheres, visamos destacar que sua luta por sobrevivência é muito antiga e as conduziu a participarem de vários grupos organizados antes de começarem a serem visitadas pela Pastoral na maré.

Nalva e a companheira comentam que conheceram o MNCR na Expocatadores de 2008. Elas foram para o evento com a comissão do Rio Grande do Norte, que garantiu cinco vagas para representantes da categoria da Paraíba naquele ano. Quando regressou do encontro, mesmo participando do movimento há pouco tempo, Nalva foi eleita representante do MNCR na Paraíba em uma reunião com 200 catadores que aconteceu na cidade de Cabedelo. Para Nalva, Marcos seria o representante eleito, porque, em sua opinião, “ele é muito capacitado politicamente”, enquanto ela “nem sabia falar direito”. A catadora comenta que não queria ganhar a eleição, mas acabou ganhando e teve que assumir a representação no estado.

Ao largo dos vários contatos que tivemos com Nalva, ela nos contou que enfrentou muitas dificuldades como liderança do MNCR no estado, a começar pela oposição de Marcos ao seu mandato, que a confrontava constantemente em reuniões e eventos. Na entrevista com Marcos fica evidente a tensão entre as duas lideranças.

No início da entrevista Marcos contou um pouco da sua experiência como representante do MNCR (de 2000 a 2006), informando que chegava a fazer mais de 20 viagens por ano, tendo ido até para o Uruguai. Ele avaliou que as viagens foram muito importantes para fazer pressão nos governos, porém isso afastou muito ele da família, além disso, sofreu muitas críticas dos companheiros do empreendimento. Por esse motivo ele teria decidido não se candidatar mais, priorizando o trabalho na associação. Em outros momentos da entrevista, em meio a uma dura crítica ao trabalho da ANCAT na Paraíba, Marcos confessa que talvez sua fala estivesse transpassada pelo rancor de não ter sido escolhido como representante no estado.

[...] hoje aqui em João Pessoa, a ANCAT tá fortalecendo cooperato [cooperativas de fachada, que na prática não seguem os princípios da economia solidária] [...] E outra é associações que estão nascendo, que não tem instabilidade [...]. Eu acho que a ANCAT ela precisa rever seus conceitos, pelo menos no meu ponto de vista, né? Ela precisa rever os conceitos dela que hoje ela tá trabalhando de forma inadequada. Talvez eu fale isso por rancor por não ter sido aceito pela ANCAT, né? Para os trabalho... tudo bem... talvez seja rancor, mas na minha visão não é só o rancor não.

As críticas diretas de Marcos à ANCAT são críticas indiretas ao trabalho de Nalva, tendo em vista que, na Paraíba, a catadora juntamente com uma técnica contratada pela ANCAT eram as responsáveis pela coordenação e execução dos projetos coordenados pela entidade desde o ano de 2016, quando assumiram a responsabilidade pela execução de um projeto com recursos da Coca-Cola. Nalva comentou que por vezes Marcos acaba realizando duras falas contra ela em eventos da categoria, fazendo com que ela se sinta intimidada pelo tom e palavras utilizadas.

Conversando sobre outros assuntos, pergunto a Nalva se ela sentia alguma dificuldade como liderança de uma cooperativa e do MNCR pelo fato de ser mulher, ao que ela responde afirmativamente, comentando casos que, pelo que ela havia relatado sobre a postura de Marcos, provavelmente se referem a situações vivenciadas entre os dois.

Sinto. É porque é assim, o homem [...] ele chega num canto... ele vai... decidido aquilo... e ele vai só com a voz dele, né? Só a forma dele se impor termina persuadindo, né? As pessoas a dar uma aceitação maior. A mulher, ela é toda frágil, ela chega com um diálogo mansinho, né? E aí... respeita, né? [...]. Pela criação que ela teve ela entende que se tiver falando e alguém falar mais alto então é a hora de se calar, tá entendendo? E tudo isso dificulta a questão mulher, né? É muito difícil [...] E os homens, né? Sempre muito carrasco às vezes intimida a questão mulher... existe um machismo no homem, né? A questão machismo às vezes inibe as mulheres de fazer um bom trabalho.

Os relatos de Nalva e de outras catadoras sobre o machismo enfrentado dentro e fora dos coletivos de catadores(as), por si, dariam uma outra investigação riquíssima. Porém, dentro da proposta dessa pesquisa não teríamos condições de abordar detalhadamente o assunto. Desse modo, aqui nos limitaremos a registrar que para além dos conflitos políticos, a violência de gênero também perpassa as relações entre os catadores(as), influenciando na forma como se desenvolvem as relações e no modo como se desdobra a atuação do movimento no estado<sup>273</sup>.

Continuando a narrativa sobre a organização política do MNCR na Paraíba, enfatizamos que no início da segunda década desse século se intensificam as mobilizações dos catadores(as) no estado. Neste momento já haviam vários empreendimentos de catadores(as) por todo estado, ademais, com o aporte de recursos federais para projetos de fomento à organização coletiva de catadores(as), haviam se multiplicado o número de assessorias a esse público. O engrossamento das fileiras dessa frente fortalece a Relici e o FEES, levando os catadores(as) a pressionarem mais os gestores públicos para conseguirem abertura para o diálogo.

As mobilizações na Paraíba contaram com a presença e apoio de representantes do MNCR de estados vizinhos, como Pernambuco e Rio Grande do Norte. De acordo com João, “[...] eu

---

<sup>273</sup> Realizamos alguns ensaios sobre o tema, ver Santos, 2017 e 2019a. Sobre as relações de gênero nos coletivos de catadores e no MNCR ver Martins, 2005; Leite, Wirth e Chermem, 2015; Chermem, 2016; Motta, 2017.

fiz passeata em Campina Grande, eu fui pra a Assembleia Legislativa de Campina Grande, botamos os catador lá dentro, fizemos confusão lá dentro [...] em 2011, 2012, 2013 [...] esse período”. João comenta que com o surgimento de Nalva como liderança, os dois começam a ir para João Pessoa e Campina Grande ao mesmo tempo, visando fortalecer a luta da categoria.

Como vimos, Nalva também destacou que nesse período realizou diversas viagens por todo o estado da Paraíba, se envolvendo com a Rede Lixo e Cidadania. Seu Chico, catador em Bananeiras, revelou que conheceu o MNCR justamente nesse período, comentando que uma das primeiras pessoas que conheceu do movimento foi Nalva em um evento em João Pessoa.

Lembramos que é também nesse período que o Governo Estadual, na gestão de Ricardo Coutinho, começou a dar atenção à causa dos catadores(as) a partir da aprovação de um projeto voltado ao fomento da organização dessa categoria via Senaes. Com o aporte do recurso federal e a criação de uma pasta de economia solidária dentro da SEDH-PB, são os gestores públicos estaduais que passam a procurar a Relici, o FEES e o MNCR para dialogar sobre o projeto e a construção dos planos estaduais de economia solidária e de gestão de resíduos sólidos. Nesse movimento, o próprio Governo Estadual, através da Sesaes, passa a contribuir com a luta dos catadores(as) dialogando com gestores municipais para a implementação das políticas estaduais e fomento de políticas públicas municipais em prol dos catadores(as) de materiais recicláveis.

O fortalecimento dessa luta possibilitou a realização do Encontro Estadual de Catadores e Catadoras de Paraíba, ocorrido em Campina Grande, nos dias 30 e 31 de outubro de 2015, evento do qual participamos durante a pesquisa de mestrado. O encontro contou com a presença de catadores(as) de diversas partes da Paraíba, tanto os que trabalhavam de forma organizada quanto alguns que atuavam de forma individual. Na ocasião, lideranças do MNCR de São Paulo, da Bahia e de outros estados vieram à Paraíba, participando ativamente do evento.

**Figura 11 - Encontro Estadual de Catadores e Catadoras da Paraíba 2015**

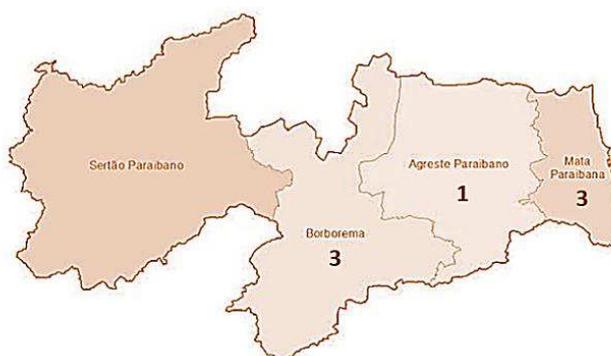


Fonte: Foto da pesquisa do mestrado, Campina Grande, PB, Brasil, 2015.

A proposta foi que o evento favorecesse o diálogo utilizando a metodologia “de catador pra catador”, através da qual representantes do MNCR, empreendimentos e catadores(as) individuais se encontraram para debater e pensar estratégias coletivas para a categoria no estado e nacionalmente. Em um segundo momento, os catadores(as) apresentaram suas demandas aos gestores públicos presentes, representantes do Governo do Estado e de vários municípios, entre outros órgãos públicos como o antigo Ministério do Trabalho e Emprego, buscando criar um cronograma de ação para que as diretrizes da PNRS se efetivassem no estado.

No mesmo Encontro, seria realizada a eleição do movimento na Paraíba. Como naquele momento Nalva tinha grande apoio dos catadores(as), as lideranças nacionais decidiram não realizar a eleição, estendendo seu mandato e complementando a coordenação estadual com mais seis pessoas para ajudá-la a resolver as questões referentes à categoria no estado. Desse modo a coordenação estadual do MNCR na Paraíba passa a ser formada por três catadores(as) da Zona da Mata (Nalva, Marcos e Fred), um catador do Brejo (Seu Chico), e três da Borborema (Alane, Josilene e Danilo), não havendo representantes do Sertão na comissão.

**Figura 12 - Distribuição geográfica das lideranças do MNCR na Paraíba**



Fonte: Imagem disponível no Google, sem autoria, editada pela autora.

Ao longo de nossa investigação percebemos que, na Paraíba, o MNCR não consegue se organizar tal como proposto pelo movimento nacionalmente. O estado passou cerca de seis anos sob a coordenação de uma pequena equipe de 3 catadores(as), passando a ser coordenado apenas por Nalva por um longo período, para apenas recentemente estabelecer uma coordenação estadual. Esta coordenação, além de não garantir uma representação geográfica equitativa das mesorregiões do estado, não conseguiu desenvolver os comitês regionais para melhor diálogo com as bases do movimento, as associações e cooperativas de catadores(as).

Na prática, as bases do movimento acabam se comunicando informalmente através das redes sociais ou aproveitando momentos de reuniões do FEES, da Relici e do Cataforte para

dialogar, isso quando estes espaços funcionavam. Essa dinâmica dificulta a promoção de um diálogo entre representantes do MNCR e catadores(as) em geral, ficando a comunicação muitas vezes restrita às lideranças dos empreendimentos que estão adicionadas nos grupos de Whatsapp. Desse modo, na Paraíba, aparentemente, o diálogo entre o MNCR e suas bases tem uma direção mais de cima para baixo do que de baixo para cima como propunha o movimento.

Nalva reconhece que a coordenação do MNCR na Paraíba não anda muito bem, até meados de 2020 a comissão não funcionava como deveria. A catadora explica que Marcos não atende suas chamadas, nem responde suas mensagens. Na avaliação de Nalva, Fred e Seu Chico teriam boa vontade, mas raramente participam de reuniões como representantes do movimento, Fred devido à “pouca experiência” em atividades políticas e seu Chico pela distância entre a cidade onde reside, Bananeiras, e João Pessoa, onde se dão as reuniões com o Governo do Estado. Já os três representantes do Agreste, por terem começado a participar do movimento há pouco tempo, sendo dois deles catadores(as) individuais, parecem não saber muito bem o que fazer enquanto parte da coordenação estadual. Em entrevista, Alane, sócia da COTRAMARE há alguns anos, chega a comentar que mesmo ela não se sente parte do MNCR.

Eu nem levo muito pra esse lado de comissão [coordenação estadual do MNCR] porque eu não vejo. Porque quando a gente tirou o ano passado essa comissão eu fiquei como secretária, só que assim... não tem mais movimento. [...] eu num vejo [...]. É que não teve mais reuniões [...]. Assim porque o ano passado [2016] tinha mais reuniões, os catadores se reuniam, discutiam mais sobre como é que tá em suas associações, como é que tá na sua região, esse ano não teve. Tá tendo mais reunião do Cataforte. A gente tá se encontrando mais assim, o Sertão, a Zona da Mata e o Agreste tá se encontrando mais pelo Cataforte, mas por conta do movimento nacional...<sup>274</sup>.

O desabafo de Alane demonstra que nem sempre há uma identificação dos catadores(as) locais com o MNCR. Mesmo como membro da coordenação estadual, a entrevistada não percebe a existência do movimento no estado, justificando sua percepção pela falta de ações concretas como a realização de reuniões do movimento.

Ao longo de nossas análises constatamos que a percepção dos catadores(as) sobre a atuação do MNCR pode variar muito a depender da época e forma como estas pessoas se envolvem com o movimento, bem como quanto ao momento que o MNCR está enfrentando nacionalmente e, principalmente, localmente. Antes de adentrar tais perspectivas, nos deteremos a comentar um pouco sobre as formas de atuação do MNCR dentro da Paraíba.

---

<sup>274</sup> Alane, catadora, tesoureira da COTRAMARE em Campina Grande, atual secretária do MNCR na Paraíba. Entrevista no galpão da cooperativa em 29 de agosto de 2017.

Sobre o funcionamento do MNCR na Paraíba, Nalva confessa que no começo de seu mandato não fez muita coisa porque nem mesmo sabia o que fazer, mas depois começou a agir, informando que sua primeira ação foi conseguir uma caravana da Paraíba para a Expocatadores. Com o tempo, Nalva foi desenvolvendo habilidades para resolver questões dos catadores(as).

Entre os anos de 2016 a 2019, as atividades de Nalva incluíram: a coordenação do Projeto da Coca-Cola, via ANCAT, que visa beneficiar cinco empreendimentos de catadores(as) localizados em João Pessoa e em Campina Grande; visitas aos municípios que têm catadores(as) atuando em coletivos ou individualmente nos lixões, visando realizar um mapeamento dos empreendimentos de catadores(as) da Paraíba e cadastrar os grupos que ainda não fazem parte do MNCR, tanto para atualizar os dados da região como para disseminar e fortalecer o movimento no estado; a organização dos registros e documentações do MNCR para repasse à Comissão Nacional; a organização de uma rede de comercialização na região da Zona da Mata envolvendo onze empreendimentos através do projeto Pró-catador em parceria com a UEPB; reuniões como representação dos catadores(as) no Fórum de Economia Solidária da Zona da Mata e no Fórum Estadual, bem como na Comissão Interministerial de Educação Ambiental do Estado (onde ela é titular e Seu Chico é suplente); visita à prefeitura de João Pessoa para diálogo sobre as políticas públicas municipais em prol dos catadores(as); participação em assembleia, reuniões, encontros e eventos da categoria dentro e fora do estado; participação e mesmo coordenação de mobilizações dos catadores(as) em várias partes do estado, como passeatas, protestos, realização de audiências públicas sobre a gestão dos resíduos sólidos, etc.

Durante a pesquisa acompanhamos Nalva na realização de algumas de suas atividades. Aqui destacamos uma visita da liderança à Associação dos Recicladores de São Sebastião de Lagoa de Roça, no dia 21 de abril de 2018. A visita, solicitada por professores ligados à IUEES/UFCEG que acompanham o grupo há algum tempo, é significativa para visualizarmos como se desdobram os contatos entre o MNCR e catadores(as) não filiados ao movimento.

Acompanhada pela técnica da ANCAT, Priscila, Nalva iniciou com um acolhimento ao som de músicas do MNCR. Em seguida, distribuiu cópias do *Jornal de Fato* comentando a reportagem sobre a ação dos catadores(as) na Câmara Municipal João Pessoa (a que retratamos na Introdução). Após as apresentações, deu-se início a pauta do coletivo, primeiro o secretário municipal da agricultura colocou em votação a proposta do panfleto de coleta seletiva e passou informações sobre uma reunião na câmara dos vereadores para votação da autorização da construção de um galpão para o grupo. Nalva realizou uma fala de apoio às ações da prefeitura e se colocou à disposição para participar da reunião apoiando os catadores(as).

Na sequência, Nalva apresentou os princípios norteadores do MNCR, como a autogestão, democracia direta e ação direta popular. Também falou sobre o posicionamento do MNCR com relação à logística reversa e aos aterros sanitários. Contando a história do movimento, Nalva comentou como através de sua união, os catadores(as), que foram os primeiros a reconhecer o valor do “lixo”, vêm passando das ruas e da exclusão ao reconhecimento do valor do material reciclável e à “luta contra à burguesia” pelos resíduos. A liderança destacou ainda a importância do “protagonismo” dos catadores(as) através da “ação direta”, “da pessoa para o grupo, do grupo para a base, da base para a sociedade”.

Com a abertura do diálogo, os catadores(as) tiraram dúvidas sobre a venda do material para atravessadores, momento no qual Nalva explicou a importância das redes de comercialização para cortar os atravessadores menores e passar, pelo menos, aos atravessadores maiores que pagam um pouco melhor pelos materiais. Priscila, técnica da ANCAT, se ofereceu para ajudar com os registros dos materiais comercializados para que o grupo tenha um controle contábil. Assim, as duas se comprometeram a voltar à Lagoa de Roça para assessorar o grupo.

Dando continuidade aos princípios do MNCR, Nalva explica a importância do “apoio mútuo” e da “solidariedade de classes”, ressaltando que os catadores(as) precisam “construir a luta com todos os trabalhadores”. Após Nalva terminar de comentar os princípios do MNCR, Priscila colocou o mapa do fluxograma do movimento no chão e explicou como funciona sua organização, contando nesse momento com o apoio de um professor presente. Nalva destacou como funciona comunicação e como se dão as ações, reuniões e relatórios na prática.

Por fim, Nalva convidou os catadores(as) deste empreendimento a participarem do MNCR, leu o termo de adesão, deixou uma cópia com eles e informou que, caso tenham interesse em se integrar no movimento, depois ela voltaria para ver se estavam seguindo os princípios do movimento e confirmaria sua adesão ao MNCR. Encerrando o encontro, Nalva se propôs a solicitar aos demais membros da Rede Lixo e Cidadania (que ainda se encontrava em atividade em 2018) que o grupo pudesse começar a participar das reuniões. O que, na prática provavelmente não aconteceu porque a Relici já não se encontrou depois desse evento.

Com o fim dos recursos dos projetos, os grupos acabaram ficando isolados, pois, de acordo com os entrevistados, pela baixa renda dos catadores(as) torna-se muito difícil para essa categoria bancar os custos de viagem e a alimentação para realizar reuniões por conta própria. Mesmo dentro de uma mesma cidade os catadores(as) têm dificuldade de se reunir, recorrendo ao telefone para comunicação. Nalva comenta que sem as reuniões da Relici e sem o apoio das assessorias, seus deslocamentos pelo estado ficam restritos às ações previstas no projeto da

ANCAT, através do qual ela visita os empreendimentos de Campina Grande e de João Pessoa mensalmente. Para realizar visitas nas demais cidades do estado e mesmo para participar das reuniões dentro de João Pessoa, a catadora tem que arcar com as despesas de seu deslocamento, retirando da bolsa que recebe da ANCAT os custos de suas despesas.

Helena também comentou as dificuldades de Nalva em participar de tantas reuniões e atividades com seus próprios recursos, mencionando que a liderança visita os catadores(as) individuais quando pode, mas fica difícil manter um diálogo diante de tantas fragilidades. Assim, Helena considera que o MNCR não consegue estabelecer um diálogo fecundo com os catadores individuais, sendo a relação ainda mais frágil do que com os empreendimentos, não por falta de vontade de Nalva e sim pela falta de condições objetivas como tempo e dinheiro.

Nalva e a companheira de empreendimento também relataram a dificuldade de realizar as atividades do movimento sem apoio efetivo da coordenação estadual da categoria. Segundo as mesmas, elas duas acabam assumindo quase todas as responsabilidades do MNCR e da ANCAT no estado, recebendo mais cobrança que apoio efetivo dos companheiros de profissão.

De fato, os demais membros da coordenação estadual nos relataram apenas a participação em reuniões locais ou em eventos nacionais como a Expocatadores como parte de suas atribuições. Apenas Seu Chico comentou a importância de sua atuação enquanto liderança nas mobilizações e reuniões em cidades da região do Agreste paraibano. Sendo mencionado por Helena como um dos principais contatos do MNCR no estado, juntamente com Nalva.

Até aqui, observamos como se deu a inserção e desenvolvimento do MNCR na Paraíba, como se fortaleceram os laços entre o local e o nacional, e as formas de ação do MNCR na Paraíba ao longo do tempo. A seguir passaremos à análise da percepção dos catadores(as) paraibanos sobre o MNCR, mas antes, por havermos reconhecido que essas percepções estão em certa medida relacionadas ao modo como o movimento estava agindo localmente quando os entrevistados(as) começam a ter contato com o MNCR, nos propomos a identificar e sistematizar as diferentes fases do movimento na Paraíba.

Em um primeiro momento, que propomos chamar de estágio embrionário, surgiram iniciativas para a organização dos catadores(as) em associações e cooperativas por influência da Igreja Católica, entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Essa, através de sua rede nacional de arquidioceses, favorece o contato dos catadores(as) locais com lideranças de outros estados, tanto trazendo-os para os locais para realizar formações sobre os benefícios do trabalho cooperativado, como levando alguns catadores(as) para conhecer experiências bem sucedidas, como a de Belo Horizonte.

Logo em seguida veio o estágio do nascimento, quando os primeiros empreendimentos e mesmo catadores(as) que ainda coletavam individualmente foram envolvidos na construção da organização política da categoria a nível nacional através da caravana ao primeiro congresso. Observamos que quem participou da consolidação do MNCR, geralmente, demonstra grande identificação com o movimento, sentindo-se parte dele, como veremos adiante.

Propomos chamar o estágio seguinte do MNCR na Paraíba de infância, compreendendo o período da primeira década dos anos 2000. Nessa fase, como vimos, os empreendimentos de catadores(as) se multiplicaram no estado e começaram a se estruturar em questões de infraestrutura, ao mesmo tempo em que se fortaleceu a articulação dos catadores(as) a nível estadual através da Rede Lixo e Cidadania e do Fórum de Economia Solidária, porém ainda contando com forte apoio e, poderíamos dizer, praticamente dependência das entidades de assessoria como a Igreja, as universidades e as ONGs.

O estágio da adolescência seria referente à primeira metade da década de 2010, quando o MNCR avançou em termos de organização política no estado, consolidando um nome como liderança estadual e, através da parceria entre liderança local e lideranças de estados vizinhos, passou a realizar uma maior quantidade de “ações diretas”<sup>275</sup>. Nesse período, apesar de ainda contar com grande apoio das entidades de assessoria e começar a conquistar o apoio de gestores públicos municipais e estadual, os catadores(as) começaram a amadurecer seu posicionamento enquanto categoria, modificando suas relações com os diversos atores sociais com os quais se articulam, como veremos com mais detalhes no tópico 5.2.

O estágio de vida adulta do MNCR na Paraíba parece ter início entre o fim de 2017 e 2018, quando finalizaram a maior parte dos projetos, levando ao desaparecimento gradual de membros de entidades de assessoria do espaço público. A partir desse momento, por “rebeldia” ou por “falta de opção”, os catadores(as) passam a ter que enfrentar uma nova etapa que coloca à prova suas lições sobre autonomia, autogestão e emancipação enquanto coletivos e categoria.

Por último, destacamos que, apesar de não ser uma questão problematizada na fala dos catadores(as) paraibanos, a relação “hierárquica” entre o Sul-Sudeste e o Norte-Nordeste surge quando estes comentam que “seguem o movimento”, ou que é importante ver o “que o movimento diz” sobre determinada questão. Aparentemente os catadores(as) paraibanos parecem não sentir que decidem junto ao movimento, mas que o movimento decide e eles(as), enquanto parte do MNCR, devem seguir o que o movimento vem pautando.

---

<sup>275</sup> Por “ações diretas” os participantes do MNCR entendem: passeatas, manifestações e atos, interdição da entrada de empresas de lixo e estradas, realização de audiências públicas, lançamento de cartas públicas, etc.

Na prática as decisões do MNCR parecem não ser realmente tomadas, ou pelo menos dialogadas de maneira ampla, com suas bases, para que partam destas para “o topo” do movimento, como preconiza o MNCR. Em nossa pesquisa identificamos que o “núcleo duro” do movimento, ou seja, as lideranças mais antigas e experientes, tomam decisões com base na experiência acumulada e nos diálogos internacionais que dizem respeito a questões relacionadas à atividade dos catadores(as) para depois repassá-las às bases. Por funcionar nessa modalidade, é compreensível que as bases sintam um certo deslocamento entre “o MNCR” e “nós”.

Por outro lado, é importante pontuar que mesmo que em parte haja uma sensação de que o MNCR é algo externo, a maioria dos catadores(as) paraibanos declarou se sentir parte do movimento, sentindo-se fortalecidos e representados pelo MNCR. Poderíamos dizer que ao longo de seu desenvolvimento, o MNCR logrou criar em muitos catadores(as) a sensação de identificação com o movimento do qual fazem parte, ao ponto de que aceitem com entusiasmo o MNCR como seu representante legítimo. Por fim, vale destacar que, como vimos, essa legitimidade não é cega, podendo sofrer críticas de várias ordens.

#### **4.3 Percepções dos catadores(as) paraibanos sobre a organização da categoria**

Após sistematizar os vários estágios pelos quais passou o MNCR na Paraíba, podemos enfim analisar a percepção dos catadores(as) paraibanos a respeito da organização coletiva da categoria. Nos propusemos a utilizar a linha de desenvolvimento desses estágios como guia em nossas análises, observando como os catadores(as) que se envolvem com a organização coletiva em cada um desses períodos significam sua experiência no movimento dos catadores(as).

Para começar, observamos que vários catadores(as) que participaram dos estágios que chamamos de embrionário e nascimento demonstraram grande identificação com o movimento dos catadores(as), avaliando positivamente as conquistas do MNCR e reconhecendo que a organização coletiva, em empreendimentos e no próprio MNCR, transformou suas vidas.

Esse é o caso de Cleide, Neide e Marcos, que, ao serem indagados sobre se conhecem o MNCR, fazem declarações do tipo: “o movimento começou lá dentro do lixão mesmo”, “Com certeza! Fui bater em Brasília atrás do presidente, homi [risos]”, “No ano 2000 nós fizemos o movimento”. Poderíamos dizer que para esses entrevistados(as) não há uma separação entre o movimento de catadores(as), os empreendimentos de que fazem parte e sua profissão. Ser catador(a), por si, é ser parte do MNCR, um movimento que eles ajudaram a construir, seja dentro do lixão dialogando com outros catadores(as), seja no primeiro Congresso Nacional.

Entretanto, a percepção sobre a participação no movimento pode variar bastante. Por exemplo, Marcos, atualmente na coordenação estadual e ex-liderança nacional do movimento no estado, se considera parte do MNCR. Também Cleide, mesmo sem nunca ter ocupado um cargo no movimento, porém havendo participado de várias reuniões da categoria, se sente parte do MNCR. Enquanto isso, quando pergunto a Neide se ela participa atualmente no MNCR, a catadora não entende a pergunta e me informa que “só a diretoria participa mais das reuniões”, ou seja, ela percebe sua contribuição para o surgimento do movimento, mas não considera que participa do mesmo atualmente por não frequentar as reuniões da categoria.

Quando pergunto se o MNCR ajuda os catadores(as), Marcos responde:

Ele faz alguma coisa acontecer, mas a gente não tá vendo, aí num percebe, né? Aí por exemplo, sobre leis, sobre políticas públicas que a gente consegue dentro do ministério, né? Sobre... puxar políticos [...] que queira participar do movimento, que queira contribuir com os catadores de alguma forma, então essa é a maior força do movimento em relação aos catadores, né? Só que a gente que tá lá na ponta a gente não consegue perceber quais os benefícios e como é difícil conseguir qualquer coisinha, né? Até uma verba, um projeto, isso, aquilo outro, né? Antigamente a gente ainda conseguia, nesse governo anterior [Dilma] [...] hoje a gente não consegue mais aprovar projeto nenhum.

Talvez por já ter participado da comissão nacional do MNCR, Marcos consegue enxergar as contribuições “invisíveis” do movimento para a vida dos catadores(as), seja através das conquistas legais, das políticas públicas ou dos recursos para projetos. Ademais, mais uma vez o catador ressalta seu ponto de vista sobre os projetos, criticando o fato de que os catadores(as) na maioria das vezes só ganham conhecimento através dos seus representantes que frequentaram as formações e que muitas vezes não querem compartilhar dos conhecimentos adquiridos, no final das contas as associações ficam no mesmo ponto. Foi nesse momento em que perguntei se a ANCAT ajuda a levar o dinheiro direto para os catadores(as) ao invés de ir só para os apoios, ao que ele não responde diretamente, acabando apenas por criticar a ANCAT por estar fortalecendo “coopergato” ou empreendimentos muito novos e desestruturados, mas, no final de sua fala, comenta que a ANCAT também vem apoiando alguns grupos “sérios”.

Nas palavras de Cleide “os catadores só resolvem alguma coisa se tiver o movimento, né? A gente resolve junto, né? [...] A primeira marcha teve em Brasília, e aí foi através desses encontro que teve que a gente começamos ver a importância que tinha o movimento, né?”. A catadora demonstra perceber que é através do movimento que as associações e cooperativas de catadores conseguem realizar suas conquistas. Quando pergunto sobre os catadores individuais, Cleide afirma que estes devem se organizar para serem ajudados pelo MNCR.

Já Neide declarou que não sabia como o MNCR ajudava as associações/cooperativas, pensando que havia um recurso do movimento para os empreendimentos, provavelmente por ver os recursos da ANCAT como uma “doação” do MNCR. Com relação aos catadores(as) individuais, ela acha que não há como o MNCR ajudar esses catadores(as), mas “se eles chegarem nas associações e cooperativas com certeza vão receber ajuda também”. Pergunto se ela acha que conhecer o movimento contribuiu para ela decidir participar de associações e cooperativas, ao que ela responde que sim, pois quando ainda estavam no lixão visitavam associações e cooperativas pra ver o que estavam dizendo lá sobre o que era melhor para eles.

Com relação aos catadores(as) que passaram a se engajar mais na organização coletiva a partir do que chamamos de um estágio de infância, observamos que estes também parecem reconhecer a importância das associações e cooperativas para as melhorias de suas condições de trabalho e vida. Porém nem sempre veem o MNCR como um ator importante para essas conquistas, sendo mais comum atribuírem às assessorias o mérito por terem “mudado de vida”. É o caso de entrevistados(as) do mestrado e do doutorado da ARENSA, CAVI e CATAMAIS de Campina Grande, e do Acordo Verde de João Pessoa, que mencionaram as universidades, a Igreja, as ONGs, o Governo do Estado e políticas públicas federais como principais apoios.

Tendo em vista que nesse período o MNCR ainda estava se organizando localmente, é compreensível que apenas alguns catadores(as) que tiveram contato direto com lideranças de outros estados lembrem de mencionar o movimento em seus relatos sobre a organização dos empreendimentos dos quais participam atualmente. Este é o caso de Silvana e Laura que, como vimos, mencionam a contribuição do catador João de Pernambuco na formação da Catamais. Interessante registrar que as catadoras vendiam o material que coletavam juntas à Cotramare, se integrando a essa associação com o fechamento do lixão. Ou seja, mesmo sem ter participado do primeiro congresso nacional e sem estar tão próximas às formações sobre cooperativismo oferecidas por catadores(as) de outros estados trazidos pela Arquidiocese, elas já haviam ouvido falar do MNCR e de suas contribuições com os catadores(as) da cidade antes de ter um contato direto com membros do movimento, estando mais atentas ao apoio do movimento.

Quando pergunto de que forma o MNCR ajuda os empreendimentos de catadores(as), Laura declara que até agora não recebeu ajuda do movimento, só reuniões mesmo. Reconhece a ajuda do MNCR apenas nas viagens para os eventos, com hotel e alimentação das pessoas que vão aos eventos nas caravanas. Quando questiono que em outro ponto da entrevista ela respondeu que o MNCR deixava os catadores(as) mais fortes, ela contesta: “é que se não houver movimento não tem catador, não tem cooperativa”. Laura tem o entendimento de que os grupos

que não participam do movimento não são catadores de verdade, são uma cooperativa “de fachada”. Sobre os catadores individuais, não sabe dizer se o MNCR consegue ajudá-los.

Ouvindo a declaração da colega, Silvana explica que tem que ter ajuda do movimento para abrir as portas para a cooperativa, exemplificando que no Fórum de ES a primeira pergunta que fazem é se as cooperativas estão participando do movimento. Silvana considera que “eles”, as lideranças do MNCR, correm muito atrás das leis, de beneficiar os catadores(as), até conseguir, que estão correndo atrás para ajudar todos os catadores(as), mas fica mais fácil para quem já está organizado, quem está na rua fica mais difícil porque eles não estão por dentro. Em sua opinião, as principais conquistas do MNCR para os catadores(as) são a aprovação de leis que beneficiam não só a elas, da Catamais, mas as cooperativas do Brasil inteiro.

Já para Marisa, presidente da associação Acordo Verde em João Pessoa, o MNCR ajuda os catadores(as) através das informações que passa para eles e das reuniões nas quais o movimento está representando a categoria. Ela destaca o papel do MNCR na articulação com a UFPB para organizar o rodízio das doações entre os empreendimentos da cidade. Quanto aos catadores(as) individuais, o MNCR ajudaria convidando a participar dos empreendimentos, das redes de comercialização e do próprio movimento para aprender mais e crescer. Com relação às conquistas do MNCR para os catadores(as), Marisa considera que estas se relacionam às mudanças que o movimento promoveu na vida dos catadores através dos projetos e das redes de comercialização, que melhoraram ao largo do tempo e fizeram a renda ficar melhor também.

Jane, que atualmente é tesoureira da Arensa de Campina Grande, mas que já teve outros cargos na diretoria como de vice-presidente, participando das reuniões do Cataforte, da Rede CataPB e do FEES, considera que participa do MNCR porque a associação participa do movimento. Ela nos explica que apesar dela própria não participar das reuniões específicas do MNCR, que seriam as reuniões da Rede Lixo e Cidadania e os eventos da Expocatadores, as quais ficam sobre a responsabilidade de outros membros da associação, conhece o pessoal do movimento que visita a cooperativa, atualmente contemplada por um projeto da ANCAT, comentando que Nalva, Priscila e o pessoal da Catamais vêm todo mês à Arensa.

A catadora informa que teve formação do MNCR no galpão novo da associação, que receberam através de recursos do Governo Estadual por volta de 2016, ano quando a associação passa a ser contemplada pelo recurso da Coca-Cola via ANCAT. No antigo galpão não haviam tido formação, mas já conheciam o MNCR. Afirma que não sabe muito bem como funciona o movimento, mas sabe que ajuda os catadores do país todo, atrás de recurso e de parceria. Para ela, as principais conquistas do MNCR envolvem ajudar os empreendimentos de catadores(as),

conseguir recursos para que houvessem mais projetos, possibilitando aos empreendimentos conseguirem material e maquinário para trabalhar. Também comenta que acha importante que os catadores(as) participem do MNCR.

Para Nalva, que também se aproxima do MNCR durante o estágio de “infância” do movimento, o MNCR ajuda as associações/cooperativas de catadores(as) através da aprovação de políticas públicas e leis que beneficiem a categoria, do diálogo com empresários, das formações políticas buscando formar novas lideranças, através de intervenções em situações de conflitos locais/municipais, etc. Já quanto aos catadores individuais, o MNCR ajudaria identificando-os e convidando-os a participar dos EES e do próprio movimento.

A catadora avalia que esta é uma ação perigosa pois muitas vezes teve problemas com o tráfico, que a expulsou de alguns bairros, a impedindo de tentar organizar os catadores(as) para proteger os interesses dos sucateiros que se apropriavam do trabalho dos individuais. Nalva explica que mesmo sendo perigoso, esse é um trabalho que ela vem tentando desenvolver, ponderando que deveria haver apoio para trazer os catadores(as) até o movimento, fora das comunidades, o que reduziria os riscos para os catadores(as) e para as lideranças como ela.

Observamos como os catadores(as) que se envolvem com uma dinâmica de organização coletiva no estágio da “infância” do MNCR na Paraíba associam as melhorias nas suas condições de trabalho e vida às assessorias e as políticas públicas que ajudaram no processo de constituição e estruturação física e legal do empreendimento do qual participam. Só quando perguntamos diretamente sobre o MNCR, reconhecem a existência e importância do movimento para a categoria em termos de conquistas legais, conseguir recursos que chegam aos catadores através de programas de políticas públicas e através de parcerias com o setor privado, reconhecendo também o papel das lideranças do movimento enquanto representantes dos catadores(as) em espaços de diálogo, como pessoas que lutam por sua causa. Embora muitas vezes não saibam explicar de que maneira o MNCR contribui com os catadores(as) organizados e principalmente com os individuais.

No estágio que aqui estamos chamando de adolescência do MNCR na Paraíba, de 2010 até 2016 aproximadamente, o movimento estava consolidando a nova representação estadual. Seguindo os passos do que o MNCR tinha vivido nacionalmente na década anterior, os catadores(as) paraibanos começavam a criar espaços de diálogo exclusivos da categoria, a avaliar as decisões das assessorias e a execução das políticas públicas e a utilizar-se das ações diretas para pressionar gestores públicos e chamar a atenção da sociedade para a sua causa.

Nesse período a Rede Lixo e Cidadania também estava funcionando a todo vapor, contando com a participação e recursos de projetos executados por várias entidades de assessoria, começando a ganhar a simpatia e apoio de gestores públicos municipais e estaduais, e contando com a participação massiva dos grupos de catadores(as) de todo estado. Por esse motivo, é comum que os catadores(as) que participam dos empreendimentos que surgem nesse período apontem pessoas que participavam da Rede como atores importantes para sua organização coletiva, inclusive por apresentá-los ao MNCR.

Mariana, secretária da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Solânea (CataSol), e Chico, presidente da CataBans em Bananeiras, grupos de cidades vizinhas que se organizam concomitantemente por volta de 2012, mencionaram a UFPB, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a escola agrícola como principais apoios para a formação dos empreendimentos. Foram mencionados membros da UFCG e do Centrac, que participavam da Relici, como pessoas que contribuíram com formações, lhes apresentando ao MNCR. Mais uma vez, o MNCR ou o nome das lideranças do movimento só aparecem quando realizamos perguntas diretamente relacionadas ao MNCR aos entrevistados(as).

O caso de Antônio, que começou a participar da ASCAMARP em Pombal por volta de 2012 é ilustrativo para nosso argumento. Mesmo participando de uma associação consolidada no início dos anos 2000 e reconhecendo o papel da Igreja ao nos contar a história da formação do empreendimento, Antônio atribui à prefeita de Pombal, ao Cataforte na figura de Helena, e ao Governo do Estado na figura da ex-secretária da Sesaes, que aqui chamamos de Paloma, o papel de apoios principais à associação, não fazendo menção alguma aos primeiros contatos dos catadores(as) locais com o MNCR como algo que contribuiu com a organização do grupo.

Entretanto, mesmo sem associar o MNCR à consolidação dos empreendimentos, a grande maioria dos catadores(as) que se aproximam do movimento nesse período parecem ter uma boa visão do mesmo, reconhecendo inclusive a contribuição indireta do MNCR para a consolidação das associações e cooperativas. Como veremos a seguir.

O próprio Antônio declara que o MNCR “ajuda muito, né? No caso do ter conhecimento, sobre aprender coisa nova, novidade [...] a pessoa que não participar, a pessoa não consegue nada, né? Tem que ir pra ganhar, né?”. Em sua opinião, os catadores(as) só tem como conseguir alguma coisa com o governo se tiverem união, “sem união não se consegue nada”. Antônio informa que atualmente a associação não tem nenhum projeto com o MNCR, nem com o Governo, criticando os cortes feitos pelo Governo Temer e comentando que os catadores(as) “estão dependendo de Haddad” (estávamos às vésperas das últimas eleições presidenciais).

Quando perguntamos sobre as principais conquistas do MNCR para os catadores(as), Antônio responde que as principais conquistas do MNCR para a associação foi doar tudo que eles têm hoje: galpão, maquinário, caminhão. Percebemos que Antônio relaciona as conquistas do movimento aos benefícios que chegam ao coletivo que integra. Interessante comentar que o MNCR nunca deu nada para essa associação diretamente, porém, aparentemente, de certa forma o catador percebe que todas as políticas públicas de fortalecimento aos empreendimentos de catadores(as) que beneficiaram diretamente à associação, são conquistas do MNCR.

Todavia, Antônio considera que o MNCR ainda tem que conquistar “tudo”, “tem que conquistar os políticos”, “os grandes”, o que aponta um reconhecimento dos desafios da categoria em convencer políticos à nível nacional. Enquanto parte do movimento, os catadores(as) precisariam de coleta seletiva, apoio de prefeitura, unidade, apoio de combustível, ajuda da população que às vezes tenta ajudar e não consegue sem apoio do Governo.

Voltando a Chico, representante da coordenação estadual do MNCR, este responde à pergunta sobre a forma como o movimento ajuda os catadores(as) utilizando a metáfora do técnico de futebol. Ele explica que os presidentes das associações e cooperativas “têm que cair em campo e correr atrás do trabalho”, criticando os que esperam as coisas caírem do céu. A importância das associações e cooperativas seria conseguir as doações com mais facilidade do que os catadores individuais, pois os representantes dos empreendimentos podem ir às empresas com documentos na mão, podem exigir que o dono do supermercado doe os resíduos. O catador usa sua trajetória como exemplo de uma liderança que corre atrás das coisas para conseguir apoio de empresas, sociedade e de gestores públicos ao grupo do qual participa.

Ele comenta que em Bananeiras já existe uma lei municipal de gestão de resíduos, que na época da entrevista, outubro de 2018, estava em votação na Câmara dos Vereadores. A pedido dos catadores(as), os vereadores realizaram uma audiência pública, decidindo em assembleia alguns direcionamentos da lei. Chico explica que além dele, estavam presentes Nalva e Priscila, e que contaram com o apoio dos catadores(as) de Solânea e de Lagoa Seca, e com a UFPB.

Para Chico, o MNCR também consegue ajudar os catadores individuais organizando-os e politizando-os. Ele informa que também realiza esse trabalho de conversar com os catadores(as) individuais em Bananeiras, comentando que muitos não querem se organizar porque não querem pagar a mensalidade da cooperativa, uma taxa de 10,00 reais para cobrir despesas com documentação. Na opinião de Chico, as maiores conquistas do MNCR para os catadores(as) foram os documentos e as leis já assinadas, os direitos que os catadores passaram a ter, ressaltando o direito a estudar e completando que os avanços vieram através de muita luta.

Mariana, de Solânea, disse haver conhecido o MNCR através do pessoal da Centrac e da Cáritas, que foram ao lixão da cidade e levaram os catadores(as) para um evento em Campina Grande, o lançamento de um livro de fotografia de catadores(as) de todo o estado<sup>276</sup>, ocasião na qual conheceram Nalva. Depois disso, dois catadores(as) do Agreste participaram da Expocatadores em São Paulo e em Brasília, eventos que para Mariana “foram uma maravilha”.

Hoje Mariana considera que tanto ela quanto a associação participam do MNCR, avaliando que este ajuda os catadores(as) através da aprendizagem, em suas palavras: “[...] ela [Nalva] ensina [...] a gente fica sabendo de muita coisa [...] o valor que a gente tinha”, por esse motivo, acredita que é muito importante que os catadores(as) participem do movimento, porque “quem conhece o movimento, a vida da gente muda [...] e sabe que tem uma pessoa lutando por todos”. Quando pergunto sobre as principais conquistas do MNCR para os catadores(as), comenta que o movimento luta para conseguir os objetivos deles, galpões, maquinário, etc. Informando que muitas associações conseguiram se estruturar com a ajuda do movimento.

Também Alane começa a participar de uma cooperativa de catadores(as) e do MNCR por volta do ano 2012. A catadora, apesar de integrar a coordenação estadual do MNCR, não tem uma percepção positiva sobre o movimento no estado. Quando perguntamos de que forma o MNCR ajuda as associações/cooperativas de catadores(as), ela respondeu:

Assim, quando eles batiam mais de frente era nesse negócio de poder público, né? [...] As associações e as cooperativas poderem ter mais acesso a falar com um prefeito, a falar com um governante do Estado e ter mais acesso a esses negócios de prefeitura [...]. É assim eu nunca fiz parte de nenhuma, né? Mas assim, o que eu já ouvi falar de outros lugares eles sempre vão pra porta, né? Fazem uma comissão e vão pra rua, chamar atenção mesmo, né?

Alane, que participou de vários encontros estaduais e nacionais de catadores(as) como a Expocatadores, parece usar como referência de ação coletiva as ações diretas, das quais, não tendo participado, ouviu falar que acontecem com frequência em outros lugares. De fato, para quem lê as notícias do MNCR ou para quem ouve os discursos das lideranças nacionais em eventos, parece que os catadores(as) do Brasil estão o tempo todo interditando estradas, fazendo passeatas e audiências ou pondo “lixo” em frente às prefeituras para protestar por seus direitos. Talvez, influenciada por esse ideal de ação coletiva e sentindo falta dos tempos em que a Relici funcionava bem, permitindo que os grupos do estado estivessem em diálogo constante, Alane acabe se desanimando ao ponto de afirmar que já não há mais movimento no estado.

---

<sup>276</sup> O livro em questão, o qual ganhamos um exemplar de uma de nossas entrevistadas, se intitula *CATAÇÃO: Olhar juvenil sobre os(as) catadores(as)* e retrata visualmente a realidade dos catadores(as) organizados da Paraíba, que muitas vezes ainda coletam os recicláveis em meio aos lixões. Ver Silva e Silva (2015).

Quanto aos catadores(as) que trabalham sozinhos nas ruas ou lixões, Alane não sabe se o MNCR consegue ajudá-los, mas acha que seria bom se o movimento pudesse encaixá-los numa associação ou cooperativa. A entrevistada comenta que os catadores avulsos têm medo de participar de um grupo porque acham que ganham mais trabalhando sozinho, mas que os atravessadores pagam melhor por material limpo, pesado, separado e prensado das cooperativas. Assim, seria melhor para os avulsos participarem das associações e cooperativas.

Aproveitando a oportunidade para falar de catadores(as) individuais, trazemos a seguir a opinião dos quatro catadores(as) individuais por nós entrevistados. Dois deles integram a coordenação estadual, e é por eles que vamos começar a conhecer o que dizem os catadores(as) que não participam de associações/cooperativas sobre a organização da categoria.

Quando realizamos a entrevista, Danilo tinha 29 anos de idade e 11 na catação, declarando que decidiu trabalhar com reciclagem porque queria cuidar do meio ambiente. Faziam quatro anos que membros do Centrac, que realizavam um trabalho de formação com catadores(as) da cidade de Lagoa Seca, o convidaram para participar da Expocatadores de 2014. Ele declarou gostar muito dos conhecimentos que adquiriu no evento, principalmente sobre máquinas relacionadas à reciclagem, e da convivência com outros catadores(as). Foi através de cursos oferecidos pelo Centrac que conheceu Nalva, tornando-se integrante da comissão estadual do MNCR na votação realizada no Encontro Estadual de 2015. De lá pra cá, participou de duas reuniões da Relici e atualmente acompanha as discussões do movimento pelo Whatsapp.

Danilo explica que ele e alguns amigos querem montar uma associação, pois através desta teriam como acessar seus direitos como catadores(as). Entretanto, até o momento não tiveram os apoios necessários para estruturar fisicamente e legalmente o empreendimento. Na sua opinião, o MNCR ajuda tanto catadores(as) organizados como os que trabalham de forma individual como ele, pois os diálogos com pessoas do movimento “surtem efeito”. Ademais, o catador avalia que o contato do MNCR com as prefeituras e a participação do movimento nas audiências públicas realizadas nas câmaras municipais vêm contribuindo para que o diálogo com o município avance bastante. Danilo também destaca a importância das viagens realizadas por Nalva pela ANCAT para visitar os catadores(as) das várias regiões do estado, informando que em 2018 ela visitou o Sertão e que em 2019 deveria estar visitando o Brejo.

Josilene, catadora individual que coleta nas ruas de Campina Grande há 23 anos, conheceu o MNCR através do pessoal do Centrac, que lhe apresentaram Nalva, com quem trocou contato. Depois disso participou da Expocatadores três vezes, duas em São Paulo e uma em Brasília. No Encontro Estadual dos Catadores e Catadoras da Paraíba foi eleita representante

do MNCR, integrando a coordenação estadual. A catadora considera que participa do movimento, mesmo que atualmente só tenha contato com os demais membros da coordenação por telefone. Josilene considera que o MNCR é muito bom e que ajuda os catadores(as) fornecendo-os conhecimento. Ela explica que não tinha conhecimento e aprendeu muito nos encontros do MNCR com gente do país inteiro. Em sua opinião, é importante que os catadores(as) participem do movimento justamente para adquirir mais conhecimento.

Passamos agora aos relatos de duas catadoras amigas de Josilene, a começar por Lúcia. Catadora individual em Campina Grande há 28 anos, Lúcia conta que conheceu o MNCR através de Josilene, vizinha e amiga do bairro. Junto à amiga, participou do Encontro Estadual de Catadores e Catadoras da Paraíba, nunca havendo viajado para encontros fora da cidade. Considera que participa do MNCR porque Josilene passa todas as informações para ela e as demais amigas catadoras. Em sua opinião, o MNCR ajuda os catadores(as), comenta que ela “não sabia nem esses negócios [...] começaram a tomar conhecimento”. Mas, quando pergunto quais as principais conquistas do MNCR para os catadores(as), responde que “nada ainda”. Aparentemente, por não ser diretamente beneficiada pelas conquistas do movimento, torna-se difícil para Lúcia perceber de que forma esta luta contribui com a vida dos catadores(as).

Interessante comentar que Lúcia acha muito importante que os catadores(as) participem de associações e cooperativas. Ela justifica essa importância pela possibilidade de ter um lugar para guardar as coisas, não ter barata, mofo e escorpião dentro de casa. Em sua opinião, falta ajuda do Governo do Estado e do prefeito para que a associação/cooperativa delas saia, comentando que “só fica nas reuniões e promessas”. O primeiro desafio do grupo estava sendo conseguir um terreno, mas Josilene também comentou que precisam de apoio para conseguir resolver a questão de documentação e abrir o CNPJ do empreendimento, enumerando uma série de dificuldades iniciais como conseguir fardamento, EPIs, carro para transportar o material, etc.

Sônia, amiga de Josilene e de Lúcia, também afirmou que adoraria participar de uma associação/cooperativa, pois acha muito bom ter apoio “da prefeitura e dos ministros”, comentando que atualmente “só tem apoio de Deus”. A catadora narra a dificuldade de não conseguir nem mesmo material para “remendar a carroça”, como cola e borracha. Em sua opinião, todos os catadores(as) de uma cidade deveriam se juntar em uma única cooperativa “pra ficar tudo unido e conseguir as coisas”. Quando perguntamos quais seus planos para o futuro, respondeu que desejava “uma vida digna, que essa vida que a gente vive não é boa não”.

Sônia também considera que participa do MNCR devido ao contato que tem com Josilene. Comenta que conheceu o movimento em cursos oferecidos pelo Centrac sobre separação de

material. Apesar de ter comentado que sua vida mudou por estar em contato com as discussões sobre associativismo e cooperativismo, relatando que “viu seu valor e o valor das coisas que vende, viu que era gente”, considera que o MNCR não ajuda os catadores(as) em nada, desabafando “bom, só se eles ajudar esses que já tá em cooperativa, né? Porque a gente quer, a gente pede ajuda de apoio [...], mas a gente não tem. A gente é um cata na rua, jogados”.

Por último trazemos a fala de Edjane, a catadora cuja sua história foi resumida no início do tópico 2.2. Apesar de haver crescido no lixão e de sua mãe trabalhar há anos em cooperativas, Edjane informou que nunca quis trabalhar em uma associação/cooperativa. Primeiro pelos baixo rendimento e falta de direitos trabalhistas, segundo porque gosta de ter “independência”, preferindo o trabalho no lixão ou numa sucata, onde, de certo modo, ela “manda e desmanda”.

Edjane se considera gerente da sucata para a qual trabalha, embora não ganhe extra por suas atribuições de gerenciamento (como coordenação da equipe, venda do material, organização dos pagamentos, etc.) e ainda tenha que conciliá-las com as atividades de coleta, triagem e armazenamento de material. Apesar de apontar a renda baixa e a falta de direitos impedimentos para participar de um grupo autogestionário, Edjane tampouco tem sua carteira assinada, recebendo apenas um salário mínimo por mês independente de sua “produtividade”.

As estratégias de sobrevivência e sonhos de Edjane estão muito mais no campo do individual que do coletivo, como vimos no tópico 2.2 o maior sonho da catadora é ter seu próprio salão de beleza. Entretanto, quando perguntamos se ela considerava importante que os catadores(as) participem de associações ou cooperativas, ela respondeu que com certeza pois seria o melhor para eles, dizendo esperar que futuramente o governo ajude os catadores(as) de rua que estão muito expostos. A catadora não conhece nem nunca ouviu falar do MNCR.

As trajetórias de vida dos entrevistados(as) estão diretamente relacionadas à perspectiva que estes possuem sobre a organização coletiva. Identificamos que quanto mais intenso o envolvimento do catador(a) com grupos e atividades da categoria, como em empreendimentos ou uma forte união com outros catadores(as) da comunidade na qual residem, envolvimento em reuniões, eventos e principalmente em ações diretas como protestos ou audiências públicas, mais fácil é que este se sinta parte da categoria, e, muito provavelmente, parte do MNCR.

Nesse sentido, a dinâmica contextual do momento e o modo como o catador(a) passa a estabelecer um maior contato com coletivos de catadores(as) e com o MNCR, bem como os benefícios concretos que o catador(a) avalia que o movimento conseguiu para sua vida ou para a vida de outros catadores(as) que ele conhece pessoalmente, também influenciam a forma como interpreta a função do movimento e sua própria participação no MNCR.

Ademais, a pesquisa revelou que catadores(as) que estão há muito tempo no MNCR ou com histórico de participação em outros movimentos sociais, como associações de bairro, grupos da igreja, movimentos de sem-teto, MST ou o próprio Fórum de Economia Solidária, costumam acreditar na força da organização coletiva na luta por conquistas sociais. Mas isso já daria uma outra investigação, ficando como sugestão para as próximas pesquisas.

#### **4.4 Influências das especificidades locais na organização coletiva dos catadores(as)**

[...] a gente via por exemplo que o Nordeste era mais deficiente [...] No Sul era muito mais organizado [...] eles tinham mais condições do ponto de vista de apoios de políticas públicas. Aqui o assunto era muito novo [...] quase nenhum município, nem eles mesmos discutiam, cada um tava no seu lugar. Mas o fato é que existia lixão em tudo que era lugar e catador também [...] O limitante é que assim... eles tinham muita vontade, viram que existia lá um processo bem adiantado, só que aqui no Nordeste isso era muito insipiente, nem tinha apoio [...] do prefeito, em geral os municípios nem se aproximavam muito dessa realidade [...] no sentido de apoiar, de fomentar... ainda hoje é difícil, imagine naquela época que não tinha muita discussão a respeito<sup>277</sup>.

Como os catadores(as) do Sul e Sudeste começaram a se organizar socioprodutivamente e politicamente antes dos catadores(as) das demais regiões do país, o movimento realizou mais avanços em termos de conquistas legais e sociais nessas regiões. Mesmo que os paraibanos estivessem presentes na formação do MNCR em 2001, marchando à Brasília no primeiro Congresso Nacional da categoria, não podemos deixar de ter em vista que, enquanto nesse período haviam dois empreendimentos de catadores(as) recém criados na Paraíba, em outros estados vários grupos já contavam com mais de uma década de organização coletiva, havendo cultivado um diálogo com gestores públicos municipais e conquistado avanços como a implementação da coleta seletiva e fomento à estruturação de seus espaços de trabalho.

Essa diferença no tempo de organização coletiva dos trabalhadores(as) do eixo Sul-Sudeste em comparação com o eixo Norte-Nordeste-Centro-Oeste obviamente gera um descompasso quanto às conquistas da categoria entre as regiões. Acrescenta-se a isso o fato de as condições socioeconômicas e culturais dessas regiões do país serem bem distintas, o que também acaba influenciando nos desdobramentos da organização coletiva dos catadores(as) nas diferentes regiões. E é a essa questão que nos dedicaremos nesse tópico<sup>278</sup>.

---

<sup>277</sup> Helena, ex-funcionária da Arquidiocese da Paraíba e da Cáritas Regional.

<sup>278</sup> Esse tópico retoma, sintetiza e atualiza um debate que ensaiamos em nossa dissertação de mestrado, Santos (2016), sem, entretanto, aprofundar no tema do desenvolvimento no Nordeste como fizemos naquela ocasião. Sobre desenvolvimento no Nordeste, consultar: Oliveira (1981); Ismael (2015); Vêras de Oliveira (2015a); Silva (2016).

Silva (2016) explica que o fato do Brasil ser um país de dimensões continentais, estando entre os dez maiores países do mundo em termos de extensão territorial, população e economia, ao mesmo tempo em que é um país marcado por fortes heterogeneidades e desequilíbrios regionais, justifica a defesa da necessidade de adoção de políticas de desenvolvimento regional integrado, inseridas em um projeto nacional de longo prazo. O autor explica que até a década de 1950, os planos de desenvolvimento nacional praticamente não atendiam à temática regional. Por esse motivo os grandes projetos de investimentos setoriais se concentravam no Sudeste.

Véras de Oliveira (2015a), Ismael (2015) e Silva (2016) enfatizam que a primeira grande ação estratégica no sentido de reorganização do espaço econômico regional e de integração nacional nessa época foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, durante o Governo de Juscelino Kubitschek. Para Véras de Oliveira (2015a, p.45) “as características contemporâneas das dinâmicas sociais do trabalho no contexto nordestino têm suas raízes na formação sócio histórica da Região e, sobretudo, nas transformações trazidas com a SUDENE”. Assim, o autor se propõe a analisar as três fases principais na história econômica nordestina.

Véras de Oliveira (2015a) explica que a primeira fase ocorre entre a colonização à metade do século XIX, na qual se constituiu um “complexo econômico” baseado na agro-exportação da cana-de-açúcar (posteriormente, também de algodão, cacau, fumo etc.). Sendo marcada pelo trabalho escravo e complementada pela pecuária extensiva e a agricultura de subsistência.

A segunda fase na história econômica nordestina surge nos fins do século XIX e vai até a metade do século XX, com o “complexo regional” em articulação comercial com outras regiões, formando o mercado interno brasileiro. Nesta fase o Nordeste passou por uma crescente perda de espaço para os produtos do Centro-Sul, o que fragilizou sua economia. Se intensificam então os fluxos migratórios de trabalhadores(as) rurais nordestinos em busca de trabalho no Centro-Sul do Brasil, contribuindo para a formação do mercado de trabalho brasileiro como bem ilustram Barbosa (2008) e Lopes (2008).

No final dos anos 1950 passamos à terceira fase, quando, como solução para a “questão regional”, iniciou-se o processo de transferência do capital produtivo, público e privado, para regiões periféricas, explorando novas oportunidades de investimento. Em 1957 foi criado o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), tendo Celso Furtado a frente, do qual se originou a Sudene, que, juntamente com o Banco do Nordeste do Brasil, criado em 1952, ofereceram as bases de uma política desenvolvimentista para a região.

Ismael (2015) explicou que institucionalmente a Sudene apontava para um federalismo cooperativo no país, no intuito de enfrentar as desigualdades regionais. Enquanto que na dimensão econômica, favorecia a integração da economia nordestina ao centro dinâmico na região Sudeste. De acordo com Oliveira<sup>279</sup> essa foi uma estratégia do capital monopolista do Centro-Sul, envolvendo a burguesia internacional, burguesia do Centro-Sul, a burguesia industrial nordestina, a oligarquia agrária algodoeiro-pecuária e as forças populares. Sendo esta disputa mascarada pelos ideais populistas e nacionalistas. Para Ismael (2015), o Nordeste como unidade política é uma construção e não um desdobramento natural de seus atores políticos.

As consequências da existência e atuação da Sudene reafirmam a declaração de Oliveira (1981) de que a expansão do capitalismo no Brasil se dá estabelecendo relações antigas no novo e novas no arcaico. Os caminhos do desenvolvimento no Nordeste possibilitaram, assim, a coexistência de formas de organização produtiva voltadas à subsistência, formas tradicionais de produção capitalista e os grandes investimentos da indústria moderna e toda sua lógica capitalista. O novo arranjo, apesar de melhorar os indicadores sociais, produziu novos contrastes, desequilíbrios e desigualdades, a pobreza continua perseverando na região<sup>280</sup>.

As heranças do trabalho escravo e da estrutura fundiária baseada no latifúndio, associadas ao longo processo de incorporação do trabalho assalariado e à grande disponibilidade de mão de obra, entre outros aspectos, condicionaram a manutenção, mesmo com os novos projetos, de relações espoliativas de trabalho e de baixos níveis de remuneração<sup>281</sup>.

Véras de Oliveira (2015a) explicou que ao priorizar investimentos em setores intensivos em capital, a Sudene contribuiu para a constituição de um segmento destacado e reduzido de trabalhadores relativamente qualificados e bem remunerados, por outro lado diminuiu a demanda por mão de obra nos ramos tradicionais, intensivos em mão de obra.

Para os que não conseguiram se alocar nas velhas e novas oportunidades de trabalho assalariado, restavam as “opções” do auto emprego ou da migração, que muitas vezes levavam uma à outra, tendo o trabalho autônomo ou informal se intensificado com a industrialização da região<sup>282</sup>. Lopes (2008) destacou que a classe operária de São Paulo foi formada por migrantes rurais, inclusive do Nordeste, e imigrantes estrangeiros. Com baixo nível de qualificações, os migrantes rurais permaneciam presos nos cargos mais baixos, assim grande parte ansiava pela indenização da demissão para voltar ao campo ou montar seu próprio negócio.

---

<sup>279</sup> apud Véras de Oliveira, 2015a.

<sup>280</sup> Véras de Oliveira, 2015a.

<sup>281</sup> Guimarães Neto apud Véras de Oliveira, 2015a, p.50.

<sup>282</sup> Véras de Oliveira, 2015a.

Com o processo de migração dos trabalhadores da zona rural para os centros urbanos do eixo Sul-Sudeste entre 1950 e 1970, o trabalho da catação de recicláveis se intensificou nas grandes metrópoles. A catação surgiu como alternativa para os migrantes rurais que não encontraram espaço no mercado formal de trabalho devido à baixa qualificação ou inadaptação para o trabalho industrial e também devido à própria dinâmica de exclusão criada pelo capitalismo, que conserva um exército de reserva como forma de regular e rebaixar os salários.

Para os que permaneceram no Nordeste, diante à seca e a falta de oportunidade no meio rural, restou a migração para os centros urbanos da região, onde desenvolviam vários trabalhos informais. Na falta desta opção ou diante uma situação de extrema pobreza, restava buscar nos lixões comida e materiais que pudessem consumir ou revender para garantir sua sobrevivência.

Essa foi a trajetória do núcleo familiar de vários de nossos entrevistados(as). A exemplo de Edjane, a catadora-gerente de sucata, que nos relatou que sua mãe nasceu na zona rural de Souza, onde vivia da agricultura, mudando para a cidade de Campina Grande quando casou, indo morar no lixão. O pai de Edjane trabalhou como pedreiro e limpando fossa, até que os dois decidiram se dedicar exclusivamente à catação, envolvendo os cinco filhos mais velhos na atividade. A família de Edjane passou mais de 50 anos no lixão, até que este foi fechado no início dos anos 2000. Como visto no tópico 2.2, até hoje parte da família vive da reciclagem.

Seguindo com o histórico do desenvolvimento do Nordeste, Silva (2016) pontuou que devido à crise econômica internacional dos anos 1970, o Brasil passou a enfrentar sérias dificuldades fiscais e financeiras que desencadearam a crise do modelo desenvolvimentista em curso. O agravamento das condições da economia acarretou pressões para a adoção de políticas de desregulamentação, privatização e liberalização dos mercados, que já na década de 1990 resultaram em uma reestruturação industrial com forte impacto negativo no mercado de trabalho e em uma nova inserção da economia doméstica no sistema econômico global. Conseqüentemente, assistiu-se a um desmonte das instituições de políticas de desenvolvimento regional, que perderam sua força de intervenção no território. Desse modo, a questão regional ficou restrita à implementação de grandes projetos industriais (metalúrgicos, petroquímicos, energéticos etc.), os quais reconfiguraram o território nacional. As agências regionais, como a Sudene, passaram a se limitar a distribuir incentivos fiscais entre grupos econômicos dominantes e a apresentar planos que não chegaram a ser executados em sua maioria.

As transformações decorrentes da crise da década de 1990 seguiram a tendência global na região Nordeste. Aos empregados regulares impunha-se a flexibilização das funções e da jornada de trabalho, ao mesmo tempo em que cresciam os trabalhos periféricos, revivendo

sistemas antigos como o trabalho doméstico, artesanal, familiar, paternalista. A adoção de políticas neoliberais trouxe a liberalização e privatização da economia. Com a abertura econômica e o incremento dos investimentos estrangeiros, tem início a “guerra fiscal” dos estados, que buscam atrair o investimento estrangeiro para suas localidades<sup>283</sup>.

Ismael (2015) e Silva (2016) explicaram como o processo de redemocratização do país conduziu à descentralização político-financeira do Estado, consagrado na Constituição Federal de 1988. Com as mudanças no sistema tributário, os estados federativos conquistaram maior liberdade para legislar sobre matéria tributária, o que deu margem à concessão de benefícios fiscais na tentativa de atrair investimentos privados. Processo que implicou numa guerra fiscal no país, quando incentivos fiscais e investimentos públicos (em infra-estrutura, capacitação de mão de obra etc.) passam a ser fortemente utilizados para atrair indústrias do Centro-Sul. Souza<sup>284</sup> alerta as mudanças legislativas vão ter impactos diferentes em cada estado/região, pois as diferenças estruturais destes dão a eles maior ou menor força na disputa que se estabeleceu.

O quadro de liberalização e privatização da economia repercutiu ainda mais forte no Nordeste, onde, segundo Gomes e Vergolino<sup>285</sup>, o encolhimento do governo ocorreu de modo mais rápido em comparação ao resto do país. A Sudene e as políticas de desenvolvimento regional se desgastaram rapidamente, até a extinção da superintendência em 2001. Em seu lugar passou a funcionar a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), com funções mais modestas. Ismael (2015) atribuiu o fechamento da Sudene às dificuldades de adaptação à nova realidade do federalismo brasileiro. Como os estados tinham agora maior liberdade e autonomia passam a priorizar as ações individuais em detrimento das ações cooperativas da Sudene.

É também na década de 1990, durante a “Era Collor”, que tem início a reestruturação do parque industrial brasileiro para se adaptar às exigências impostas pelo processo de globalização dos mercados. A reestruturação reduziu os empregos industriais, desnacionalizou setores, fechou unidades fabris e ocasionou a desconcentração espacial da produção, fazendo com que empresas se movessem para outras regiões do país. Diferentemente da região Centro-Sul, que buscava atrair os modernos setores industriais (como montadoras de automóveis), o Nordeste concentrou seus esforços na atração de setores industriais que só exigiam o que tinha em abundância: mão de obra barata e desorganizada, com uma fraca organização sindical<sup>286</sup>.

---

<sup>283</sup> Sobre a guerra fiscal no Nordeste ver Lima (2002) e Ismael (2015).

<sup>284</sup> apud Ismael, 2015.

<sup>285</sup> 1995 apud Vêras de Oliveira, 2015a.

<sup>286</sup> Lima, 2002.

Ismael (2015) alertou que os estados nordestinos não possuem a mesma capacidade para concessão de incentivos fiscais, tendo a Bahia, Pernambuco e Ceará – os maiores beneficiados pelos projetos da Sudene até a década de 1980 – uma vantagem nessa estratégia de atração de empreendimentos industriais. A Paraíba entrou com atraso na guerra fiscal, entretanto, foi pioneira na interiorização de setores da produção industrial. O Estado oferecia uma redução de ICMS gradativamente maior para as empresas que se instalassem no interior do estado, promovendo três polos: João Pessoa, Campina Grande e Patos<sup>287</sup>.

Na avaliação de Lima (2002), tal qual a Sudene, a Guerra Fiscal não foi capaz de solucionar os problemas sociais e econômicos do Nordeste ou de qualquer um dos seus estados. Para o mundo do trabalho no Nordeste a herança da Guerra Fiscal é um subproletariado, semi-especializado, acostumado com relações trabalhistas que não garantem direitos legais.

Como fica claro ao longo deste tópico, o mercado formal de trabalho do Nordeste não foi construído de maneira que possibilite a absorção da força de trabalho local. O Nordeste não conta apenas com um volumoso exército de reserva como outras regiões do país, trata-se de uma situação de desemprego estrutural histórica, que gera um quadro de pobreza e miséria tão complexo que afeta até mesmo a percepção dos trabalhadores acerca do que seria uma condição de trabalho precária. Nesse cenário, qualquer fonte de renda passa a ser valorizada por mais que os trabalhadores percebam as más condições do trabalho, o que contribui para manter os salários praticados na região abaixo da média nacional e para pressionar os trabalhadores a aceitarem trabalhos flexíveis, precários e precarizados.

Além do baixo número de vagas no setor formal, a baixa qualificação, a baixa escolaridade e a falta de experiência registrada dificultam a inserção de trabalhadores no mercado formal de trabalho do Nordeste. Os que não conseguem ser absorvidos pelo mercado formal têm três saídas principais: a migração para centros industriais mais dinâmicos, a inserção no mercado informal de trabalho e a busca por soluções alternativas como a economia solidária. Como observamos em outro momento, muitas vezes o trabalhador nordestino alterna entre estas três “opções”, de acordo com suas capacidades, vontades, possibilidades e oportunidades<sup>288</sup>.

De acordo com Vêras de Oliveira (2015a), o Governo Lula inaugurou um período de recuperação econômica, mantendo o mercado de trabalho estável mesmo com a crise global de 2008. Surge um novo discurso desenvolvimentista, realçando o compromisso com a geração de emprego e renda e a estabilidade macroeconômica, tendo por emblema maior o Programa de

---

<sup>287</sup> Ibid.

<sup>288</sup> Santos, 2015.

Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007. “Objetivou-se, por meio de investimentos principalmente em infraestrutura, aumentar a produtividade das empresas, estimular investimentos privados, gerar emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais”<sup>289</sup>. Em 2010, o compromisso foi reafirmado através do PAC 2.

Silva (2016) ressaltou que ainda em 2003 começa a ser implementada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizada em 2007. A PNDR foi lançada paralelamente ao Pacto para a Gestão Territorial Integrada, reconhecendo que as desigualdades regionais constituem enormes obstáculos ao desenvolvimento do país, devendo-se primar por uma atuação articulada entre governos e atores sociais na busca da redução das desigualdades. Esperava-se apresentar uma estratégia estruturada de ação estatal como alternativa à guerra fiscal e à fragmentação territorial que predominavam no país desde 1980.

Analisando a PNDR de 2003 a 2014, Silva (2016) considerou que a principal novidade expressa pelo plano, além de trazer de volta a temática do desenvolvimento regional à agenda pública, foi o fato de ser “a primeira experiência verdadeiramente nacional de desenvolvimento regional, isto é, com foco de atuação diferenciada de acordo com as realidades inter-regionais e intrarregionais em todo o território brasileiro”<sup>290</sup>. Para o autor, até então, as ações de desenvolvimento regional se restringiam a uma região específica, desconectando-se do caráter global do desenvolvimento brasileiro e se voltando a favorecer as elites locais.

No entanto, o próprio Silva (2016) apontou alguns entraves na condução da PNDR: a fragilidade dos instrumentos de cooperação e coordenação entre as unidades subnacionais; o entrave dos mecanismos de financiamento das ações e projetos previstos; a instrumentalização do conceito de arranjos produtivos locais, que sem uma definição clara permitiu o financiamento de projetos sob mecanismos políticos e interesses de grupos setoriais, reforçando a prática da velha lógica clientelista na alocação de recursos; e estruturas de governança pouco efetivas, impedindo uma maior articulação política de apoio a projetos estratégicos nas mesorregiões. Poucos fóruns mesorregionais tiveram uma vida ativa, no sentido de congregar diferentes forças sociais para elaborar e implementar um plano de desenvolvimento territorial.

Contudo, Silva (2016) concluiu que embora a PNDR não tenha alcançado toda a magnitude esperada em termos de resultados, dados os desafios que uma ação estatal dessa natureza tende a enfrentar, os processos instituídos constituem um material importante de análise para o próprio aperfeiçoamento de seus instrumentos institucionais de implementação.

---

<sup>289</sup> Vêras de Oliveira, 2015a, p. 61-62.

<sup>290</sup> Silva, 2016, p.373.

Verás de Oliveira (2015a) avaliou que a retomada do crescimento econômico no Nordeste foi favorecida por esse novo contexto, resultando no incremento da capacidade de consumo, favorecida pelo aumento das transferências monetárias federais, assim como pela adoção de uma política de valorização do salário mínimo e pelos reajustes das categorias profissionais acima da inflação. Por outro lado, derivou do aumento nos investimentos públicos e privados. Mesmo assim o Nordeste continuou socialmente diferenciado, mantendo elevados índices de desigualdade e pobreza, que manteve altas as taxas de migração e de informalidade.

Na opinião de Ismael (2015), a trajetória da economia nordestina acabou frustrando quem esperava um incremento no dinamismo econômico dos estados nordestinos. Apesar de se registrar um avanço quantitativo, como o aumento da participação do Nordeste na economia, e qualitativo, com novos empreendimentos industriais e expansão do setor de serviços, este avanço não se difere muito do alcançado na época da Sudene. O autor explica que infelizmente permanece a tendência do foco das políticas públicas na “questão-problema” do Nordeste, que seria a pobreza, ao invés de voltar-se ao “espaço-problema”, visando atacar os fatores que retiram competitividade da economia nordestina, o que permitiria combater a pobreza através da geração de emprego e renda. Inclusive, as duas lógicas poderiam ser combinadas.

Com Temer no Governo, começa o desmonte das políticas de geração de trabalho e renda e de redistribuição de renda, que juntas contribuía para minimizar a situação de pobreza na qual vivem muitos nordestinos, entre eles os catadores(as). Tal desmonte se intensificou ainda mais com a eleição de Jair Bolsonaro. Entretanto, vale mencionar que em 30 de maio de 2019, Bolsonaro aprovou o Decreto Nº 9.810, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, dando uma nova cara e direcionamento a forma de se pensar o desenvolvimento regional no Brasil. Por hora, ainda é cedo para avaliarmos os efeitos dessa nova política na vida dos nordestinos, porém, o posicionamento do presidente leva a esperarmos uma prática mais ultraliberal e intervencionista que democrática e participativa.

Seguimos agora à uma aproximação da discussão exposta com o caso dos catadores(as). Analisando a organização coletiva dos catadores(as) paraibanos, Helena põem em evidencia o modo como o padrão de desenvolvimento do Nordeste, marcado por uma situação de pobreza estrutural e luta por sobrevivência, além de um atraso temporal no fortalecimento das discussões sobre a pauta dos catadores(as), dificultou o desenvolvimento da ação coletiva desses trabalhadores(as) a nível local. Em sua opinião, ainda hoje o MNCR tem uma expressão muito fraca no estado, mesmo com a eleição de Nalva como liderança estadual e a formação de uma comissão de representação estadual, o movimento não teria organicidade a nível estadual.

[...] não existe no estado o Movimento Nacional dos Catadores, assim, [...] eles não conseguem se encontrar, eles não conseguem construir pautas conjuntas, eles não conseguem se apresentar enquanto movimento autônomo, é... cada um tá na sua base, tentando sobreviver lá. Agora, também assim com enormes dificuldades, que a gente sabe que a realidade dos municípios aqui no Nordeste é bem diferente da situação dos municípios em outras regiões. Se você vai em São Paulo, no Sul, claro, tem desafio, tem, mas aqui é tudo muito precário. Então, o povo vive pra... assim, pra sobreviver, pra comer amanhã. Tão envolvidos na dinâmica local e não ainda, é... entenderam ou se fortaleceram suficiente pra se entender enquanto movimento conjunto.

Um ponto que chama atenção na fala da entrevistada diz respeito a questão da própria luta pela sobrevivência como centro das preocupações dos catadores(as) e da população pobre do Nordeste em geral, que retira o foco da organização coletiva, dificultando o processo de fortalecimento da categoria. Por mais que os catadores(as) de outras regiões também enfrentem dificuldades com relação a dureza do trabalho para conseguir renda para viver, observamos que na Paraíba as retiradas são muito mais baixas que nos demais empreendimentos observados.

Ademais, enquanto na Paraíba muitos catadores(as) passaram toda a vida lutando “pelo pão de cada dia” em trabalhos informais e precários, em outras regiões com um mercado de trabalho formal mais consolidado, as pessoas que hoje vivem da reciclagem por vezes, mas nem sempre, tiveram outras experiências laborais com acesso a direitos e até mesmo com participação em movimentos de trabalhadores. Essa experiência anterior deu aos catadores(as) de regiões mais dinâmicas outros referenciais para pensar e valorizar a organização coletiva e para desejar lutar nessa nova profissão pelos direitos com os quais já estão acostumados.

Avaliando a organização dos catadores(as) no Brasil ao longo das últimas três décadas, Loise, doutora em Recursos Naturais e professora da UFCG, declarou:

Bom, o movimento é um movimento crescente que realmente teve conquistas, mas que também ele foi polarizado em termos de regiões. Aqui pro Nordeste mesmo, eu acho que os dados do saneamento [...] nas áreas do Norte-Nordeste são mais carentes de maiores... inclusive presença dos movimentos das políticas, né? Pra que eles pudessem contribuir mais efetivamente e fortalecer o trabalho deles aqui na região. [...] Porque a questão dos descartes na região Norte e Nordeste são mais críticos, e é onde tem [...] menor número de aterros [controlados] e uma grande quantidade também de catadores desorganizados. Então, quando eu digo polarização... tá, é que, por exemplo, a região Sudeste, a região Centro-Oeste e a região Sul elas têm lideranças mais fortalecidas inclusive pelas políticas aplicadas por cada região e aí isso fortalece a ação do movimento nessas áreas e aqui a gente tem o que? A gente tem ausência de integração da ação do catador com as políticas públicas que os gestores preconizam [...] [os gestores municipais] não avançam<sup>291</sup>.

---

<sup>291</sup> Loise, professora da UFCG, entrevista realizada em 15 de outubro de 2018, na UFCG.

Com o olhar posicionado sobre a perspectiva das ciências exatas, Loise trouxe à tona outras questões interessantes para que se compreendam as diferenças entre a organização dos catadores(as) nas regiões Norte e Nordeste em comparação com as demais regiões do país. Como bem advertiu a entrevistada, a situação do descarte dos resíduos sólidos e do saneamento público são mais críticos nessas regiões, onde ainda há uma grande quantidade de aterros sanitários funcionando de forma inapropriada, bem como uma forte presença de catadores(as) de materiais recicláveis nesses espaços, como visto no capítulo II.

Soma-se a isso o fato de que nessas regiões não houve tanto incentivo de políticas públicas que fortalecessem a categoria ao longo dos últimos anos, desse modo, haveria uma ausência de integração entre a ação dos catadores(as) com as políticas públicas. Ademais, na avaliação da entrevistada, os gestores públicos municipais nordestinos não avançam na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à gestão de resíduos sólidos e à integração socioeconômica dos catadores(as) tal como preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Interpretação que corroboramos após observarmos os dados quantitativos que mostraram a realidade da gestão de resíduos nos municípios paraibanos no primeiro tópico desse capítulo.

Pontuando ainda outras questões relacionadas ao tema das diferenças regionais, quando perguntamos a Loise se, em sua opinião, a economia solidária e o MNCR contribuem efetivamente para mudar a realidade dos catadores(as) de materiais recicláveis, ela declara:

Sim [...]. Bom, é como eu falei, na região Sul, na região Sudeste, o movimento é muito mais ativo, muito mais fortalecido, porque as regiões até geograficamente estão mais próximas, aí eles se unem mais, vão pra Brasília e fazem reuniões e... que isso respinga aqui, né? O que se decide lá, praticamente é o que a gente tem que seguir por aqui.

O trecho torna visível ainda a questão da relação inter-regional do MNCR, como o movimento é mais forte nas regiões Sul e Sudeste, seja pelo tempo de organização dos catadores(as) nessas regiões seja pela maior integração entre eles, a maioria das decisões do movimento é tomada nessas regiões. Desse modo, acaba restando às demais regiões, principalmente ao Norte e ao Nordeste, seguir as diretrizes nacionais do movimento.

Após analisar o modo como a organização coletiva dos catadores(as) se desenvolveu na Paraíba, como o MNCR age nessa localidade e como as instâncias nacionais e locais se relacionam, pontuando ainda de que modo as especificidades locais interferem na organização desses trabalhadores(as), passamos ao próximo capítulo, no qual pretendemos observar mais detidamente a maneira como se dá a ação coletiva entre os catadores(as).

## 5 A construção da ação coletiva entre os catadores(as) através do MNCR

Nesse capítulo pretendemos deter nosso olhar sobre o modo como se constroem e se efetivam as práticas de ação coletiva dos catadores(as) através do MNCR. Para auxiliar nossa análise, incorporamos o conceito de “matrizes discursivas” desenvolvido por Eder Sader (1988), ao qual Vêras de Oliveira (2012) compreende como “matrizes prático-discursivas”, modo como utilizaremos; e o conceito de “repertório” de Charles Tilly. Como os conceitos foram analisados no capítulo I, aqui apresentamos apenas uma síntese dos mesmos.

Sader (1988) explica que nas lutas sociais, os sujeitos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos, recorrendo a matrizes-discursivas constituídas para abordar a realidade, que implicam diversas atribuições de significado, e, conseqüentemente, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação do vivido em referência a determinados valores e objetivos. Não se tratam, contudo, de simples ideias, sua produção e reprodução dependem dos lugares e práticas materiais onde estão situados os sujeitos. Ademais, no decorrer das lutas e ao largo da história concreta, as matrizes se mesclam e se transformam. Vêras de Oliveira (2012) dá ênfase às práticas presentes nessas matrizes, além de discursos.

Já Tilly, se apropriando do termo repertório do campo da música e estendendo-o posteriormente ao campo do teatro, faz desse um dos conceitos centrais de suas análises. Repertório compreenderia o conjunto limitado de performances, ou formas de ação política, surgidas em meio a conflitos numa dada época e que a partir de então ficam à disposição dos atores sociais, sendo aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. O repertório não é, assim, peculiar a um grupo, mas a uma estrutura de conflito historicamente estabelecida, representando uma expressão da interação histórica e atual entre atores e seus opositores, modificando-se a partir das próprias ações<sup>292</sup>.

Nesse capítulo nos propomos a identificar quais as matrizes prático-discursivas que compõem o caldo que deu origem a matriz do MNCR, para, a partir daí, entendermos como se conformou o repertório de ação coletiva que o movimento tem disponível hoje. Essas informações nos ajudaram a compreender o que leva os catadores(as) de materiais recicláveis a mobilizarem certas estratégias e formas de ação coletiva em cada período do seu processo de organização coletiva. Ademais, buscamos observar quais as implicações da ação coletiva em termos de conquistas e mudanças em suas condições de trabalho e vida, bem como em termos da implicação desse processo nas relações com outros atores sociais.

---

<sup>292</sup> Cf. Mc Adam, Tarrow e Tilly, 2009; Tilly, 2010; Alonso, 2012; Alonso e Botelho, 2012; Bringel, 2012.

## 5.1 O processo de incorporação das matrizes prático-discursivas

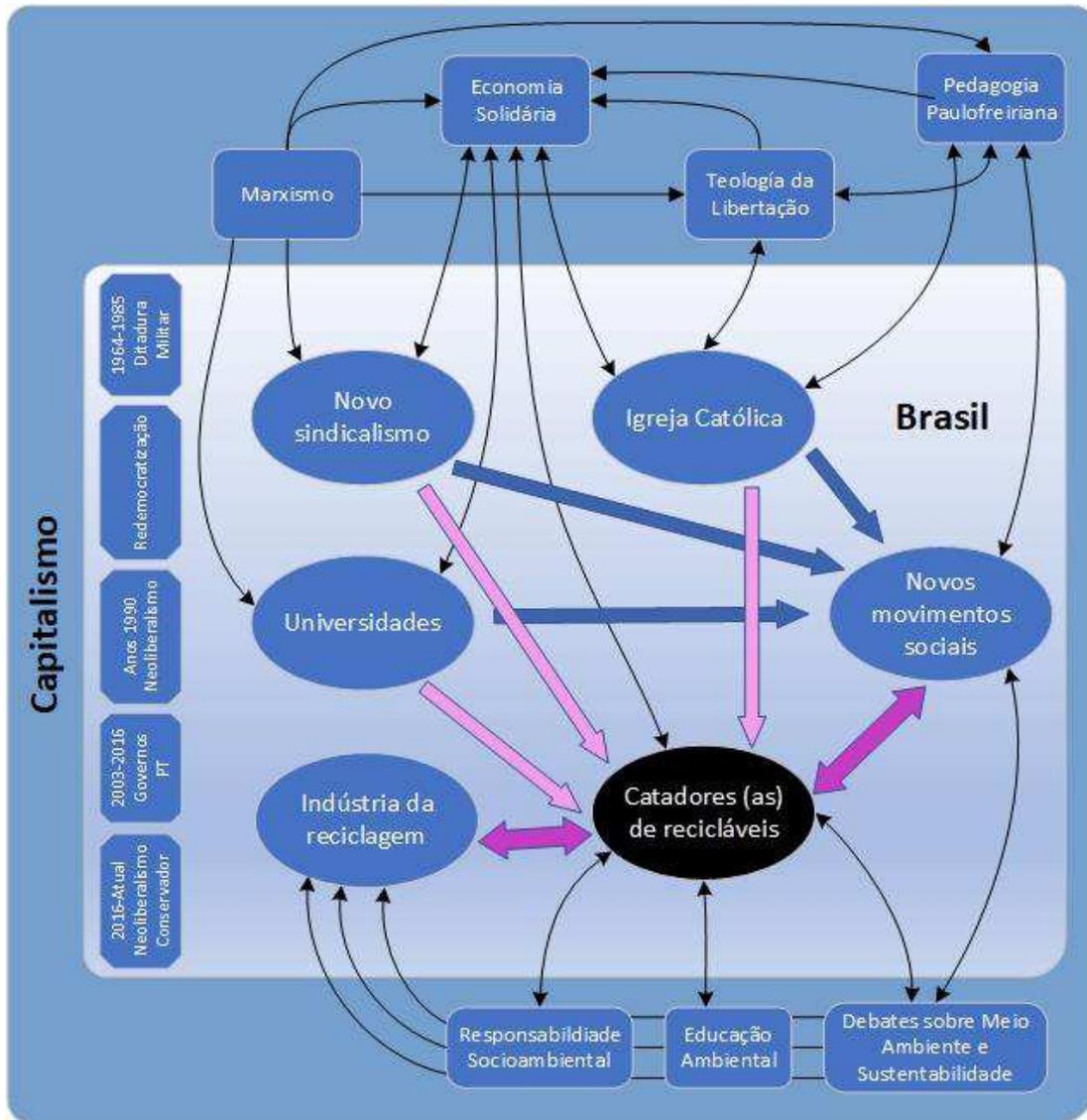
No terceiro capítulo dessa tese discorreremos sobre alguns dos principais processos macrossociais que de alguma maneira contribuíram para que os catadores(as) de materiais recicláveis se organizassem coletivamente. O motivo para tal longa, porém necessária, exposição foi contextualizar o meio no qual a organização dos catadores(as) teve início. A partir do esboço desse cenário, e tendo conhecido a história da organização dos catadores(as) no Brasil e na Paraíba, pudemos enfim tornar visíveis os fios que relacionam o contexto macrossocial com os níveis meso e microssociais nos quais os catadores(as) estão inseridos. Nesse movimento buscamos trazer à superfície de que forma os processos macrossociais mencionados contribuíram para a organização coletiva desses trabalhadores(as) na prática de suas experiências locais.

O tipo de análise que realizamos se inspirou nas investigações de Thompson (1987a, 1987b e 1987c), Sader (1988) e Vêras de Oliveira (2011). Onde a reconstrução histórica de um contexto, a análise dos eventos que se passam dentro desse contexto, a análise das práticas e discursos dos atores envolvidos nos acontecimentos analisados e os significados que imprimem às suas ações, revelam aspectos importantes para compreender o fenômeno social em foco.

Primeiramente é importante ter em mente que, como a grande maioria dos movimentos sociais, o MNCR surge por meio de uma complexa e mutável articulação entre diferentes atores sociais. Com isso queremos dizer que o MNCR não é um “movimento puro”, ou seja, não é, ou pelo menos não foi inicialmente, composto exclusivamente por catadores(as). Desde seus primeiros passos ainda na década de 1980, a composição social do movimento inclui os próprios catadores(as), membros da sociedade civil (da Igreja Católica e de ONGs), e também intelectuais dos setores médios da sociedade, como pesquisadores universitários. Principalmente no início, a sociedade civil e os intelectuais tiveram um grande peso na própria constituição do movimento dos catadores(as), mobilizando-os e oferecendo-lhes elementos teórico-discursivos e práticos que delinearam os traços gerais de sua organização coletiva.

Iniciando nossa análise trazemos um esquema que pretende sintetizar um pouco do contexto que estamos observando. Esse esquema apresenta os principais atores sociais que vêm se relacionando diretamente com os catadores(as), influenciando de alguma maneira em sua organização coletiva. Ademais, o esquema proposto expõe algumas das principais matrizes prático-discursivas que foram incorporadas ou elaboradas por esses atores sociais, oferecendo diferentes significados às suas ações e sendo mobilizadas por eles em seus discursos e práticas.

Figura 13 - Conexões entre matrizes práico-discursivas e atores em nível macro



Fonte: Elaboração própria

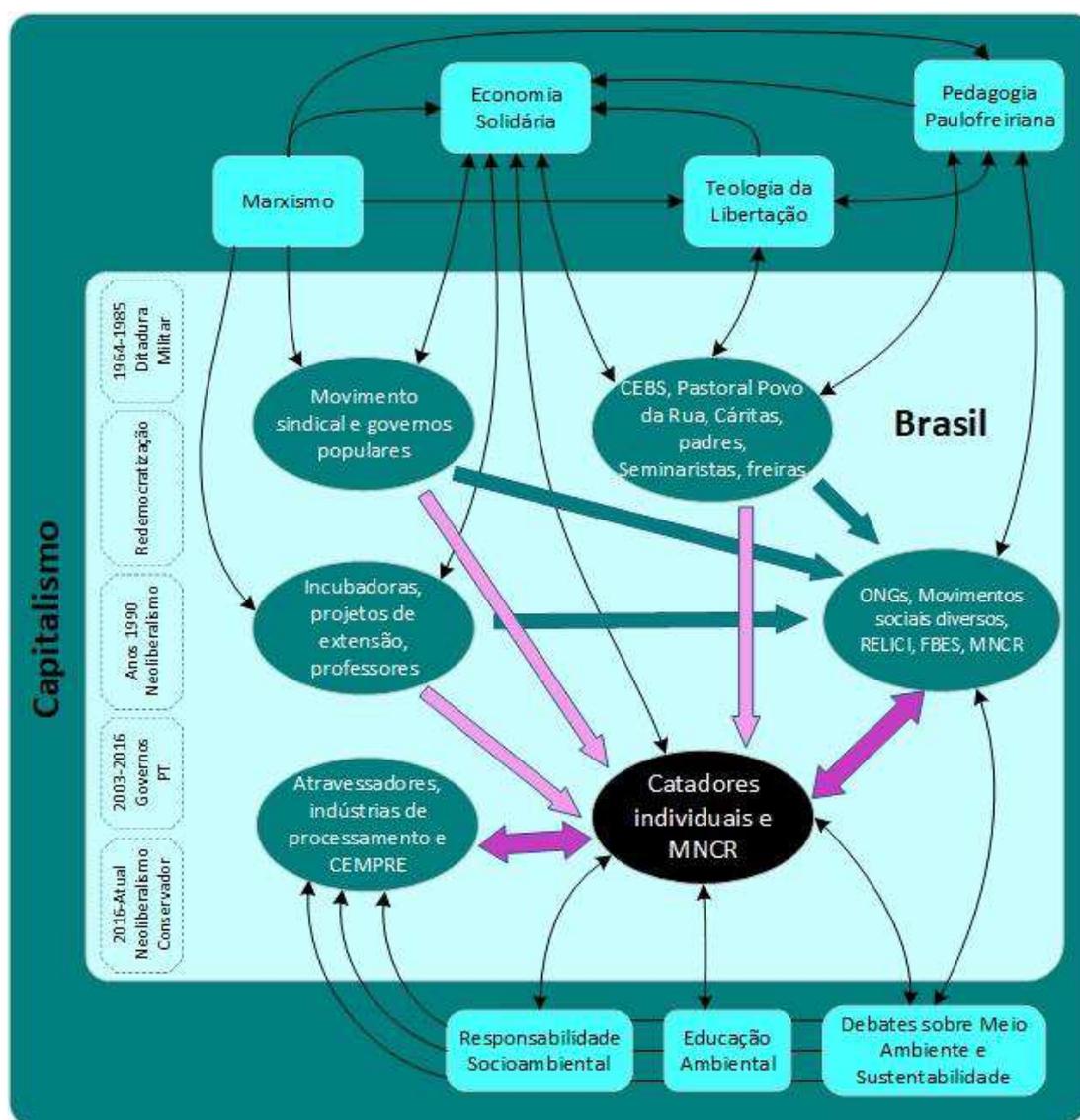
Como o esquema sintetiza uma grande quantidade de informações, vamos tentar explicar o significado de cada tipo de símbolo inicialmente para que o leitor possa acompanhar melhor nossa análise. Primeiramente há dois quadros maiores, que representam o contexto capitalista global e, dentro dele, o contexto brasileiro, no qual destacamos cinco momentos históricos sobre os quais detemos nossas análises, aqui vistos como “cenários”, seguindo a proposta de Gohn (2018): o período da Ditadura Militar, o processo de Redemocratização, a entrada do Neoliberalismo no Brasil da década de 1990, os Governos do PT (onde o neoliberalismo permanece, porém em contraponto a políticas públicas sociais), e a ofensiva Neoliberal Conservadora que se desenvolveu nos últimos anos.

As caixas retangulares representam as principais matrizes prático-discursivas mobilizadas e/ou (re)elaboradas pelos atores sociais sobre as quais deteremos nosso olhar. As formas circulares azul-escuras representam os principais atores sociais (ou, mais especificadamente, no caso dessa primeira análise mais macro, as instituições ou os campos nos quais estão inseridos esses atores sociais) com os quais os catadores(as) passam a se relacionar diretamente a partir de algum momento. O círculo negro representa o coletivo dos catadores(as) no Brasil.

E, por fim, há três tipos de setas: as setas finas negras representam a relação das matrizes prático-discursivas entre si e destas com os atores sociais em foco; as setas grossas em cor rosa representam a relação direta entre atores sociais e os catadores(as) de materiais recicláveis; as setas largas em cor roxa também representam a relação entre os catadores(as) e outros atores sociais, mas, nesse caso, a relação é de pertencimento a determinado campo e de implicação direta de um ator a outro, como explicaremos adiante; por fim, as setas grossas azuis pretendem apenas chamar atenção para o fato de que os novos movimentos sociais são constituídos por outros atores sociais que compõem esse quadro. Destacamos ainda que as setas podem ter uma só direção, indicando uma relação unilateral de influência, ou serem bidirecionais, indicando uma relação dialética dos atores entre si, das matrizes entre elas, ou ainda entre matrizes e atores e vice-versa. Esperamos que o esquema se torne mais claro ao longo da explanação do tópico.

Visando tornar visível de que maneira esse esquema macrossocial se traduz dentro dos contextos meso e microssociais, elaboramos um segundo esquema. Neste o modelo do esquema anterior foi copiado, substituindo-se apenas o nome das instituições e dos campos sociais onde os atores estão inseridos por exemplos mais diretos de quem são esses atores ou dos espaços através dos quais eles têm contato com os catadores(as) de materiais recicláveis. Tendo em vista que mesmo aquilo que consideramos “grandes fenômenos sociais” são em realidade construídos no cotidiano das relações sociais, pretendemos partir justamente da análise das interações microssociais para compreender como essas conexões se dão em contextos macro.

Figura 14 - Conexões entre matrizes prático-discursivas e atores, níveis meso e micro



Fonte: Elaboração própria

Como demonstrado no levantamento histórico, a Igreja Católica, além de apoiar a formação dos primeiros empreendimentos de catadores(as) por todo o país, foi a principal responsável por organizar os catadores(as) do Nordeste e articulá-los à nível nacional. Em nosso esquema destacamos como alguns setores e atores da Igreja Católica que tiveram uma aproximação com catadores(as) de materiais recicláveis em diversas cidades do Brasil as comissões eclesiais de base, a Pastoral Povo da Rua, a Cáritas, padres, freiras e seminaristas.

Como vimos no capítulo anterior, foi através da Cáritas que lideranças de estados que haviam iniciado seu processo de organização coletiva há mais tempo puderam viajar a outros municípios e estados, inclusive percorrendo a Paraíba para dialogar com catadores(as) que ainda se encontravam em lixões ou em situação de rua e mobiliza-los à organizar-se

coletivamente. Nesse deslocamento, facilitado pela Rede Nacional de Arcebispos do Brasil, as lideranças nacionais dos catadores(as) convenceram seus colegas paraibanos a participarem do Primeiro Congresso Nacional da categoria. Foi também através da Cáritas que lideranças de estados vizinhos puderam dar assistência aos grupos paraibanos durante os anos 2000.

Ademais, vimos a importância da Igreja Católica no delicado processo de aproximação com as comunidades de catadores(as), para aos poucos levar esses trabalhadores(as) a pensarem coletivamente como buscar melhorias às suas condições de vida e de trabalho. Um exemplo marcante foi trazido por Nalva e sua colega, que relataram detalhadamente o modo como os seminaristas vinham visitar os moradores da maré em João Pessoa, convidando-os a participar das reuniões na Igreja, conversar sobre suas condições de vida e as alternativas possíveis para a comunidade encontrar melhorias. Foram desses diálogos que nasceu a Catajampa, e assim como essa cooperativa, vários outros coletivos de catadores(as) surgem com forte apoio da Igreja. É o caso da cooperativa de Pombal, que teve um padre como mentor do coletivo, e o caso da Cotramare, que contou com o forte apoio de uma irmã da Irlanda para sua constituição.

Percebemos a forte influência da teologia da libertação e da pedagogia de Paulo Freire nas práticas dos membros da Igreja, na maneira como se aproximam e desenvolvem um diálogo com as populações de comunidades periféricas, onde a maioria dos catadores(as) de materiais recicláveis se encontra. Essa influência se revela nas próprias decisões de abrir uma escola para a alfabetização de jovens e adultos em meio ao lixão ou decidir visitar os moradores de uma ocupação que vivem na maré para conversas sobre suas condições vida.

Vale destacar que quinze dos trinta e um entrevistados(as) se declarou católico, havendo três deles(as) comentado participar de pastorais e/ou de comunidades eclesiais de base. A título de curiosidade, informamos ainda que oito entrevistados(as) se declararam evangélicos, destes, duas mencionaram participar de grupos das igrejas que frequentavam, uma da Assembleia de Deus e outra de uma Igreja Pentecostal.

Como alguns dos principais representantes dos novos movimentos sociais com os quais os catadores(as) desenvolveram algum tipo de relação ao longo do tempo, temos: várias ONGs locais, nacionais e internacionais; movimentos sociais diversos, principalmente os movimentos da população de rua e de luta por moradia; o Fórum Lixo e Cidadania; o Fórum Brasileiro de Economia Solidária; Movimentos Feministas e Raciais. E, é claro, o próprio MNCR, que no nosso esquema tanto faz parte do que vem sendo considerado novos movimentos sociais, quanto é representado pelo círculo negro que indica os catadores(as) (organizados e não organizados).

Mesmo os catadores(as) paraibanos estando geograficamente distantes dos territórios onde se concentram a maioria dos eventos e instituições do terceiro setor voltadas para a sua causa, eles(as) tiveram forte contato com as discussões desse campo, tanto através das ONGs locais como o Centrac e outras que atuam no Sertão do estado, quanto das ONGs nacionais e internacionais que participavam de eventos como a Expocatadores. Além disso, os catadores(as) da Paraíba estavam em contato com ONGs e movimentos sociais diversos através de sua participação em conselhos e comissões voltados aos temas da educação ambiental ou da gestão de resíduos, bem como através dos espaços participativos de diálogo.

Sobre a participação em coletivos, dos 31 catadores(as) entrevistados de todo o Brasil, cinco mencionaram participar ou ter participado da Rede Lixo e Cidadania; doze comentaram que participam ou participaram do Fórum Brasileiro, Estadual e/ou dos Fóruns Regionais de Economia Solidária; quatro mencionaram movimentos sociais com pautas relacionadas à habitação como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o Movimento da População em Situação de Rua; e dois mencionaram que já participaram do Movimento Sem Terra (MST). Três entrevistados(as) mencionaram participar de associações de bairro ou de moradores. Uma entrevistada declarou que participa do Clube de Mães e outra mencionou participar das reuniões do Orçamento Participativo. Houve ainda um entrevistado que comentou participar do Movimento de apoio aos portadores de HIV/Aids. Por fim, vinte nove entrevistados(as) declararam participar do MNCR, incluindo os que trabalham de forma individual, ficando de fora apenas a catadora que trabalha numa sucata e uma que considera que a cooperativa participa do movimento, mas não ela diretamente.

Percebe-se que é alto o índice de catadores(as) – pelo menos de lideranças – que se envolvem com movimentos sociais diversos, muitos deles participando do que se denominou novos movimentos sociais. Nesses espaços diversos, os catadores(as) aprendem a gramática desses novos movimentos, fortemente influenciada pela pedagogia paulofreiriana.

No caso das universidades, estas se aproximaram dos catadores(as) principalmente através das incubadoras de economia solidária, sejam as criadas no âmbito de discussões da CUT e da Unitrabalho ou as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Mas houve também casos onde professores, e, no caso da Paraíba, principalmente professoras mulheres, iniciaram projetos de extensão com os catadores(as), buscando oferecer seus conhecimentos para melhorar as condições de trabalho e vida dessa população. Como vimos, vários dos empreendimentos surgidos na Paraíba tiveram apoios da UEPB, da UFCG e/ou da UFPB.

Como principais agentes ligados ao novo movimento sindical que desenvolveram uma proximidade com os catadores(as) temos primeiramente os movimentos sindicais, incluindo a Central Única dos Trabalhadores, que, enquanto CUT Cidadã<sup>293</sup>, passou a envolver-se como o movimento da economia solidária a apoiar o cooperativismo e as incubadoras de empreendimentos solidários. E temos também os governos populares, como vimos foram governos municipais do campo da esquerda os primeiros a se abrirem para um diálogo com a categoria dos catadores(as), aprovando as primeiras políticas públicas em prol desse segmento.

A própria figura de Lula é emblemática para os catadores(as), pois desde o primeiro ano de seu governo o ex-presidente participou do evento Natal dos Catadores(as), tradição que manteve durante todos os anos de seus dois mandatos passando-a adiante durante o governo Dilma. Inclusive a tradição do encontro entre Lula e os catadores(as) no período de Natal de certo modo ainda manteve mesmo com o ex-presidente se encontrando preso<sup>294</sup>. Alguns dos nossos entrevistados(as) relataram momentos de proximidade com o ex-presidente.

Eu tenho um apreço por Lula porque, nós do movimento a gente tem essa relação [...] Lula já me puxou pelo cós da calça e fez eu sentar a bunda no chão, brincando comigo pra tirar uma foto, Lula abraça Roberto [atual presidente do MNCR], Lula fuma na frente da gente [...]. Que bebe, bebe. Eu já vi Lula trocar as pernas perto de mim, me dá um abraço trocando as pernas. Tenho um respeito muito grande<sup>295</sup>.

É interessante observar como os catadores(as) veem Lula como “gente como a gente”, que senta no chão, bebe, fuma, abraça, não tem “frescura”. A relação de admiração e respeito pelo ex-presidente se constrói tanto a partir das vivências pessoalmente compartilhadas com o mesmo, como a partir da admiração do que ele fez pela categoria dos catadores(as), pelos trabalhadores(as), populações mais pobres e pelo Nordeste enquanto esteve na presidência.

Presenciamos ainda demonstrações de admiração pelo ex-presidente em reuniões e atos públicos, a exemplo da Expocatadores 2017, quando Lula visitou os catadores(as) de surpresa, e na visita da Caravana de Lula à Campina Grande, no dia 27 de agosto de 2017, momento em que cinco catadoras subiram ao palco para agradecer pelas políticas em prol da categoria.

---

<sup>293</sup> Durante a década de 1990, tendo optado por resistir às medidas liberalizantes do governo Collor, a Central Única dos Trabalhadores ganha um sentido político e passa a se propor como “CUT Cidadã”. Diversificando sua agenda ao passar a incluir crescentemente temas sociais como relações de gênero, discriminação racial, questões ecológicas etc., a CUT buscou estabelecer novas alianças na luta contra o neoliberalismo especialmente com outros movimentos sociais, organizações populares, partidos, ONGs, etc. Sobre o tema, ver Vêras de Oliveira (2011).

<sup>294</sup> Em 18 de dezembro de 2018 uma comissão do MNCR realizou uma visita à Vigília Lula Livre, tendo o presidente do MNCR entrado na Superintendência da Polícia Federal onde Lula estava detido para visitar o ex-presidente. Os catadores(as) entregaram uma carta de Natal à Lula e receberam deste uma carta-resposta.

<sup>295</sup> João, catador, liderança do MNCR em Pernambuco.

**Figura 15 - Catadoras de Campina Grande em ato público com Lula**



Fonte: Recebido via whatsapp de uma das catadoras presentes

Como atores do campo da Indústria da Reciclagem que estão em contato direto com os catadores(as) destacamos os atravessadores e empresários de pequenas indústrias de processamento. Vale mencionar o CEMPRE, que estabeleceu contato com a ANCAT e com o MNCR tanto através do CIISC quanto das parcerias que desenvolve com estes organismos. Assim, os catadores(as) entraram em contato também com a gramática empresarial e seus pontos de vista sobre o campo da reciclagem. Ademais, os catadores(as) tiveram que dialogar com as grandes companhias de gestão de resíduos na construção da PNRS, conhecendo também a gramática de um de seus principais opositores.

Identificamos ainda a existência de uma matriz da democracia popular, que fez parte do caldo contextual que deu origem à organização coletiva dos catadores(as) durante o processo de redemocratização do país e que integra o discurso de vários atores sociais com os quais os catadores(as) se articularam em seu processo de formação. Esta matriz leva os catadores(as) a se identificarem enquanto cidadãos, buscando fazer valer seus direitos.

Junto à matriz da educação popular, que chega aos catadores(as) através de atores como Igreja, universidades e novos movimentos sociais, a matriz da democracia popular leva os catadores(as) a almejam ser protagonistas de sua história, levando-os a querer assumir tanto sua intervenção política como a desenvolver a metodologia “de catador pra catador” para dialogar diretamente com suas bases. A contrapartida dessa busca por se credenciar social e politicamente como cidadãos em sua plenitude é a de se associarem a uma perspectiva popular de democracia, algo que esteve muito associado às referências prático-discursivas do novo sindicalismo e dos novos movimentos sociais no contexto da redemocratização do país.

Ao longo de nossa pesquisa identificamos ainda que no processo de organização coletiva, os catadores(as) têm contato com outras matrizes prático-discursivas que acabam sendo

integradas ao seu movimento social. É o caso da matriz feminista e a matriz sobre as questões raciais, que chegam aos catadores(as) através de formações promovidas por membros de universidades e ONGs, bem como através da interação com outros movimentos sociais que já discutiam os temas, como o MST e a Marcha Mundial das Mulheres.

Como essas matrizes não necessariamente têm o trabalho como eixo aglutinador, trazendo à tona as diferenças internas ao coletivo de catadores(as), eclodiram alguns conflitos internos relacionados a críticas sobre as dinâmicas de interação e representação dentro do movimento. Mas, em um segundo momento, após um trabalho de reelaboração, os próprios catadores e catadoras passam a integrar elementos dessas matrizes à sua luta, admitindo que a maioria das pessoas que vivem da catação de recicláveis são mulheres, negros e negras (pretos e pardos), abrindo espaço para a discussão das questões de gênero e raciais no interior do movimento, bem como para integração dessas questões em suas pautas.

Por fim, destacamos que observamos que algumas matrizes prático-discursivas locais, típicas de determinada região ou estado, se mesclaram às matrizes adotadas oficialmente pelo MNCR na fala e prática dos catadores(as). Algumas destas matrizes estão restritas aos catadores(as) de certa localidade, outras passaram a ter espaço no discurso nacional do MNCR.

Por exemplo, nas interações que tivemos com catadores(as) da região Norte, na Expocatadores 2017, nas entrevistas realizadas e em falas de alguns documentários e *lives*, identificamos que existe uma matriz que nomeamos de matriz da preservação da floresta. Observamos que esta matriz leva os catadores(as) do Norte a se identificarem como povos originários das florestas, preocupados em preservar as matas e os rios, em retribuir à “Natureza”<sup>296</sup> o cuidado que ela tem pelos humanos. Percebemos que essa matriz se mescla à da sustentabilidade e da preocupação com o meio ambiente, mas parece ter traços próprios que a diferenciam destas últimas. Trata-se de uma espécie de “cosmologia”, uma forma de pensar a interação entre homem e o meio ambiente mais íntima e mística, fortalecida pelos laços de ancestralidade daqueles que são filhos da floresta<sup>297</sup>. Nos parece que essa matriz é respeitada pelo MNCR como algo característico do discurso dos catadores(as) do Norte. Assim, é comum que as lideranças nacionais utilizem expressões como “nossos irmãos das florestas estão cuidando dos rios”. A matriz aparece inclusive em algumas canções adotadas pelo MNCR<sup>298</sup>.

---

<sup>296</sup> Utilizamos a Natureza em maiúscula para deixar claro que aqui ela aparece enquanto entidade, como algo vivo.

<sup>297</sup> Tendo em vista que não realizamos uma pesquisa aprofundada na região Norte e que temos pouco conhecimento sobre os aspectos socioculturais locais, admitimos que podemos estar equivocados nessa interpretação. Deixamos o registro de nossas impressões mais como uma provocação para pesquisas posteriores do que como um achado.

<sup>298</sup> “Sou do Norte do Amazonas, sou caboco ribeirinho, sou índio, catador, sou trabalhador, sou catador do rio, sou catador da rua, sou catador de resíduos recicláveis sim senhor” (Catadores..., 2018).

Outro exemplo de matriz local é a da “mulher macho”, que integra o imaginário popular dos paraibanos. Observamos que essa matriz surge com certa frequência na fala das catadoras do estado, que se declaram “mulheres guerreiras”, “que aguentam mais peso que um homem”, “que aprenderam a fazer de tudo pra não depender de favor de homem”, etc. Tendo em vista que o Nordeste é uma região marcada pelo êxodo rural e pelo processo migratório que levou muitos homens ao Sudeste do país, deixando as mulheres como responsáveis pelo cuidado com a terra, a casa e os filhos, não é de se estranhar que as mulheres da região se identifiquem com a expressão cunhada pelo cantor Luiz Gonzaga. Coerentemente com o sentido que o compositor quis atribuir à sua canção ou equivocadamente, os paraibanos têm reproduzido a ideia de que as mulheres da região são fortes e tão “macho” quanto qualquer homem. Defrontadas com histórias de vida extremamente difíceis, muitas vezes marcadas pelo abandono do pai e do marido, bem como pelo histórico de violência, muitas de nossas entrevistadas parecem se apoiar em elementos desse imaginário popular para explicar como sua trajetória de vida as levou a serem fortes, bravas, corajosas e não depender do sexo masculino. Com exceção das paraibanas, apenas Cláudia fez referência à força bruta como meio de enfrentar o machismo, mas essa o faz mobilizando um “vocabulário carioca”, utilizando expressões como “eu meto o queixão e falo mesmo”, “comigo é papo-reto”, sem expressar a ideia de que possuiria atributos masculinos.

Como a hipótese de que matrizes específicas de certas localidades poderiam conformar o caldo que dá origem à identidade coletiva dos catadores(as) em uma determinada região não passou por nossa mente até a construção das análises, não levantamos dados o suficiente para confirmar essa proposição. Se nos atrevemos a trazer esses fragmentos de achados empíricos, é apenas no intuito de demonstrar que a construção da identidade coletiva dos catadores(as) é atravessada por mais matrizes prático-discursivas do que supúnhamos inicialmente.

Os catadores(as) de cada localidade compartilham vivências específicas que os munem com matrizes e repertórios próprios, que podem passar a integrar a matriz do MNCR. Numa mão, essa reflexão aponta a importância de considerar os aspectos culturais de diferentes localidades ao investigar movimentos sociais nacionais. Noutra, aponta a necessidade de considerar as diferentes matrizes nacionais que conformam movimentos transnacionais.

No próximo tópico seguimos com a análise do modo como se desenvolvem e se transformam as articulações dos catadores(as) com outros atores sociais ao longo do tempo. Partimos do entendimento de que é na observação das interações entre as pessoas que se torna visível a forma como contextos sociais, atores diversos e matrizes prático-discursivas se conectam e tornam-se parte do processo de organização coletiva dos catadores(as).

## 5.2 Articulações com outros atores e reelaboração das matrizes<sup>299</sup>

Iniciamos esse tópico trazendo um trecho da fala de Arthur que, ao comentar algumas das relações estabelecidas entre os catadores(as) e os primeiros atores sociais que tiveram contatos com esse grupo, levanta elementos interessantes para compreendermos um pouco mais sobre as primeiras interpretações sobre o trabalho de catação e como os catadores(as) eram vistos nesse momento. Oferecendo também elementos que ajudam a compreender a influência do contexto social político que vivenciou o Brasil na organização coletiva dos catadores(as).

Então, depois dos anos 60, 70, mais ou menos até ali, os catadores dependiam muito de quem conseguia lhe dar qualquer tipo de apoio. [...] Várias instituições, por exemplo da Igreja principalmente, organizavam suas missões [...] pra estender algum tipo de solidariedade que pudesse diminuir um pouco do sofrimento que é o trabalho tão pesado [...]. E essas pessoas que apoiavam, digamos assim, na questão de dar apoio aos catadores eram as mesmas que faziam a luta contra a ditadura. Porque isso era um processo de resistência, tava numa questão interligada [...]. Tava interligado à questão de Direitos Humanos, de ser humano, de apoiar o próximo, de amor ao próximo, tudo isso tava fervendo, digamos assim, contra o Golpe da Ditadura que era o oposto de tudo isso [...]. Com o final da ditadura se organizaram as instituições, né? Que puderam dar mais apoio. Entre elas, por exemplo, os sindicatos, que puderam abrir suas portas, pastoral, enfim, organizações religiosas, enfim, que aí puderam de fato aparecer publicamente, né? E aí o que é que acontece? Dentro disso começou esse processo também de organizar esses catadores de forma coletiva. Porque aí já dava pra coletivizar. Porque antes não daria. [...] E esses catadores que ganhavam a sua sopa de comida, começaram a se reunir, e aí começaram a trabalhar pra formar suas organizações e cooperativas.

O trecho ratifica a compreensão de que inicialmente os catadores(as) eram assistidos por membros da Igreja Católica voltados a uma perspectiva de solidariedade e caridade cristã, mas que também havia já nesse momento uma busca por direitos humanos mínimos. Temas que, como vimos, fervilhavam no contexto de luta contra a ditadura militar, sofrendo influência também da repercussão da Carta dos Direitos Humanos publicada em 1948 e das transformações pelas quais passava a Igreja na América Latina em meados do século XX.

Com o final da ditadura no Brasil, os movimentos sociais puderam se organizar abertamente. É com o fim do regime militar que se abre a possibilidade de organização coletiva dos catadores(as) em associações e cooperativas, antes disso as amarras do Ato Institucional nº5 (AI-5)<sup>300</sup> e o contexto de repressão inviabilizavam ou dificultavam a ação coletiva.

<sup>299</sup> Esse tópico traz algumas análises que divulgamos ao longo da pesquisa, ver Santos, 2019b.

<sup>300</sup> O AI-5 foi um ato decretado em 1968, durante o governo do general Costa e Silva, durante o período da ditadura militar, dando poder aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem considerados inimigos do regime.

O levantamento realizado revela que foi através dos primeiros encontros e reuniões, precedentes à formação das associações e cooperativas, que os catadores(as) passaram ter a oportunidade de dialogar mais intensamente entre si e também com outros atores(as) sociais como representantes da Igreja Católica, de ONGs, sindicatos e de prefeituras sobre suas condições de vida, buscando estratégias para superar as dificuldades com as quais se deparavam. Assim, acabam adotando as sugestões desses atores com os quais estabelecem diálogo inicialmente, muitas vezes adeptos à perspectiva da economia solidária, de organizar-se em associações e cooperativas de trabalho. Visando tanto criar espaços de trabalho com melhor infraestrutura, quanto diminuir a exploração a qual eram submetidos pelos atravessadores, e ainda, integrar-se aos programas de coleta seletiva municipais.

Como vimos através da fala de Paulo e do relato sobre a organização da Coopamare disponível no site da cooperativa, foi em meio a experiência bem sucedida em uma feira promovida pela OAF que um grupo de catadores(as) de São Paulo percebeu que trabalhando coletivamente podia obter bons resultados com as vendas do papelão, se animando a formar uma associação. Esse caso ilustra como foi em meio à realização das ações coletivas que surgiu aos poucos a crença na capacidade organizativa desses trabalhadores(as).

A partir da formação dos primeiros empreendimentos socioprodutivos, os catadores(as) passaram a contar com espaços onde puderam compartilhar uns com os outros experiências vivenciadas, identificando o que havia em comum em suas condições de vida e quais objetivos podiam alcançar coletivamente, como melhorar suas condições de trabalho e vida.

Em nossa leitura, é nesses espaços que aos poucos se vai gestando uma identidade coletiva entre as pessoas em situação de rua que viviam da venda de recicláveis como catadores(as), uma categoria de trabalhadores(as) que tinha objetivos em comum e demandas por quais lutar. Corroborando Barros e Pinto (2008) e Rossi (2018), compreendemos que a identidade coletiva dos catadores(as) se constrói, em grande parte, em torno do trabalho que realizam.

Para alcançar os objetivos definidos coletivamente, os catadores(as), juntamente com atores sociais diversos que apoiavam sua causa ou causas similares como os movimentos da população de rua, passam a ocupar espaços públicos e realizar protestos como passeatas e atos em frente a instituições públicas. Nessas primeiras ações coletivas buscavam combater a visão negativa que havia sobre a categoria, legitimar sua atividade como trabalho digno, acabar com as políticas higienistas que dificultavam sua permanência no meio urbano, garantir direitos de acesso à cidade, aos recicláveis e aos espaços públicos que ocupavam para formar seus empreendimentos, e convencer o poder público a desenvolver programas de coleta seletiva.

Apesar da organização socioprodutiva dos catadores(as) ter sido extremamente influenciada pelos debates sobre economia solidária e autogestão, é importante ter em vista que nem sempre os coletivos de catadores(as) conseguiram – ou conseguem – ser totalmente fiéis aos princípios cooperativistas tais como definidos pela proposta da ES. Muitas críticas realizadas ao movimento da economia solidária e aos empreendimentos incluídos nesse movimento, denunciam justamente a distância entre os ideais da proposta da ES e a realidade dentro dos EES. De fato, pelo que vêm apontando as pesquisas realizadas nos EES em geral e dentre eles as cooperativas e associações de catadores(as), os princípios da livre entrada de novos membros, da divisão igualitária dos rendimentos do trabalho, e principalmente da democracia participativa, autogestão e da autonomia desses empreendimentos frente às relações com outros atores como atravessadores, indústria, setor público, assessorias e mesmo frente à algumas lideranças dentro dos EES, ainda é uma realidade distante na maioria dos casos<sup>301</sup>.

No mestrado verificamos que os quatro EES de catadores(as) de Campina Grande observados tinham dificuldades em seguir os princípios cooperativistas tal como propostos pelo movimento da economia solidária, em maior ou menor grau a depender do empreendimento<sup>302</sup>. Realidade também identificada em outros estados do Brasil e mesmo em outros países onde o movimento da economia solidária também contribuiu com a organização dos catadores(as)<sup>303</sup>.

Entretanto, avaliamos que, se por um lado as cooperativas e associações não seguem fielmente os princípios da economia solidária, por outro lado, esses princípios estão fortemente presentes em muito das práticas e mesmo no modelo de organização coletiva que muitos grupos catadores(as) vêm desenvolvendo. Assim, conhecer essa proposta é fundamental para entender de que maneira os catadores(as) se apropriam de elementos da ES, como reconfiguram e adaptam esses elementos ao cotidiano de suas atividades socioprodutivas e políticas, contribuindo com o debate através do FBES, e porque, até hoje, utilizam o modelo da economia solidária como proposta organizativa dentro da bandeira de luta da reciclagem popular.

Essa dinâmica de organização coletiva com base nos princípios da economia solidária, mediada por atores sociais diversos, mas que só passa a existir pela atitude dos próprios catadores(as) em dialogar sobre suas vidas e lutar por objetivos comuns, conduz à partilha de experiências dentro da própria prática coletiva, tanto socioprodutiva quanto política. Assim, como vimos, aos poucos os catadores(as) passam a se organizar interestadualmente e, posteriormente, nacional e internacionalmente.

---

<sup>301</sup> Cf. Lima, 2007 e 2015; Georges e Leite, 2012; Holzmann, 2012; Leite, Araújo e Lima, 2015.

<sup>302</sup> Santos, 2016.

<sup>303</sup> Cf. Rodríguez, 2005; Andrade, 2015; Lima, 2015; Núñez, 2017.

Continuando com sua narração, Arthur descreve como se desenvolveu a organização dos catadores(as) durante a década de 1990.

Nos anos 90 passa pra um outro processo. Porque daí nos anos 90 os catadores iniciam o processo de ter alguma assistência da prefeitura, principalmente lá a pasta da Assistência Social, com cesta básica, um apoio pra organizar a associação, os assistentes sociais pra organizar lá a ata da associação, pra contribuir na organização do presidente, tal. Alguns grupos já começaram a ter uma estrutura, ter um galpão, a trabalhar coletivamente.

Como os capítulos II e III apontam, nos anos 1990 surgem os primeiros programas municipais de coleta seletiva. Nesse momento, as cooperativas e associações de catadores(as) passam a dialogar com gestores públicos e assistentes sociais, apropriando-se aos poucos dos processos burocráticos que exigiam os novos tipos de relação estabelecidas entre catadores(as) e poder público. O trabalho nas cooperativas e associações se torna mais complexo, pois os relatórios de coletas, atas de reuniões, documentação dos empreendimentos e toda a questão legal passa a fazer parte do cotidiano dos catadores(as).

Como visto, ao longo dos anos 1990, catadores(as) que já participavam de associações e cooperativas há algum tempo passaram a visitar grupos de catadores(as) que ainda atuavam em lixões à céu aberto ou que viviam em situação de rua, dialogando com eles sobre as vantagens do trabalho coletivo. Nesses primeiros encontros, a ideia de fundo parecia ser o fim do trabalho dos catadores(as) nos lixões, principalmente o fim do trabalho infantil – que, como vimos, era a meta principal da Unicef e do Fórum Lixo e Cidadania. Essa ideia era complementada pela proposta de organização dos catadores(as) em associações e cooperativas, que permitiria melhores condições de vida a esses trabalhadores(as) e suas famílias bem como, teoricamente, uma melhor remuneração por seu trabalho e reconhecimento social através da coleta seletiva.

Devido ao direcionamento dos catadores(as) de formar um movimento nacional, a Cáritas, se mobilizando em apoio à causa, colabora diretamente com a ação das lideranças já consolidadas, viabilizando viagens e visitas ao maior número possível de grupo de catadores(as) pelo país, principalmente do Nordeste. Geralmente os grupos eram previamente identificados e inicialmente “formados” por agentes da Igreja, do Fórum Lixo e Cidadania ou de ONGs e universidades que tinham contato com os catadores(as).

A ideia principal era proporcionar um momento de fala “de catador para catador”, partindo do entendimento de que apenas uma pessoa que conhecesse os desafios de viver da reciclagem poderia falar sobre o assunto e tornar-se ouvido por aqueles que viam na figura de um outro catador “um de nós”, dando-lhe maior credibilidade do que dariam aos representantes das entidades de assessorias, que costumavam ser vistos com desconfiança.

Desse intenso processo de mobilização surge o MNCR em 2001. Como visto, desde 2003, o movimento começa a ocupar espaços institucionalizados na estrutura do Governo Federal, como a participação no CIISC, passando a dialogar com gestores públicos representantes de diversos ministérios, representantes da sociedade civil organizada e também com o setor empresarial. Nesses espaços, parece haver uma intensificação do uso de argumentos assentados nas discussões sobre os impactos ambientais do lixo e o papel dos catadores(as) em uma gestão de resíduos voltada a uma perspectiva socioambiental inclusiva. Esses argumentos, como visto, são fruto do fortalecimento das discussões ambientais e dos debates do Fórum Lixo e Cidadania.

Como visto também, ainda em 2003 é realizado o I Congresso Latino-Americano de Catadores(as), com apoio de diversas instituições do Terceiro Setor, inclusive ONGs internacionais como a Wiego. Esse evento amplia o canal de contato e trocas entre os catadores(as) de diversos países, que, como mencionamos, já vinham dialogando desde a década de 1990. A troca de experiências entre os catadores(as) nos eventos internacionais permitiu a esses trabalhadores(as) conhecerem as semelhanças e diferenças em sua forma de trabalho, compartilhar estratégias de ação coletiva e criar canais de fortalecimento da categoria a nível internacional, visando ocupar espaços de discussões mais amplos, como a participação em eventos relacionados ao meio ambiente, mudanças climáticas e gestão de resíduos.

O processo de organização política dos catadores(as) durante a primeira década dos anos 2000 foi marcado por intenso trabalho de base dentro dos estados brasileiros. Ao mesmo tempo em que batalhavam por políticas públicas federais de fomento ao fortalecimento socioproductivo e político da categoria, recursos que viabilizassem a estruturação de associações e cooperativas e formação para o trabalho coletivo, direitos à remuneração pelo serviço prestado na gestão dos resíduos, o MNCR investia em fortalecer lideranças nos estados que começavam a se aproximar do movimento, visitar as bases e dialogar com os catadores(as) sobre a importância da organização coletiva para garantir conquistas que viabilizassem a melhoria nas condições de trabalho e vida dos catadores(as). Estimulava-se a ação coletiva no âmbito local como forma de pressionar os gestores municipais a contratar os empreendimentos de catadores(as).

Como as políticas públicas federais direcionadas a esse público surgiram em sua maioria no âmbito da Senaes, não é de se estranhar que as assessorias ligadas ao movimento de ES tenham sido a porta de entrada do MNCR em diversos municípios brasileiros. Como inicialmente os catadores(as) não podiam ser os responsáveis legais pelos projetos aprovados, cabia às assessorias (universidades, ONGs e Igreja através da Cáritas) desenvolverem as ações de formação e organização dos catadores(as) em empreendimentos econômicos solidários.

Na maioria dos estados brasileiros, as assessorias convidavam lideranças do MNCR para fomentar a organização política dos catadores(as) localmente. Ademais, era comum que parte dos recursos dos projetos fossem utilizados para viabilizar a organização de caravanas a eventos como a Expocatadores. Vários de nossos entrevistados(as) declararam que foi em eventos da categoria que começaram a compreender os benefícios da organização coletiva. Regressando a seus estados, as comissões que haviam ido ao evento e as próprias assessorias tinham mais elementos para “convencer” os catadores(as) a se organizarem coletivamente.

Nesse momento, a ideia de “resgate do catador” e a proposta de construção de uma “identidade do catador” aparecem como chaves para legitimação do trabalho de “sensibilização” desses trabalhadores(as). Os catadores(as) precisariam compreender a importância e valor de seu trabalho para a partir do desenvolvimento de uma identidade coletiva e de uma consciência crítica passarem a lutar por direitos para si e para sua categoria.

Assim, a primeira década dos anos 2000 foi marcada por um grande avanço da categoria em termos de organização socioprodutiva e política, conquistas legais e sociais para os catadores(as). Entretanto, aos poucos os antigos parceiros passaram a ser questionados pelo MNCR. Quanto mais se intensificava o diálogo entre os catadores(as), aumentava o nível de politização do movimento e cada vez mais os trabalhadores(as) passavam a questionar a mediação das instituições de assessoria. Assim, por volta do ano de 2008, o clima entre lideranças do MNCR e assessorias já estava tenso, apresentando-se em forma de conflito aberto.

No documentário *À margem do Lixo*, lançado em 2008, aparecem trechos de reuniões internas do MNCR onde lideranças do movimento realizam várias críticas à tutela das entidades de assessoria sobre os grupos de catadores(as), clamando aos companheiros que comecem a entender as coisas para não ficar sempre na mão das grandes indústrias, igrejas, ONGs: “[...] vai ser sempre um coitadinho e nós não somos coitadinhos, nós somos trabalhadores”; “O foda de toda história que eu acho é o seguinte, infelizmente, né? Nós tivemos muitas organizações, muitos grupos de catadores que viveram muitos anos na tutela de entidades, tá ligado?”<sup>304</sup>.

Na mesma direção, a apresentação do MNCR em seu blog deixa claro a preocupação dos catadores(as) em manter sua independência frente as decisões de partidos políticos, governos e empresas, garantindo a participação efetiva dos trabalhadores(as) e seu protagonismo:

Buscamos a valorização de nossa categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância. Nosso objetivo é garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos

---

<sup>304</sup> *À margem...*, 2008. Bispo, catador em São Paulo; Roberto, atual presidente do MNCR, consecutivamente.

políticos, governos e empresários em nosso nome. Acreditamos na prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade.

Chamamos atenção para o fato de que a publicação foi realizada em 07 de junho de 2008. A data da publicação tal como a data do documentário mencionado corrobora a interpretação de que, ao longo dos avanços realizados na primeira década dos anos 2000, o MNCR passou a tencionar suas relações com antigos parceiros como assessorias, empresas e governos.

Utilizando-se da mesma gramática, ou matrizes, que haviam aprendido com as assessorias, os catadores(as) passam a reivindicar a autonomia e liberdade do movimento, se opondo a tutela de agentes externos que, na opinião de algumas lideranças, se alimentavam dos recursos públicos projeto após projeto mantendo os grupos sobre sua dependência. Ademais, os catadores(as) reivindicavam maior espaço nas decisões referentes à categoria, informando que já não queriam que as assessorias, empresas e governos falassem e decidissem por eles, afinal, os próprios catadores(as), enquanto “classe”, deveriam ser os “protagonistas de sua história”. A fala de Arthur ilustra bem a visão que o MNCR parece cultivar sobre as assessorias:

Nos anos 2000 nós avançamos para o processo da organização coletiva enquanto movimento. E muito sob o apoio dessas instituições à nível nacional [...]. Onde tudo que nós conquistava, ia pras instituições, elas executavam e nós era o público assistido [...]. Depois de 2005, nós começamos a lutar pela questão legal [...] E aí há um processo também de separação de coordenação de instituições sobre o movimento, e o movimento começa a criar um grau de liberdade. [...] Começa a aparecer inimigo, os catadores já começam a não aceitar tudo que vem de cima, “já não é desse jeito, nós queremos assim, os protagonistas somos nós” [...] E aí claramente começa também o processo de luta. Que é a gente dá a luta e o enfrentamento, marcha na rua, ocupação de galpão, já ocupa a prefeitura, ocupa a Câmara dos vereadores [...]. Então, até os anos 2010, digamos assim, é esse enfrentamento pela questão legal.

Assim, a relação dos catadores(as) com as assessorias acabou se modificando. Grupos mais consolidados e catadores(as) engajados em movimentos sociais criticaram assessorias que interferiam excessivamente nas decisões do grupo, enfatizando a importância de manter a autonomia do coletivo. Quanto mais se intensificava o diálogo entre os catadores(as), mais aumentava o nível de politização e mais os trabalhadores(as) passavam a questionar a mediação das assessorias. Porém, vale registrar que a relação com “parceiros históricos” que apoiaram a organização dos catadores(as) desde o princípio permanece, embora também tenha sido ressignificada: as assessorias passam aos bastidores e os catadores(as) ao palco público. Assim, o MNCR passa a cobrar das assessorias um alinhamento com os princípios do movimento, destacando-se os princípios emancipatórios e autogestionários.

Esse posicionamento no MNCR a nível nacional repercutiu na Paraíba, aos poucos, os catadores(as) começam a questionar as ações e decisões das assessorias, como ilustra Marcos:

[...] Aí começou a aparecer essas pessoas, né? Universidade fazendo projeto pra catador, aí apareceu amigo dos catador [...] Mas não chegaram nenhuma pra dizer: “Catador, isso aqui tá bom? Isso aqui tá certo? Isso aqui tá errado?”. Eles faz os projetos achando que o que eles acharem de bom pra a gente é bom, tá entendendo? E muitas vezes não é. [...] Mas esses projetozinho ajudou a nós conscientizar e nos dar uma orientação, por quê? A professora fulana faz um projeto, aí o projeto ela precisa de fulano pra administrar, siclano pra recolher, beltrano pra fazer aquilo, aí quando vai olhar a folha de pagamento do projeto tá em 20 mil, 30 mil, essa é a folha mensal. [...] Aí é esse o problema dos projetos, tá entendendo? Porque só beneficia quem não precisa e o que é que a gente arruma? A gente arruma o resto [...] “dá uns carrinhos pra eles, dá umas prensas pra eles, dá um negócio assim pra eles que eles ficam satisfeito”, e é isso que acontece com a gente. E a gente se consola com besteira, mas o bom mesmo todo mês chega no bolso deles, de quem a gente chama de apoios.

Marcos pontua várias críticas que ouvimos de nossos entrevistados(as), como a crítica às propostas de organização do trabalho impostas pelas assessorias (com 8h de jornada diária de segunda a sexta sem considerar que alguns condomínios e comércios preferem que o catador recolha o material à noite ou no fim de semana quando não há público), a qualidade do material/maquinário comprado com recursos federais e o valor das remunerações dos técnicos dos projetos. Presenciamos críticas desse tipo no encerramento do Projeto Cooperar para Melhor Coletar e a Vida Melhorar, ocorrido no dia 12 de maio de 2017, quando uma catadora chamou atenção da colega para o valor da folha de pagamento do projeto com ar de deboche.

Observamos que os catadores(as) paraibanos também passam a criticar mais abertamente a tutela de agentes externos, rompendo com apoios que não respeitam a autonomia do grupo, como no caso da Catamais que “rachou” com a Contramare por esse motivo, ou criando mecanismos para “burlar” o controle das assessorias, como mentir sobre o volume e o valor de material comercializado, só procurando as assessorias quando realmente precisam destas.

Esse posicionamento “rebelde” dos catadores(as) não agradou algumas assessorias, que reagiram de diferentes maneiras. Mesmo com críticas, algumas entidades respeitaram a nova fase dos grupos, dando espaço para realizarem suas próprias tentativas, acertos e erros, assessorando os empreendimentos só na medida em que sua ajuda era solicitada. Este parece ser o caso de Elizabeth e Loise, professoras da UFCG, que, após tentarem controlar a situação, relaxaram e hoje continuam apoiando empreendimentos com um laço bem mais “frouxo”. Outras assessorias não reagiram tão bem ao comportamento menos submisso dos catadores(as). Um exemplo foi relatado por Nalva, que comentou que sofreu perseguição de uma professora da UEPB de João Pessoa devido a desentendimentos na execução de um projeto de extensão.

É buscando inverter a relação entre os catadores(as) e as assessorias que a ANCAT se propõe a contratar seus técnicos, enfatizando que estes devem atender as demandas dos catadores(as) e não decidir por eles o que fazer. A técnica da ANCAT entrevistada, Priscila, considera que essa modalidade torna a relação entre técnico e catadores(as) mais horizontal.

Quanto à questão da classe, esta vem sendo pelo movimento social dos catadores(as) há mais de uma década. Verificamos que o MNCR se refere à noção de classe em documentos oficiais, publicações no blog e nas redes sociais do movimento, declarações de suas lideranças em reportagens, documentários e *lives*, ou nas entrevistas realizadas em nossa pesquisa.

Como visto ao longo de nossas análises, o MNCR incorporou as discussões sobre classes sociais a partir das matrizes prático-discursivas com as quais teve contato, como as matrizes incorporadas do movimento sindical, que traz elementos das discussões marxistas aos catadores(as). Vimos também que a própria Igreja Católica, através da teologia da libertação e da pedagogia paulofreiriana, os novos movimentos sociais e o movimento da economia solidária alimentaram o MNCR com uma reflexão sobre a exploração das classes oprimidas. Entretanto, mesmo que a referência de classe integre a matriz prático-discursiva do MNCR, identificamos que nem sempre as bases do movimento compreendem ou utilizam essa noção em consonância com a matriz do movimento.

Como visto, o termo classe aparece no blog do MNCR, que levanta como objetivos “garantir o protagonismo popular de nossa classe” e praticar a “solidariedade de classe”. O termo classe também aparece espontaneamente na fala de algumas lideranças, dentre as quais destacamos a de Cláudia, representante estadual do Rio de Janeiro na comissão nacional do MNCR: “[...] a gente tem uma única bandeira que é a de luta de classe, que é a bandeira verde [do MNCR]”. Após esse comentário, perguntamos à entrevista a qual classe ela pertencia:

Classe? Classe? Eu sou da classe dos humildes [risos] eu sou da classe dos humildes, né? Porque, tanta classe que hoje em dia é criada, né? Classe média alta, classe média baixa, classe A, classe C, classe B, D... E você não sabe nem o significado, como eu não sei [...] então eu me considero da classe humilde.

Explicando à entrevistada que estávamos interessados em compreender a que classe ela se referia na sua fala anterior, quando menciona a bandeira da luta de classes, a mesma afirmou: “Ah, somos de classe trabalhadora! Dentro da nossa luta e militância somos classe trabalhadora! [...] pensei que era a minha, pessoal, mas somos classe trabalhadora”. Chama atenção o fato de que apesar de perceber os catadores(as) como parte da classe dos trabalhadores(as), em luta com outras classes, ao perguntarmos a que classe a entrevistada pertence ocorre uma associação com a classificação do IBGE, que estratifica as classes com base na renda e consumo.

Assim como Cláudia, vários entrevistados(as) demonstraram dúvidas e/ou hesitação diante à pergunta “a que classe social você pertence?”, dando as mais variadas respostas. A saber: “classe do peão”; “[risos] não me considero pobre porque pobre é o diabo. Sou um trabalhador que tenta melhorar as condições de vida. Classe média”; “não me vejo como classe média, nem como miserável, um C”; “nem rico, nem pobre, nem lascado”; “brasileira”; “baixa”; “média”; “classe dos catadores”; “classe C, não falta nada”; “pobre”; “nem rico, nem pobre, que são os morador de rua, normal”; “classe baixa”; “pobre mesmo [risos], quem dera ser ao menos classe média”; “paupérrima”; “baixa, humilde”; “pobre, humilde”; “povo humilde, mas tô na batalha!”; “classe dos oprimidos”. Algumas dessas respostas se repetiram nas entrevistas.

Percebe-se que a referência principal dos catadores(as) ao se falar de classe social é a questão da renda, no entanto, enquanto alguns se definem como das classes baixas, pobre ou humilde, outros se percebem como classe média ou classe C. Tal variação é compreensível tendo em vista que os referentes de comparação são muitas vezes pessoas que estão em situações mais difíceis que as deles, como os moradores de rua, situação que muitos deles vivenciaram. Entre as respostas também é possível encontrar aqueles que se identificam enquanto parte da classe dos catadores, trabalhadores ou oprimidos. Com essa pergunta visamos entender até que ponto as bases incorporam essa noção presente no discurso oficial do MNCR.

O modo como o conceito de classe é utilizado pelo MNCR também gera confusão. Sem uma definição e um esclarecimento de que classe seria essa, abre-se espaço para interpretações como a da matéria *Com Lula e Dilma, catadores saem do lixo e ascendem à classe C*, onde a trajetória de uma família de catadores é retratada como exemplo de mobilidade social. Na matéria a interpretação weberiana de classe surge ignorando o fato de que os indivíduos mudaram de profissão para conseguir melhorar sua qualidade de vida, desconsiderando a luta dos catadores(as) por direitos e melhores condições de vida em sua atividade.

Apesar de às vezes relacionarem o conceito de classe à ideia de estratificação social, a abordagem weberiana não parece suficiente para dar conta do caso dos catadores(as). Entre as cooperativas/associações das quais tivemos informações na pesquisa a retirada pode variar de R\$ 200,00 a R\$ 3.000,00 por mês a depender do tamanho, estrutura e localização geográfica do empreendimento. Esses quesitos podem influenciar na facilidade de conseguir materiais, na capacidade de triagem e armazenamento resultando em melhores vendas, como também na facilidade de acessar políticas públicas ou estabelecer contratos de logística reversa. Ademais, em todos os empreendimentos a renda oscila devido à quantidade de material coletado e ao preço de venda, sujeito as flutuações do mercado internacional e à pressão dos atravessadores.

Com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010, os catadores(as) passam a lutar pela aplicação da regulamentação federal dentro dos espaços institucionais estaduais e municipais. Esse novo momento exige uma reconfiguração nas formas de luta do MNCR. De um processo de mobilização e participação popular e direta, os catadores(as) passam a utilizar-se mais das estratégias de representatividade em espaços institucionais.

A última parte da entrevista com Arthur é significativa para compreensão desse momento. Continuando a análise sobre a segunda década dos anos 2000, o catador comenta:

2010 pra cá tem esse processo da implantação da lei [PNRS] e aí começa muitos debates [...]. E aí o movimento não tem tanto aquela força da rua, da expressão popular, porque entra forte num debate muito mais institucionalizado. Então é seminário, é lá na Câmara Federal, é Ministério Público, é sentado nos espaços institucionais das prefeituras, é negociando com o Governo do Estado, é outros processos que também é um processo de luta com disputas muito grandes, digamos assim, que exige um grau de conhecimento e de articulação muito maior dos catadores pra tá interligado e buscando, digamos assim, o conhecimento sobre o tema [...]. É um novo patamar de forma e de organização da luta. A questão da luta passa a ser muito mais institucionalizada do que aquele processo mais de participação popular. E aí muda os sentidos do movimento. Que um dos sentidos era da democracia direta, da participação direta dos catadores e passa pra ser uma participação mais representativa. Então o processo se dar pela questão da formação, da articulação e da ocupação de espaços públicos institucionais para garantir as conquistas de todas as lutas que foram feitas anteriormente.

Ao longo do tempo a relação dos catadores(as) com gestores públicos também vem se modificando. Observamos que os catadores(as) sempre ofereceram um tratamento diferenciado entre os gestores que consideram parceiros de sua luta e aqueles que consideram seus inimigos por não respeitar a legislação existente ou persegui-los com leis que inviabilizam seu trabalho. Entretanto, se dos anos 1990 a meados dos anos 2000 os catadores(as) se utilizavam mais de “ações diretas” como estratégias de pressionar o poder público – embora nesse período também houvesse diálogo com alguns gestores –, a partir da aprovação da PNRS a relação com os gestores públicos se tornou muito mais institucional.

Identificamos que, assim como no caso do novo sindicalismo analisado por Vêras de Oliveira (2011), onde os metalúrgicos tiveram que criar uma identidade coletiva entre eles e o sindicato, foi preciso a criação de uma identidade coletiva dos catadores(as) centrada no trabalho e de identificação com o MNCR como movimento que representava seus interesses para que, em um segundo momento, se legitimasse a representação das lideranças do movimento nos espaços institucionais abertos ao diálogo com a categoria.

Os catadores(as) tinham como desafio enfrentar a má vontade de alguns gestores públicos em implementar as diretrizes federais à nível local. Tendo que se opor também ao segmento empresarial relacionado à gestão de resíduos sólidos, que passou a ver as cooperativas de catadores(as) como concorrentes, pressionando as prefeituras a manterem a gestão dos resíduos nas mãos das grandes companhias de lixo sob os argumentos de que possuiriam maior eficiência técnica, logística e gerencial que as cooperativas.

Interessante mencionar que a mesma regulação mobilizada pelos catadores(as) na defesa de seus direitos, especialmente a PNRS, é acionada por empresários que se inserem no campo da gestão de resíduos argumentando que a própria lei prevê a responsabilidade compartilhada dos resíduos sólidos. Por exemplo, José, um dos empresários entrevistados, desenvolvedor de um aplicativo de coleta seletiva que funciona como uma espécie de Uber de coleta de recicláveis, argumentou que as associações e cooperativas de catadores(as) não estão aptas a assumirem toda a coleta seletiva do município de Campina Grande. Portanto, seria seu direito, enquanto empresário e membro da sociedade, inserir-se no setor de gestão de resíduos, responsabilizando-se por parte da coleta seletiva local e contribuindo com o meio ambiente.

Quando o diálogo institucional estava fechado à participação dos catadores(as) ou quando essa via não se mostrava frutífera, as ações diretas continuaram sendo utilizadas como estratégia de luta da categoria. Em situações como a narrada na Introdução, além de utilizar-se de ações diretas e cartas abertas visando convencer gestores públicos e sensibilizar a opinião pública, os catadores(as) vêm se utilizando de meios jurídicos para garantir que seu direito à participação na gestão integrada dos resíduos sólidos seja respeitado, acionando o Ministério Público.

Vimos como as mudanças na conjuntura política e econômica do Brasil interromperam o curso das ações da Senaes. As mudanças no cenário do país exigiram dos catadores(as) tanto uma redefinição no seu posicionamento político, quanto a criação de novas estratégias para não perder as conquistas realizadas e dar continuidade aos avanços que estavam fazendo em termos de organização socioproductiva e política. Observamos que nesse período os catadores(as) passaram a buscar unir-se cada vez mais com outras categorias e segmentos das classes trabalhadoras, provavelmente por perceber que os novos desafios exigiam unidade nas lutas. Foi diante desse quadro que o MNCR passou a apoiar mais intensamente o movimento, criando a Unicatadores para unir-se a Unicopas e recomendando que suas bases fortalecessem os fóruns de economia solidária.

Politicamente, o MNCR, que se declarava um movimento apolítico, passa a posicionar-se politicamente de forma aberta: Emitindo notas contra o *impeachment* da ex-presidenta Dilma

e posteriormente contra a prisão de Lula, participando de forma organizada das manifestações contra o *impeachment*, contra o Golpe, contra Temer, contra os cortes nos direitos dos trabalhadores, contra Bolsonaro e suas medidas que prejudicam as classes trabalhadoras e populares, etc. Com esse novo modo de lidar com as questões políticas, o MNCR chegou a declarar apoio à candidatura de Haddad durante as eleições de 2018<sup>305</sup>. E mesmo com a derrota do PT para a presidência, o movimento continuou prestando solidariedade à Lula em sua prisão.

Com relação às novas estratégias criadas pelo movimento para enfrentar o cenário atual, vimos notando que as lideranças nacionais do MNCR têm se dedicado a estabelecer parcerias com o setor privado, visando principalmente o comprometimento de empresas de embalagens com a logística reversa. Desse modo, as parcerias entre a ANCAT e o MNCR com o CEMPRE, e através dessa associação com diversas empresas como a Ambev, a Coca-cola e a Pepsi, têm permitido aos catadores(as) acessar recursos privados voltados ao fortalecimento de cooperativas, associações e redes de catadores(as) dentro do marco regulatório da logística reversa incluído na PNRS e também dentro da perspectiva da RSE.

Avaliamos que, mesmo que as parcerias entre catadores(as) e o setor privado já existissem desde a década de 1990, essas vêm se intensificando com o estreitamento do diálogo entre o MNCR e setor privado. Entretanto, essas parcerias parecem vir tomando uma dimensão distinta a partir do momento em que a PNRS fornece uma base legal através da qual os catadores(as) podem pressionar o setor privado a assumir a responsabilidade pela destinação dos resíduos. De uma postura passiva, onde esperavam que as empresas viessem propor parcerias, os catadores(as) passaram a uma postura mais ativa, procurando os grandes geradores para exigir que seja cumprida a lei de responsabilidade compartilhada pela gestão de resíduos.

Esse tipo de experiência parece vir acontecendo em diversas partes do Brasil, inclusive na Paraíba. Catadores(as) de vários estados informaram que, respaldados pela PNRS e pelos programas estaduais e municipais de gestão de resíduos sólidos, passaram a visitar indústrias, restaurantes, hotéis, supermercados, hospitais, entre outras empresas classificadas como grandes geradores, propondo parcerias para implantação da coleta seletiva. Raquel, gestora pública na cidade de Campina Grande, relatou casos onde os próprios catadores(as) contribuem com a fiscalização prevista no plano municipal, denunciando as empresas que estão em desconformidade com a lei à SESUMA, órgão competente pela gestão de resíduos na cidade.

---

<sup>305</sup> Talvez pelas entrevistas terem sido realizadas entre 2017 e 2018, quando o clima eleitoral efervescia no país, todos os catadores(as) entrevistados fizeram falas de apoio ou reconhecimento aos governos do PT. Ressaltamos que não haviam questões sobre posicionamento político em nosso roteiro, esse tema simplesmente emergia ao longo das conversas, o que acabou chamando nossa atenção durante a construção das análises.

Outro ponto que chamou nossa atenção foi a mudança de perspectiva dos catadores(as) a respeito das “parcerias” com o setor empresarial. Em nossa pesquisa de mestrado os catadores(as) falavam das “parcerias” através das quais os empresários doavam os materiais para as associações e cooperativas como algo positivo, reconhecendo a ação da empresa quase como um presente ou um favor. Dentro dessa perspectiva, defendiam a “sensibilização” dos empresários e da sociedade para com sua causa como estratégia para conseguir mais recicláveis.

Nos últimos anos percebemos uma postura mais crítica por parte dos catadores(as), que começam a falar dessas “parcerias” como uma obrigação das empresas. Defendendo que deveriam ser remunerados pelo peso dos resíduos coletados, pois, como grandes geradores, os empresários teriam que assumir sua responsabilidade com relação ao destino do lixo.

Nesse sentido, vale trazer a crítica de Nalva ao Projeto Reciclar pelo Brasil da Coca-Cola e AMBEV, executado pela ANCAT. De acordo com Nalva, os catadores(as) querem avançar nas negociações, mas por enquanto as empresas estão cumprindo apenas um pouco do que a lei exige porque é o jeito, pressionando o MNCR para aceitar o acordo na hora da negociação. Na opinião de Nalva, apesar de ser obrigado a fazer a parte dele, o empresariado “faz o mínimo do mínimo e vem avançando no sentido de derrotar essas conquistas”. Também Laura e Silvana, beneficiadas pelo projeto da Coca-Cola, avaliaram que este deixa muito a desejar, mas que, por enquanto, é o que elas têm, já não há mais recurso Federal para os catadores(as).

Nalva desabafa que diante à dificuldade de dialogar com a gestão pública, vem sendo necessário estabelecer esse tipo de parceria com as empresas, mas que os empresários vêm tentando “mexer na lei”, principalmente na PNRS. Segundo ela, há uma “aliança dos empresários para tirar os direitos das categorias menos favorecidas”. A entrevistada comenta que os catadores(as) estão preocupados, mas não vão deixar de lutar nunca.

Sobre o que vem mudando na cadeia produtiva da reciclagem, vale ressaltar que organizados em unidades socioprodutivas, os catadores(as) conseguem juntar maior volume de material em boas condições, o que lhes garante melhores preços na negociação com os atravessadores e até o acesso direto à indústria da transformação. Participando de redes de comercialização, os empreendimentos conseguem preços ainda maiores, podendo chegar a vender o material em cidades ou estados vizinhos. Além de conseguir barganhar melhores preços, os grupos que já conquistaram uma estrutura física adequada não ficam dependentes de atravessadores por precisarem de equipamentos ou transporte. Ou seja, mesmo sem ter alcançado o “domínio” da cadeia da reciclagem, como propõe o MNCR, a relação com os elos superiores da cadeia vem se modificando minimamente em benefício dos catadores(as).

Todavia, a estrutura e a lógica da cadeia da reciclagem não foram alteradas. Renato, dono da indústria de processamento de papel que compra dos cinco EES de catadores(as) de Campina Grande, explica que não compra de catador individual tanto pela “produtividade”, como para não prejudicar o negócio dos colegas. Dos três sucateiros entrevistados, dois não negociam com cooperativas(as) para não afetar seu lucro, um de pequeno porte que vende para revendedores maiores e outro de grande porte que vende diretamente para indústrias de cidades e estados vizinhos. Ou seja, persiste a exploração de catadores(as) pelos elos superiores dessa indústria, principalmente sobre os individuais. Os empreendimentos de catadores(as) só conseguem negociar com quem vê na quantidade e qualidade do produto um diferencial lucrativo.

Hoje outra declaração frequente dos catadores(as) é a de que a sociedade tem que pagar pela coleta em proporção descarte de resíduos, ou seja, começam a observar a responsabilidade de toda a sociedade com relação à produção de resíduos. Quando realizamos a pesquisa de mestrado a maioria dos entrevistados via a sociedade como “parceira” por “doar” o material, reclamando apenas pelas pessoas não terem “consciência” ou que deveriam “ajudar mais os catadores”. Ou seja, em cinco anos o discurso e o tom se transformaram consideravelmente.

Por último, destacamos que duas lideranças que já participaram da Red Lacre e da Aliança Global ressaltaram a importância da internacionalização do movimento para as conquistas da categoria. Através das alianças internacionais, os catadores(as) têm trocado experiências, fortalecendo a categoria em várias regiões do mundo. Ademais, a participação em eventos globais sobre meio ambiente, gestão de resíduos, mudança climática, etc., são fundamentais para que a pauta dos catadores(as) ganhe espaço no debate público, o que, para os entrevistados, tenciona a construção dos acordos internacionais e das políticas públicas sobre gestão de RSU.

Em suma, identificamos que a construção de uma identidade coletiva é perpassada pela absorção de elementos advindos das matrizes prático-discursivas com as quais os catadores(as) vão tendo contato ao longo de sua caminhada coletiva: A matriz da teologia da libertação e da economia solidária contribuem para que as pessoas que vivem da catação se reconheçam enquanto catadores(as) de materiais recicláveis e decidam lutar contra a invisibilidade social e pelo reconhecimento da atividade. A matriz sindical fomenta a identificação quanto trabalhadores(as) que lutam por reconhecimento e buscam no associativismo e no cooperativismo formas de geração de trabalho e renda. As matrizes dos debates sobre meio ambiente, sustentabilidade, educação ambiental e responsabilidade social empresarial contribuem para que os catadores(as) se identifiquem enquanto agentes ambientais que lutam por inserção socioeconômica na gestão dos resíduos sólidos.

Nas idas e vindas do MNCR, as diferentes matrizes prático-discursivas que deram origem ao movimento se conformam em uma matriz própria, informando as ações coletivas que vão sendo criadas e recriadas pelos catadores(as). Ademais, o próprio MNCR passa a contribuir para a conformação das matrizes com as quais dialoga, a partir do posicionamento dos atores que participam desse movimento na cena pública. Esse processo, como todos os processos sociais, além de complexo é permeado por contradições e conflitos internos e externos.

Em síntese os elementos estruturantes da matriz prático discursiva do Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis podem ser assim compreendidos: os catadores(as) de materiais recicláveis brasileiros se percebem como trabalhadores da indústria da reciclagem, que atuam como agentes ambientais, contribuindo com a preservação do meio ambiente. Se declaram parte da classe trabalhadora, apontando a solidariedade de classes como um meio de alcançar melhores condições de vida. Enquanto coletivos socioprodutivos e enquanto movimento social, os catadores(as) primam pela emancipação, autonomia, autogestão e democracia dos grupos para tomarem suas decisões. Ademais, percebendo que a maior parte dos profissionais que vivem da catação no Brasil são mulheres e negros, este grupo incorpora as pautas de gênero e das questões raciais em suas reivindicações.

Como verificamos ao longo de nossas investigações, nem sempre todos os elementos estruturantes da matriz do MNCR chegam às bases do movimento da mesma maneira, a incorporação e significação desses elementos vai depender muito do tempo e do grau de participação no movimento e da participação anterior em outros movimentos sociais.

Na Paraíba e no Brasil, o MNCR parece estar entrando em uma nova e desafiante fase, na “vida adulta”. A crença cega nos pais (as assessorias) já não é possível, tampouco a rebeldia adolescente contra todos parece uma via promissora. Os catadores(as) paraibanos, tal como e juntamente com os demais catadores(as) do Brasil, vêm amadurecendo ao largo de sua trajetória coletiva, aprendendo a estabelecer relações de proximidade e de distanciamento, a negociar quando conveniente, mas também a lutar quando necessário.

As ferramentas para enfrentar suas batalhas cotidianas, aprenderam e incorporaram ao largo de sua caminhada, nos contatos com os atores que tiveram um papel fundamental na sua formação. Ainda mais importante, aprenderam nas trocas internas dentro do próprio coletivo que integram e ao qual dão vida: o MNCR. Representado não apenas por suas lideranças, mas por todas as células de coletivos socioprodutivos de catadores(as), que, com ou sem espaço físico estruturado, utilizam suas redes (políticas, comerciais, sociais e virtuais) para manter-se em contato constante. E assim, elaboram, reelaboram e transmitem suas práticas e discursos.

### 5.3 A construção de um repertório: sobre estratégias e formas de ação coletiva<sup>306</sup>

À medida que vão encontrando categorias com as quais se identificam – catadores(as) de recicláveis, trabalhadores(as), agentes ambientais, cidadãos/ãs, em sua maioria mulheres e negros(as) – esses sujeitos vão reconhecendo os problemas sociais que querem combater, desenhando seus objetivos: Lutar pelo reconhecimento da atividade de catação de materiais recicláveis, pela inserção socioeconômica como trabalhadores(as) através da formação de empreendimentos autogestionários, sendo inseridos na gestão de resíduos sólidos como agentes ambientais, e, ao mesmo tempo, lutar pelo fim da desigualdade e da violência de gênero e de raça, traduzidos na luta por paridade na representação política, pelo acesso à moradia digna e à creche e escolas em período integral para filhos de catadores(as), pelo fim do extermínio à comunidade negra, etc. Desse modo, a pauta dos catadores(as) vai sendo construída e reconstruída ao longo do tempo numa relação orgânica com a própria construção da identidade coletiva desse grupo social.

Ao passo em que as demandas vão sendo organizadas, começam a ser criadas as estratégias para concretização dos objetivos traçados. Podemos sistematizar as principais estratégias desenvolvidas pelos catadores(as) em algumas diretrizes mais amplas: 1) a diretriz estratégica da organização socioprodutiva em associações e cooperativas autogestionárias como meio de melhorar as condições de trabalho e vida desse grupo social; 2) a diretriz que relaciona-se à luta por reconhecimento social, essa inclui a busca de reconhecimento formal da categoria, mas também pelo reconhecimento social desse segmento como trabalhadores(as), cidadãos e agentes ambientais; 3) a que diz respeito à luta pela construção e implantação de um marco legal e de políticas públicas; 4) a diretriz estratégica de organização, mobilização e articulação dos e com os catadores(as) individuais, os organizados e os de outros países; 5) a diretriz da sensibilização social com relação a responsabilidade social ambiental com a reciclagem e a causa dos catadores(as); 6) a diretriz estratégica da negociação com o setor empresarial; 7) a diretriz da articulação política com outros setores sociais por uma causa ou objetivo em comum. Devemos ter em mente que estas estratégias coexistem e se sobrepõem ao longo do tempo.

A partir do que já foi discutido nos capítulos anteriores, pretendemos nesse tópico pontuar e analisar as formas das estratégias de ação coletiva que os catadores(as) desenvolveram ao longo de suas três décadas e meia de organização coletiva, apreendendo o repertório mobilizado pelo Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis no Brasil.

---

<sup>306</sup> Assim como o tópico anterior, esse também traz algumas análises já divulgadas, ver Santos (2019b).

Como Gohn (1997, p. 256) aponta, os repertórios podem ser compreendidos como “a tradução da demanda em reivindicação”, mediatizada pelo conteúdo político-ideológico do projeto do movimento. Interpretamos essa mediação entre o conteúdo político-ideológico do movimento e a tradução da demanda em reivindicação justamente como a relação entre a matriz prático-discursiva e o repertório de ação coletiva do movimento social. Ressaltamos que entendemos como matriz prático-discursiva de um movimento social a síntese dos elementos das várias matrizes que contribuíram para a conformação desse movimento. Então, se a matriz dizem respeito ao grande arsenal discursivo e prático que levou um determinado grupo a olhar para a realidade na qual está imerso sob um novo ponto de vista, dando início ao processo de elaboração de uma identidade coletiva e de objetivos em comum, os repertórios seriam as formas de luta e as performances reivindicativas do movimento nesse processo.

Dentro da perspectiva de nossa proposta de nomeação das fases atravessadas pelo MNCR, identificamos que nos períodos embrionário, do nascimento e na infância do movimento – que compreenderia o período de meados da década de 1980 ao início dos anos 2000 em termos de Brasil, e o período de fins da década de 1990 ao início da década de 2010 no caso da Paraíba – os catadores(as), contando com um forte apoio da Igreja Católica, ONGs e universidades, buscavam negociar direitos com as prefeituras e posteriormente com o governo federal, apostando também em estratégias de “sensibilização” da sociedade e do empresariado para com a sua causa, mas também dos próprios catadores(as) que atuavam individualmente, para que esses passassem a integrar associações e cooperativas baseadas nos princípios da autogestão.

Essas estratégias de “sensibilização” podem ser identificadas tanto no diálogo com os catadores(as) em lixões e comunidades com grande número desses trabalhadores(as), como na prática da educação ambiental oferecida em escolas, associações de bairro e durante a coleta seletiva porta-a-porta, e ainda através de campanhas como a Criança no Lixo Nunca Mais.

Essas ações buscaram, em uma mão, organizar mais catadores(as) produtivamente e politicamente e, na outra mão, tornar visível as condições de vida desses trabalhadores(as) e de suas famílias, mostrando que essas pessoas existiam e viviam em condições inumanas. Se visava criar um apoio social que possibilitasse pressionar os gestores públicos a fechar os lixões e incluir os catadores(as) em políticas públicas de habitação e geração de emprego e renda.

É ainda nessa “infância” do movimento que os catadores(as) começaram a desenvolver as “ações diretas”, como passeatas, fechamento de portões dos lixões e de empresas de limpeza pública, interdição de estradas, ocupação de espaços públicos, realização de audiências públicas, envio de cartas à políticos e à comunidade em geral, elaboração de abaixo-assinados,

etc. Como visto, os informantes que participaram desse período avaliam que, nesse momento, as ações eram em grande parte guiadas pelas decisões das assessorias, dependendo delas as decisões sobre o que seria feito, quando, de que forma e quando mudar de estratégia. Essa modalidade de ação parece ter sido herdada dos novos movimentos sociais da década de 1980.

Nos parece compreensível que inicialmente as assessorias tivessem um papel mais incisivo nas decisões sobre as ações, se levarmos em conta que os catadores(as) estavam apenas começando a se organizar por todo o Brasil e que muitos não tinham experiência de organização coletiva até passar a integrar as associações, cooperativas e o MNCR. Enxergamos essa fase como o período de aprendizagem, no qual os catadores(as) passam a se apropriar das matrizes prático-discursivas e do repertório das instituições e movimentos com os quais se relacionaram.

No estágio que propomos chamar de adolescência – que compreende os anos de 2005 a 2010 em termos de Brasil e de 2010 a aproximadamente 2017 à nível de Paraíba –, as principais estratégias continuam sendo a “sensibilização” da sociedade e de catadores(as) individuais, as “ações diretas” e as negociações com gestores públicos. O diferencial em relação ao momento anterior está no modo como os catadores(as) passaram a questionar os apoios e agir de modo um tanto quanto mais independente. A nível de Brasil, as lideranças do MNCR já tomavam a frente nas negociações com o Governo Federal na luta pela construção da PNRS, nas manifestações e na organização de eventos, não esperando tanto pelas assessorias. Na Paraíba, mesmo ainda esperando pelas assessorias para articular as ações, os catadores(as) passam a se tornar mais espontâneos em suas intervenções, muitas vezes acabando por fugir ao “script” ensaiado com as assessorias, indo contra suas orientações.

Um exemplo ilustrativo aconteceu durante o Encontro Estadual de Economia Solidária, ocorrido em meados de 2017 na cidade de Cabedelo, quando catadores(as) de diversos empreendimentos do estado pressionaram a então Secretária Estadual de Segurança Alimentar e Economia Solidária para que ela se comprometesse a construir galpões para os grupos que há muito tempo faziam parte do movimento de economia solidária, tendo contribuído com as discussões e construções de políticas públicas no estado, e que ainda não tinham um espaço apropriado para trabalhar. Observamos nesse dia que mesmo considerando a gestora uma “amiga da causa”, os catadores(as) não se intimidaram em realizar cobranças e críticas diretas às ações tomadas pelo Estado. Apesar do intento de algumas assessorias de mediar o diálogo e acalmar os ânimos dos participantes, os catadores(as) continuaram com suas intervenções, até que chegaram a um acordo com a Secretária, que se comprometeu a realizar a construção dos galpões exigidos com um recurso que sobrava de um dos projetos aprovados pela Senaes.

Como mencionado anteriormente, é também nesse estágio da adolescência que Nalva emerge como nova liderança do MNCR na Paraíba, e, com o apoio de Seu João, liderança de Pernambuco, realiza diversas manifestações e audiências nas cidades paraibanas buscando pressionar os gestores públicos dos municípios a implementar as medidas previstas na PNRS que poderiam favorecer os catadores(as) das localidades. Importante destacar que mesmo que nesse período as entidades de assessoria ainda intervissem muito, desenvolvendo o papel de coordenadoras e mediadoras das ações, organizando os eventos e convidando os catadores(as) das localidades a participar das reuniões e ações da categoria, os catadores(as) já começavam a exigir seus espaços de diálogo exclusivos da categoria principalmente nas reuniões da Relici, ficando a decisão final por conta do coletivo e não mais nas mãos das assessorias.

No estágio do que chamamos de vida adulta, correspondente ao ano 2011 em diante no caso do Brasil e de meados do ano 2017 em diante no caso da Paraíba, o MNCR passa a adotar estratégias de negociação de gabinete, deixando as ações diretas em segundo plano e passando a discutir dentro das prefeituras, gabinetes do estado e mesas de negócio pela implementação das medidas propostas na PNRS. Nesse momento, os catadores(as) já dominam com maior desenvoltura o conhecimento sobre seus direitos e sobre as obrigações dos outros atores sociais, assim, já não pedem “favores”, exigem o que lhes é devido e garantido por lei.

Quando perguntamos aos catadores(as) o que acham que deveriam fazer para melhorar suas condições de vida, obtivemos várias respostas que em parte se repetiram, em parte se complementaram, e podem ser assim agrupadas: os que transferem a responsabilidade ou a possibilidade de mudança de vida dos catadores(as) para os apoios ou para o poder público, os que acreditam que a saída é a cobrança do setor empresarial, e os que acreditam que a melhor alternativa é a união e luta da categoria. A seguir comentaremos cada uma das perspectivas.

Começando pelos que enxergam no poder público a possibilidade de melhoria de vida, informamos que alguns catadores(as) comentaram sobre a necessidade de conseguirem mais parcerias com o poder público para conseguir recursos para investir em transportes como caminhões e em infraestrutura para os empreendimentos. Na mesma direção, alguns disseram que a solução seria ter mais apoio dos gestores públicos. Para outros é necessário fazer mais pressão na prefeitura e na cidade. Muitos catadores(as) apontaram a necessidade de conseguir recursos para investir em divulgação na mídia dando visibilidade à importância da coleta seletiva e do seu trabalho, conscientizando a sociedade da urgência da reciclagem. E, para nossa surpresa, vários comentaram que os catadores(as) não podiam fazer mais nada, que já tinham feito tudo que podiam, que agora dependia do poder público e o jeito era “ter esperança”.

Destacamos que Cláudia, liderança do Rio de Janeiro, sugeriu a inserção política de catadores(as) em cargos executivos e legislativos como uma estratégia para conquistar mudanças para a vida destes trabalhadores(as). A entrevistada mencionou o caso de um catador que vem conseguindo melhorar as condições da categoria através do cargo de assessor em um município do estado do Rio de Janeiro. Ela mesma já concorreu ao cargo de vereadora pelo partido Rede, obtendo 298 votos. Hoje filiada ao PT, se lançou como candidata a deputada estadual nas eleições de 2018, obtendo 1.870 votos. Embora não tenha sido eleita, a atitude de Cláudia aponta novas estratégias para avançar na luta dos catadores(as), e, como ela mesma fez questão de pontuar, na luta das mulheres, negras e pobres desse país.

Em 2020 novamente Cláudia se candidatou a vereadora pelo PT, uma catadora de Maceió se candidatou à vereadora pelo partido Unidade Popular e meu tio Edson, catador individual na cidade de João Pessoa, se lançou candidato a vereador pelo PT. Talvez estejamos presenciando a origem de uma nova estratégia da categoria, a ocupação de cargos políticos.

Passando aos que põe o foco sobre o setor empresarial, mencionamos que houve quem indicasse a ordem e a ação direta como estratégias necessárias para evitar atritos e saídas de colegas dos empreendimentos, reclamando que os catadores(as) esperam muito do poder público e que deveriam começar a cobrar mais das empresas. Uma catadora apontou como melhor estratégia exigir que os empresários doem o material reciclável para terem direito a licença ambiental para funcionar. Para outros, os catadores(as) precisam se “profissionalizar”, no sentido de aprender cada vez mais, dominar a parte administrativa dos empreendimentos e ter uma relação de maior responsabilidade com os parceiros doadores de materiais recicláveis.

Chegando à terceira perspectiva identificada, para alguns dos entrevistados(as) o melhor caminho para os catadores(as) seria se organizar, se engajar ou “se unir todos”. Isso vale principalmente para os que trabalham individualmente, devendo participar das associações, redes e reuniões da categoria, lutar por direitos e melhores condições de trabalho e vida. Teve quem defendesse ser necessário investir em processos de formação continuada para ir quebrando a “visão capitalista” da qual estão impregnados. Outros disseram que era necessário perder a vergonha para divulgar mais seu trabalho. Por fim, houve também quem declarasse que os catadores(as) deveriam apenas dar continuidade ao que já estão fazendo.

Percebe-se pela diversidade de respostas que os catadores(as) ainda não têm uma unidade sobre qual o melhor caminho a seguir. Em nossas investigações observamos que quanto mais recente e desestruturado o empreendimento, mais os catadores(as) apontam a importância dos apoios e da gestão pública como parceiros para que mudem suas condições de trabalho e vida.

Os entrevistados(as) do Sul e Sudeste, já familiarizados com as práticas da ANCAT, apontaram a importância de profissionalização por parte dos catadores(as) para conseguir subir na cadeia da reciclagem e cumprir contratos de logística reversa. Mas foi do Norte e do Nordeste do país que saíram as sugestões de cobrança do setor empresarial e de utilizar a licença ambiental como forma de pressionar os empresários a doar o material.

Os comentários sobre a importância de união e luta da categoria surgiram da fala tanto de catadores(as) organizados como que trabalham de forma individual, tanto de pessoas que participam do MNCR desde sua fundação quanto de pessoas que pouco participaram das reuniões. Da mesma forma, a visão pessimista de que não há mais nada que os catadores(as) possam fazer também surge de todas as partes do Brasil, mas não das bocas das lideranças.

A seguir trazemos a fala de Arthur com relação às estratégias, locais, nacionais e internacionais que o MNCR vem considerando importante para a categoria desenvolver:

Então, a primeira questão é o movimento e os catadores, enfim, agindo localmente. [...] É agir na sua cooperativa, no seu bairro, na sua cidade. Todo esse processo dos catadores ele está interligado à questão da prestação de serviço local. Os catadores só conseguem sobreviver porque tem uma luta local [...]. É a organização dos catadores pra ter seu operativo no modo gestor, sua infraestrutura e os seus aparatos tecnológicos [...] ter um apoio, uma parceria com as instituições e com a sociedade organizada e em geral [...], com os geradores [...] porque isso é a parte prática [...]. Isso dá a unidade no movimento como um todo, porque localmente há o processo do trabalho, mas o conhecimento sobre esse trabalho é algo coletivo. Tá faltando falar de um tema que é o processo da reciclagem popular. [...] A reciclagem popular é uma rota tecnológica que ela condiz digamos com a questão da... dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ela é uma pauta do movimento de catadores pra implantar uma forma de reaproveitamento desses resíduos [...] [a] partir da inclusão socioeconômica produtiva dos catadores [...]. E ela é uma proposta que ela é interligada àquela [...] luta internacional zero ou lixo zero. Que é a questão de tu pensar a questão do reaproveitamento, a questão do resíduo antes mesmo de produzir ele [...]. Ela tá muito ligada à questão de como se fosse a... a reforma agrária pro MST, a reforma urbana pro MTST, a questão da reciclagem popular pros catadores.

A fala de Arthur contempla e se inter-relaciona com várias questões trazidas por outros entrevistados(as), como o papel crucial e central das lutas locais, a necessidade de se estabelecer parcerias com gestores públicos, sociedade civil organizada e empresários, a importância do saber prático do trabalho da catção e da propagação e comunicação sobre esse trabalho como ponto de partida para que os catadores(as) se unam em torno desse trabalho que é coletivo.

Para além do que foi apontado pelos demais entrevistados(as), Arthur traz ainda a reciclagem popular como uma pauta dos catadores(as) a nível internacional, visando implantar uma forma de reaproveitamento dos resíduos pensada desde a produção desse resíduo e que

leve em consideração a inclusão socioeconômica dos catadores(as) dentro da proposta internacional do lixo zero. Rossi (2018) confirma que a proposta da reciclagem popular no Brasil foi inspirada no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tendo muitos pontos em comum, principalmente no tocante à modalidade de financiamento do programa. De acordo com o blog do MNCR (2020), a reciclagem popular:

É um projeto produtivo que visa a distribuição da riqueza, do poder e dos conhecimentos gerados a partir dos resíduos. O principal objetivo é combater a desigualdade nesta cadeia, fazendo com que as organizações autogestionárias ocupem todos os elos do ciclo produtivo, desde a coleta até a industrialização do material reciclável, garantindo a gestão integrada dos resíduos. Esse objetivo é coerente com a defesa do meio ambiente e a economia dos recursos naturais, garantindo a gestão compartilhada do resíduos [sic] [...] propomos a criação de um Programa Nacional de Investimentos na Reciclagem Popular – PRONAREP, que deverá introduzir uma política [sic] de financiamento estruturante [...] deve apoiar desde as pequenas associações de catadores que ainda estão em cima dos lixões, assim como aquelas que estão em processo de comercialização coletiva, através de suas redes e aquelas que estão realizando a industrialização do material reciclável. Este apoio deve ter o objetivo de fortalecer o crescimento dos catadores para o desenvolvimento da cadeia produtiva, tornando-a solidária e autogestionária. Este programa deve articular as diferentes políticas [sic] sociais de educação, saúde, habitação, erradicação do trabalho infantil e assistência social para toda a população catadora [...].

Se trata, assim, de uma proposta de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos que tem por objetivo central a inclusão socioeconômica dos catadores(as), nos moldes do que vem sendo desenvolvido nos países do Sul global. Porém vai além do que vem sendo praticado por esses países porque pensa um Programa Nacional de Investimento nessa proposta, que permitiria que efetivamente os coletivos de catadores(as) pudessem crescer na cadeia produtiva da reciclagem.

A reciclagem popular na verdade é a participação dos catadores como protagonistas na cadeia da reciclagem, né? [...] Hoje nós tamos discutindo que nós precisamos ter um programa efetivo, uma política pública específica pros catadores. Que ela tá linkada, é lógico, a outras políticas, a política nacional de resíduos, né? A política de saneamento. Só que nós tamos discutindo agora um programa, que esse programa envolve desde os catadores em situação de rua, em situação de lixão, até os catadores na verdade que estão em cooperativas, em organizações, trabalhando, discutindo a questão da verticalização da cadeia, né? Ao melhorar sua produção, fabricar outros materiais, né? [...] Ela une as nossas políticas, né? A política das mulheres [...]. Tem as questões de raça, né? [...] A questão de habitação, creche [...] o programa reciclagem popular, ele é um programa que engloba todos esses fatores políticos também do nosso trabalho no dia-a-dia<sup>307</sup>.

---

<sup>307</sup> Roberto, presidente do MNCR, em entrevista à Rede TVN, ver Reciclagem... (2014).

Percebe-se a importância do programa defendido pelo MNCR para que os catadores(as) sejam contemplados por um pacote de políticas que possam colaborar para mudar suas condições de trabalho e vida. A ideia é dar à reciclagem popular o status de política pública, integrado os planejamentos governamentais de longo prazo. Para que assim os catadores(as) deixem de depender de programas e projetos pontuais que possam ser descontinuados com mudanças políticas, como mudança nas gestões municipais, estaduais e federais.

Desde 2014 o MNCR apresentou ao Governo Federal a proposta da Reciclagem Popular, que foi debatida no planejamento do Plano Plurianual 2015-2019, sendo em parte contemplada em alguns objetivos que visavam a inclusão dos catadores(as) na gestão dos resíduos sólidos e o fortalecimento de seus empreendimentos, mas passou longe de ser absorvida da maneira como é defendida pelo MNCR. Ademais, como vimos, com o *impeachment* de Dilma e as mudanças nas prioridades orçamentárias, o PPA foi completamente desrespeitado.

De acordo com as publicações do MNCR, publicações nos sites da Red Lacre e da Aliança Global de Catadores, além das entrevistas com algumas das lideranças nacionais, a reciclagem popular é a principal bandeira de luta do movimento dos catadores(as) atualmente, tanto no Brasil como a nível internacional. Inclusive hoje o MNCR é visto como um dos principais propositores das discussões globais sobre reciclagem. Lideranças como Cícero (PR), Arthur (RS) e Paulo (SP) pontuaram a importância da articulação internacional e da construção de pautas conjuntas, além da necessidade dos catadores(as) exporem suas propostas nos eventos globais referentes à questão do meio ambiente, da gestão dos resíduos e da sustentabilidade.

A proposta da Reciclagem Popular vai contra outros modelos de gestão dos resíduos sólidos, como os adotados nos países do Norte Global, que, como vimos, não incluem os trabalhadores(as) que vivem da coleta e venda de materiais recicláveis, utilizando-se inclusive da técnica da incineração em alguns casos. Técnica essa fortemente combatida pelo MNCR, que denuncia tanto os danos ao meio ambiente provocados pela incineração dos resíduos quanto o fato de que, ao se incinerar os resíduos, se retira dos catadores(as) sua fonte de sobrevivência.

Em síntese, nesse tópico identificamos que o repertório de ação coletiva dos catadores(as) tem incluído: 1) as ações diretas, como passeatas, manifestações, fechamento de portão de lixão ou de garagens de empresas de limpeza urbana, interdição de estradas, ocupação de câmeras de vereadores, etc.; 2) as ações institucionais, que incluem participação em espaços de diálogo como conselhos, comitês e fóruns, bem como promoção e participação de audiências públicas; 3) as ações jurídicas que envolvem acionar o ministério público, a defensoria pública ou o ministério do trabalho quando necessário; 4) ações de “sensibilização” – da sociedade, dos

gestores públicos e dos próprios catadores(as) – através de campanhas, cartas-públicas, material gráfico e audiovisual, formações de educação ambiental, entrevistas a rádios e televisão, técnicas de agitação, performances políticas e poéticas que tragam ao público o “drama social” da vida dos catadores(as)<sup>308</sup>, etc. Como visto, esse variado repertório oferece aos catadores(as) ferramentas de intervenção política, que eles mobilizam de acordo com as necessidades impostas pela conjuntura e com a estratégia adotada em cada momento.

Como vimos, a relação entre catadores(as) e demais atores sociais, sejam eles gestores públicos, empresários ou parte da sociedade civil varia muito a depender do contexto social-político-econômico vivenciado em determinado momento. Nesse sentido, avaliamos que as estratégias e o repertório a serem mobilizados são priorizados de acordo com a oportunidade política do momento. Enfatizamos que enxergamos a oportunidade política como algo que em parte é dado pela conjuntura política do momento, mas que, por outro lado, também surge a partir da própria movimentação dos diversos atores políticos, entre eles, os catadores(as).

Ou seja, dentro das limitações de um cenário, os catadores(as), assim como os demais atores sociais em cena, estão sempre buscando aproveitar ou abrir novas oportunidades políticas, improvisando sua atuação a partir do repertório do qual disponibilizam. Nesse sentido, avaliamos que o MNCR conta com força social para contribuir para a mudança social, embora nem sempre essa força consiga fazer frente às forças contraditórias de seus opositores.

#### **5.4 Percepções sobre as implicações da ação coletiva**

Até aqui resgatamos o histórico da organização coletiva dos catadores(as) de materiais recicláveis no Brasil e reconstruímos o percurso que levou esses catadores(as) a se organizarem também no estado da Paraíba. Observamos de que modo os catadores(as) foram construindo uma ação coletiva própria da categoria e identificamos também quais as principais estratégias de luta e pautas do movimento dos catadores(as) ao longo de sua história.

Já próximo ao término de nossa investigação, ainda cabem algumas perguntas: mas afinal, o que os catadores(as) conseguiram com sua luta? A organização coletiva de fato mudou algo na vida dessas pessoas? Visando responder essas questões, nos debruçaremos agora sobre a análise do modo como os catadores e as catadoras de materiais recicláveis enxergam as conquistas do MNCR e como percebem suas vidas antes e depois da organização coletiva.

---

<sup>308</sup> Em Santos (2018a) aproximamos o caso dos catadores(as) dos estudos da antropologia da performance, refletindo sobre o modo como os catadores(as) utilizam-se da poética e política do discurso para narrar seu drama social, utilizando essa ferramenta como estratégia de intervenção na arena política.

Como no ponto 3.5 explicamos o modo como se deu a consolidação de políticas públicas voltadas aos catadores(as) no Brasil, e no ponto 4.1 comentamos as principais conquistas legais dos catadores(as) paraibanos, para não nos tornarmos repetitivos, aqui passamos direto à percepção de nossos interlocutores sobre essas conquistas.

O conjunto de medidas que integram o marco legal dos catadores(as) no Brasil, aprovadas na primeira década dos anos 2000, é muito bem avaliado por catadores e catadoras, assessorias e gestores públicos. Boa parte dos catadores(as) com os quais conversamos durante esses anos de pesquisa apontaram a PNRS como a principal conquista da categoria. Entretanto, muitos criticam o fato de que na prática essas medidas quase não saem do papel. Outra conquista alcançada pelo MNCR que foi extremamente bem avaliada pelos catadores(as) brasileiros e paraibanos foram os programas Cataforte e Pró-catador, responsáveis tanto por estruturar muitos dos empreendimentos de catadores(as) da Paraíba como por dar início à rede Cata PB.

Como visto no capítulo IV, as conquistas dos catadores(as) a nível nacional repercutiram no *locus* de nosso estudo. As políticas públicas do Estado da Paraíba em prol dos catadores(as) tiveram início em 2013 através do aporte de recursos da Senaes, se desenvolveram a bom ritmo até desacelerarem a partir de meados de 2017. Como durante os dois mandatos de Ricardo Coutinho, o Governo do Estado manteve, através da Sesaes, um diálogo amigável e aberto com a sociedade civil organizada, incluindo os próprios catadores(as), as políticas estaduais foram bem avaliadas pelos nossos entrevistados(as), que destacaram a abertura e empenho da ex-secretária da Sesaes e de uma técnica como pontos fortes da construção das políticas.

Mas também houveram muitas críticas à execução das políticas públicas estaduais. Catadores(as) reclamaram principalmente da lentidão na execução dos objetivos dos planos de GIRSU, do mal uso dos recursos na compra de maquinários como carrinhos, prensas e balanças que quebravam facilmente ou que eram difíceis de operar, da falta de reposição de EPIs, da demora para a concessão de galpões, e da dificuldade do Governo estadual em coordenar e pressionar os gestores públicos municipais para que esses seguissem as legislações federal e estadual, desenvolvendo e pondo em prática os planos municipais de gestão de resíduos.

Quanto aos programas e projetos com recursos da Senaes que foram executados por outras entidades, como universidades e ONGs, estes em geral foram bem percebidos pelos catadores(as), visto que muitos atribuem a esses projetos um importante papel para a organização inicial de vários grupos. Porém, como vimos, estes projetos também sofreram críticas principalmente pela destinação dos recursos, que na opinião de alguns entrevistados, servia mais para pagar o salário dos técnicos que para beneficiar os próprios catadores(as).

A falta dos direitos trabalhistas e a baixa remuneração persistente na modalidade de trabalho associado também são denunciadas pelos próprios catadores(as). Em audiências públicas, no blog do MNCR e nas entrevistas realizadas, eles(as) apontam a necessidade de a legislação levar em consideração as especificidades do seu caso. Como a maioria dos empreendimentos não alcança a retirada de um salário mínimo para os sócios, a contribuição previdenciária torna-se praticamente impossível. Uma saída seria enquadrá-los como segurados especiais do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), reduzindo a taxa da contribuição, como é o caso dos trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar. Os catadores(as) afirmam que também se faz necessário rever as legislações do cooperativismo e fiscal, que fazem exigências difíceis de atender, como a cobrança de alvará, contratação de serviços contábeis, pagamento de impostos muito altos, etc.

Entre os 24 catadores(as) entrevistados(as) na pesquisa de mestrado e os 31 entrevistados(as) durante a pesquisa de doutorado<sup>309</sup>, todos que haviam trabalhado coletando material reciclável em lixões ou nas ruas relataram melhorias nas condições de trabalho após haver ingressado nas associações ou cooperativas, tais como: maior segurança; melhoria no ambiente de trabalho e nas condições de saúde; redução na jornada laboral; ter um lugar para guardar o material; acesso a maquinário como prensa e balança, entre outros; acesso a EPIs; acesso a carrinhos e caminhões para o transporte do material; a possibilidade de desenvolver atividades coletivas; a cooperação e a solidariedade entre o grupo; a posse e gestão coletiva dos meios de produção; os melhores preços nas vendas; reconhecimento por sua atividade.

As mudanças nas condições de vida apontadas pelos entrevistados(as) dizem respeito a conseguir sair do lixão, alcançando melhores condições de moradia através de programas habitacionais governamentais, nos quais os catadores(as) são um público prioritário. Também se relacionam a melhorias no bairro, conquistadas através de movimentos populares de habitação, assim como dizem respeito à obtenção de documentos pessoais, ter acesso à escolarização e formações diversas sobre sua atividade e sobre o trabalho coletivo, mas também sobre meio ambiente, saúde, etc. Mas a mudança mencionada com mais entusiasmo por nossos entrevistados(as) foi passar a ter seu trabalho reconhecido e conhecer pessoas e lugares novos.

As declarações indicam ainda que participar de empreendimentos e do MNCR favorece a consciência política, social e ambiental dos trabalhadores(as), que passam a valorizar sua atividade, defendendo-a como importante para o bem estar da sociedade e da natureza, lutando por seus direitos garantidos pela legislação conquistada, por visibilidade e inserção social.

---

<sup>309</sup> Ressaltamos que cinco entrevistadas do mestrado foram entrevistadas novamente durante o doutorado.

Ademais, como visto no tópico 5.2, a ação coletiva vem modificando as relações com outros atores sociais. Aparentemente isso tem alterado, ainda que de forma incipiente, a distribuição de poder entre as partes, permitindo aos catadores(as) desenvolverem relações mais horizontais e equilibradas com entidades de assessoria e gestores públicos, menos abusivas com os demais elos da cadeia produtiva da reciclagem e mais respeitosas com a sociedade.

Tanto homens quanto mulheres costumam mencionar as melhorias de vida acima referidas como conquistadas realizadas a partir da integração às associações e cooperativas de catadores(as) e ao MNCR. Entretanto, em nossa pesquisa, as leituras realizadas e os depoimentos de entrevistadas despertaram nossa atenção para o fato de que por vezes as mulheres percebem como positivas certas mudanças que passam despercebidas pelos olhos dos homens, atribuindo significados e pesos distintos dos homens a certas transformações que a organização coletiva proporcionou em suas vidas.

Assim, já mencionadas as questões indicadas por todos, nos deteremos por um momento no modo como as mulheres catadoras enxergam o processo de organização coletiva, socioproductiva e política. De antemão alertamos que isso não impede que sejam trazidas as opiniões dos homens, tendo em vista que gênero é uma categoria relacional, que não pode ser compreendida através de uma análise unilateral.

Sobre a percepção do trabalho coletivo, quinze das dezessete mulheres entrevistadas durante a pesquisa de doutorado que já haviam trabalhado como catadoras individuais declararam preferir o trabalho associado, incluindo as três que ainda trabalham individualmente. Estas últimas, já havendo participado de formações sobre cooperativismo e conhecendo empreendimentos de catadores(as), informaram desejar montar uma associação ou cooperativa em seu bairro, declarando que não participam das existentes na cidade pela distância do local onde residem ou por questões de desentendimento pessoal com os sócios desses empreendimentos.

Apenas uma das entrevistadas que hoje é associada afirmou preferir o lixão ao trabalho coletivo devido ao fato de no lixão ter acesso a mais material e não precisar dividir sua coleta com ninguém. Edjane, a catadora que atualmente trabalha como “gerente” em uma sucata, também afirmou preferir o trabalho no lixão ou contratado numa sucata ao trabalho associado, pois nas associações e cooperativas o rendimento seria baixo e não haviam direitos trabalhistas. Relembramos que contraditoriamente na sucata a entrevistada não conta com carteira assinada nem tem acesso a direitos trabalhistas ou previdenciários, entretanto, tem a garantia de receber um salário por mês e o cargo de chefia.

As duas entrevistadas que não haviam trabalhado na catação antes de entrar para a cooperativa declaram preferir o trabalho associado aos que desenvolveram anteriormente, nas áreas de cuidado e/ou vendas. Informamos ainda que nenhuma das 17 entrevistadas havia tido um trabalho formal com carteira assinada antes de ingressar em uma cooperativa<sup>310</sup>.

As mulheres apontaram como pontos positivos em participar de uma associação ou cooperativa e do MNCR: sair do lixão ou das ruas; “conhecer a rua e o mundo”; ter melhores condições de moradia; a possibilidade de colocar os filhos na escola; melhorar suas condições de trabalho e reduzir os riscos à saúde; a possibilidade de acessar direitos; o amadurecimento e empoderamento dentro desses espaços; o fato de estar junto com outros catadores(as); o clima “extrovertido” na cooperativa; ter amigos e pessoas para conversar; as oportunidades de estudar e aprender; ganhar maior conhecimento sobre reciclagem, leis e outros temas; a possibilidade de ter uma renda fixa; a autonomia no trabalho; a capacidade de sustentar os filhos; a visibilidade de seu trabalho e o reconhecimento da sociedade; a chance de participar de eventos, conhecer lugares e novas pessoas; o resgate da cidadania de si e de outros catadores(as); a possibilidade de atuar com trabalho de base; o importância do papel político que desenvolvem; ter maior probabilidades de dialogar com gestores públicos; ter mais oportunidades e esperança.

Sair do lixão ou das ruas e passar a ter um lugar para viver e um espaço para trabalhar representa uma mudança importante para estas mulheres, pois reduz os riscos de violência e os riscos à saúde aos quais estão expostas. Todas as mulheres entrevistadas são mães, elas sabem que ter melhores condições de trabalho e moradia contribui para uma longevidade maior, o que reduz os riscos de seus filhos ficarem órfãos precocemente como algumas delas ficaram. Além disso, passar a ter acesso a creches e escolas aumenta as chances de romper com o ciclo de reprodução da atividade para as futuras gerações, questão que aparece na fala de algumas entrevistadas, principalmente daquelas que trabalharam em lixões durante a infância.

Apesar de todas as mulheres entrevistadas demonstrarem orgulho de sua atividade, elas desejam que seus filhos possam escolher que profissão querem seguir. Algumas chegaram a mencionar que gostariam que os filhos se tornassem engenheiros ou tivessem profissões que ajudassem os catadores(as), sem explicar que profissões seriam essas. Apenas uma das entrevistadas declarou abertamente que não gostaria que seus filhos se tornassem catadores. Nessa questão, homens e mulheres catadores(as) se posicionam de forma semelhante, a maioria dos homens também declarou que gostaria que os filhos estudassem e tivessem bons empregos.

---

<sup>310</sup> Poucos empreendimentos conseguem contribuir com o INSS dos sócios, por este motivo alguns catadores(as) contribuem como autônomo ou MEI. Há ainda os que têm a carteira assinada pela ANCAT ou ONGs como catadores(as) mobilizadores. Dentre as entrevistadas, três contribuíam com o INSS.

Costa e Neves (2007), Leite, Wirth e Churfem (2015), Churfem (2016), Paiva (2016) e Motta (2017), vêm analisando a qualificação para o trabalho através da escolarização, formações ou participação política, ocupação de cargos de liderança nas associações/cooperativas e no MNCR, participação em eventos, reuniões e presença em espaços públicos que vão do interior dos empreendimentos à “rua e o mundo”, apontadas pelas entrevistadas como pontos positivos da organização coletiva, como um processo de empoderamento dessas mulheres.

Entre as mulheres entrevistadas, sete são ou foram presidentas e cinco têm ou tinham cargos na diretoria dos empreendimentos, ademais, cinco têm ou tinham cargos no MNCR, e todas relataram como a participação nos coletivos mudaram suas vidas positivamente. A atuação política parece favorecer a autoestima e autonomia destas mulheres. Quatro das cinco lideranças relataram o quanto a participação no MNCR contribuiu para que perdessem a timidez e vergonha de falar em público, enfrentar gestores públicos e empresários, pois passaram a conhecer seus direitos. Uma mencionou que seu marido não gostava que ela viajasse pelo MNCR, mas que agora aceita sem questionamento.

O acesso a renda, ainda que baixa, também tem modificado minimamente a vida de muitas dessas mulheres que se encontravam em situação de vulnerabilidade. Um exemplo foi trazido por uma entrevistada que revelou que teve que se prostituir para alimentar os filhos em períodos de extrema necessidade, comentando ainda que aprendeu a fazer de tudo (desde construir casa a produzir carrinho para coleta) “para não depender de favor de ninguém”. Por não ter dinheiro, alguns homens tentavam exigir dela favores sexuais em troca de “ajuda”. Já Alane enfatizou a importância de entrar na cooperativa após o falecimento de seu marido, comentando que é daí que sustenta seus três filhos. A geração de renda representa ainda uma possibilidade de emancipação das mulheres, principalmente para quem não encontrava oportunidades de trabalho inclusive por ter que conciliar o trabalho reprodutivo e o produtivo<sup>311</sup>.

Como a maioria das mulheres no mundo, as catadoras continuam responsáveis pelo trabalho reprodutivo de seu núcleo familiar. Treze das dezessete entrevistadas mencionaram tarefas domésticas quando relataram sua rotina diária ou em outro ponto da entrevista. Algumas reclamaram da dificuldade de conciliar as atividades domésticas com o puxado trabalho na reciclagem, comentando que precisam acordar muito cedo para preparar a comida e deixar as crianças na escola, ficar acordada até tarde ou reservar o fim de semana para realizar atividades de limpeza e cozinha. Quando perguntamos se os companheiros e filhos(as) dividiam as tarefas

---

<sup>311</sup> Sobre o tempo do trabalho produtivo e reprodutivo na vida das mulheres, ver Ávila (2010).

domésticas com elas, a maioria informou que não ou relatou que a família “ajuda”, mas cabe a elas a responsabilidade com a casa. Em contraponto, apenas um dos homens entrevistados fez alguma referência aos afazeres domésticos ao relatar sua rotina, por coincidência ou não, comentando que por morar só desde o divórcio, precisa fazer tudo em casa.

Muitas das entrevistadas criam ou criaram os filhos sozinhas e algumas relataram que tiveram que cuidar de irmãos mais novos ou dos pais doentes ainda na infância. Neide relatou que com o abando do pai, sua mãe se mudou com ela e os irmãos para o lixão para ter o que comer. Nesse novo lar, ela cuidou da mãe doente até sua morte e dos irmãos menores, sendo ela mesma apenas uma criança. Neide também criou seus cinco filhos no lixão, havendo sido abandonada pelo esposo assim como sua mãe. Apenas em 2001, com a fundação da Cotramare, a catadora passou a trabalhar coletivamente e conseguiu sair do lixão, o que, em sua opinião, mudou sua vida. O relato de Neide, que se aproxima ao de outras entrevistadas, ilustra o modo com a situação de miséria extrema e a responsabilização precoce e contínua com as atividades de cuidado mantém essas mulheres presas em uma situação de precariedade, limitando suas condições de estudar, conseguir e manter um trabalho formal.

Outro problema relacionado à necessidade das mulheres em conciliar trabalho produtivo e reprodutivo sem a assistência adequada do Estado diz respeito à presença de crianças nas atividades de coleta e triagem do material. As três entrevistadas que trabalham de forma individual relataram ser comum que os filhos as acompanhassem na catação do material reciclável no caminho da escola ou na triagem em casa.

Em uma reunião com representantes de entidades de apoio, da qual participamos durante o mestrado, uma professora comentou que catadoras de João Pessoa revelaram levar os filhos para a coleta por medo de deixá-los sozinhos, principalmente devido à violência nas áreas em que residem. Uma catadora do lixão de Queimadas com quem tivemos uma conversa informal durante uma viagem em caminho à participação em uma reunião do FEES-PB em João Pessoa, revelou sua revolta diante da situação de uma família do lixão que não pode enviar os filhos à escola mais próxima por medo de que, através de uma denúncia, o Conselho Tutelar tire a guarda das crianças da família devido às condições de insalubridade na qual vivem<sup>312</sup>.

Importante destacar que verificamos em nossas pesquisas que as cooperativas e associações de catadores(as) e o MNCR se opõem ao trabalho infantil. Em geral, recomenda-se que os associados(as) busquem creches e escolas para seus filhos, sendo comum a flexibilização do horário para atender as demandas que as atividades de cuidado impõem, como

---

<sup>312</sup> Ver Santos (2016).

pegar e deixar as crianças na escola ou na creche, alimentá-las no almoço, acompanhar filhos e familiares em casos de problemas de saúde, realizar a matrícula escolar, resolver pendências no cadastro de programas como o Bolsa Família, etc. Embora em alguns empreendimentos o tempo de afastamento possa ser descontado dos rendimentos, como demonstrou Paiva (2016).

Observamos que a divisão sexual do trabalho<sup>313</sup> afeta a vida das mulheres catadoras tanto dentro dos empreendimentos, quanto no âmbito doméstico. Elas permanecem presas em rotinas duplas ou triplas de trabalho, conciliando a catação com os afazeres da casa e o cuidado dos familiares. Este é um dos motivos que faz das associações/cooperativas uma oportunidade interessante para estas mulheres, a maioria dos empreendimentos tenta promover um espaço democrático baseado na solidariedade, oferecendo a possibilidade de um horário mais flexível. Entretanto, mesmo nestes espaços por vezes ainda persiste a divisão das atividades com base em estereótipos de gênero: trabalho de homem, envolvendo atividades que exigem força física ou o manuseio de máquinas e transporte; e trabalho de mulher, envolvendo atividades que exigem concentração, “delicadeza” e comunicação, como a triagem, a limpeza e a coleta.

Desse modo, muitas vezes dentro dos empreendimentos operam os princípios da separação e da hierarquia<sup>314</sup>. O primeiro naturaliza a visão de que há funções femininas e outras masculinas, reafirmando estereótipos de gênero. O segundo leva a crença de que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres, o que tem ocasionado a remuneração diferenciada por atividades desenvolvidas em algumas cooperativas, como revela a pesquisa de Paiva (2016).

Visitamos empreendimentos na Paraíba, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo e observamos ser mais comum ver mulheres na triagem e homens no carregamento e direção dos caminhões, armazenamento do material ou operação nas prensas e empilhadeiras. Entretanto, todos os entrevistados(as) declararam fazer de tudo na associação/cooperativa, ou seja, mesmo sendo comum uma divisão do trabalho baseada nos estereótipos de gênero, estes são quebrados frequentemente a depender das demandas do empreendimento.

Além de nem sempre mobilizados, por vezes os estereótipos de gênero são confrontados pelas mulheres catadoras, principalmente pelas que viveram no lixão ou nas ruas, que fazem questão de ressaltar em si características comumente associadas a homens (bravura, coragem, força, resistência). Algumas entrevistadas fizeram questão de pontuar que carregam tanto peso quanto um homem ou que fazem tudo que um homem faz, outras informam que sempre se viraram sozinhas e que enfrentam qualquer situação.

---

<sup>313</sup> Para uma explicação do conceito de divisão sexual do trabalho, ver Hirata e Kergoat (2007) e Ávila (2010).

<sup>314</sup> Sobre os princípios da separação e da hierarquia, ver Hirata e Kergoat (2007) e Ávila (2010).

Aparentemente mulheres que viveram em lixões e nas ruas por muito tempo aprenderam a valorizar comportamentos que as ajudavam a sobreviver nas condições em que se encontravam, enquanto as que tiveram outra trajetória tendem a interessar-se por atividades “mais femininas”. Um exemplo ilustrativo é o caso da associação CAVI, onde além da comercialização de recicláveis, são produzidos artefatos em vidro. As associadas que viveram no lixão resistiram às atividades de artesanato, se identificando como catadoras até hoje preferem a coleta, enquanto as sócias mais jovens preferem as atividades artesanais. Supomos que a socialização vivida influencia a maneira como as mulheres veem as atividades, mas essa é uma questão precisaria ser melhor investigada antes de qualquer conclusão sobre o assunto.

Mesmo que após organizados homens e mulheres tenham conquistado melhores condições de trabalho e vida, esses trabalhadores(as) ainda encontram dificuldades e lidam com condições precárias. Problemas de infraestrutura, falta de maquinário e EPIs levam ao desenvolvimento inadequado das atividades laborais. O risco de acidentes e doenças ocupacionais, além da falta de direitos trabalhistas e previdenciários também são apontados como pontos negativos.

Outro problema indicado pelos catadores(as) é a falta de consciência de parte da população que se recusa em aderir à coleta seletiva e ainda estigmatiza a atividade. A baixa quantidade de material reciclável conseguida através da coleta seletiva e a grande quantidade de rejeito que vem junto com o material tornam a atividade demorada, pouco rentável e arriscada, tendo em vista o risco de machucados com objetos cortantes e contaminação com o lixo que deveria ser descartado na coleta regular.

A recusa de gestores públicos em aplicar a legislação e remunerar os catadores(as) pelas atividades desenvolvidas também aparece como um empecilho à conquista efetiva de melhores condições de vida. Com uma remuneração fixa por parte das prefeituras, os catadores(as) evitariam situações de vulnerabilidade decorrentes da oscilação da retirada, que pode variar entre R\$200,00 a R\$3.000,00 a depender da região, das parcerias que conseguem estabelecer com o setor empresarial, com a sociedade e com o setor público, do calendário festivo da localidade, da cotação internacional dos materiais recicláveis e da pressão dos atravessadores. A baixa remuneração por seu trabalho mantém muitos catadores(as) na linha de pobreza ou extrema pobreza. Como alerta Lima (2015), mesmo com a melhoria nas condições de trabalho e vida dos catadores(as), nas cooperativas a precariedade continua, na opinião do autor, trata-se de “uma alternativa para quem não tem outra alternativa”.

Todos os entrevistados(as) demonstraram perceber a continuidade da exploração de seu trabalho por parte da indústria da reciclagem, principalmente na figura do atravessador. Na Paraíba, mesmo com a constituição das redes de comercialização, que por sinal não lograram a funcionar muito bem, os catadores(as) não conseguem vender diretamente às grandes indústrias, alcançando apenas pequenas e médias indústrias que realizam o processamento de papel e plástico. Assim, nenhum empreendimento conseguiu livrar-se completamente dos intermediários, reconhecendo que esses ficam com parte significativa do valor do material.

Um aspecto negativo da organização coletiva apontado por quase todas as mulheres entrevistadas foram as brigas dentro dos empreendimentos e no interior do MNCR. Chamamos atenção para o fato de que os conflitos internos só foram ligeiramente mencionados por cinco homens, interpretados como “umas confusõeszinhas” ou “aperreio demais”. Enquanto isso, seis entrevistadas relataram detalhadamente as dificuldades que encontraram ao ter sua liderança questionada por homens dentro dos EES e nas reuniões da categoria, destacando a necessidade de se impor para serem respeitadas, o que revela o sexismo nas relações entre os catadores(as). Como destacam Miguel e Biroli (2014), para chegarem ao poder, político ou no trabalho, as mulheres têm que fazer um esforço bem maior que os homens para serem respeitadas.

Apesar dos avanços nas discussões de gênero e das conquistas derivadas deste debate, as catadoras mostram-se conscientes de que ainda há muito a se avançar para garantir a igualdade entre homens e mulheres nas instâncias de organização coletiva dos catadores(as) e na sociedade em geral. Como afirmou Cláudia, “é porque muitas não querem afirmar, né? Fica ‘ah a gente tá alcançando’, alcançando não, coloca o pé no chão. A gente alcançou sim muitos espaços, beleza, mas tem muito mais pra a gente alcançar”.

A luta das mulheres dentro do MNCR não é apenas por representatividade, mas para combater o machismo e sexismo até nas bases do movimento, nas associações e cooperativas. Esse passo mudaria a vida das catadoras no trabalho e no âmbito doméstico, por vezes marcado pela violência além da dupla jornada de trabalho. Apesar dos avanços realizados na promoção das discussões de gênero, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as desigualdades de gênero não sejam mais uma realidade tão presente na vida das catadoras.

Motta (2017) identificou ainda que as catadoras sofrem discriminação de gênero e raça em outros espaços públicos como nos fóruns de economia solidária e em reuniões com gestores públicos. Mesmo reconhecendo essa realidade também entre nossas entrevistadas, não tanto da Paraíba, mas de outros estados, advertimos que mesmo os catadores homens e brancos mencionaram que por vezes sofrem discriminação em espaços públicos devido ao forte estigma

imposto à profissão. Como uma entrevistada da pesquisa do mestrado comentou, se não fosse pela intervenção das ONGs e universidades ninguém na prefeitura abriria as portas aos catadores(as)<sup>315</sup>. Ou seja, apesar das conquistas realizadas, esse grupo ainda sofre com o estigma relacionado à sua atividade, para além dos preconceitos de gênero e raça.

Mesmo vivenciando conflitos com alguns companheiros homens, aos poucos o esforço coletivo das mulheres catadoras vem rendendo frutos. As instâncias organizativas dos catadores(as) como o MNCR, a ANCAT, a Unicatadores e as próprias associações e cooperativas parecem vir se abrindo para o debate de gênero. Contudo, fica evidente o quanto as discussões ainda precisam avançar para que as desigualdades entre homens e mulheres diminuam tanto dentro destes espaços quanto fora deles.

Corroborando posição de Leite, Wirth e Churfem (2015), consideramos importante que o MNCR avance em direção à construção de políticas públicas que não excluam as relações de gênero, contribuindo para uma inserção ocupacional e política mais justa para as mulheres, modificando o papel que ocupam na divisão sexual do trabalho.

Complementando as autoras, destacamos a importância de as políticas públicas levarem em consideração o perfil socioeconômico da categoria e os diversos aspectos da vida destas pessoas. Não basta fomentar a organização de associações e cooperativas, é preciso conciliar este incentivo com a promoção de programas de habitação, garantia de vagas em creches e escolas para os filhos destes trabalhadores(as) e mesmo políticas voltadas ao fim do racismo e redução da violência nas comunidades periféricas, como a própria proposta da Reciclagem Popular defendida pelos catadores(as) prevê.

Ao longo desse capítulo analisamos como os catadores(as) de materiais recicláveis conformaram sua ação coletiva inspirados nas matrizes prático-discursivas que apreenderam dos diversos atores sociais com os quais se relacionaram ao longo dos mais de 30 anos de trajetória de organização coletiva. Vimos ainda as estratégias e o repertório de ações coletivas que os catadores(as) constroem ao largo de sua trajetória como sujeito coletivo e a forma como mobilizam esse repertório em suas lutas ao longo do tempo. Por fim, analisamos as percepções dos catadores(as) sobre as conquistas políticas da categoria e as mudanças em suas condições de trabalho e de vida, observando que as mulheres catadoras percebem benefícios e limitações na organização coletiva que muitas vezes os homens não percebem. Passamos agora às considerações finais dessa tese.

---

<sup>315</sup> Santos, 2016.

### **Considerações finais: trabalhadores(as) informais do mundo, uni-vos!**

Diz a sabedoria popular que toda certeza e consenso são míopes. Creio que essa afirmação faz sentido pois geralmente as certezas ignoram tanto as limitações de “nossas verdades”, quanto “as verdades” que existem em pontos de vista distintos. Então, mais que me dedicar a uma busca ilusória de revelar “a verdade absoluta” por trás da realidade investigada – a organização coletiva dos catadores(as) de materiais recicláveis, em especial na Paraíba –, com essa tese visei apenas contribuir com o debate trazendo ao texto informações, atores, pontos de vista, interpretações e referenciais teóricos distintos, pondo em confronto opiniões divergentes que, em nossa análise, mais que se anularem ou invalidarem entre si, podem e têm um caráter complementar. Essa complementariedade possibilitou observar sobre diferentes ângulos uma complexa realidade multifacetada que a academia, por mais que venha se dedicando a investigar, apenas começa a conhecer.

Então, mais que defender uma “tese”, entendida como uma interpretação científica inédita que pretende revelar “a verdade” sobre uma realidade social, nessas considerações ofereço uma interpretação baseada nas análises realizadas ao curso desses longos, rápidos e intensos anos de pesquisa. Deixo assim ao leitor e demais pesquisadores da área minha contribuição ao debate, uma mirada a mais sobre o complexo campo onde estão situados os catadores(as) de materiais recicláveis. E deixo, aos interessados, um convite para que realizem suas próprias interpretações a partir do exposto, que a partir de seus referenciais e conhecimentos prévios, podem trazer outras leituras possíveis sobre essa realidade social, dando continuidade ao debate.

Passando às nossas considerações finais, iniciamos destacando que a história da organização coletiva dos catadores(as) revela uma trajetória marcada por contradições, mas também pelo aprendizado em meio ao processo. As conquistas realizadas pelos catadores(as) ao longo de cerca de trinta e cinco anos de luta não são muitas, ademais, muitas dessas conquistas raramente saem do papel e realmente não chegam a todos os catadores(as). Mesmo assim, essas pequenas-grandes conquistas são significativas para a parte desse grupo social que de fato conseguiu melhorar minimamente suas condições de vidas.

Assim, não queremos aqui romantizar o movimento social dos catadores(as) como um verdadeiro exemplo de organização coletiva que deve ser seguido por todos os trabalhadores(as) do mundo. Apenas estamos reconhecendo que os catadores(as) são uma prova viva de que trabalhadores(as) informais que vivem às franjas do capitalismo, sem nem mesmo ter sua relação de trabalho reconhecida pelo capital, podem sim se organizar e agir coletivamente na

luta por melhores condições de trabalho e vida. E que, a partir dessa organização coletiva, podem lograr realizar conquistas que modificam em certa medida a vida de muitas pessoas envolvidas com essa organização, mas também a vida de outros profissionais que atuam na atividade, tensionando ainda a forma como se estrutura um determinado campo produtivo.

Ao longo da construção dos capítulos desse texto buscamos atender os cinco objetivos específicos propostos nessa investigação. No capítulo dois resgatamos a história da organização coletiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis no Brasil através da bibliografia temática consultada. Complementarmente, buscamos identificar no capítulo três os processos macrossociais relacionados à organização coletiva dos catadores(as).

O capítulo quatro resgatou da história da organização coletiva dos catadores(as) no estado da Paraíba a partir das memórias de diversos atores sociais que vivenciaram esse processo, como representantes de entidades de assessoria, gestores públicos e empresários, mas, especialmente, através dos próprios catadores(as). A partir da retomada dessa história, buscamos reconstituir as relações que se estabeleceram no movimento social dos catadores(as) entre os níveis nacional e local, entendendo o modo como o MNCR chega na localidade em foco e como se desenvolvem as relações entre atores locais e lideranças do cenário nacional.

No capítulo cinco nos dedicamos a investigar o processo de construção e as formas da ação coletiva dos catadores(as), analisando em que medida a participação em associações, cooperativas e no movimento de catadores(as) tem fomentado um processo de construção de uma identidade que possibilite a ação coletiva, bem como as implicações dessa ação na conquista de direitos. Ainda no capítulo cinco, buscamos conhecer as transformações que ocorreram ao longo do tempo nas relações entre catadores(as) e demais atores sociais, dentre eles as organizações mediadoras, os gestores públicos e os empresários do setor de reciclagem, analisando como se dá a distribuição de poder no campo da gestão de resíduos sólidos.

Com o cumprimento dos objetivos específicos ao longo da construção dos capítulos, esperamos ter atendido ao objetivo geral dessa pesquisa, que foi justamente identificar quais são os processos práticos-discursivos que de alguma maneira influenciaram ou contribuíram com a organização socioeconômica e política dos catadores e catadoras de materiais recicláveis no estado Paraíba e como esses trabalhadores percebem esses processos.

De uma maneira muito resumida, identificamos que, no contexto dos anos 1980, em meio ao processo de redemocratização e a efervescência dos novos movimentos sociais populares em luta por cidadania, o trabalho desenvolvido pela Igreja Católica com pessoas em situação de rua toma um novo direcionamento. Influenciados pelas matrizes prático-discursivas da

Teologia da Libertação, da Pedagogia de Paulo Freire e da economia solidária, membros da Igreja passaram das práticas assistencialistas às práticas libertárias, incentivando os catadores(as) de materiais recicláveis a se organizarem coletivamente sobre o preceito da autogestão visando a superação de uma situação de opressão e a conquista de direitos.

Com a adesão de outros atores sociais à causa dos catadores(as), esses trabalhadores(as) passaram a ter contato com outras matrizes prático-discursivas, como os debates sobre meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, construindo uma identidade coletiva positiva sobre sua atividade e reconhecendo-se como agentes ambientais, visando ter sua inserção na gestão dos resíduos sólidos reconhecida e remunerada pelo Estado, mas também estabelecer acordos com o setor empresarial para contratos de logística reversa.

Com a consolidação do MNCR enquanto entidade representante da categoria dos catadores(as) e a oportunidade política aberta com a chegada do PT ao Governo Federal, os catadores(as) passam a integrar espaços institucionalizados, a partir dos quais realizam várias conquistas em termos de marco legal e políticas públicas.

Em conjunto, esses foram os principais processos identificados como aqueles que permitiram a organização coletiva, socioproductiva e política, dos catadores(as) de materiais recicláveis em diversas regiões do país, inclusive na Paraíba. Lembramos que, como demonstrado ao largo do capítulo três, esses processos prático-discursivos, investigados nessa pesquisa a nível nacional e estadual, têm conexões com processos macrosociais que ocorram em nível internacional, como as transformações dentro da Igreja Católica latino-americana, a emergência de propostas de geração de trabalho e renda que se propõem alternativas ao capitalismo como a economia solidária, a expansão da indústria da reciclagem, o fortalecimento dos debates sobre meio ambiente e gestão sustentável do lixo, a denúncia sobre a precariedade das condições de vida nos lixões, e a formulação de políticas públicas de gestão integrada de resíduos sólidos que levem em consideração os trabalhadores informais que vivem da catação em países do Sul global, propondo a inclusão socioeconômica desses trabalhadores(as).

Desse modo, interpretamos que a organização coletiva dos catadores(as) nasce justamente de uma oportunidade política. Como vimos a organização desses trabalhadores(as) tem início em meio a um ciclo de protestos relacionados ao fim da ditadura militar e o processo de redemocratização do país, e os catadores(as), conscientes ou não desse fato no momento, se beneficiam de um contexto no qual a organização de movimentos sociais e o reconhecimento da atividade de reciclagem tornam-se viáveis dentro da conjuntura maior que engloba esses trabalhadores(as). Isso devido tanto ao processo de abertura política quanto ao fortalecimento

das discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade que favoreceram a construção de uma visão positiva sobre a atividade da catação, que, abraçada pela proposta de organização autogestionária dentro da perspectiva da economia solidária, conduziu a formação de associações e cooperativas como modelo de organização desses trabalhadores(as).

Os processos prático-discursivos que contribuíram para a organização coletiva dos catadores(as) foram aqui compreendidos como matrizes prático-discursivas. Essa compreensão dos processos enquanto matrizes nos permitiu examinar de que modo os catadores(as) de recicláveis se apropriaram dos elementos dessas matrizes para formularem a construção de uma identidade coletiva, a relação dessa identidade com a identificação dos problemas sociais que querem superar e com a criação de objetivos e estratégias para alcançá-los.

Aqui interpretamos a tradução das matrizes prático-discursivas em formas de ação coletiva como a construção de repertórios confrontacionais, ou repertórios de luta como preferimos chamar. Vimos que o repertório mobilizado pelo MNCR inclui várias práticas que agrupamos em ações diretas, ações institucionais, ações jurídicas e ações de sensibilização.

Sobre a percepção dos catadores(as) paraibanos a respeito do processo de organização coletiva, identificamos que todos os entrevistados(as) veem a organização socioprodutiva dos catadores(as) como algo positivo, inclusive os que ainda trabalham de forma individual e uma catadora que trabalha numa sucata. Os entrevistados(as) consideram a participação em associações e cooperativas de trabalho fundamentais para que os trabalhadores(as) que vivem da coleta de materiais recicláveis melhorem de vida e alcancem direitos.

Já a visão sobre a organização coletiva política é diretamente influenciada pelo momento e o tipo de envolvimento do catador desenvolve com o MNCR. Os catadores(as) paraibanos que integram associações e cooperativas surgidas há mais de uma década geralmente foram contemplados por projetos que forneceram equipamentos ou melhoraram a infraestrutura do seu local de trabalho, ademais muitos participaram de eventos da categoria ou, pelo menos, ouviram os relatos dos colegas que participaram dos eventos. Esses catadores(as) demonstraram enxergar a ligação entre as conquistas do MNCR em termos de políticas públicas ou parcerias empresariais que favoreçam a categoria e os benefícios que lhes chegam através de recursos de projetos públicos ou privados.

Catadores(as) que participaram pessoalmente de passeatas, interdições de estrada e de lixões ou audiências públicas, parecem perceber que as estratégias de intervenção proposta pelas lideranças do MNCR possibilitam um melhor diálogo com os gestores públicos locais, garantindo alguns direitos e avanços para a categoria. Assim, costumam reconhecer e legitimar

a liderança estadual, reconhecendo o papel do movimento enquanto entidade coletiva que permite a conquistas nas pequenas lutas cotidianas dos catadores(as). Esses costumam declarar que só juntos os catadores(as) conseguem alguma coisa.

Mesmo os catadores(as) que ainda trabalham de forma individual, mas que passaram por formações sobre cooperativismo, economia solidária e temas correlatos, havendo conhecido a experiência de empreendimentos de catadores(as) e/ou participado de encontros da categoria, parecem reconhecer a importância da organização coletiva para mudarem de vida. Desejando para si as melhorias de vida que os colegas obtiveram a partir da organização socioprodutiva e tentando se engajar na organização política da categoria para buscar alcançar seus próprios objetivos como a constituição de uma nova associação ou cooperativa.

Aparentemente, os poucos entrevistados(as) que não conseguem enxergar as melhorias provocadas pela organização política ou que as avaliam negativamente são aqueles que não foram contemplados diretamente por políticas públicas e projetos públicos ou privados ou que, mesmo sendo contemplados, não tiveram experiência anterior como catador(a) individual, não enxergando os avanços alcançados pela categoria. Há ainda outra problemática, em comparação as conquistas realizadas por catadores(as) de outros estados, realmente as condições de vida dos catadores(as) paraibanos ainda são muitíssimo precárias, o que pode alimentar a sensação de que não há movimento de catadores(as) no estado.

A título de curiosidade, mencionamos que alguns catadores(as) com os quais conversamos informalmente, mesmo tendo contato com o MNCR e com os empreendimentos de catadores(as), ainda preferem o trabalho individual ao coletivo. É o caso de uma catadora com quem conversamos na cidade de São Paulo, que comentou que mesmo conhecendo o MNCR e já tendo trabalhado numa cooperativa, preferia trabalhar sozinha pois ganhava mais, considerando os empreendimentos de catadores(as) “uma forma de capitalismo”. Também meu tio Edson, que mencionei no prefácio, continua trabalhando sozinho mesmo após participar do Encontro Estadual dos Catadores em 2015 e ter se aproximado de coletivos de catadores(as) de João Pessoa, tendo recusado o convite de nosso entrevistado Fred para participar da Ascamangue.

Reconhecemos que nossa investigação não alcançou revelar o que leva os catadores(as) a rejeitarem ou se apropriarem das matrizes prático-discursivas mobilizadas e expressas no discurso do MNCR. Tampouco fomos capazes de dar o passo seguinte, que seria buscar entender de que modo essas matrizes se metamorfoseiam na subjetividade de cada indivíduo, sendo ressignificadas a partir de suas experiências anteriores.

Todavia, esperamos que este estudo possa contribuir com o conhecimento específico sobre o grupo dos catadores(as) de recicláveis, principalmente paraibanos(as), como que também possa oferecer sua contribuição aos debates da sociologia do trabalho, ação coletiva e movimentos sociais ao pensar a organização coletiva de trabalhadores informais. Em outras palavras, o que o MNCR tem para nos ensinar?

O maior desafio de uma pesquisa empírica provavelmente é tentar trazer alguma contribuição para determinado debate teórico. Mesmo representando um grande desafio, este é um esforço necessário pois é através dos dados empíricos que os debates teóricos se alimentam, o que pode contribuir para que se repense certas questões consolidadas no campo. Não devemos perder de vista que teoria e empiria devem andar sempre de mãos dadas, uma lançando luz à outra para que em uma simbiose possam transformar-se em novos conhecimentos. Partindo dessa perspectiva, apresentamos nossas contribuições para os debates da sociologia do trabalho e dos estudos sobre movimentos sociais.

Inicialmente destacamos que, em um contexto neoliberal, as transformações no mundo do trabalho vêm modificando as relações entre empresas e trabalhadores(as). As contínuas reformas trabalhistas vêm criando modalidades de contrato flexíveis e transferindo os contratos entre empresários e trabalhadores(as) do campo do trabalho para o campo dos serviços. Os trabalhadores(as) já não são empregados, mas sim pessoas físicas ou jurídicas prestando serviço para empresas. O contrato passa a ser empresarial, o que na prática implica a invisibilização das relações de trabalho e, conseqüentemente, a perda de direitos trabalhistas e previdenciários.

Devido às transformações decorrentes do surgimento do neoliberalismo, entre as décadas de 1980 e 1990 a sociologia passou a debater a ideia do “fim do trabalho”. Na sociologia do trabalho isso implicou em uma larga discussão sobre a perda de importância da categoria trabalho para pensar as ações coletivas.

Sem serem reconhecidos como trabalhadores pelos empresários e sem reconhecer-se a si mesmos enquanto trabalhadores, percebendo-se como microempresários, empreendedores de si mesmos ou trabalhadores autônomos sem patrão, como as pessoas iriam se organizar para opor-se aos empresários e industriais que contratam seu serviço? Esse processo parecia gerar um deslocamento da identidade do “trabalhador”, que mesmo continuando a depender da venda da sua força de trabalho para sobreviver, passa a se identificar muito mais como pequeno empresário por não visualizar uma relação trabalhista formal. Desse modo, muitas pessoas da “classe que vive do trabalho” defendem os interesses de seus opositores. Conseqüentemente, as ações coletivas pareciam já não poder ter como eixo central a categoria trabalho.

Paralelamente, a transformação dos trabalhadores em pessoas jurídicas, individuais ou coletivas, como é o caso das associações e cooperativas de trabalho, torna muito mais difícil a organização desses trabalhadores em sindicatos que possam representar seus interesses. Assim, as antigas formas de organização dos trabalhadores se veem ameaçadas de extinção por uma política que vem atacando cada vez mais a estrutura que permitia a sustentação dessas entidades, como a aprovação do fim da obrigatoriedade de pagamento do imposto sindical na última reforma trabalhista aprovada no Brasil.

Além da sociologia do trabalho, os estudos sobre movimentos sociais também vinham transferindo o foco de suas análises dos movimentos dos trabalhadores para os movimentos identitários que, aparentemente, seriam as novas expressões dos conflitos sociais. Como vimos, foi assim que a partir dos anos 1960 surgiram novas teorias sobre movimentos sociais nos Estados Unidos e na Europa, que, em ambos os casos, priorizam a análise de conflitos em torno das questões culturais dando pouca ênfase ao papel da categoria trabalho nesses conflitos.

Se na década de 1990 o início da implementação do neoliberalismo e a emergência dos movimentos sociais identitários fizeram com que se pensasse que o trabalho vinha perdendo a centralidade no debate sobre os conflitos sociais, hoje, com a intensificação do processo neoliberalista que vem fomentando reformas trabalhistas e previdenciárias por todos os países transformando completamente as relações trabalhistas e sociais, as discussões sobre trabalho aparecem justamente como pauta do dia, na academia e na sociedade em geral.

Nesse contexto, o caso dos catadores(as) se torna interessante para pensar a questão da perda de importância da categoria trabalho na construção da ação coletiva porque foi justamente a atividade laboral que serviu de elemento aglutinador para que tivesse início o processo de organização e construção de uma identidade coletiva desse grupo social. Assim, o MNCR surge e se desenvolve em torno da categoria trabalho, eixo em torno do qual gravitam todas as outras categorias que compõem a identidade desse movimento. Antes de mais nada, os membros do MNCR são catadores(as) de materiais recicláveis e trabalhadores(as), só posteriormente se identificando enquanto agentes ambientais, em sua maioria mulheres e negros.

O fato de o MNCR ser um movimento que tem sua identidade coletiva centrada no trabalho não é mera coincidência. Como vimos, inicialmente os catadores(as) eram assistidos pela Igreja Católica da mesma forma que as demais pessoas em situação de rua. Avaliamos que as matrizes da economia solidária, da teologia da libertação e da pedagogia paulofreiriana, que dão ao trabalho um peso importante para a emancipação dos sujeitos, contribuíram para que, dentre a população em situação de rua, os catadores(as) de recicláveis passassem a ser

percebidos como um grupo social que poderia se organizar em busca de melhores condições de vida a partir da melhoria em suas condições de trabalho. Ou seja, a categoria trabalho já estava lá, os catadores(as) já eram trabalhadores antes de se organizarem coletivamente, o interessante é que dentre muitas outras características em comum, essas pessoas, sobre influência dos apoios, escolheram sua atividade laboral como eixo identitário.

A centralidade no trabalho para a construção de uma identidade coletiva faz com que o movimento dos catadores(as) esteja a meio caminho entre os movimentos sociais “tradicionais” e os “novos” movimentos sociais. A aproximação com os movimentos “tradicionais” precisa ser feita com cuidado porque, de fato, os catadores(as) não podem ser encaixados no conceito de “classe proletária”, tampouco adotam um projeto político que vise a superação do capitalismo, embora essa meta apareça com constância no discurso das lideranças.

O que aproxima os catadores(as) dos movimentos “tradicionais” é o fato de que esse grupo social se identifica enquanto uma categoria de trabalhadores(as), e é desse lugar que organizam sua agenda de demandas. As questões pelas quais lutam são, a priori, questões relacionadas ao trabalho, a começar pelo próprio reconhecimento de sua atividade enquanto trabalho. Em decorrência dessa centralidade no trabalho, os catadores(as) se posicionam na arena política da gestão de resíduos sólidos em oposição a outros grupos sociais com interesses distintos dos seus. Ou seja, seu projeto político, embora não proponha a superação do capitalismo, nem exija dos elos superiores da cadeia produtiva na qual estão inseridos a formalização da relação de trabalho com garantia de todos os direitos trabalhistas, visa a reestruturação da cadeia produtiva da reciclagem em benefício dos catadores(as). Isso significa que, em essência, os catadores(as) estão lutando por transformações no modo de produção dentro de um setor industrial, estão lutando para conquistar um pouco de poder dentro desse setor, mesmo aceitando muito do que já está posto no jogo da maneira como está. Ou seja, a luta dos catadores(as) é, em essência, uma luta ancorada nos conflitos do mundo do trabalho.

Ao mesmo tempo em que a centralidade no trabalho puxa o MNCR para o campo dos movimentos “tradicionais”, outras questões tencionam a identificação deste como um “novo” movimento social. Primeiramente, o berço da organização coletiva dos catadores(as) brasileiros foi justamente o palco de emergência dos novos movimentos sociais populares do Brasil. Os mesmos atores sociais que apoiaram e formavam esses novos movimentos estavam em contato com a população de rua e periférica. Desse modo, os catadores(as) beberam das mesmas matrizes prático-discursivas que os novos movimentos sociais populares, incorporando muito de seu discurso e práticas, e apreendendo seu repertório de lutas.

Dos novos movimentos sociais os catadores(as) herdaram a preocupação em construir uma identidade coletiva reconhecida pelos demais atores sociais. A demanda por reconhecimento está intimamente relacionada a ideia de cidadania, assim, preconiza mudanças na relação com outros atores como Estado e empresários, visando a garantia de direitos sociais, mas prevê também uma mudança de hábitos por parte da sociedade em geral.

Uma evidência clara da aproximação do movimento dos catadores(as) com os novos movimentos sociais é o fato de que o primeiro e principal ator para quem os catadores(as) apresentam suas demandas é o Estado e não os setores empresariais. Ou seja, cabe ao Estado fomentar a organização socioproductiva e política dos catadores(as), garantindo uma legislação que obrigue o setor empresarial, os demais níveis estatais e a sociedade civil a colaborar com a inserção dos catadores(as) na gestão dos resíduos sólidos. A própria modalidade da organização política, em forma de movimento social e não de sindicato, indica que o “alvo” das demandas, mesmo relacionadas ao trabalho, é o Estado e não o setor empresarial.

Aqui cabe um parêntese sobre a relação entre catadores(as) e Estado. A relação dos catadores(as) brasileiros, e, entre eles, dos paraibanos, com o Estado (à nível federal, estadual e municipal) é situacional. Ou seja, essa relação se modifica e se transforma diversas vezes ao longo do tempo a depender da abertura dos gestores públicos para o diálogo, do posicionamento desses gestores com relação a causa dos catadores(as) e da conjuntura política mais geral. Ou seja, a depender da oportunidade (ou falta de oportunidade) política do momento.

Mesmo se consolidando com forte apoio de gestões públicas e se institucionalizando ao integrar espaços governamentais, o MNCR não parece ter sido “cooptado” ou perdido força de mobilização. Ao contrário, foi através do apoio governamental que o movimento encontrou meios de fortalecer suas bases e promover uma articulação internacional, se fortalecendo politicamente. Ademais, foi nos espaços institucionais que os catadores(as) conseguiram tornar pública sua pauta e lutar por conquistas, que nem sempre correspondiam às suas expectativas. Nesses casos, o MNCR fez críticas ao modo como o Governo parecia priorizar os interesses de outros atores sociais como empresários do setor de coleta e até mesmo o terceiro setor.

No momento em que são expulsos dos espaços institucionais, os catadores(as) não se desarticulam ou desmobilizam, o MNCR não desaparece, mas, pelo contrário, passa a posicionar-se publicamente como nunca havia feito antes. Hoje, a atuação do movimento está muito mais silenciosa e voltada para suas demandas particulares, como parece ser o caso de todos os movimentos sociais no país. Mas, silenciosamente, os catadores(as) continuam agindo, tentando aproveitar a legislação aprovada em tempos áureos para fechar parcerias e contratos.

Esse parêntese visou demonstrar que é preciso superar a ideia de que os movimentos sociais têm que manter-se em constante oposição ao Estado para continuar existindo ou para manter-se autônomos. A relação entre movimentos sociais e poder público é sempre complexa. Ocupar um espaço institucional significa, em certa medida, ter que se aliar a quem estar no poder sobre o risco de fechar aquele canal de diálogo, mas isso não significa que os movimentos sociais perdem sua voz e a capacidade de lutar pelos interesses do grupo social que representam.

Ademais, alinhados com Tarrow, estamos mais inclinados a ver a relação entre movimentos sociais e partidos políticos como constantes que fazem parte da própria dinâmica da ação coletiva do que opor a possibilidade desse tipo de aliança ao comprometimento da autonomia do movimento social. Ao contrário do que preconizam alguns teóricos que insistem em ver os novos movimentos sociais sobre um manto romantizado de uma “pureza apolítica”, visando contrapô-los aos movimentos sociais tradicionais intrincados em um projeto político, partimos do entendimento de que nenhuma existência social, individual ou coletiva, é apolítica. Nos parece impossível pensar que um movimento social, posicionando sua identidade coletiva em um determinado campo de conflitos ou de confrontos não possa ou não deva desenvolver nesse campo relações de parceria ou oposições políticas, inclusive com partidos políticos.

Tendo em vista que a relação de trabalho dos catadores(as) com a indústria da reciclagem era invisível há três décadas atrás, é compreensível que esses sujeitos tenham escolhido como estratégia inicial dialogar com gestores públicos que poderiam contribuir com sua causa nem que fosse pela linha interpretativa da assistência social. Só após muitos avanços no debate, os catadores(as) conseguem ver as discussões sobre políticas públicas voltadas a seu segmento sair do campo da assistência para o campo do trabalho. E só com muita luta nos campos institucionais e nas ações diretas, os catadores(as) têm hoje seu trabalho reconhecido por empresários da indústria da reciclagem, com quem apenas recentemente conseguem sentar para dialogar. Nesse diálogo, atravessado por uma disputa constante, os catadores(as) negociam dentro de suas possibilidades, tendo em vista que, mesmo com a legislação aprovada e com os avanços no debate público, a correlação de forças ainda é muito desigual.

Assim, concluímos que o movimento dos catadores(as) de materiais recicláveis integra o campo dos novos movimentos sociais, não dos novos movimentos sociais norte-americanos ou europeus surgidos na década de 1960, mas dos novos movimentos sociais populares latino-americanos, que apesar de também estarem voltados à luta por cidadania, por ter um forte caráter popular, não excluem o viés de classe. Exatamente por esse motivo, ao mesmo tempo, o movimento dos catadores(as) traz características dos movimentos tradicionais de classe.

O caso dos catadores(as) contribui para pensarmos que mesmo que estejamos vivendo em uma sociedade onde as relações formais de trabalho desaparecem cada vez mais rápido, sendo substituídas por toda sorte de novas modalidades de contrato – quando há contrato – o trabalho continua sendo uma categoria central para pensar a ação coletiva dos grupos sociais. Ao contrário do que se preconiza, a informalização das relações de trabalho não impede a organização coletiva dos trabalhadores, prova disso são os catadores(as), que mesmo sem vínculos trabalhistas, conseguem colocar no debate suas demandas. Desse modo, é importante que tanto a sociologia do trabalho quanto os estudos sobre movimentos sociais continuem dando atenção às questões relacionadas ao trabalho e às classes ao investigar a ação coletiva.

E assim chegamos a última contribuição que o caso da organização coletiva dos catadores(as) pode oferecer ao debate teórico. Entre fluxos, refluxos, descontinuidades, muitas contradições e conflitos internos e externos, o movimento dos catadores(as) vem construindo formas de ação coletiva e buscando intervir na arena política, buscando transformar as relações produtivas e sociais nas quais estes trabalhadores(as) estão inseridos.

O caso dos catadores(as) é emblemático para pensar a ação coletiva porque por muito tempo esses trabalhadores(as), que nem eram reconhecidos como tais, foram vistos como parte do lumpemproletariado, da ralé brasileira, dos sobrantes dos demais setores produtivos, ou, no melhor dos casos, como parte do exército de reserva do capital. Assim, eram vistos como parte de uma população incapaz de organizar-se coletivamente na luta por transformação social.

Assim, acreditamos que a maior contribuição do caso em foco é demonstrar que os trabalhadores(as) informais que estão às franjas ou na “zona cinza”<sup>316</sup> do capitalismo, sem ter suas relações trabalhistas e produtivas reconhecidas pelo capital, vivendo uma situação de marginalidade social e econômica, podem se organizar coletivamente e realizar conquistas que modifiquem suas condições de vida, mesmo que num processo complexo e contraditório.

Diante da recuperação da história da organização coletiva dos catadores(as) e das análises realizadas, avaliamos que os conceitos de classe em movimento e auto construção da classe trabalhadora de Thompson (1979a e 1987a) parecem se aplicar ao caso dos catadores(as) no Brasil, na Paraíba, e, quiçá, no mundo. Se dando em movimento os catadores(as) dão início a um processo de autoconstrução de uma identidade coletiva e conscientização de classe, que corrobora o processo de formação de classe, nos termos de Thompson.

---

<sup>316</sup> Cardoso (2013) utiliza a metáfora da galáxia para ilustrar a ordem econômica capitalista atual, dominada pelas finanças. Nas zonas mais distantes do universo, nas zonas cinzas, estaria o mercado informal de trabalho, que embora faça parte desse universo, sofre oscilações por não estar tão preso à ação gravitacional do buraco negro.

Justamente por adotarmos uma perspectiva de classe em termos thompsonianos não estamos querendo defender aqui a ideia de que a categoria dos catadores(as) conforma, em si, uma “nova” classe, ou que os catadores(as) possam ser compreendidos enquanto classe apenas a partir de sua inserção no sistema de produção. Mas bem, estamos pontuando que o processo vivenciado coletivamente por estes trabalhadores(as) dentro do MNCR os tem levado a construir uma identidade de classe e reconhecer-se enquanto parte de uma classe.

Estamos inclinados a perceber os catadores(as) como uma fração da classe trabalhadora, ou da “classe que vive do trabalho” proposta por Antunes (2011)<sup>317</sup>, tanto por representarem numericamente apenas um pequeno grupo social em meio a um universo de trabalhadores(as), quanto pelas especificidades de sua relação com o capital. Percebemos os catadores(as) como trabalhadores(as) informais, que embora sejam extremamente fundamentais ao acúmulo de capital das indústrias de reciclagem, não têm poder de barganha sobre estas uma vez que a relação capital-trabalho se dá por fios praticamente invisíveis.

A posição que ocupam na cadeia da reciclagem e na estrutura social não passa despercebida aos catadores(as), que percebem a exploração do capital e a diferença na distribuição de poder entre os diversos atores que participam da arena social da reciclagem, criando estratégias para alcançar seus objetivos. Identificam-se assim com a classe trabalhadora por perceber que estão em disputa com o capitalismo.

Ademais de contribuir com os debates acadêmicos sobre movimentos sociais e classes, esperamos que essa pesquisa possa contribuir de alguma maneira com a própria organização coletiva dos catadores(as). Nesse sentido, pretendemos divulgar os principais achados dessa investigação com nossos interlocutores, que nos ajudaram a construir esse texto fornecendo dados e mesmo interpretações que subsidiaram e conformaram nossas análises. Esperamos que eles saibam como utilizar esses achados a seu favor.

Alimentamos ainda a audaciosa esperança de que as reflexões dessa pesquisa de alguma forma cheguem a trabalhadores(as) informais e aos pesquisadores(as) do tema. Isso porque, em nossa avaliação, o maior achado dessa pesquisa foi tornar visível que aquelas pessoas que vemos pelas ruas das cidades vivendo do “lixo”, vendendo pizzas nos sinais, realizando entregas como moto-táxi, vendendo Jequití ou Avon, entre muitas outras atividades informais, desenvolvem um trabalho invisível e não reconhecido para e pelo o setor empresarial, sendo

---

<sup>317</sup> Em meio ao debate do “fim do trabalho”, que surge diante as transformações ocorridas no mundo capitalista com a emergência do neoliberalismo e os processos de flexibilização e precarização do trabalho, que extinguíram inúmeras vagas no mercado formal substituindo-as por novas modalidades de contratação, Antunes (2011) propõem a categoria de “classe que vive do trabalho” para abarcar todas as pessoas que sobrevivem através de seu trabalho, mesmo que não tenham uma relação de venda da força desse trabalho para um único empregador.

exploradas por esse setor sobre a falsa justificativa de que estariam desenvolvendo uma atividade de serviço autônomo, que não implicaria em uma relação trabalhista. Ou seja, o caso dos catadores(as) nos ajuda a ver que existem milhares de pessoas vivendo de atividades que alimentam um determinado setor empresarial/industrial, sem, no entanto, ter sua relação de trabalho reconhecida, tendo assim seus direitos trabalhistas e previdenciários extorquidos.

Para além de revelar a relação de exploração sobre a qual vivem milhares de pessoas no Brasil, essa investigação buscou trazer com o máximo de detalhes possível o modo como se desenvolveu a organização coletiva de uma categoria integrante a essa classe que vive do trabalho. Com isso esperamos ter demonstrado que os trabalhadores informais, invisíveis aos setores empresariais e às vezes à própria sociedade, podem sim realizar conquistas através da ação coletiva, embora a organização coletiva seja também ser transpassada por contradições e conflitos, internos e externos – o que, vamos e convenhamos, também ocorre na organização coletiva dos trabalhadores(as) formais, organizados através de sindicatos.

Talvez, a crise social-política-econômica que estamos vivendo atualmente, decorrente da intensificação da manobra neoliberal que vem tomando à força o poder político em diversos países, desrespeitando o princípio de democracia e impondo um projeto político-ideológico que inclui mudanças radicais no mundo do trabalho, tornando visíveis as contradições de interesses entre trabalhadores e patrões e acirrando os conflitos entre diferentes classes e frações de classe, possa abrir uma oportunidade política para uma conscientização da população de seu pertencimento de classe. Quem sabe nesse processo não brota a construção de ações coletivas que incluam tanto os setores organizados da classe trabalhadora tradicional, quanto os setores “inorganizáveis” que vivem de serviços, bicos, da viração e do “lixo”.

Vale destacar ainda que nos últimos cinco anos, diante o crescimento, multiplicação e popularização de empresas que operam através de plataforma digitais, como o Uber e o Ifood, tem crescido o número de investigações sobre a ação coletiva dos trabalhadores(as) dessas plataformas, que já realizaram passeatas, carreatas, greves, denunciaram as empresas à Justiça, etc. Provavelmente os catadores(as) teriam muito que dialogar com os trabalhadores(as) de plataformas, principalmente com os entregadores *delivery*, que também desenvolvem uma atividade extremamente desgastante fisicamente, que se dá na maior parte dos casos em meio as ruas e avenidas urbanas, vivendo sobre o dilema de uma relação de trabalho não reconhecida pela empresa à qual prestam serviço. Nos parece frutífera a ideia de realizar estudos comparados entre esses casos, analisando a construção da ação coletiva entre trabalhadores informais.

Por fim, gostaríamos de informar que na reta final da escrita, a sociedade mundial foi acometida pela pandemia do coronavírus (Covid-19). Nos últimos meses presenciamos as estratégias individuais e coletivas de catadores(as) tentando contornar as dificuldades desse momento trágico. Se inicialmente as cooperativas e associações optaram por aderir à quarentena, após 15 ou 30 dias sem recursos essa paralização já não era possível para muitos. Assim, vários grupos voltaram a operar, embora com número reduzido de participantes. Muitos catadores(as) que fazem parte do grupo de risco ou que receberam o auxílio emergencial do Governo Federal preferiram permanecer parados, já aqueles que não conseguiriam sobreviver com 600,00 reais ou que não receberam o auxílio tiveram que continuar trabalhando.

Ademais, cidades como Maceió e São Paulo iniciaram campanhas solidárias logo no início da quarentena, visando levantar fundos para manter os catadores(as) em casa, tendo em vista que a maioria das prefeituras não tem prestado apoio a essa categoria. O modelo da campanha logo se propagou por várias cidades, inclusive na Paraíba, incentivadas por universidades. Logo, logo, o MNCR adotou a estratégia a nível nacional, criando a Campanha de Solidariedade aos Catadores do Brasil, que, de acordo com uma *live* realizada em 21 de maio de 2020, já havia arrecadado mais de 800 mil reais, auxiliando catadores(as) de várias cidades.

O caso parece ser mais complicado para os catadores(as) individuais que continuam passando pelas ruas com suas carroças de burro cheias de material e crianças, que, provavelmente, com o fechamento das escolas, não tinham onde ficar enquanto os pais trabalhavam. Seria interessante que em pesquisas futuras se buscasse entender como as mulheres catadoras(as) estão conciliando a atividade com o cuidado dos filhos.

Os efeitos da pandemia do Covid-19 na sociedade em geral e na vida dos catadores(as) especificadamente, ainda são inimagináveis. Esse é um tema que deixamos em aberto para pesquisas futuras. Sugerimos que além de pensar de que maneira o COVID-19 atinge a saúde, vida e trabalho dos catadores(as), se procure investigar como os efeitos decorrentes dessa pandemia afetam também a organização coletiva dos catadores(as) de materiais recicláveis.

E é com esses convites a investigações futuras que encerramos essa tese. Sim, estamos encerrando com ideias para novas pesquisas ao invés de ratificarmos “nossa tese”. Como bem pontua Tilly em uma de suas últimas obras: “um livro que não levanta novas questões irresolvidas não merece ser escrito... ou lido!”<sup>318</sup>. Creio que o conhecimento, assim como tudo na vida, não é algo completo, fixo e imutável, mas sim algo parcial, situacional e temporal, que se modifica, se transforma, se transmuta e dá frutos inimagináveis mais à frente.

---

<sup>318</sup> Tilly, 2008 apud Alonso, 2012, p. 32.

## Referências

**À MARGEM do lixo.** Direção de Evaldo Mocarzel. Brasil: Casa Azul e Raiz Produções, 2008. Documentário, 84'00''. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=skhRBIMDEbQ>>. Acesso: 26 jan. 2018.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

**Aliança Global de catadores.** Disponível em: <<http://globalrec.org/pt-br/>>. Acesso: 20 mar. 2020.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, p. 49-86, 2009.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v.02, n.03, p. 21 – 41, 2012.

ALONSO, A.; BOTELHO, A. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. **Sociologia & Antropologia**, v.02, n.03, p. 11–19, 2012.

AMORIM, L. S. de. Economia solidária e catadores de materiais recicláveis em Salvador e Curitiba: políticas públicas e a enunciação de identidades no Brasil. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, n.2, p. 21-35, 2012. Disponível em: <[http://www.mapp.ufc.br/images/revista\\_aval/edi%C3%A7%C3%B5es/Pg-21-35.pdf](http://www.mapp.ufc.br/images/revista_aval/edi%C3%A7%C3%B5es/Pg-21-35.pdf)>. Acesso em 10 jun. 2016.

ANANIAS, P. Prefácio. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 7-10.

**ANCAT.** Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. Disponível em: <<http://ancat.org.br/>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

ANDRADE, M. T. de. O Programa CATAFORTE e o incentivo à Economia Solidária. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 14., 2015, Campinas. **Anais eletrônicos XIV Encontro Nacional da Abet.** Campinas, 2015. Disponível em: <<http://abet2017.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Marconi-Tabosa-de-Andrade.pdf>>. Acesso em 05 jul. 2020.

ANDRADE, M. T. de. O trabalho dos catadores e as ambivalências da economia solidária. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 15., 2017, Rio de Janeiro. **Anais XV Encontro Nacional da Abet.** Rio de Janeiro, 2017

ANDRADE, H. S. de; FIGUEIREDO, G.; FARIA, C. A. P. de. A trajetória histórica e organizativa da população em situação de risco de rua de Belo Horizonte: a construção de um movimento cidadão. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 49-64.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

APLICATIVOS e redes sociais ajudam brasileiros desempregados a se reinventarem no mercado. **G1**, 12 jan. 2020. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/01/12/aplicativos-e-redes-sociais-ajudam-brasileiros-desempregados-a-se-reinventarem-no-mercado.ghtml>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

ARAÚJO, T. C. d'A. Principais marcos históricos mundiais da educação ambiental. **Ambiente Brasil**, 11 set. 2007. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2007/09/11/33350-principais-marcos-historicos-mundiais-da-educacao-ambiental.html>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

ARRUDA, M. Redes, educação e economia solidária: Novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In: KRUPPA, S.M.P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. p. 31-40.

ÁVILA, M. B. O tempo do trabalho produtivo e reprodutivo na vida cotidiana. **Revista ABET**, v.9, n.2, p. 53-70, 2010.

BARBOSA, A. de F. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BARROS, V. A. de; PINTO, J. B. M. Reciclagem: Trabalho e Cidadania. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 65-82.

BIRKBECK, C. Self-Employed Proletarian in na Informal Factory: The case os Cali's Garbage Dump. **World Development**, v.6, n.9/10, p. 1173-1185, 1978.

BORTOLI, M. A. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. In: **Katál**, v. 16, n. 02, p. 248-257, 2013.

BOSI, A. de P. A organização capitalista do trabalho "informal": O caso dos catadores de recicláveis. **RBCS**, v. 23, n. 67, p. 101 – 116, 2008.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANDÃO, I. R.; GUTIÉRREZ, R. A. Novos regimes de políticas de resíduos na América Latina: Brasil e Argentina em perspectiva comparada. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais eletrônicos 40º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2016. Disponível em: < <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st24-5/10390-novos-regimes-de-politicas-de-residuos-na-america-latina-brasil-e-argentina-em-perspectiva-comparada/file>>. Acesso em 05 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069/1990, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em 28 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.741/2003, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm)>. Acesso em 28 jan. 2019.

BRASIL. Secad/MEC. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>> Acesso em 12 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.305/2010, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em 02 abr. 2019.

BRASIL. Decreto 7.404/2010 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.375/2010, de 30 de dezembro de 2010. Altera tributação sobre materiais recicláveis adquiridos diretamente de cooperativas de materiais recicláveis Programa Pró-Catador e outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12375.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12375.htm)>. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.852/2013, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em: 29 jan. 2019

BRASIL. Medida Provisória 870/2019, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRINGEL, B. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Política e Sociedade**, v. 10, n.18, p.51-73, 2011.

BRINGEL, B. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**, v.02, n.03, p. 43-63, 2012.

BURGOS, R. **Periferias urbanas: o chão dos catadores no urbano periférico**. São Paulo: Humanitas, 2013.

CAILLÉ, A. Dádiva e Associação. In: MARTINS, P. H. (Org.). **A Dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 191-205.

CALEGARE, M. G. A.; SILVA Jr., N. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Psicologia Política**, v.9, n.17, p. 129-148, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v9n17a09.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2019.

CAMPOREZ, P. Bolsonaro condiciona verba ao Nordeste a reconhecimento de governadores. **Estadão**, São Paulo, 05 ago. 2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-vai-inaugurar-obras-com-prefeitos-do-nordeste,70002955836>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

CARDOSO, A. **Ensaio de Sociologia do Mercado de Trabalho Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CARNEIRO, E. J.; CORRÊA, P. A. A produção social da catação de lixo. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 133-154.

CARVALHO, A. M. R. de; RONDINI, C. A. Perfil socioprofissional de catadoras e catadores em associações e cooperativas do Oeste Paulista. In: SOUZA, A. R. de; ZANIN, M. **A economia solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: EduEFSCar, 2017, p. 251-262.

CASTRO, E. de M.; MACHADO, M. N. da M. O sentido do trabalho na trajetória de Carolina Maria de Jesus, trapeira e escritora. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 183-199.

**CATADORES de História**. Direção: Tania Quaresma. Brasil: 2018. Documentário, 75'26''. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-GFgVpDs8oo&feature=youtu.be>> Acesso em: 04 jul. 2020.

CATADORES fazem protesto contra grupo Iner. MNCR, 23 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/noticias/noticias-regionais/catadores-fazem-protesto-contr-o-grupo-iner>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CATADORES se alimentam de lixo descartado em aterro de João Pessoa. **G1**, 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/catadores-se-alimentam-de-lixo-descartado-em-aterro-de-joao-pessoa.ghtml>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

**CBO**. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CEMPRE. **Cempre Review 2019**. São Paulo: Cempre, 2019.

CENTRAC. **Catadores/as de materiais reutilizáveis & recicláveis**: análise das condições de vida e trabalho nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca e Queimadas – Estado da Paraíba. Campina Grande: CENTRAC, 2016.

CHERFEM, C. O. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. In: PEREIRA, C.J.; GOES, F.L (Org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 47-74.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980. p. 87-121.

COM LULA e Dilma, catadores saem do lixo e ascendem à classe C. **PT**, 2017. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/com-lula-e-dilma-catadores-saem-do-lixo-e-ascendem-a-classe-c/>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

**COOPAMARE**. Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis. Disponível em: <<https://coopamare.wordpress.com/about/subpagina/>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CORRÊA, F; ALMEIDA, M.A.B. de. Teorias dos Movimentos Sociais e Psicologia Política. **Psicologia Política**, v. 12, n. 25, p. 549-569, 2012.

CORTELETTI, R. de F. **Trabalhadoras e Autogestão**: Trabalho e vida cotidiana entre operárias de uma fábrica cooperativa em Caxias do Sul/RS. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

COSTA, B. A. L.; NEVES, M. de A. Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5., 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Organiza%C3%A7%C3%A3o/ORG-15.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

CRIVELLARI, H. M. T.; DIAS, S. M.; PENA, A. de S. Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 299-324.

CULTI, M. N. Economia Solidária: Incubadoras Universitárias e Processo Educativo. **Revista Proposta-FASE**, Manaus, v. 31, n. 111, p.16-22, Jan/Mar. 2007.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, A. **A Liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DIAS, S. M.; MATOS, M. Fórum Lixo & Cidadania – Inovação institucional na formulação de políticas públicas de resíduos sólidos. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 249-264.

EDER, K. **A nova política de classes**. Bauru: EDUSC, 2002.

EMPRESA privada ameaça direitos dos catadores na Paraíba. **Brasil de Fato**. João Pessoa, 11 a 25 abr. 2018. Cidades, p.10.

**ESTAMIRA**. Direção de Marcos Prado. Produção de José Padilha. Rio de Janeiro: RioFilme, 2005. Documentário, 115'00". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jSZv8jO9SAU>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

FANTÁSTICO chama empregados de aplicativos de “empreendedores” e apanha nas redes. **Fórum Educação**, 20 jan. 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/fantastico-chama-empregados-de-aplicativos-de-empresarios-e-apanha-nas-redes/>> Acesso em: 02 jun. 2020.

FRANÇA LIMA, C. de. **Catadores de material reciclável em movimento: trajetória de uma identidade coletiva**. 2008. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/cristiano\\_franca\\_lima.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/cristiano_franca_lima.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GARCIA, C. C. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GEORGES, I.P.H.; LEITE, M. de P. Novas configurações do trabalho e Economia solidária: democratização, inclusão ou precarização?. In: GEORGES, I.P.H.; LEITE, M. de P. (Org.). **Novas configurações do trabalho e Economia Solidária**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012. p.13-32.

GIL, A. C. **Metodologia de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. da G. Marcos Referenciais Teóricos que têm dado Suporte às Análises dos Movimentos Sociais e Ações Coletivas no Brasil – 1970 - 2018. **RBS**, v.6, n. 14, p. 5-33, 2018. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/430/248>>. Acesso em 05 jul. 2020.

GONSALVES, E. P. **Conversa sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2011.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F. et. al. Frames de ação coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil – MNCR. In: III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia, 2010, Florianópolis, Brasil. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <[https://www.academia.edu/1179863/Frames\\_de\\_a%C3%A7%C3%A3o\\_coletiva\\_uma\\_an%C3%A1lise\\_da\\_organiza%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Movimento\\_Nacional\\_de\\_Catadores\\_de\\_Recic%C3%A1veis\\_no\\_Brasil\\_MNCR](https://www.academia.edu/1179863/Frames_de_a%C3%A7%C3%A3o_coletiva_uma_an%C3%A1lise_da_organiza%C3%A7%C3%A3o_do_Movimento_Nacional_de_Catadores_de_Recic%C3%A1veis_no_Brasil_MNCR)> Acesso em: 20 jun. 2020.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 30 set. 2017.

HOLZMANN, L. Empreendimentos solidários e agentes externos: autonomia ou tutela? In: GEORGES, I.P.H.; LEITE, M. de P. (Org). **Novas configurações do trabalho e Economia Solidária**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012. p. 147-166.

IBAMA flagra catadores em situação desumana em Aterro sanitário de JP. **Jornal Paraíba Online**. Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/2018/04/ibama-flagra-catadores-em-situacao-desumana-em-aterro-sanitario-de-jp/>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2007**. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. **Atlas de Saneamento 2011**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/atlas\\_saneamento/default\\_zip.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/atlas_saneamento/default_zip.shtm)>. Acesso em: 18 ago. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 out. 2019.

**ILHA das Flores**. Direção: Jorge Furtado. Brasil, 1989. Documentário, 13'00''. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LETSDS8qm9U>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

INER. Consórcio Instituto Nacional de E-Logística Reversa. Disponível em: <<http://www.grupoiner.com.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

ISMAEL, R. A SUDENE e o enfrentamento dos problemas do Nordeste na Nova Ordem Constitucional. In: NASCIMENTO, A.; LIMA, M. C. (Org.). **O Nordeste Brasileiro em Questão: Uma Agenda para Reflexão**. Brasília: Kiron, 2015. p. 114-135.

JESUS, J. G. de. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. In: **Psicologia e Saber Social**, v. 1, n.2, p.163-186, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/4897/3620>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

KEMP, V. H. Empreendimentos solidários: desafios para enfrentar a naturalização das desigualdades sociais. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.23-48.

KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

KOWARICK, L. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na Unicamp por ocasião do II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, 2002. Disponível em: <<http://www.sunnet.com.br/home/Noticias/As-raizes-historicas-da-Economia-Solidaria.html>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

LEITE, M. de P. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: Teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, n.69, p. 31-51, fev. 2009.

LEITE, M. de P. A. Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: GEORGES, I.P.H.; LEITE, M. de P. (Org.). **Novas configurações do trabalho e Economia Solidária**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012. p. 227-268.

LEITE, M. de P. A. A economia solidária no debate e na experiência latino-americana. In: LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A.M.C.; LIMA, J.C. (Org.). **O trabalho na economia solidária**: entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015. p. 19-42.

LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A.M.C.; LIMA, J.C. (Org.). **O trabalho na economia solidária**: entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015.

LEITE, M. de P., WIRTH, I.G. e CHERFEM, C.O. Trabalho e resistência na Reciclagem: Movimento Social, Política Pública e Gênero. In: LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A.M.C.; LIMA, J.C. (Org.). **O trabalho na economia solidária**: entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015. p. 335-361.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 25, a. 12, p. 31-64, 2006.

LIMA, J.C. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LIMA, J. C. O Trabalho em Cooperativas: Dilemas e Perspectivas. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 69-80.

LIMA, J. C. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. In: GEORGES, I.P.H.; LEITE, M. de P. (Org.). **Novas configurações do trabalho e Economia Solidária**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012. p. 195-226.

LIMA, J.C. Cooperativas de Reciclagem de lixo no Brasil: A autogestão da Pobreza. In: LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A.M.C.; LIMA, J.C. (Org.). **O trabalho na economia solidária**: entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015. p. 325-333.

LIMA, F. de P. A.; OLIVEIRA, F. G. de. Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidária. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 225-248.

LIXO. Brasil, 1976. Documentário. In: **Do lixo à cidadania: Estratégias para a ação**. 1 DVD.

**LIXO Extraordinário**. Direção: João Jardim, Karen Harley, Lucy Walker. Fotografia: Dudu Miranda, Ernesto Hermann, Heloísa Passos. Trilha Sonora: Moby. Produção: Angus Aynsley, Hank Levine. Brasil / Reino Unido: Distribuidora Downtown Filmes; Estúdio Almega Projects e O2 Filmes, 2010. Documentário, 90'00''. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X-r2fQKDHjk>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

LOPES, J. R.B. **Sociedade Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2008.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p.11-48, 2009.

MAGALHÃES, B. J. Liminaridade e exclusão: Caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira?. In: PEREIRA, C.J.; GOES, F.L (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 123-150.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Editora Átomo, 2005.

MAGNANI, J. G. Quando o campo é a cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole. In: \_\_\_\_\_. **Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2008. p. 12-53.

MARTINS, C. H. B. Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade ocupacional. **Mulher e Trabalho**, p. 65-78, 2005. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/mulher/2005/artigo4.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, M. B. A formação da classe operária inglesa: história e intervenção. **Trabalho necessário**, v. 12, n. 18, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8591/6154>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Um pouco da História da Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MEDINA, M. Ocho mitos sobre el reciclaje informal em América Latina. **Info región: Agenda de Prensa Ambiental**. México, 19 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.inforegion.pe/51962/ocho-mitos-sobre-el-reciclaje-informal-en-america-latina/>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. In: **Lua Nova**, n.17, p.49-66, 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MESALÍAS, J. P.; NUREÑA, C. C. **Evaluación Temática Regional: Trabajo Infantil en la Segregación y Gestión de Residuos Sólidos Urbanos en América Latina y el Caribe** Lima. OIT / IPEC Sudamérica, 2004.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MMA. **Histórico mundial**. Disponível em: <<http://mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-mundial.html>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br>>. Acesso em: 19 maio 2018.

MONTAÑO, C. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 19-48.

MOTTA, D. C. **Desvendando o nó: a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do estado de São Paulo**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2017.

MUNIC. Perfil dos municípios brasileiros: 2017. **IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101595.pdf>> Acesso em: 04 jul. 2020.

NASCIMENTO, J. B. do. **“Burros sem rabo”**: invisibilidade e consumo ostensivo. Curitiba: Appris, 2016.

NETO, J. F. de. M. **Incubadora Popular**. (Mímeo). João Pessoa, 2003.

NIÑO, J. J. C.; HERNÁNDEZ, L. B. El trabajo en la pepena informal en México: nuevas realidades, nuevas desigualdades. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 27, n. 1, p. 95-117, 2012.

NOVAES, H. T.; CASTRO, M. P. Em busca de uma pedagogia da produção associada. In: \_\_\_\_\_. **Pedagogia e autogestão**. Brasília: Cáritas, 2012. p. 32-73.

NÚÑEZ, N. G. La economía de reciprocidad de cachureros y coleros en Chile. In: GAIGER, L. I. G.; SANTOS, A. M. dos. (Org.). **Solidariedade e ação coletiva: trajetórias e experiências**. São Leopoldo: Unisinos, 2017. p. 108-130.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**, Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1981.

OLIVEIRA, N. M. S. de; MORAIS C. R. S.; LIRA, W. S.; ALBUQUERQUE A. V. de. **Perfil socioeconômico dos catadores da unidade de beneficiamento de resíduos vítreos em processo de incubação junto a incubadora da Universidade Federal de Campina Grande – IUEES/UFCG**. Campina Grande, [s.n], [200-?].

PACHECO-VEGA, R. Cartoneros, catadores, minadores y pepenadores: reciclaje informal de basura em países de AL. **Crónica**, Aguascalientes, 05 out. 2012. Disponível em: <<http://www.cronica.com.mx/notas/2012/695499.html>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PAIVA, C. C. Mulheres catadoras: articulação política e ressignificação social através do trabalho. **Ideias**, Campinas, v.7, n.2, p. 151-174, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/ideias.v7i2.8649500>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

PEREIRA, M. C. G.; TEIXEIRA, M. A. C. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512011000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000300011)>. Acesso em: 12 abr. 2019.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRANDI, J. R. **O Trabalho por Conta Própria sob o Capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAMALHO, J. R. Sindicalismo e trabalho no Brasil nos anos 2000. In: LA GARZA TOLEDO, E. de. (Org.). **Trabajo**: El futuro del trabajo en América Latina, a. 10, n. 15, jan-jun.2018. Cidade do México: Tercera Época, 2018.

RECICLAGEM popular: fim da desigualdade na cadeia produtiva dos resíduos. **Rede TVN**, 12 fev. 2014. Reportagem, 9'02". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zrBEY2Qn-Y>> Acesso em: 04 jul. 2020.

**Red LACRE**. Disponível em: <<http://www.redrecicladores.net/>> Acesso em: 21 abr. 2020.

RODRÍGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 329-367.

ROSA, A. R.; MENDONÇA, P. Movimentos sociais e análise organizacional: explorando possibilidades a partir da teoria de frames e a de oportunidades políticas. In: **o&s**, v.18, n.59, p. 643-660, 2011. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v18n59/a05v18n59.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

ROSALDO, M. Revolution in the Garbage Dump: The Political and Economic Foundations of the Colombian Recycler Movement (1986 – 2011). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais eletrônicos 40º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2016. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st34-3/10501-revolution-in-the-garbage-dump-the-political-and-economic-foundations-of-the-colombian-recycler-movement-1986-2011>> Acesso em: 05 jul. 2020.

ROSSI, F. C. R. A atuação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) na construção de políticas públicas para catadores nos governos do PT no âmbito federal. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu. **Anais eletrônicos 42º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2018. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/spg-5/spg15-5/11472-a-atuacao-do-movimento-nacional-de-catadores-de-materiais-reciclaeis-mnrc-na-construcao-de-politicas-publicas-para-catadores-nos-governos-do-pt-no-ambito-federal/file>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SÁNCHEZ, T. E. La basura y los recicladores informales: ¿Por qué México no?. **Emeequis**, 24 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.m-x.com.mx/2013-08-24/la-basura-y-los-recicladores-informales-por-que-mexico-no-por-tania-espinosa-sanchez/>> Acesso: 12 abr. 2019.

SANDOVAL, S. A. M.; SILVA, A. S. da. O modelo de análise da consciência política como contribuição para a psicologia política dos movimentos sociais. In: HUR, D.; LACERDA JR., F. (Org.). **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. São Paulo: Vozes, 2016. p.25-57.

SANT'ANA, D. de; METELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA, C.J. e GOES, F.L (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 21-46.

SANTOS, R.S.P. dos. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político (resenha). **Sociologia & Antropologia**, v.2, n.3, p.309-315, 2012.

SANTOS, T. F. R. dos. Mobilidade dos trabalhadores entre os mercados formal e informal de trabalho: a economia solidária como alternativa. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R. [et al.] (Org.). **Anais do I Seminário Regional Nordeste da ABET: caminhos do desenvolvimento, trabalho e implicações socioambientais**, de 26 a 28 de novembro de 2014. João Pessoa: UFPB, 2015, p.355-367. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/abetseminarione>>. Acesso em 04 jul. 2020.

SANTOS, T. F. R. dos. **Contra a maré?** Economia solidária e cooperativa de catadores em meio ao capital. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/140/1/Thelma%20Flaviana%20Rodrigues%20dos%20Santos%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PPGCS%20-%202016..pdf>> Acesso em: 31 dez. 2019.

SANTOS, T. F. R. dos. Implicações de Gênero na Organização dos Catadores e Catadoras de Recicláveis no Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS MARXISTAS, 9., 2017, Recife. **Anais eletrônicos**. Recife, 2017. Disponível em: <[https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1-UUEYorbh5ipa3QsvsIAdhco-M\\_xvZzS](https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1-UUEYorbh5ipa3QsvsIAdhco-M_xvZzS)>. Acesso em: 31 dez. 2019.

SANTOS, T. F. R. dos. Política e poética discursiva dos catadores de materiais recicláveis: mecanismos de intervenção na arena social (Brasil). **RLAT**, v. 2, n. 3, p. 1 – 37, 2018a. Disponível em: <<http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/lat/article/view/344/209>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

SANTOS, T. F. R. dos. Reflexões sobre as Políticas Públicas voltadas os(as) Catadores(as) de Materiais Recicláveis no Estado da Paraíba: Entre as diretrizes nacionais e a implementação local. **RPPI**, v.3, n.1, p. 206–229, 2018b. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/35429>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

SANTOS, T. F. R. dos. “A gente alcançou sim muitos espaços, beleza, mas tem muito mais pra a gente alcançar”: significados da organização coletiva para as mulheres catadoras de materiais recicláveis. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 16., 2019, Salvador. **Anais eletrônicos do XVI Encontro Nacional da ABET**. Salvador, 2019a. Disponível em: <<http://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/trabalhosgt?simposio=13#T>> Acesso em: 31 dez. 2019.

SANTOS, T. F. R. dos. A experiência da organização coletiva dos catadores e catadoras de recicláveis em retrospectiva: a reconfiguração de estratégias de luta diante novos cenários. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 16., 2019, Salvador. **Anais eletrônicos do XVI Encontro Nacional da ABET**. Salvador, 2019b. Disponível em:

<<http://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/trabalhosgt?simposio=11#T>>

Acesso em: 26 mar. 2020.

SANTOS, T. F. R. dos; GUEDES, D. M. B. A. Novos Desafios da Economia Solidária. In: **ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFCG**, 2., 2016, Sumé.

SARDÁ, M. Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes): Significados e perspectivas. In: IPEA. **Mercado de trabalho**, n.48, p. 57-70, ago. 2011.

SARDÁ, M.; NOVAES, H.T. O sentido histórico da autogestão. In: BENINI, A. et al (Org.). **Gestão pública e sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. v. 2. p. 153-186.

SIES. **Atlas de Economia Solidária no Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SILVA, S. C. A terceirização via cooperativas de trabalho: precarização ou autonomia? In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). **A Perda da Razão Social do Trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 147-166.

SILVA, M. L. L. da. A condição do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 201-224.

SILVA, A. S. da. A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. In: *Psicologia Política*, v. 12, n.25, p. 409-425, 2012. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n25/v12n25a04.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SILVA, S. P. da. Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. **Rev. Serv. Público**, Brasília, v. 67, n.3, p. 351-376, 2016.

SILVA, S. P. GOES, F. L.; ALVAREZ, A. R. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

SILVA, L.M.F. da; SILVA, R.R.G. da. **Catação: olhar juvenil sobre os(as) catadores(as)**. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2015.

SIMÕES, M. L. D. Projeto de Lei prorroga fim dos lixões para 2021. **Portal JUS**, mai. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/57761/projeto-de-lei-prorroga-fim-dos-lixoes-para-2021>>. Acesso em 12 fev. 2019.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S.M.P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. p. 13-20.

SÓ 42% das Prefeituras mostram plano de lixo. **MAISPB**, 14 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.maispb.com.br/368732/apenas-42-das-prefeituras-da-pb-apresentam-plano-para-destino-do-lixo.html>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

SOUZA, A. R. **Os laços entre igreja, governo e economia solidária**. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, J. **Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SOUZA-LOBO, E. O Gênero da representação: Movimentos de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). **RBCS**, n. 17, a. 6, p. 07-14, 1991. Disponível em: <[www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_17/rbcs17\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_17/rbcs17_01.htm)> Acesso em: 20 dez. 2017.

TÁ LIMPO. Direção: Christina Koenig. Brasil, 1992. Animação, 10'02''. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jAC9PSfPicU>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

TEIXEIRA, L. B. Motorista de aplicativo pode ser considerado empreendedor?. **Portal UOL**, 13 jan. 2020. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2020/01/13/motorista-de-aplicativo-pode-ser-considerado-empendedor.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

THOMPSON, E. P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Crítica, 1979a. p. 13-61.

THOMPSON, E. P. Una entrevista con E. P. Thompson. In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Crítica, 1979b. p. 294-318.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. v. 1.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. v. 2.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c. v. 3

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses**. In: SILVA, S.; NEGRO, A. L. (Org.). Campinas: Unicamp, 2001.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 133-160, 2010.

TORRES, T. R. Senadores aprovam prorrogação do prazo para fechamento dos lixões. **Senado**, 01 jul. 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/01/senadores-aprovam-prorrogacao-do-prazo-para-fechamento-dos-lixoes>>. Acesso em 12 fev. 2019.

**UNICOPAS**. União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias. Disponível em: <<http://unicopas.org.br/?p=5381>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

VANNUCHI, M. L.; TRÓPIA, P. V. A organização social da diferença sexual nos espaços do trabalho e nos movimentos sociais. In: GONÇALVES, E. [et.al.] (Org.). **Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais**. Goiás: PUC, 2014. p.115-135.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Juventude e Trabalho como Questão Pública no Brasil: há uma inflexão com as iniciativas recentes?. **Contemporânea**, v. 2, n. 1 p. 231-253, 2012.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Desenvolvimento e trabalho no Nordeste: Velha Nova problemática. In: NASCIMENTO, A.; LIMA, M. C. (Org.). **O Nordeste Brasileiro em Questão: Uma Agenda para Reflexão**. Brasília: Kiron, 2015a. p. 42-80.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Prefácio. In: LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A.M.C.; LIMA, J.C. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Annablume, 2015b. p.7-9.

VERONESE, M. e CABRAL, S. A dimensão do estar-junto: sociabilidades e identidades como articuladores teóricos possíveis para pensar a tríade homem-lixo-trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais eletrônicos 40º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2016. Disponível em: < <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st34-3/10509-a-dimensao-do-estar-junto-sociabilidades-e-identidades-como-articuladores-teoricos-possiveis-para-pensar-a-triade-homem-lixo-trabalho/file>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WILSON, D. C.; VELIS, C.; CHEESEMAN, C. Role of informal sector recycling in waste management in developing countries. **Habitat International**, n. 30, p. 797-808, 2006.

**ZABBALEEN: Trash Town**. A whole community in Egypt that lives on rubbish, 2008. Documentário, 25'29". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D0s7WsoC528>> Acesso em: 04 jul. 2020.

## Apêndice I: Roteiro de Entrevista com Catadores(as)

### Dados Pessoais

Nome do entrevistado(a):

Raça/cor:

Idade:

Gênero:

Escolaridade:

Religião:

Local onde trabalha:

### Trajatória pessoal e institucional: Percepções acerca do trabalho, vida e renda

01 – Onde você nasceu? E sua família, de onde é?

02 – Em que seus pais trabalhavam?

03 – Você teve oportunidade de frequentar a escola? Estudou até que ano? Como era a vida na escola?

04 – Como começou a trabalhar?

05 – Quais trabalhos já teve na vida? Dos trabalhos que teve, de qual mais gostou?

06 – Como começou a trabalhar como catador(a)?

07 – Como é o dia-a-dia no trabalho?

08 – Como é sua rotina diária?

09 – O que você mais gosta e o que não gosta no seu trabalho?

10 – Acha seu trabalho importante? Por que?

11 – Onde você mora atualmente?

12 – Com quantas pessoas mora? Quantas são adultos e quantas são crianças?

13 – Qual sua renda como catador(a)? Essa renda dá para cobrir as despesas da família?

14 – Além de você, mais alguém da casa trabalha? Mais alguém da sua família trabalha com reciclagem? Recebem algum benefício do governo? Qual a renda média da família?

15 – Você tem plano de saúde ou o cartão do SUS? Contribui com o INSS?

16 – Quais seus planos para o futuro? E para o futuro de seus filhos?

17 – Quando conheceu esta associação/cooperativa? Como começou a participar dela?

18 – Por que você decidiu participar dessa associação/cooperativa?

19 – Você sabe como esta teve início esta associação/cooperativa? Conte um pouco da história do grupo. O que ou quem ajudou na formação dessa associação/cooperativa?

20 – Como funciona a associação/cooperativa? Como são divididas as atividades?

21 – Vocês realizam reuniões? Com que frequência? Como estas acontecem?

22 – Como são divididas as responsabilidades da associação/cooperativa (*compras, venda do material, cálculo do rendimento mensal e divisão entre os trabalhadores(as), participação nos eventos e reuniões fora da associação/cooperativa, etc.*)?

23 – Você tem algum cargo na associação/cooperativa? Caso sim, quais suas responsabilidades nesse cargo?

- 24 – Como é feita a escolha dos dirigentes?
- 25 – Você participa das decisões da associação/cooperativa? De que forma?
- 26 – O que você acha de trabalhar em uma associação/cooperativa? Qual o lado bom de e o lado ruim de trabalhar em uma associação/cooperativa?
- 27 – Caso já tenha trabalhado tanto como catador(a) individual quanto como catador(a) associado/cooperado, quais das duas formas de trabalho prefere? Quais as principais diferenças entre trabalhar sozinho(a) e trabalhar em grupo?
- 28 – Você acha importante que os catadores(as) de materiais recicláveis participem de associações e cooperativas? Por que?
- 29 – Quais as principais dificuldades da associação/cooperativa?
- 30 – O que você acha que poderia ser feito para melhorar a situação da associação/cooperativa?
- 31 – O que você espera para o futuro desta associação/cooperativa? E para o futuro das outras associações e cooperativas de catadores?
- 32 – Começar a participar desta associação/cooperativa mudou alguma coisa em sua vida?

#### Percepções sobre Economia Solidária, o MNCR e ação coletiva

- 33 – Além da associação/cooperativa, você participa de algum outro grupo ou movimento (*igreja, associação de bairro, Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, Fórum de Economia Solidária, etc.*)? O que lhe fez querer participar desses coletivos?
- 34 – Você sabe o que é Economia Solidária? Já participou de algum curso sobre o tema? O que significa Economia Solidária para você?
- 35 – Na sua opinião, existe diferença entre trabalhar numa associação/cooperativa e trabalhar em uma empresa privada? Você prefere a participação em uma associação/cooperativa ou um emprego em uma empresa?
- 36 – Esta associação/cooperativa participa do Fórum de Economia Solidária? Você frequenta ou já frequentou as reuniões do Fórum? Acha importante que as associações/cooperativas de catadores(as) participem do movimento de Economia Solidária?
- 37 – Você conhece o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR)? Caso sim, como você conheceu o movimento?
- 38 – Você participa do MNCR? Caso sim, como começou a participar? Comente um pouco sobre o que você faz no movimento.
- 39 – De que forma o MNCR ajuda as associações/cooperativas de catadores(as)? E os catadores(as) que trabalham sozinhos nas ruas ou lixões? Você acha importante que os catadores(as) participem do MNCR? Por que?
- 40 – Na sua opinião, quais as principais conquistas do MNCR para os catadores(as)?
- 41 – Você acha que as pessoas estão se preocupado mais com o meio ambiente e reciclagem nos últimos anos? Caso sim, acredita que isso muda algo na vida dos catadores(as)?
- 42 – O que você acha que os catadores(as) deveriam fazer para melhorar suas condições de trabalho e de vida?
- 43 – A que classe social você pertence?

## Apêndice II: Roteiro de Entrevista com Gestores Públicos

### Dados Pessoais

Nome do entrevistado(a):	Raça/cor:
Idade:	Gênero:
Escolaridade:	Religião:
Natural de:	Cidade onde reside atualmente:
Entidade ao qual é ligado(a):	
Cargo:	
Tempo que se relaciona com o público de catadores(as):	

### Projetos voltados aos catadores(as) e diálogo com demais instâncias e sociedade civil

01 – Quais as principais preocupações desta instância governamental com relação aos catadores(as) de materiais recicláveis? Há algum projeto/programa voltado especificadamente para os catadores e/ou para as cooperativas de reciclagem? Como estes funcionam? Qual a trajetória de intervenção deste órgão junto aos catadores?

02 – Quais as diretrizes do governo federal, estadual e/ou municipal com relação aos catadores(as) de materiais recicláveis? Como este tema é incorporado ao plano de governo?

03 – De que maneira o planejamento desta instância governamental se relaciona com os encaminhamentos federais relacionados aos catadores(as) de materiais recicláveis?

04 – Há estratégias para envolver os estados e/ou municípios nos projetos/programas federais/estaduais voltados aos catadores(as) ou para incentivar estes a elaborarem seus próprios projetos/programas?

05 – Atualmente há políticas públicas de Economia Solidária no Estado/Município? Caso sim, fale um pouco sobre elas, caso não, há planos de construção de políticas públicas voltadas para a Economia Solidária?

06 – Como este órgão/instituição se relaciona com os demais atores da Economia Solidária? Quais os principais parceiros deste órgão/instituição no movimento da Economia Solidária? Como funcionam estas parcerias?

07 – Este órgão/instituição dialoga com o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR)? Caso sim, como se dá este diálogo?

### Percepções sobre a organização e ação coletiva dos catadores(as) de materiais recicláveis

08 – Você acha que as discussões sobre meio ambiente e reciclagem de materiais recicláveis tem crescido nos últimos anos? Caso sim, acredita que estas mudam algo na vida dos catadores(as) de materiais recicláveis? O que?

09 – Como você avalia a organização dos catadores(as) no Brasil ao longo das últimas três décadas?

10 – E a nível local, você acha que os catadores(as) do estado conseguem se organizar coletivamente? Caso sim, de que maneira se dá essa organização? Caso não, quais razões atrapalham/impedem essa organização?

11 – De que maneira a organização dos catadores(as) em associações/cooperativas contribui para melhorar a vida destes trabalhadores(as)?

12 – Quais as principais dificuldades encontradas pelas associações/cooperativas de catadores(as)?

13 – Que estratégias você acredita que poderiam ajudar os empreendimentos solidários de catadores(as) a garantir sua sobrevivência?

14 – Quais as principais demandas dos catadores(as) atualmente? Em sua avaliação, estas demandas são legítimas? Que estratégias os catadores(as) poderiam utilizar na busca por seus objetivos?

15 – Em sua opinião, os catadores(as) conformam uma classe social? Por que?

#### Percepções sobre a Economia Solidária e o MNCR na Paraíba e no Brasil

16 – Qual a importância do MNCR para as associações/cooperativas de catadores(as)? E para os catadores(as) que trabalham individualmente?

17 – De que modo o movimento da Economia Solidária se relaciona com os catadores(as) de materiais recicláveis e com o MNCR? Que conquistas da Economia Solidária beneficiaram diretamente os catadores(as) de materiais recicláveis?

18 – Na sua opinião, os movimentos da Economia Solidária e MNCR contribuem efetivamente para mudar a realidade dos catadores(as) de materiais recicláveis? Caso sim, de que maneira? Caso não, por que?

19 – Quais questões você acredita terem maior importância atualmente na luta do movimento da Economia Solidária e do MNCR?

20 – Como você avalia a situação atual da Economia Solidária no estado da Paraíba e no Brasil? Quais suas perspectivas para o futuro da Economia Solidária?

21 – Como você avalia a atuação do MNCR no Brasil? E no estado da Paraíba? Quais suas perspectivas para o futuro do MNCR na Paraíba, no Brasil e no mundo?

22 – Como você avalia a relação entre o poder público e o MNCR à nível nacional?

23 – Na sua opinião, na Paraíba, o MNCR consegue estabelecer um diálogo fecundo os gestores públicos? Caso sim, de que modo se dá este diálogo? Caso não, quais as prováveis razões?

24 – Em seu ponto de vista, qual o papel do Estado em relação aos catadores(as) de materiais recicláveis?

25 – E qual seria o papel do poder público na construção/fortalecimento da organização coletiva e da luta dos catadores(as)?

26 – Que medidas você considera que os gestores públicos deveriam tomar para atender as demandas dos catadores(as) de materiais recicláveis?

### **Apêndice III: Roteiro de Entrevista com Representantes de Entidades de Apoio**

#### Dados Pessoais

Nome do entrevistado(a):  
 Idade:  
 Escolaridade:  
 Natural de:  
 Entidade ao qual é ligado(a):  
 Cargo:  
 Tempo que se relaciona com catadores(as) de materiais recicláveis:

Raça/cor:  
 Gênero:  
 Religião:  
 Cidade onde reside atualmente:

#### Trajecória pessoal e institucional

- 01 – Como você conheceu o órgão/entidade/instituição da qual participa e de que maneira se aproximou dele?
- 02 – Quais as propostas deste órgão/entidade/instituição? E qual sua forma de atuação?
- 03 – Conte um pouco sobre a história deste órgão/entidade/instituição.
- 04 – Este órgão entidade/instituição dialoga com o movimento da Economia Solidária? Quais os principais parceiros no movimento da Economia Solidária? Como funcionam estas parcerias?
- 05 – Este órgão/entidade/instituição dialoga com o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR)? Caso sim, como se dá este diálogo? Qual a trajetória de intervenção deste órgão junto aos catadores?

#### Percepções sobre a organização e ação coletiva dos catadores(as) de materiais recicláveis

- 06 – Você acha que as discussões sobre meio ambiente e reciclagem de materiais recicláveis tem crescido nos últimos anos? Caso sim, acredita que estas mudam algo na vida dos catadores(as) de materiais recicláveis? O que?
- 07 – Como você avalia a organização dos catadores(as) no Brasil ao longo das últimas três décadas?
- 08 – E a nível local, você acha que os catadores(as) do estado conseguem se organizar coletivamente? Caso sim, de que maneira se dá essa organização? Caso não, quais razões atrapalham/impedem essa organização?
- 09 – De que maneira a organização dos catadores(as) em associações/cooperativas contribui para melhorar a vida destes trabalhadores(as)?
- 10 – Quais as principais dificuldades encontradas pelas associações/cooperativas de catadores(as)?
- 11 – Que estratégias você acredita que poderiam ajudar os empreendimentos solidários de catadores(as) a garantir sua sobrevivência?
- 12 – Quais as principais demandas dos catadores(as) atualmente? Em seu ponto vista, que estratégias os catadores(as) poderiam utilizar na busca por seus objetivos?
- 13 – Em sua opinião, os catadores(as) conformam uma classe social? Por que?

Percepções sobre a Economia Solidária e o MNCR na Paraíba e no Brasil

14 – Qual a importância do MNCR para as associações/cooperativas de catadores(as)? E para os catadores(as) que trabalham individualmente?

15 – Quais as principais conquistas que o MNCR garantiu para os catadores(as) de materiais recicláveis?

16 – De que modo o movimento da Economia Solidária se relaciona com os catadores(as) de materiais recicláveis e com o MNCR? Que conquistas da Economia Solidária beneficiaram diretamente os catadores(as) de materiais recicláveis?

17 – Na sua opinião, os movimentos da Economia Solidária e MNCR contribuem efetivamente para mudar a realidade dos catadores(as) de materiais recicláveis? Caso sim, de que maneira? Caso não, por que?

18 – Quais questões você acredita terem maior importância atualmente na luta do movimento da Economia Solidária e do MNCR?

19 – De que maneira as iniciativas de Economia Solidária da Paraíba tem se relacionado com o movimento nacional de Economia Solidária?

20 – Em sua opinião, há na Paraíba uma união entre as entidades relacionadas à questão da Economia Solidária e/ou do Cooperativismo?

21 – Como você avalia a situação atual da Economia Solidária no estado da Paraíba e no Brasil?

22 – Quais suas perspectivas para o futuro da Economia Solidária na Paraíba, no Brasil e no mundo?

23 – Como você avalia a atuação do MNCR no Brasil? E no estado da Paraíba?

24 – Como você avalia a relação entre o movimento da Economia Solidária e as entidades de apoio à nível nacional?

25 – Como você avalia a relação entre o MNCR e as entidades de apoio à nível nacional?

26 – Na Paraíba, as entidades relacionadas à questão da Economia Solidária costumam estabelecer diálogo/partceria com os catadores(as) de materiais recicláveis? Como você avalia esta relação? Caso sim, de que modo se dá este diálogo? Caso não, quais as prováveis razões?

27 – Em sua opinião, na Paraíba, o MNCR consegue estabelecer um diálogo fecundo com as associações e cooperativas de catadores(as)? E com os catadores(as) individuais? E com as entidades de apoio aos catadores(as)? Caso sim, de que modo se dão estes diálogos? Caso não, quais as prováveis razões?

28 – Em seu ponto de vista, qual o papel das entidades de apoio na construção/ fortalecimento da organização coletiva e da luta dos catadores(as)?

## **Apêndice IV: Ruta de Entrevista con Representantes de Entidades de Apoyo Internacionales**

### Datos personales:

Nombre del entrevistado:

Raza o color:

Edad:

Sexo:

Escolaridad:

Religión:

Natural de:

Ciudad donde reside actualmente:

Entidad a la que está vinculado:

Posición:

Tiempo que se relaciona con recolectores de materiales reciclables:

### Trayectoria personal e institucional

01 - ¿Cómo conoció la institución de la que participa y de qué manera se acercó a ella?

02 - ¿Cuáles son las propuestas de esta institución para los recolectores y recicladores de materiales reciclables?, ¿y cuál es su forma de actuación?, aún, ¿cuáles los principales socios de la institución en el apoyo a los recolectores?

03 - Cuente un poco sobre la historia de esta institución.

04 - ¿Esta institución dialoga con el movimiento de la Economía Solidaria?, ¿cuáles son los principales socios en el movimiento de la economía solidaria?, ¿cómo funcionan estas alianzas?

05 - ¿Esta institución dialoga con los movimientos de recolectores?, caso sí, ¿de qué manera y en cuáles países?, ¿y con el *Movimento Nacional dos Catadores de Materias Recicláveis do Brasil (MNCR)*? En caso afirmativo, ¿cómo se da este diálogo?, ¿cuál es la trayectoria de intervención de este órgano junto a los recolectores?

### Percepciones sobre la organización y acción colectiva de los recolectores de materiales reciclables

06 - ¿Crees que las discusiones sobre medio ambiente y reciclaje de materiales reciclables han crecido en los últimos años? Si así es, ¿cree que estas cambian algo en la vida de los recolectores de materiales reciclables?, ¿qué?

07 - ¿Cómo evalúa la organización de los recolectores en el mundo y, especialmente, en Brasil durante las últimas décadas?

08 - A nivel internacional, ¿crees que los recolectores logran organizarse colectivamente?. En caso afirmativo, ¿de qué manera se da esa organización?, si no, ¿qué razones obstaculizan o impiden esa organización?

09 - En su opinión, ¿la organización de los recolectores en asociaciones y cooperativas contribuye para mejorar la vida de esos trabajadores?, ¿de qué manera?

10 - ¿Cuáles son las principales dificultades encontradas por las asociaciones y cooperativas de recolectores?

11 - ¿Qué estrategias crees que podrían ayudar a los emprendimientos de recolectores a garantizar su vivencia?

12 - ¿Cuáles son las principales demandas de los recolectores actualmente? En su punto de vista, ¿qué estrategias los recolectores podrían utilizar en la búsqueda de sus objetivos?

13 - ¿En su opinión, los recolectores conforman una clase social?, ¿por qué?

#### Percepciones sobre la Economía Solidaria, movimientos de recolectores y el MNCR

14 – En su opinión, ¿los movimientos de recolectores contribuyen efectivamente para cambiar la vida de esos trabajadores y de sus familias?

15 - Y de forma específica, ¿los movimientos de la Economía Solidaria y MNCR contribuyen efectivamente para cambiar la realidad de los recolectores de materiales reciclables en Brazil? En caso afirmativo, ¿de qué manera?, si no, ¿por qué?

16 - ¿Cuál es la importancia del MNCR para las asociaciones y cooperativas de recolectores?, ¿y para los recolectores que trabajan individualmente?

17 -¿Cómo evalúa la actuación del MNCR en Brasil?, ¿cuáles son las principales conquistas que el MNCR garantizó para los recolectores de materiales reciclables?

18 - ¿Cómo evalúa la relación entre el MNCR y las entidades de apoyo a nivel internacional?

19 - En su punto de vista, ¿cuál es el papel de las entidades de apoyo en la construcción y fortalecimiento de la organización colectiva y de la lucha de los recolectores?

#### Percepciones sobre la organización de los recolectores en México

20 - ¿Como se organizan los recolectores en México?, ¿ahí una organización colectiva en el país? Caso sí, ¿Cómo usted avalúa la organización de los recicladores en México?

21 - ¿Los recicladores de materiales reciclables de México se insieren en la organización internacional de los recicladores? Caso sí, ¿de qué manera?

22 – En México, ¿hay alguna legislación que regule el trabajo de los recolectores y pepenadores? Caso sí, ¿qué propone esa legislación? ¿Es ella efectivamente aplicada en el país?, ¿cómo usted avalúa la legislación sobre la gestión de residuos sólidos en México?

## **Apêndice V: Roteiro de Entrevista com Empresários do Setor de Reciclagem**

### Dados Pessoais

Nome do entrevistado(a):  
Idade:  
Escolaridade:  
Natural de:  
Empresa a qual é ligado(a):  
Cargo:  
Tempo que se relaciona com o setor de reciclagem:

Raça/cor:  
Gênero:  
Religião:  
Cidade onde reside atualmente:

### Trajetória pessoal e institucional e percepções sobre o setor de reciclagem

01 – Quando essa empresa começou a atuar no segmento de reciclagem de materiais e como começou a atuar com cooperativas de catadores?

02 – Quais os principais fornecedores do material reciclável comprado por esta empresa? Esta empresa compra materiais recicláveis de cooperativas/associações de catadores(as)? E de catadores(as) individuais (autônomos)? Em sua opinião é melhor comercializar com cooperativas/associações ou com catadores(as) individuais (autônomos)? Por que?

03 – Quais os principais compradores do material reciclável comercializado? Quantas toneladas vocês costumam comercializar em média por mês?

04 – Como funciona a logística da empresa?

05 – Você acha que as discussões sobre meio ambiente e reciclagem de materiais recicláveis tem crescido nos últimos anos? Caso sim, acredita que estas mudam algo na vida das pessoas envolvidas com o setor de reciclagem? O que?

06 – Como você avalia a situação do setor de reciclagem atualmente? Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo/no setor? A empresa tem estratégias para contornar estas dificuldades?

Apêndice VI:

Quadro 1 - Dados dos catadores e catadoras entrevistados

Nº	Pseudônimo	Idade	Raça/cor	Sexo/ Gênero	Escolaridade	Religião	Naturalidade	Cidade onde reside	Local onde trabalha e cargo	Cargo no MNCR, ANCAT, UNICATADORES, RedLACRE e/ou Aliança Global	Tempo que é catador(a)	Idade que iniciou a coletar	Data da entrevista	Duração da entrevista	Local/ meio da entrevista
1	Nalva	44	Negra	F	E.F. II Inc.	Católica não praticante	João Pessoa - PB	João Pessoa - PB	CATAJAMPA - Presidenta	Representante da Paraíba na Comissão Nacional do MNCR e Coordenadora de projeto da ANCAT na Paraíba	Cerca de 40 anos	Na infância, entre 4 e 5 anos de idade	20/08/2017 e 29/10/2018	04h15m46s e 01h48m50s	João Pessoa - PB
2	Cleide	44	S/R	F	E.F. I Comp.	Acredita em Deus	S/R	Campina Grande - PB	COTRAMARE - Presidenta "de boca"	Não tem	Não soube dizer	Na infância, não recorda a idade	29/08/2017	00h37m15s	Campina Grande - PB
3	Alane	24	Normal/ Parda	F	E.M. Inc.	Evangélica (Batista)	Campina Grande - PB	Campina Grande - PB	COTRAMARE - Tesoureira	Integra a coordenação estadual do MNCR na Paraíba	Cerca de 5 anos	Começou na vida adulta	29/08/2017	00h38m45s	Campina Grande - PB
4	Neide	40	Branca	Mulher	Alfabetizada	Católica	Campina Grande - PB	Campina Grande - PB	COTRAMARE	Não tem	33 anos	Na infância, com 7 anos	29/08/2017	00h37m15s	Campina Grande - PB
5	Cláudia	37	Negra	Mulher	E.M. Inc.	Evangélica	Osasco - SP	Rio de Janeiro - RJ	ECOPONTO BRASIL - Presidenta "de boca"	Representante do Rio de Janeiro na Comissão Nacional do MNCR e Coordenadora estadual da ANCAT no RJ	28 anos	Na infância, com 9 anos	04/09/2017	02h01m28s	Rio de Janeiro - RJ
6	Marta	44	S/R	F	E.F. II Inc.	Evangélica	Acopiara - CE	São Paulo - SP	Cooperfenix - Presidenta	Integra a coordenação estadual do MNCR em São Paulo	Cerca de 34 anos	Na infância, entre os 10 e 11 anos	10/10/2017	01h40m37s	São Paulo - SP
7	Cleber	38	S/R	M	E. M. Comp.	Católico	MG	São Paulo - SP	Cora-Arajá	Catador mobilizador do MNCR e Coordenador estadual da ANCAT em SP	16 anos	Começou com 22 anos diante desemprego	11/10/2017	00h53m32s	São Paulo - SP
8	Paulo	51	S/R	M	E.F. I Comp.	Católico	Barra Funda - SP	São Paulo - SP	CataSampa e COOPAMARE - Presidente	Representante de São Paulo na Comissão Nacional do MNCR; Ex-Secretário da ANCAT e Ex-Coordenador da RELAT	27 anos	Começou com 24 anos	17/10/2017 e 22/10/2017	01h15m50s	Por telefone
9	João	64	Negro	M	E.F. I Comp.	Cristão sem igreja	Salvador - BA	Recife - PE	Pró-Recife - Presidente	Representante de Pernambuco na Comissão Nacional do MNCR e Coordenador estadual da ANCAT em PE	40 anos	Começou com 16 anos	21/11/2017	03h03m01s	Recife - PE
10	Cícero	61	Branco	M	E. M. Comp.	Não tem	Itabaiana - PB	Curitiba - PR	RESOL	Representante do Paraná na Comissão Nacional do MNCR	17 anos	Começou com 44 anos, diante desemprego	12/12/2017	01h09m31s	Brasília - DF

11	Emanuel	45	Pardo/ Moreno	Homem	E.F. I Inc.	Evangélico	Crapeó - SC	Florianópolis - SC	Associação Beneficente Assesst. Cidade Limpa - Tesoureiro	Representante de Santa Catarina na Comissão Nacional do MNCR	27 anos	Começou por volta dos 18 anos	13/12/2017 e 24/01/2018	01h37m22s	Brasília - DF e por telefone
12	Jonatas	44	Negro	Macho	E.M. Comp.	Espírita	Brasília - DF	Brasília - DF	Cooperativa de produção de sapatos com material reciclável - Presidente	Integra a coordenação do DF no MNCR	Cerca de 36 anos	Na infância, entre os 7 e 8 anos	13/12/2017	00h59m02s	Brasília - DF
13	Marisa	43	Branca	Não quis definir	E.M. Inc.	S/R	Itambé - PB	João Pessoa - PB	Associação Acordo Verde - Presidenta	Não tem	Há cerca de 10 anos	Começou por volta dos 33 anos	11/01/2018	01h32m36s	João Pessoa - PB
14	Fred	62	Moreninho	M	Analfabeto	Católico	Catolé do Rocha - PB	João Pessoa - PB	ASCAMARE	Integra a coordenação estadual do MNCR na Paraíba	32 anos	Começou com 30 anos	12/01/2018	01h07m34s	João Pessoa - PB
15	Laura	55	Parda	F	E.F. I Comp.	Católica	Cariús - CE	Campina Grande - PB	CATAMAIS - Presidente	Não tem	37 anos	Começou com 18 anos	13/08/2018	02h02m26s	Campina Grande - PB
16	Silvana	49	Parda	F	E.F. I Comp.	Católica	Campina Grande - PB	Campina Grande - PB	CATAMAIS - Secretária	Não tem	Não soube dizer	Começou adulta no lixão	13/08/2018	02h02m26s	Campina Grande - PB
17	Augusto	50	Negro	Homem	E. Sup. Inc. (Cursando Serviço Social)	Protestante (Batista)	Porto Velho - RO	Porto Velho - RO	ASTROVEL e Unidos pela Vida	Paricipou do MNCR, mas deixou o movimento	Passou 8 anos como catador, hoje é sapateiro	Começou a catar com 42 anos diante desemprego	20/08/2018	01h47m56s	Por telefone
18	Rosa	42	Preta	F	E.F. I Comp.	Católica	Campina Grande - PB	Campina Grande - PB	ARENSA	Não tem	12 anos	Começou a catar por volta dos 30 anos	22/08/2018	00h57m39s	Campina Grande - PB
19	Jane	31	Parda	F	E.F. II Inc.	Católica	Campina Grande - PB	Campina Grande - PB	ARENSA	Não tem	23 anos	Na infância, com 8 anos	22/08/2018	01h10m47s	Campina Grande - PB
20	Sílvio	43	Branco	M	E.F. II Inc.	Evangélico (Assembleia de Deus)	Assis Chateaubrian t - PR	Ji-Paraná - RO	COCAMAGE - Presidente	Integra a coordenação estadual do MNCR em Rondônia	17 anos	Começou com 26 anos	27/08/2018	01h32m51s	Por telefone
21	Edjane	30	Mulata	F	E.M. Inc.	Evangélica (Pentecostal)	Campina Grande - PB	Queimadas - PB	R.R. Metais (Sucata) - Gerente	Não tem	20 anos	Na infância, por volta dos 10 anos	28/08/2018	00h47m49s	Campina Grande - PB
22	Mariana	26	Parda	F	E.F. II Inc.	Católica	Barra de Santa Rosa - PB	Solânea - PB	CATASOL - Secretária	Não tem	19 anos	Na infância, com 7 anos	19/09/2018	01h07m06s	Por telefone
23	Marileide	54	Morena	F	E.M. Comp.	Católica	Oliveira - MG	Oliveira - MG	ASCOL - Vice Presidenta	Não tem	Há cerca de 10 anos	Por volta dos 44 anos	19/09/2018	01h33m41s	Por telefone
24	Marcos	54	Humano/ Pardo	Hétero	E.M. Comp.	"De Deus e Jesus, faço minha religião"	João Pessoa - PB	João Pessoa - PB	ASCARE - Presidente	Atualmente não tem cargo no MNCR, mas já foi representante da Paraíba na Comissão Nacional	Há cerca de 31 anos	Começou por volta dos 22 anos	22/09/2018	01h44m06s	Por telefone

25	Antônio	47	Pardo	S/R	E.F. II Inc.	Católico que não vai à Igreja	Pombal - PB	Pombal - PB	ASCAMARP - Presidente	Não tem	5 anos	Por volta dos 42 anos	29/09/2018	01h04m18s	Por telefone
26	Chico	42	Pálido	M	E.F. I Comp.	Evangélico (Assembleia de Deus)	Bananeiras - PB	Bananeiras - PB	CATABANS - Presidente	Integra a coordenação estadual do MNCR na Paraíba	30 anos	Na infância, com 12 anos	10/10/2018	01h37m45s	Bananeiras - PB
27	Josilene	47	Parda	F	E.F. I Inc. (cursando)	Católica	Riachão dos Bacamartes - PB	Campina Grande - PB	Sem empreendimento - catadora individual	Integra a coordenação estadual do MNCR na Paraíba	Não soube dizer	Começou a catar na vida adulta	17/10/2018	00h33m04s	Campina Grande - PB
28	Lúcia	55	Normal	F	E.F. I Comp.	Evangélica (Assembleia de Deus)	Lagoa Seca - PB	Campina Grande - PB	Sem empreendimento - catadora individual	Não tem	28 anos	Começou na vida adulta	17/10/2018	00h31m03s	Campina Grande - PB
29	Sônia	45	Parda	F	E.F. I Inc.	Católica	Campina Grande - PB	Campina Grande - PB	Sem empreendimento - catadora individual	Não tem	Não soube dizer	Começou na vida adulta	17/10/2018	00h22m38s	Campina Grande - PB
30	Danilo	29	Branco	M	E.M. Inc. (cursando)	Católico	Campina Grande - PB	Lagoa Seca - PB	Sem empreendimento - catador individual	Integra a coordenação estadual do MNCR na Paraíba	11 anos	Com 18 anos	24/10/2018	00h37m29s	Campina Grande - PB
31	Arthur	38	Branco	M	E. Sup. Inc. (cursando Ciências Sociais)	Sem religião	Passo Fundo - RS	Porto Alegre - RS	ASCAT - Secretário	Articulação Nacional do MNCR; Representa o MNCR na Red LACRE e na Aliança Global de Catadores	Não informou	Iniciou na atividade de catação ainda na infância	12/11/2018 e 26/11/2018	01h08m44s	Por Skype

## Apêndice VII:

Quadro 2 - Dados dos gestores públicos entrevistados

Nº	Pseudônimo	Idade	Raça/cor	Sexo/ Gênero	Escolaridade	Religião	Naturalidade	Cidade onde reside	Entidade e cargo	Tempo com catadores	Data da entrevista	Duração da entrevista	Local/ meio da entrevista
1	Eliza	31	S/R	F	Graduada	Católica	Santana dos Garrotes - PB	João Pessoa - PB	Sesaes - Gerente executiva	5 anos	20/09/2017	00h57m09s	João Pessoa - PB
2	Vânia	37	S/R	F	Graduada	Não tem	São Paulo - SP	São Paulo - SP	MTE (SP) - Analista de Economia Solidária	1 ano	11/10/2017	02h12m31s	São Paulo - SP
3	Erick	30	S/R	M	Pós- graduado	Sem religião	Olinda - PE	Recife - PE	MTE (PE) - Analista técnico de Políticas Públicas	9 meses	20/11/2017	00h35m08s	Recife - PE
4	Valéria	S/R	S/R	F	Graduada	S/R	S/R	João Pessoa - PB	SEIRHMACT - Técnica da Gerência de Meio Ambiente	5 anos	25/01/2018	00h53m13s	Campina Grande - PB
5	Paloma	37	S/R	F	Pós-graduada	Católica	Mossoró - CE	João Pessoa - PB	Sesaes - Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária	5 anos	29/01/2018	00h49m13s	João Pessoa - PB
6	Armando	60	S/R	M	Graduado	Católico	Bananeiras - PB	João Pessoa - PB	MTE (PB) - Seção de Economia Solidária	3 anos	29/01/2018	00h55m41s	João Pessoa - PB
7	Ronaldo	54	S/R	M/hétero	Pós- graduado	Católico	Duque de Caxias - RJ	Natal - RN	MTE/Senaes (DF) - Secretário Adjunto	19 anos	04/09/2018	02h27m19s	Via Skype
8	Raquel	27	S/R	F	Graduada	Católica não praticante	Campina Grande - PB	Campina Grande - PB	Sesuma (Campina Grande - PB) - Técnica	5 anos	17 e 18/09/2018	00h57m38s	Campina Grande - PB

## Apêndice VIII:

Quadro 3 - Dados dos representantes de entidades de apoio entrevistados

Nº	Pseudônimo	Idade	Raça/cor	Sexo/ Gênero	Escolaridade	Religião	Naturalidade	Cidade onde reside	Entidade e cargo	Tempo com catadores	Data da entrevista	Duração da entrevista	Local/ meio da entrevista
1	Taís	25	S/R	F	Pós-graduada	S/R	Rio de Janeiro - RJ	S/R	ONG e ITCD/UFRJ	S/R	11/09/2017	Sem áudio	Rio de Janeiro - RJ
2	Flávio	47	S/R	M	Graduado	Católico	São Paulo - SP	Guarulhos - SP	ECOAR e UNISOL - Coordenador de Projeto	15 anos	11/10/2017	00h59m03s	São Paulo - SP
3	Elizabeth	53	Branca	F	Pós-graduada	Católica	Pombal - PB	Campina Grande - PB	IUEES/UFCG	16 anos	10/09/2018	03h18m30s	Campina Grande - PB
4	Helena	49	Parda	F	Graduada	Católica	Patos - PB	Bayeux - PB	Arquidiocese - PB; Cáritas; Funetec - PB; Incubes/UFPB	21 anos	21/09/2018 e 03/10/2018	02h26m12s	Por telefone
5	Victória	31	Negra/Parda	F	Pós-graduada	Católica	Brejo Santo - CE	Jabuatão dos Guararapes - PE	CENTRAC	7 anos	13/10/2018	01h44m50s	Por telefone
6	Loise	55	Branca	F	Pós-graduada	Católica	Campina Grande - PB	Campina Grande - PB	UFCG	15 anos	15/10/2018	00h41m56s	Campina Grande - PB
7	Vera Lúcia	66	Branca	F	Graduada	S/R	Maceió - AL	Campina Grande - PB	UFCG	Cerca de 20 anos	09/11/2018	Sem áudio	Por e-mail
8	Priscila	30	S/R	F	Superior Incompleto	Não tem	Mamanguape - PB	João Pessoa - PB	ANCAT	3 anos	09/11/2018	00h57m56s	Campina Grande - PB
9	Luiza	S/R	Branca	F	Pós-graduada	Atéia	Montevideo - Uruguai	Montevideo - Uruguai	WIEGO	18 anos	16/01/2019	01h23m35s	Cidade do México -
10	Tamara	32	S/R	F	Pós-graduada	Católica	Cidade do México - México	Cidade do México - México	WIEGO	7 anos	31/01/2019	01h17m52s	Por skype

## Apêndice IX:

Quadro 4 - Dados dos empresários entrevistados

N°	Pseudônimo	Idade	Raça/cor	Sexo/ Gênero	Escolaridade	Religião	Naturalidade	Cidade onde reside	Empresa (nome fictício) e cargo	Tempo no setor de reciclagem	Data da entrevista	Duração da entrevista	Local/ meio da entrevista
1	Valber	40	Branco	M	Graduado	Católico	Campina Grande - PB	Campina Grande - PB	V.R. Reciclagem (Sucata) - Dono, diretor, gerente	3 anos, mas tem família no setor desde infância	14/08/2018	00h21m19s	Campina Grande - PB
2	Edjane	30	Mulata	F	E.M. Incomp.	Evangélica (Pentecostal)	Campina Grande - PB	Ligeiro - PB	R.R. Metais (Sucata) - Gerente	3 anos na empresa, 20 anos na reciclagem	28/08/2018	00h30m07s	Campina Grande - PB
3	Rafael	45	Branco	M	E.F. Comp.	Católico praticante	Lagoa Seca - PB	Lagoa Seca - PB	Galvão Leal (Sucata) - Gerente	14 anos na empresa, 10 como gerente	28/08/2018	00h19m49s	Campina Grande - PB
4	Renato	30	Branco	M	E.M.Comp.	Evangélico (Batista)	Campina Grande - PB	Campina Grande - PB	PAPEL Reciclagem (Indústria) -	18 anos	30/08/2018	00h33m03s	Campina Grande - PB
5	José	S/R	S/R	M	Graduado	S/R	S/R	S/R	Viva Verde (Aplicativo de coleta) - Idealizador e	S/R - Aparentemente menos de 2 anos	Conversas de setembro a novembro de 2018	Sem áudio	Telefone e e-mail